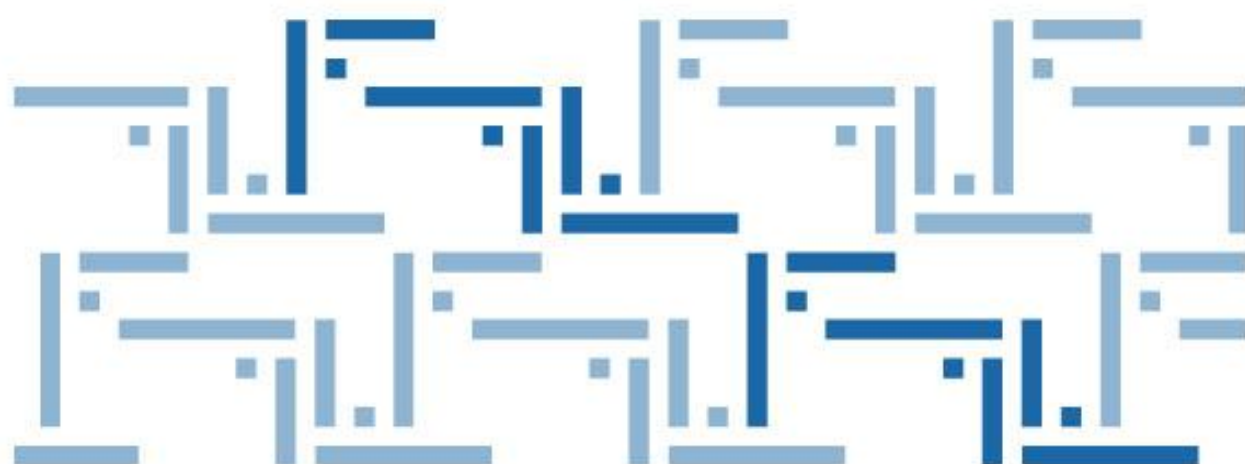


revista de   
ESTUDOS & PESQUISAS  
sobre as **AMÉRICAS**



V.10 N.2  
2016

# Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas

ISSN 1984-1639

## Conselho Editorial

**Evelina Dagnino**, Universidade Estadual de Campinas, Brasil  
**Daniel H. Levine**, Pontificia Universidad Católica del Perú, Peru  
**Yamandú Acosta Roncagliolo**, Universidad de la República, Uruguai  
**Daniel Mato**, Investigador Principal de CONICET, Argentina  
**Pablo Gentili**, Universidade Estadual de Rio de Janeiro, Brasil  
**Carlos Eduardo da Rosa Martins**, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Brasil  
**Juan Pablo Pérez Sáinz**, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Costa Rica  
**Ana Laura Rivoir Cabrera**, Departamento de Sociología de la Universidad de la República, Uruguai  
**Enrique Dussel**, Universidad Nacional Autónoma de México, México  
**Marcos Roitman Rosenmann**, Universidad Complutense de Madrid  
**Sônia E. Alvarez**, University of Massachusetts, Estados Unidos da América do Norte  
**Marie Laure Geoffray**, Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine- Sorbonne Nouvelle/Paris 3, França  
**Benício Viero Schmidt**, Universidade de Brasília, Brasil  
**Maria Tereza Sierra**, CIESAS, México  
**Wilson Fernandez**, Universidad de la Republica, Uruguai  
**Ana Maria Fernandes**, Universidade de Brasília, Brasil  
**Gustavo Vega**, Colegio de Mexico, México  
**Miriam Jimeno**, Universidad Nacional de Colombia, Colômbia  
**Patricio Valdivieso**, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile  
**Ronald Inglehart**, Universidade de Michigan, EUA  
**Timothy Power**, University of Oxford, Inglaterra  
**Victor Armony**, Université du Québec à Montréal, Canadá  
**Nora Garita Bonilla**, Universidad de Costa Rica, Costa Rica

## Editor Chefe

Leonardo Cavalcanti, Universidade de Brasília

## Comitê Editorial

Rebecca Lemos Igreja, Universidade de Brasília  
Jacques de Novion, Universidade de Brasília  
Cristhian Teófilo da Silva, Universidade de Brasília

## Produção Editorial

Secretário Executivo: Paulo Roberto de Souza

Copyright © 2015

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC)  
Universidade de Brasília (UnB)

É permitida a reprodução dos artigos desde que mencione a fonte

Universidade de Brasília (UnB)  
Reitor: Ivan Marques de Toledo Camargo  
Vice-reitor: Sônia Nair Bão

Instituto de Ciências Sociais  
Diretor: Luis Roberto Cardoso de Oliveira  
Vice-Diretor: Christiane Girard Ferreira Nunes

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas - CEPPAC  
Diretor: Simone Rodrigues Pinto  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação: Rebecca Forattini Altino Machado Lemos Igreja

A correspondência comercial deve ser enviada para Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas Campus Universitário Darcy Ribeiro - Multiuso II, 1º piso, Brasília – Distrito Federal - Asa Norte CEP 70910-900 Brasília-DF  
Brasi

A **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas** (ISSN 1984-1639) é uma publicação quadrimestral do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC) da Universidade de Brasília (UnB), indexada em bases de dados Nacionais e Internacionais, como o LATINDEX, DOAJ, Sumários e periódicos CAPES. Na classificação QUALIS da CAPES está situada como B1 nas áreas Interdisciplinar, direito e Planejamento Urbano e Regional/Demografia. A revista aceita trabalhos inéditos sob a forma de artigos, resenhas de livros ou entrevistas. A Revista abrange todas as áreas classificadas no CNQP como Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Os trabalhos deverão contemplar: (i) a discussão dos grandes temas e problemas que caracterizam o pensamento sobre as Américas; (ii) a ênfase nos estudos comparativos e interdisciplinares; e (iii) a consistência com as linhas de pesquisa do programa de pós-graduação do CEPPAC. A Revista publica trabalhos em português, espanhol e inglês. Poderão ser publicados trabalhos em outras línguas, a critério do Comitê Executivo.

## SUMÁRIO

### Dossiê Ensaios Caribenhos

APRESENTAÇÃO.....	5
-------------------	---

### Eixo Epistemológico

EL CARIBE INSULAR: ENTRE LA REALIDAD Y LA SUBVERSIÓN EPISTÉMICA <i>FELIX VALDÉS GARCÍA</i> .....	10
--	----

FRANTZ FANON Y LA ENAJENACIÓN DEL NEGRO Y DEL BLANCO EN EL SISTEMA COLONIAL <i>ANA CATARINA ZEMA DE RESENDE</i> .....	29
---	----

NÈG BLANC SA A (AQUELA NEGRA BRANCA) – DESAFIANDO AS CATEGORIAS DE COR, NACIONALIDADE E PERTENÇA A PARTIR DE UM OLHAR AFRO-BRASILEIRO SOBRE O HAITI <i>RENATA DE MELO ROSA</i> .....	49
--	----

### Eixo Geopolítico

EL RESTABLECIMIENTO DE RELACIONES DIPLOMÁTICAS ENTRE CUBA Y ESTADOS UNIDOS: POSIBILIDADES PARA EL CARIBE DE LA CARICOM <i>JACQUELINE LAGUARDIA MARTÍNEZ</i> . 68
--

BUENA VECINDAD Y POPULISMO: EL CARIBE EN LAS RELACIONES INTERAMERICANAS DE 1933 A 1946 <sup>+</sup> <i>ANTONIO GAZTAMBIDE-GÉIGEL</i> .....	95
--	----

A ASSOCIAÇÃO DOS ESTADOS DO CARIBE: POLÍTICA INTRARREGIONAL E CENÁRIOS PROSPECTIVOS <i>CARLOS FEDERICO DOMÍNGUEZ AVILA</i> .....	112
--	-----

### Eixo Histórico

ANOTAÇÕES SOBRE A INTERVENÇÃO NA GUATEMALA EM 1954: UMA ANÁLISE DE SUAS PROJEÇÕES SOBRE AS PRÁTICAS SISTEMÁTICAS DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DE ASILO E REFÚGIO DURANTE A GUERRA FRIA <i>ANDRÉ SABOIA MARTINS</i> . ....	130
---	-----

ASPECTOS DA COLONIZAÇÃO NA GUIANA FRANCESA E NO AMAPÁ: VISÕES COMPARADAS E IMBRICAÇÕES HISTÓRICAS <i>IURI CAVLAK</i> .....	158
--	-----

# Caribe: história, identidade e geopolítica de uma fronteira imperial

Simone Rodrigues Pinto

## Introdução

Juan Bosch (1970) escreveu que “El Caribe está entre los lugares de la tierra que han sido destinados por su posición geográfica y su naturaleza privilegiada para ser fronteras de dos o más imperios. Ese destino lo ha hecho objeto de la codicia de los poderes más grandes de Occidente y teatro de la violencia desatada entre ellos.” As consequências desta posição geopolítica estão claras na história dessa região, que nos chamam ao escrutínio de seus meandros.

Há um despertar no Brasil em relação aos estudos latino-americanos. Bravo! No entanto, muito pouco se avançou para a compreensão dessa região que Bosch chama de “fronteira imperial”. A história político-social do Caribe precisa ser revisitada a partir de uma visão não eurocêntrica, para que projetos emancipatórios, legítimos e justos sejam germinados. Apresentamos aqui o Caribe, portanto, não apenas pelo prazer de conhecer essa região tão rica e complexa, mas para compreender o passado como condição de realização do futuro.

Da imensa diversidade étnica, cultural, social, histórica e política dos países do Caribe, podemos tirar um elemento comum – a luta constante contra o imperialismo. Antes, representado pelas metrópoles coloniais como França, Inglaterra, Holanda, Espanha e outros, recentemente contra os EUA. Os EUA é o último império que se lançou na conquista do Caribe, mas sua atuação foi tão violenta e intervencionista, que rapidamente passou a exercer um grande domínio na região. José Martí (1891) identificou o poder norteamericano como o gigante de sete léguas, e não foi à toa.

Em seu *Nuestra América*, marco na compreensão de uma identidade latino-americana, Martí chama a atenção para a ameaça do expansionismo imperialista norte-americano e a necessidade de estabelecer ações para impedi-lo. Como resposta ao domínio de fora, nos convida a realizar a união para recuperar a soberania dos povos latino-americanos contra opressores estrangeiros, que deve ser feita a partir de uma profunda concepção ética e moral da vida. Esta resistência deve se dar por meio de uma união urgente da alma continental para alcançar uma unidade latino-americana. Para que uma solidariedade e união sejam gestadas é

preciso que nos conheçamos melhor. Esse dossiê pretende contribuir para o conhecimento dessa região tão alijada da academia brasileira.

De que Caribe falamos?1

Norman Girvan (2000), afirma que

[...] la noción de Caribe ha sido –y está siendo– continuamente redefinida y reinterpretada, en función del interés por ofrecer respuestas a las influencias externas y a los procesos internos. Una posición apropiada es sostener que no hay una definición “precisa” o consumada; el contenido depende más bien del contexto, pero ello debe especificarse con claridad cuando se emplee con propósitos descriptivos o analíticos [...]. en el nivel cultural, la creciente importancia de la diáspora del Caribe insular hacia Norteamérica y Europa ha sido reconocida, así que el Caribe no es sólo multilingüe, también es transnacional.

Apesar de haver um grande debate a respeito de quais países incluem o Caribe, nesse dossiê partimos da visão de Juan Bosch, em seu livro, *De Cristóbal Colón a Fidel Castro. El Caribe frontera imperial* (1970), que afirma:

“las tierras del Caribe son, pues, las islas antillanas que van en forma de cadena desde el canal de Yucatán hasta el golfo de Paria; la tierra continental de Venezuela, Colombia, Panamá y Costa Rica, la de Nicaragua, Honduras, Guatemala, Belice y Yucatán, y todas las islas, los islotes y los cayos comprendidos dentro de esos límites”

Dessa forma, para Bosch o Caribe é esse Gran Caribe. Esta extensão da compreensão do que compreende o Caribe tem, sem dúvida, um viés ideológico desde a perspectiva norte-americana e coincide com a formação de organizações de cooperação internacional na região. A Associação dos Estados do Caribe (AEC), criada em 1994 na Colômbia, integra a maioria dos Estados centro-americanos, sul-americanos e insulares banhados pelo mar do Caribe, à exceção dos EUA e de algumas colônias atuais. Cabe lembrar que essa região, a Cuenca del Caribe, coincide com os Estados que mais sofreram intervenções militares dos EUA.

Há ainda aqueles que, como Charles Wagley, define o Caribe como a América das Plantations ou Afro-América, incluindo os EUA, o Caribe insular e o Brasil, além de outros lugares onde prevaleceu a plantation como organização socioeconômica. Inspirados pelas ideias de Wagley, surgiu em 1960 o New World Group, influenciados também pelos nacionalistas C.L.R. James e Eric Williams. O grupo elaborou uma visão do Caribe como parte integrante da “american plantation”, como elemento transversal para a multiplicidade de línguas,

metrópoles, grupos étnicos etc. As publicações do grupo buscavam ressaltar as similitudes acerca da história e das experiências coloniais.

Em suma, as Antilhas se confundem com as West Indies, como percepções dos primeiros colonizadores, espanhóis e ingleses. Ambos os nomes serão subsumidos, depois da Segunda Guerra Mundial, pelo termo Caribe, agora já sob a hegemonia mundial norte-americana. O termo consagra-se na criação da Comissão do Caribe, em 1946, que incluía colônias norte-americanas, inglesas, francesas e holandesas, e está presente em outras organizações internacionais.

Portanto, neste dossiê, vamos discutir os temas caros às grandes ilhas como Cuba e Haiti, e também os arranjos regionais e temas relacionados a países da Cuenca, como Guiana e Guatemala.

Assim, temos discussões epistemológicas importantes com os textos de Félix Valdés Garcia, Ana Catarina Zema e Renata Rosa, que discutem a partir de enfoques diferentes a identidade caribenha e o pensamento crítico a respeito de sua condição subalterna.

No artigo “El Caribe insular: entre la realidad y la subversión epistémica”, Félix Valdés discute os limites impostos pela filosofia ocidental, como mainstream, ao florescimento de um pensamento crítico caribenho. Discorre sobre os conceitos caros aos caribenhos como criolização, negritude, antilhanismo, fronteira imperial e outros e foca no interessante caso do Grupo Nuevo Mundo (New World Group), que propuseram desenvolver um pensamento independente e enunciam noções de descolonização epistêmica. Ana Catarina Zema retoma Franz Fanon e discute seu conceito de alienação como pressuposto da escravidão e do colonialismo e analisa a noção de “vergonha de si” como resultado da dominação colonial. Na mesma toada, Renata Rosa introduz a noção de pertencimento da pessoa no Haiti, baseada em conceitos de raça e da nomenclatura “negro”. Portanto, com sua análise, temos uma nova forma de discutir identidade a partir da experiência haitiana.

Em um viés geopolítico temos os textos de Jacqueline Laguardaia Martinez, António Gaztambide-Géigel e Carlos Federico Domínguez Avila, que colocam em foco a colonização, os arranjos regionais e a relação com os EUA.

António Gaztambide, Jacqueline Martinez e Carlos Domínguez Avila vão abordar as experiências interregionais envolvendo os países do Caribe, como o CARICOM e a Associação dos Estados do Caribe. Suas abordagens vão ao encontro de um arranjo

geopolítico de resistência e aproximação, num movimento dúbio e complexo, com o vizinho norte-americano. Em “El restablecimiento de relaciones diplomáticas entre Cuba y Estados Unidos: posibilidades para el Caribe de la CARICOM”, Jacqueline Martinez foca nos impactos recentes da reaproximação entre os EUA e Cuba e os possíveis desdobramentos dentro do CARICOM. Carlos Domínguez Avila, por sua vez, aborda de maneira esclarecedora os desenvolvimentos, desde sua fundação em 1994, da Associação dos Estados do Caribe, que tem grande importância para a região uma vez que abarca 25 dos 35 países do continente. António Gaztambide faz um excelente análise do comportamento norte-americano em relação ao Caribe na vigência da política da boa vizinhança, emcabecada por Franklin Roosevelt. Seu escopo de análise está centrado no peculiar país de Porto Rico.

Com uma abordagem eminentemente histórica, Iuri Cavlak e André Saboia Martins vão buscar na história os atos de resistência e dominação, tão presentes na história dos países do Gran Caribe. No texto “Os primórdios da colonização na Guiana Francesa e no Amapá: Uma visão comparada”, o autor estabelece paralelos interessantes entre as diferentes estratégias de colonização, sinalizando a posição periférica e, ao mesmo tempo, estratégica, da Guiana Francesa e do Amapá. André Saboia Martins resgata um momento importantíssimo da história a América Central a partir da reconstrução da invasão da Guatemala, o papel dos EUA e os impactos mais diretos sobre os refugiados.

#### Considerações Finais

Desde a chegada de Cristóvão Colombo e sua ocupação das Antilhas, denominada a primeira ilha de San Salvador a despeito do nome Guanahani pelo qual era chamada pelos nativos, a luta dos habitantes dessa região tem sido incessante. Em seu diário de bordo, Colombo escreve em 4 de novembro de 1492: “Entendíó también que lejos de allí había hombres de un ojo, y otros con hocicos de perros, que comían a los hombres” (Salas, 1920).

Esta visão dos habitantes das Américas não se confirmou, mas continua jacente a percepção de nossa barbárie e inferioridade. As escritas de Colombo refletem sua ignorância a respeito das novas terras, envolta em mitos e credices. Para quebrar os mitos subalternizantes que nos cercam é preciso conhecer, perscrutar nossa história, ouvir os silenciados. Neste propósito é que convidamos a você, leitor, a uma leitura de uma pequena, mas importante parcela dos ensaios caribenhos.

## **Bibliografía**

SALAS, Julio C. Etnografía americana. Los indios caribes. Estudio sobre el origen del mito de la antropofagia, Madrid, 1920.

BOSCH, Juan. De Cristóbal Colón a Fidel Castro. El Caribe frontera imperial, México: Porrúa, 1970.

GIRVAN, Norman. "Reinterpretar el Caribe". Revista Mexicana del Caribe, n° 7, 2000, p. 6-34.

MARTÍ, José. Nuestra América (Publicado en La Revista Ilustrada de Nueva York, Estados Unidos, el 10 de enero de 1891, y en El Partido Liberal, México, el 30 de enero de 1891).

WAGLEY, Charles. "Plantation America: A Culture Sphere". In: Vera Rubin (ed.) Caribbean Studies: A Symposium, Seattle: University of Washington Press, 1960.

WILLIAMS, Eric. From Columbus to Castro: the history of the Caribbean 1492-1969, London: Harper and Row, 1970.



## El Caribe Insular: entre la realidad y la subversión epistémica

Recibido 20.05.2016  
Aprovado 10.07.2016

Felix Valdés García<sup>1</sup>

¿Dónde está nuestra filosofía?  
Leonard “Tim” Héctor  
(filósofo y militante revolucionario de Antigua)

### Resumen

La realidad del Caribe, su ser real, su onto, dado en el complejo proceso de su historia y su estar siendo, genera formas, modos de aprehensión, conceptos que distan de aquellos establecidos por el pensamiento occidental. A lo largo del siglo XX se han formulado nociones como negritud, choteo, creolization, frontera imperial, condenados de la tierra, discurso antillano, antillanidad, poética de la relación, transculturación, y conceptos-metáforas como “caliban”–, los cuales constituyen una expresión teórico-filosófica de la realidad, de la existencia caribeña. Un caso notable tratado en el texto es el surgimiento del Grupo Nuevo Mundo (New World Group), el cual ante la creación de nuevos Estados nación tras la independencia de la corona inglesa constatan su insatisfacción por el saber y las herramientas teóricas metropolitanas vigentes y tras considerar que “pensaban para actuar” propusieron desarrollar un “pensamiento independiente” (Independent thought) y a enunciar nociones como ‘decolonización epistémica’, ‘soberanía epistémica’, ‘caribeñización epistémica’ o a estudiar al Caribe como un sistema de plantación. La subversión epistémica llegaba esta vez en el Caribe anglófono de la mano de activos intelectuales, quienes con finalidad práctica y compromiso con su mundo, pensaban para transformar.

**Palabras clave:** Caribe, decolonización epistémica, Grupo Nuevo Mundo, Pensamiento crítico

### O Caribe Insular: entre a realidade e a subversão epistémica

#### Resumo

A realidade do Caribe, o seu verdadeiro eu, seu onto, dado o complexo processo de sua história e de seu "estar sendo", gera formas, modos de apreensão, conceitos que estão longe dos estabelecidos pelo pensamento ocidental. Ao longo do século XX tem-se formulado noções como negritude, choteo, criouliização, fronteira imperial, condenados da terra, discurso antilhano, antilhanidade, poética da relação, aculturação e conceitos-metáforas como "Caliban" - que constituem uma expressão teórica e filosófica da realidade, da existência caribenha. Um caso notável discutido no texto é o surgimento do

<sup>1</sup>Doctor en Filosofía, Investigador Titular del Instituto de Filosofía de La Habana, Cuba. Se ha dedicado al estudio de la filosofía, en particular la filosofía latinoamericana y caribeña. Es autor de decenas de artículos y ensayos, así como de los libros: *La filosofía en su tiempo histórico*. Editorial Ruth-Ciencias Sociales, 2012. (268 pág.); *Leer a Fanon medio siglo después*. México: Fundación Rosa Luxemburgo, 2016; y se encuentran en edición *Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño*. Volumen 22. Pensamiento Crítico del Caribe: West Indies, Antillas Francesas y Antillas Holandesas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. (en edición); y *La in-disciplina de Caliban. La filosofía en el Caribe, más allá de la academia*. La Habana: Ciencias Sociales. Contacto: [felixvaldez@gmail.com](mailto:felixvaldez@gmail.com)

Grupo Novo Mundo (New World Group), que ante a criação de novos estados-nação após a independência da coroa Inglesa, constata sua insatisfação com o conhecimento e as ferramentas teóricas metropolitanas vigentes e depois de considerar que "pensavam para agir", propuseram o desenvolvimento de um "pensamento independente" e a articulação de noções como 'descolonização epistêmica', 'soberania epistêmica', 'Caribenização epistêmica' ou estudar o Caribe como um sistema de plantation. A subversão epistêmica do Caribe anglófono se deu por meio de intelectuais ativos, aqueles que, com propósito prático e compromisso com seu mundo, pensavam para transformar.

**Palavra chaves:** Caribe, descolonização epistêmica, Grupo Novo Mundo, Pensamento Crítico

### **Insular Caribbean: Between reality and epistemological subversion**

#### **Abstract**

The reality of the Caribbean – it's true, it's ontology -, because of the complex historical process and it's "being", generated forms, seizure modes and concepts that are far from those established by Western thought. Throughout the twentieth century, notions such as blackness, "*choteo*", creolization, imperial border, wretched of the Earth, Antillean speech, "*antilhanidade*", poetic of relationships, acculturation and metaphoric concepts as "Caliban", has been formulated and became constitutive of a theoretical e philosophical expression of Caribbean existence. A notable case discussed in this article is the emergence of the New World Group, that, against the creation of new Nation-states after the independence from the English Empire, shows it's dissatisfaction with the current metropolitan knowledge and theoretical approaches. Afterwards, considering that they should 'think to act', they proposed the development of an 'independent thinking' and the articulation of notions such as 'epistemic decolonization', 'epistemic sovereignty', 'Caribbean epistemology' or the study of Caribbean as a plantation system. The epistemic subversion of the English-speaking Caribbean happened through active intellectuals, those with practical purpose and commitment to their world, thought to make a difference.

**Keywords:** Caribbean, epistemic decolonization, New World Group, Critical Thinking

Para cualquier graduado de filosofía de alguna universidad de Nuestra América, le parecerá tener un amplio dominio –lo más acertado y exacto posible– de la filosofía y su historia, justamente de la filosofía en la lectura liberal moderna, que la hace nacer en la Grecia antigua y extenderse hasta Francia, Alemania o Norteamérica, es decir, de la filosofía en la perspectiva occidental. Muy a pesar de la labor de departamentos y cátedras de filosofía latinoamericana, quedamos mejor enterados de la filosofía occidental, que de lo que a nuestro alrededor se ha dado, sabiendo más de M. Heidegger, de C. Marx o F. Nietzsche, que de F. Sarmiento, de J. Martí o E. Glissant.

Y ni qué decir de la filosofía en la región del Caribe, donde el estatus colonial prolongado, aun sostenido, con una férrea y unidireccional dependencia cultural y teórica de las metrópolis europeas, es un fenómeno aun presente, que hace desconocer toda reflexión conceptual nacida en ella. En el reducido e intenso espacio insular se han dado expresiones conceptuales, teórico-filosóficas no tenidas en cuenta, así como debates arduos en torno a la necesidad de

subvertir los presupuestos mismos con los cuales se pretende explicar este mundo y esta experiencia concreta, es decir, esta realidad.

Para Hegel –máxima expresión de la disciplina occidental–, la filosofía es ese modo peculiar de conocimiento, esa capacidad de “pensar abstractamente”, en conceptos y categorías, realizada por profesionales intelectuales, que permite captar la realidad histórico-concreta de su ‘estar siendo’. Sin embargo, él mismo se preguntaba en la introducción a sus *Lecciones sobre la historia de la filosofía*– ¿cómo explicarse que, siendo la filosofía, la doctrina de la verdad absoluta, se circunscriba a un número tan reducido de individuos, a determinados pueblos, a ciertas épocas?”.<sup>2</sup> Sin lugar a dudas el pensador alemán dejaba escurrir la idea de que la filosofía puede encontrar otros espacios y que los conceptos de allí pueden ser inoperantes aquí, como ha sido evidente en nuestro entorno, donde es insuficiente trasladar o utilizar a secas las grandes verdades del Norte al Sur, o de la Europa industrial al sur colonial.

La filosofía no es entonces una acción separada, divorciada de la realidad, no es especulación abstracta, sino –como añade C. Marx– es expresión crítica del proceso real de vida, es reflexión que se levanta sobre los datos “empíricamente registrables”, en función de la práctica transformadora.

Y con el propósito de problematizar lo que siempre hemos aprendido como filosofía y ampliar los modos de reconocerla, también para “desfilosofar”<sup>3</sup> el modo tradicional de asumirla, más allá de su forma “académico-profesoral”, comencemos por valorar la realidad, la “ontología” sobre la cual ella surge, y sobre la cual se da su expresión conceptual, filosófica, así como la insatisfacción o la necesidad de valerse de otros conceptos que permitan leer, aprehender, el

<sup>2</sup>G. W. F. Hegel. *Lecciones sobre la historia de la filosofía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1955, t. 1, p. 15. Es admirable cómo Ernesto Guevara, en su lectura de la introducción de las *Lecciones* de Hegel, la cual es un apasionante recorrido por la filosofía y su relación con el cristianismo, el joven lector haya revelado esta digresión, nada notoria o particularmente relevante, sino dicha de paso por el autor alemán. Sin dudas, la lectura del joven argentino era de sospecha contra la inmensidad de la historia que él enfrentaba y de su necesidad de leer con otros ojos y desde otro *locus*. [Cfr. Ernesto Che Guevara. *Apuntes filosóficos*. Ocean Press-Ocean Sur, 2012, pp. 129-130.]

<sup>3</sup>El concepto “desfilosofar” la filosofía es utilizado por Raúl Fonet Betancourt al exponer su enfoque intercultural de la filosofía. Él considera que la transformación de la filosofía en América Latina desde el imperativo de la interculturalidad supone, “una compleja tarea de autocrítica radical que, por implicar la casi disolución de la figura hegemónicamente transmitida de la filosofía, proponemos designarla con el nombre de *desfilosofar* la filosofía”, lo cual significa liberarla de la cárcel en la que se encuentra prisionera por la tradición occidental centroeuropea, y de los límites impuestos por la institucionalización, la academia, la disciplina, así como por el prejuicio de que ésta sea un producto cultural occidental. Ver: Raúl Fonet Betancourt. *Hacia una filosofía intercultural latinoamericana*. San José: DEI, 1994; “La filosofía intercultural”, en: E. Dussel, *El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y “latino” [1300-2000]*. Historia, corrientes, temas y filósofos. Ob. cit., pp. 639-646.

fracturado mundo caribeño insular, parte ineludible de Nuestra América. En este caso, propongo al lector, considerar cómo el Grupo Nuevo Mundo (el *New World Group*), una hornada de jóvenes intelectuales del Caribe anglófono, –desconocido para los hispanoparlantes a pesar de la trascendencia para su mundo–, trataron de subvertir y cuestionaron la validez del saber occidental en tiempos en los cuales se hacía una necesidad imperiosa estudiar y comprender su entorno, justamente para enfrentar su transformación real, como Estados-nación recientemente independizados de la corona inglesa a inicios de la convulsa década del sesenta del siglo pasado.

### **De la Realidad al Conocimiento Conceptual**

Para expresarnos en términos comprensibles para filósofos, el estatus ontológico del Caribe insular, la pregunta por la ‘existencia’, por el ‘ser’, por la ‘realidad’ que trasciende la diversidad fenoménica o el ‘ente’, no significa una construcción metafísico-especulativa, ideológico-totalizadora, o la construcción de un metarrelato más, al servicio de propósitos comerciales o políticos. Tampoco implica la formulación de un Caribe abstracto, construido con propósitos académicos o ideológicos, tendientes a homogeneizar la vida colectiva, dada por intelectuales de la ‘ciudad letrada’, y no de la ‘ciudad real’. Esta pregunta pretende visibilizar la realidad caribeña como producto de su historia, resultado en un mundo de complejas interacciones y escenario de sucesos de magnitud global, más allá de lo que se alcanza ver desde el atalaya de la isla que se habita “hoy y aquí”.

Lo que se denomina Caribe insular, en sentido geohistórico o etnohistórico, es ese espacio de fracturas, inferido por la presencia ibérica –por el genocidio de los pobladores originarios y el traslado de esclavos africanos– de islas aplastadas por la fuerza de los imperios coloniales y por el establecimiento de la figura de la plantación. Como se afirmara en “¿De qué Caribe hablamos?”, la realidad de este “mundo”, la configuración de su ser, es el resultado de una historia, en la cual:

con anterioridad a la llegada de Colón,... este era un mundo dominado por arahuacos y caribes, pobladores que desde las profundidades del sur y del norte, habían arribado en diferentes momentos para asentarse en las islas mayores, mientras los guerreros caribes contendían en las ínsulas menores del arco oriental, justo cuando las naves españolas soltaban amarras en Palos de Moguer. Con la colonización de La Española y el “descubrimiento” de la región insular, seguido por la conquista y colonización de México y Perú, los apetitos de los enemigos de España hicieron poblar los mares verdeazules de corsarios y piratas de distintas banderas. De ello surge el sistema

de flotas y se crea un área unida por el mar con una constelación de puertos, bodegas, fuertes y murallas, orientadas “a la marina”, que enlazaban tanto a las islas como a las regiones continentales: a Veracruz, Portobelo, Maracaibo y la Guaira, con Santo Domingo, San Juan, La Habana, Santiago de Cuba...

El siglo XVI es de trasiego comercial español, como de abandono y vacío de poder en las ínsulas descubiertas. Son momentos de asaltos y cañonazos que instaron en los años siguientes al traslado de fronteras enemigas hasta la entrada misma del dominio absoluto de España. Las pequeñas islas y regiones costeras fueron disputadas y se plantaron pica y estandartes ajenos, para dar inicio a una cruenta realidad de explotación esclava negra en las plantaciones que llenaban de azúcar, añil, tabaco, ron y productos tropicales, las bodegas y cubiertas de los galeones que surcaban el atlántico y a las economías europeas de Inglaterra, Holanda y Francia, en el más calculado negocio capitalista. Durante los siglos XVIII y XIX, cambia su configuración y se pueblan las islas de sucesos horribles y de rebeldía. Son las islas del azúcar, del esclavo y el mayoral, del barracón y el ingenio, la caña y el látigo, de criollos blancos en las villas fundadas, de colonos ausentistas... Ya en el siglo XX se adquiere otro aspecto. Es la época de predominio norteamericano, de migraciones asiáticas, de la revolución cubana y los ánimos de independencia en una región a la deriva. Entonces la historia prefigura otra hechura.<sup>4</sup>

Así, las islas arribaron al siglo XX, como espacios quebrantados, herederos de las estructuras instituidas por la plantación –estructura que ha dejado una marca ostensible en la actualidad–, donde algunas eran formalmente libres de España o Francia (como Haití), mientras otras eran parte del dominio británico, francés, holandés, o fueron negociadas por un nuevo dueño, todas con nexos unívocos con sus metrópolis. Sin embargo, a pesar de la diversidad, hay rasgos que signan una identidad y un lugar en la historia.

A pesar de la diversidad fenoménica, se comparten rasgos portados por los sucesos y la realidad discontinua, que hace de ellas sociedades en proceso de fundición cultural, volubles y dinámicas, como “laboratorio del mundo”, y de las cuales se levanta esa especie de “pensamiento archipiélago”, con conceptos que permiten pensar los encuentros de las culturas, donde “se han forjado estos lugares caóticos”, y esta “estética nueva”, esa realidad apagada, ahogada por enormes y suntuosos sistemas de pensamiento, como refiere Glissant.<sup>5</sup>

Varios intelectuales insulares coinciden en afirmar que la realidad caribeña ‘es nueva’, de diversidad latente, de variabilidad en “islas que se repiten” y comparten ese sostén dado por la fragua del pasado, del devenir en el tiempo, que ha sido constitutivo de su ser. El Caribe es ese ser colectivo de espacios plurales, una realidad surgida del desarraigo, la frustración, la

<sup>4</sup>Felix Valdés García, Milagros Martínez Reinoso. “¿De qué Caribe hablamos?” En: *El Gran Caribe en el siglo XXI: Crisis y respuestas*. Buenos Aires: CLACSO, 2013, pp. 22-23.

<sup>5</sup>E. Glissant. *Une nouvelle région du Monde. Esthétique I*. Paris: Gallimard, 2006, pp. 36-37; 187.

disconformidad, la provisionalidad, la complejidad y el caos, en diacronía del tiempo y de los espacios, como refiere Benítez Rojo.<sup>6</sup>

El intelectual trinitense Lloyd Best, inconforme con estudiar al Caribe tal como se estudian otras regiones a las que se le aplican herramientas ajenas, decía que la realidad caribeña “es nueva, única y diferente, y una región de excepcionalismos históricos”.<sup>7</sup> Los estudiosos Elsa Goveia, Eric Williams, Juan Bosch, Fernando Ortiz, Alejo Carpentier y tantos más, arremeten contra las historias contadas para intentar subvertirlas, desde otros presupuestos y otra intención, pues la realidad no se acomoda a las historias contadas por los centros de poder y la historiografía de los vencedores, como tampoco los conceptos y perspectivas sobre las cuales se ha construido la imagen del mundo, desentierra de las profundidades del mar la realidad insular, sumergida, submarina, deshilachada.

Édouard Glissant, durante el festival *Carifesta*, realizado en Jamaica en 1976, afirmaba que en la profundidad de las aguas del Atlántico y el Caribe quedaron sembradas “las cadenas de lo invisible”, que convergen subterráneamente y enseñan que no es la trascendencia ni la universalidad sublimada de otros, sino la transversalidad de las raíces y de la unidad submarina, las que darían a los caribeños un sentido no lineal, jerarquizado de la historia. De igual modo, el poeta Derek Walcott, al recibir su premio Nobel en 1992, volvía sobre la idea de Kamau Brathwaite de la unidad submarina del Caribe, y en su discurso al recibir el premio refiere la fragmentación del archipiélago hecho añicos por la historia, que hace que este sea “sinónimo de pedazos desprendidos del continente originario”, con una historia común, donde “la unidad es submarina” y “el mar es historia”. Brathwaite ya había dicho la necesidad de sumergirse en las corrientes insondables para encontrar los lazos de unión de un mundo fragmentado y describir la realidad caribeña.

Los autores del *Elogio de la creolidad*, justo cuando caía el muro de Berlín y se avizoraba la caída de un símbolo político que había marcado la historia del siglo XX, apuntaban desde la primera línea de su manifiesto, que no somos “ni europeos, ni africanos, ni asiáticos, somos creole –una nueva humanidad, un nuevo estar, un ser particular que esta vez se define desde sí

<sup>6</sup>Para Antonio Benítez Rojo, en su ensayo *La isla que se repite* [Barcelona: Editorial Casiopea, 1998], se sigue esta imagen de un mundo caótico, que comparte rasgos comunes y que conforman una identidad particular.

<sup>7</sup>Lloyd Best. “Reflections on the reflections”, en: *Independent Thought and Caribbean Freedom: Essays in Honor of Lloyd Best*. St. Augustine, Trinidad y Tobago, Sir Arthur Lewis Institute of Social and Economic Studies, pp. 423-441.

mismo, desde dentro, o desde su exterioridad”.<sup>8</sup> Ellos apuntaban hacia la existencia de “una ontología” diferente. Para sus autores –discípulos del cuestionamiento crítico caribeño– la sociedad creole es el resultado de la interacción, la transacción, la transversalidad, que pone en diálogo a todos los mundos puestos bajo el mismo sol.

Rex Nettleford apunta a un dato innegable: la condición de exclusión, de no reconocimiento, de marginalidad o “subalternidad” de la realidad caribeña. El estudioso jamaicano considera que la labor intelectual en el Caribe debe caracterizarse por una preocupación particular: la batalla por el espacio, que es el espacio de la marginalización instituida por el poder de cuatro siglos de dominio colonial europeo, pues “siglos de marginalización, van a poner al caribeño en la periferia de la existencia, haciéndole despreciar grandes energías para entrar en el *mainstream* que le restituya como seres humanos, la capacidad de participación en la determinación, precisamente de su *mainstream*, para superar la marginación como meta principal de los propósitos creativos de la filosofía, las artes y la intelectualidad, de la marginalidad provocada por Europa”.<sup>9</sup>

La ‘realidad caribeña’ posee las marcas históricas de los diferentes modelos de dominación colonial, dada diacrónicamente en el espacio-tiempo Caribe, pues ello ha sido norma de la realidad histórico-cultural, de pueblos y culturas que se funden en una sociedad criolla, transcultural, diversa, atravesada por el ejercicio sistemático del poder y la violencia física, simbólica e ideológica. Como coinciden en señalar muchos poetas e intelectuales, el Caribe comparte una historia común “de lava, tormentas, terremotos, coral, y las memorias de Atlantis, Atahualpa y Ashanti”<sup>10</sup> y son escenario de plantación y cimarronaje, de azúcar y exilio, de cricket, baseball y limbo, de ritmo y sumersión, de mestizaje y mimesis, de enajenación y también de rebeldía y revolución.

De este modo, el ser caribeño no es un ser dado, ahora y ahí, petrificado y detenido en sus retratos y descrito por las ciencias humanas –aunque no hay nada que así se dé en la realidad– sino es un ser en devenir, en proceso de estar siendo. Como asegura Hegel, “el ser está contenido en el comienzo” en la medida que el no-ser es ya ser, pues lo que comienza, “va hacia el

<sup>8</sup>Jean Bernabé, Patrick Chamoiseau y Raphaël Confiant. *Éloge de la Créolité*. Paris: Gallimard, 1989.

<sup>9</sup>Rex Nettleford. *Inward Stretch, Outward Reach: A voice from the Caribbean*. N.Y.: The MacMillan Press, 1995, p. 36.

<sup>10</sup>Edward Kamau Brathwaite. *Caribbean Man in Space and Time. A Bibliographical and Conceptual Approach*. Kingston, Jamaica, Savacou publications, 1974, p. 23.

ser... se aleja del no-ser, lo elimina,... como a un contrario...”.<sup>11</sup> Y este devenir resaltado por Lenin en su lectura de Hegel<sup>12</sup> es lo que Kamau Brathwaite entendiera como proceso en curso de *creolization* o del estar siendo del ser caribeño,<sup>13</sup> es ese “color cubano” en devenir mestizo de Nicolás Guillén; lo mismo que Fernando Ortiz describiera como ese “caldo de Cuba” que se cuece con hervores de ajíaco; esa personalidad colectiva o nación que nos falta y va en formación, de Jorge Mañach.

El *onto* caribeño, el ser histórico cultural, no es proceso terminado y cuajado, es proceso en marcha, con lo cual su expresión conceptual será espejo en el cual ella se mirará y a su vez estará dado por sus pensadores, que se distinguen en el trabajo intelectual como conceptos de esta realidad, de este ser en curso. Pero, para la obra crítica intelectual –a partir de la Revolución haitiana–, ha quedado establecido que ‘el caribeño’ no puede ser resuelto ya más, en términos racistas ni dogmáticos, de modo abstracto, ni acorde a las representaciones de la etnología, la antropología o las ciencias fisiológicas y sociales occidentales, sino ha comenzado a ser el criollo, el negro, el mulato, el *beké*, el emigrado y el migrante en la diáspora, el colono y el colonizado, el sujeto obligado a la mimesis y al arrinconamiento en la historia. Su ser es el medio socio-cultural vivo y en desarrollo que hereda, en su proceso de acriollamiento, todo su acumulado histórico.

Al mismo tiempo, esta asunción dada por los pensadores insulares, no implica caer en particularismos exacerbados ni nacionalismos fundamentalistas, ni quedar atrapado dentro de formas agresivas y autolimitadoras de particulares, como de universales abstractos y descarnados, de reduccionismos europeos, como reclamaran Césaire, Fanon, Glissant, Deprestre, entre tantos otros; pues en sus textos hay una adecuada comprensión de lo individual como lo universal en el sentido aristotélico, donde este solo existe en conexión que conduce a lo universal, y lo universal existe en lo individual y a través de ello. Para la intelectualidad crítica, todo individual es universal, como todo universal es fragmento, un aspecto o la esencia de lo individual y abarca a los objetos individuales.

<sup>11</sup>G. W. F. Hegel. *Ciencia de la lógica*. Argentina: Solar/Hachete, 1974, t. 1, p. 68.

<sup>12</sup>V.I. Lenin. *Cuadernos filosóficos*. En: *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1986, t. 29, p. 91.

<sup>13</sup>Kamau Brathwaite expone ejemplarmente este ‘estar siendo’ caribeño en *Contradictory Omens. Cultural diversity and integration in the Caribbean*. Jamaica: Savacou, 1974. Estas ideas forman parte de su tesis de doctorado, presentada en la Universidad de Sussex, en 1968, con el título: *The Development of Creole Society in Jamaica 1770-1820* (publicado en 1971). Recientemente fue publicado en español en: *La unidad submarina. Ensayos Caribeños*, una selección con estudio preliminar y entrevista realizados por Florencia Bonfiglio. [Buenos Aires: Katatay, 2010]. Hay una reseña del autor de este ensayo en *Casa de las Américas*. Nro. 264, julio-septiembre de 2011, pp. 162-167.



En consecuencia, si la realidad es como la concibe su intelectualidad, para ello se ha valido de otras conceptualizaciones, aquellas que surgen de las formas transdisciplinares de asirle. Y este ha sido un reclamo constante en los giros hacia la problemática racial, identitaria, histórica, antropológica, de desarrollo económico-social, que han reclamado, desde el enraizamiento en su tronco (José Martí) hasta la caribeñización y la soberanía epistémica (Grupo Nuevo Mundo), con enfoque holístico y escasamente dado por medio de las disciplinas tradicionales.

Apuntar a una realidad caribeña, a un ser caribeño, a una ontología, no significa igualarla a la construcción filosófica de un discurso de su tipo –como los desarrollados por filósofos occidentales heideggerianos o en la filosofía latinoamericana del siglo XX –. Este tampoco ha sido un discurso filosófico propio en el Caribe, construido sobre su realidad, ni es un ontologismo forzado, sino, la reflexión que coincide en el mismo tiempo histórico, con la filosofía latinoamericana cuando pensara sobre la identidad, las raíces indígenas profundas, la cultura, el ser, el ente particular nacional latinoamericano, “el hombre de carne y hueso”, como también se expresa en los estudios de intelectuales antillanos como Fernando Ortiz, Jean Price-Mars, Jorge Mañach, etc.<sup>14</sup>

V. I. Lenin, al leer la *Ciencia de la lógica* de Hegel a finales de 1914 y 1915, sumergido en la biblioteca de Berna, Suiza, resaltaba desde sus primeros apuntes y hasta el final de ellos, la unidad del conocimiento con “el desarrollo de toda la vida natural y espiritual”, la unidad entre la realidad (la existencia, el ser), la lógica y la teoría del conocimiento (o gnoseología) y la dialéctica. Las categorías y los conceptos que expresan el mundo, sus dimensiones ontológicas, no representan verdades definitivas en última instancia, sino que constituyen el

<sup>14</sup>Para la “filosofía latinoamericana”, como proyecto debatido en el siglo XX, la pregunta por la existencia, por el ser latinoamericano, su ontología, constituyó una cuestión esencial que fue más allá de la lectura académica de Heidegger y de la fenomenología, o de la cuestión puramente académica, para convertirse en una pregunta práctica y necesaria. Una muestra de la preocupación ontológica es la obra del filósofo argentino Rodolfo Kusch (*La seducción de la barbarie. Análisis herético de un continente mestizo* (1953) y *América profunda* (1962)). Es común asociar a la preocupación por el ser americano, los intentos por repensar la identidad latinoamericana a partir de los reclamos nacionalistas tras la revolución de 1910 en México, con la cual se promovió la reflexión sobre el “ser” del hombre mexicano (José Vasconcelos. *La raza cósmica. Misión de la raza Iberoamericana* (1925); *Indología: una interpretación de la cultura iberoamericana* (1926)). Otro caso ejemplar de la preocupación lo constituyó *El perfil del hombre y la cultura en México* (1934) de Samuel Ramos, donde quedó expuesta la idea de una filosofía sobre lo mexicano. A ello le siguió la creación del Grupo Hiperión, con Leopoldo Zea, Emilio Uranga, Jorge Portilla, Luis Villoro y Joaquín Sánchez McGregor, entre otros, de los cuales se destacan de Uranga *Análisis del ser mexicano* (1952) o de Portilla, *Fenomenología del relajo* (1966).

conocimiento de un mundo en desarrollo. Así, la ontología deviene gnoseología de la realidad objetiva, en tanto “el mundo es el otro ser de la idea”, como revelara Hegel.<sup>15</sup>

De este modo, los conceptos con los cuales aprehendemos la realidad, no son figuras eternas, atemporales, separadas del contexto, de las condiciones en las que surgen y se expresan. Estos abarcan una realidad resultante de la historia insular, diferente de una isla a otra, y aun más, de estas con el continente, dadas no con simultaneidad temporal y espacial, e impuestos por los poderes imperiales y la propia condición geofísica. Los conceptos –negritud, choteo, *creolization*, frontera imperial, condenados de la tierra, discurso antillano, antillanidad, poética de la relación, transculturación, y conceptos-metáforas como “caliban”–, son expresión teórico-filosófica de la realidad, de la existencia caribeña, y constituyen de este modo conceptos histórico-concretos, encajados al mundo que refieren, inaplicables siempre a todos los pequeños espacios como a sus bordes continentales.

Si para la Europa de los siglos XVI-XVIII, los desafíos a los valores medievales y el enfrentamiento político ante el poder de la iglesia, se daba en una especie de ‘cruzada’ contra las verdades de la fe, por lo que se generaban debates ontológicos, gnoseológicos, epistémicos; en el mundo caribeño, son otras las problemáticas y por tanto la naturaleza de los debates. Aquí la realidad resultante de la experiencia colonial genera otros temas y conceptos, que subvierten aquellos de la filosofía tradicional, muchos de los cuales ocultan o desfiguran las realidades del Sur, o simplemente existen al margen de esta realidad. Toda la filosofía occidental desconoce la experiencia genocida de la conquista como de la trata negra, máxima expresión de holocausto y fascismo moderno.

Los temas que preocupan al pensamiento crítico-filosófico insular comparten la misma suerte de los pueblos del sur, colonizados y sojuzgados por los centros de poder imperial y sus lógicas de dominación. De ahí que las ideas de José Martí, Ramón Emeterio Betances, Eugenio María de Hostos, sean gemelas de las de Bolívar o San Martín, como que el pensamiento y la acción del Che Guevara y Frantz Fanon pertenezcan a los pueblos del Tercer Mundo, a África, el Caribe y Latinoamérica. Este rasgo evidencia la existencia de redes periféricas de pensamiento, de crítica y de acción, que les ubican en un nivel de universalización mayor.

Pero si bien no toda situación problemática genera filosofía, hay ‘núcleos problemáticos’<sup>16</sup> que generan conceptos ligados a la praxis histórica y muestran la preocupación del pensamiento,

<sup>15</sup>Cfr. V.I. Lenin. *Cuadernos filosóficos*. Ob. cit., pp. 78, 163, 187.

expresado tanto en las obras más académicas, como en aquella, de autores no estrictamente considerados “filósofos” en el ejercicio profesional del oficio.

Veamos entonces como la preocupación por la fiabilidad de los modos cómo conocemos nuestro mundo, ha sido uno de los grandes temas que han generado en el pensamiento caribeño, conceptos e inquietudes filosóficas, generalmente al margen de las formas tradicionales, académico-profesorales de la filosofía.

### **Conceptos del Debate Epistémico Caribeño. El Caso del Grupo Nuevo Mundo**

Una de las problemáticas del estudio de las realidades del sur, y en este caso del Caribe, es replantear lo dado, las teorías vigentes del mundo metropolitano u occidental y buscar conceptos que se adecuen a la realidad insular. Hay insatisfacción en las herramientas teóricas y estas requieren ser readecuadas.

El mundo resultante del proceso de la historia exige cuestionar la realidad económica, social, cultural, antropológica, lingüística, religiosa, las formas de expresión suya y su riqueza. Estudiosos como Fernando Ortiz se lanzaron a redescubrir la otra raíz de la nacionalidad cubana; Jorge Mañach presupuso un concepto que expresa lo repetitivo, lo común y universal; Alejo Carpentier “jugaba” con la historia y su inversión; Nicolás Guillén, Palés Matos, Antonio Pedreira, los hermanos Enríquez Ureña, se convirtieron en críticos de lo propio frente a lo dado como universal para descubrir lo particular reiterado, lo estable en ello, lo común a este fragmento del mundo que se hace un todo. En el Caribe dominado por Francia, Holanda y en el Caribe de dominio británico, de igual modo hay un cuestionamiento y una búsqueda de lo inmutable y de cómo hacer para conocerlo. Hay búsqueda de conceptos que permitan aprehender y transformar la realidad política, las condiciones de dependencia colonial, y culturales.

---

<sup>16</sup> ‘Núcleos problemáticos’ es un concepto utilizado por Enrique Dussel para referirse a los problemas que se hacen temas de la filosofía y generan una reflexión conceptual, no siempre los mismos para todos, tal y como la praxis es diferente en cada momento y lugar. “Todos los pueblos tienen sus ‘núcleos problemáticos’, que son universales y consisten en aquel conjunto de preguntas fundamentales (es decir, ontológicas) que el *homo sapiens* debió hacerse llegado a su madurez específica”. E. Dussel, *El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y “latino” [1300-2000]. Historia, corrientes, temas y filósofos*. Ob. cit., p. 15.

Pero también hay otros conceptos que se inscriben en el debate epistémico caribeño, pues la imposición de perspectivas y nociones cognoscitivas, éticas, estéticas del mundo dominante en el mundo colonizado ha sido puesta en solfa por la intelectualidad crítica regional. Tanto para José Martí, que reclamaba superar la colonia que vive en las repúblicas y lograr un cambio de espíritu, como para muchos otros, las demandas políticas, sociales y culturales han impuesto pensar en los conceptos mismos con los cuales conocer.

Un caso notable es la formulación de conceptos de este tipo entre pensadores del Caribe anglófono en la década del sesenta, un tiempo en el cual se ganaba la peculiar independencia de las islas caribeñas de la corona británica, con Jamaica y Trinidad y Tobago, seguida de Guyana y Barbados, lo cual provocaba la necesidad de pensar para actuar. Así sucedió con intrépidos graduados de diferentes disciplinas en Gran Bretaña, sumados activamente a su nuevo mundo, quienes comenzaron a reunirse en el Instituto de Investigaciones Sociales y Económicas (*Institute for Social and Economic Research, ISER*), de la UWI, en Mona y luego en Georgetown, Guyana.

El denominado Grupo Nuevo Mundo (*New World Group*), creó una revista del mismo nombre, (*New World Fortnightly*, en Guyana y *New World Quarterly*, en Jamaica) y estuvo integrado por Lloyd Best, George Beckford, William Demas, Alain McIntyre, Norman Girvan, David deCaires, Miles Fitzpatrick, James Millette, Owen Jefferson, Roy Augier, Mervyn Alleyne, Alister McIntyre, Vaughn Lewis, Havelock Brewster, Sylvia Wynter y Kari Polanyi Levitt, (de Canadá), entre otros. Sus aportes teóricos fueron diversos, deviniendo en el referente teórico principal de su tiempo, publicando además de los 12 números de la revista, una decena de libros, artículos y conferencias.

De este tiempo, y de su autoría aparecen conceptos como ‘decolonización epistémica’, ‘soberanía epistémica’, ‘caribeñización epistémica’, y el afán por afirmar una cosmología pan-caribeña sin fronteras lingüísticas, enraizada en la experiencia, la historia y la práctica insular, como punto de partida para desarrollar una teoría de la sociedad caribeña, con enfoque holístico, una vez que la teoría social comprendía la economía, la sociedad, la política y la cultura.<sup>17</sup> Su contenido conceptual está estrechamente relacionado con la acción práctica, innovadora en las ciencias y en la inversión de las teorías y las prácticas concretas a asumir en los jóvenes estados-nación.

<sup>17</sup> Norman Girvan. “Lloyd Best and the Birth of the New World Group”. *Trinidad and Tobago Review*. Abril, 2007.

A partir de las exigencias por alcanzar la independencia, que consideran que también es epistémica, estos autores propusieron desarrollar un método, denominado de “caribeñización epistémica”, el cual abarca el estudio minucioso de la historia y de la realidad contemporánea insular, libre de conceptualizaciones y formulaciones, teorías y dogmas importados de las metrópolis occidentales.

Según Norman Girvan, el fin de la colonia dejaba “carencia de certezas” en las verdades dadas y se necesitaba una especie de “soberanía epistémica” que garantizara y completara el proceso de la independencia. El grupo denominó a este proceso como de “decolonización epistémica”,<sup>18</sup> de “de-colonización intelectual”, antecediendo los atractivos reclamos actuales del Grupo Modernidad-Colonialidad que se propone realizar un giro de-colonial que supere y complete la descolonización política y jurídica, que impulse la heterarquía de las múltiples relaciones raciales, étnicas, sexuales, epistémicas, económicas y de género, que la primera descolonización dejara intactas en Latinoamérica.<sup>19</sup>

La caribeñización de los conceptos y los modos teóricos, para hacer una “teoría caribeña autóctona” y una metodología o teoría del conocimiento “específicamente caribeña” era una de las posturas de Lloyd Best, líder teórico del NWG. Él quiso combatir “el fuego con el fuego”, desmontar la “trampa o forma peculiar de ver”, esa “visión imperial”, y ese “modo colonizante de pensar”, al mismo tiempo que reclamaba no olvidar que la civilización occidental de quinientos años es resultado del intento de liberar a Europa del Islam, del feudalismo y de la iglesia cristiana, quedando como resultado el mundo caribeño “este artefacto histórico de la Europa Occidental”, que es su creación.<sup>20</sup> Según L. Best los académicos insulares “deben inventar una nueva familia de palabras, conceptos y significados, que permitan definir las realidades insulares. El punto de partida de cada disciplina, su perspectiva y aproximaciones deben ser el Caribe”.<sup>21</sup>

<sup>18</sup>Norman Girvan. “New World and its Critics” en: *The Thought of New World. The Quest for Decolonization*. Ian Randle Publishers. Kingston, 2010, pp. 8, 9, 16.

<sup>19</sup>El Grupo Modernidad-Colonialidad surge a inicios de este milenio a partir de la lectura compartida por un grupo de académicos latinoamericanos de Aníbal Quijano, Walter Dignolo y Enrique Dussel en torno a la colonialidad del poder, del saber, la transmodernidad y otras tesis compartidas de I. Wallerstein, Foucault, el marxismo, la filosofía y la sociología latinoamericanas como los estudios poscoloniales, entre otros, con el propósito, como dijera Arturo Escobar en 2002, de buscar “un mundo mejor y un proyecto epistemológico nuevo”.

<sup>20</sup>Lloyd Best, Kari Polanyi Levitt. *La teoría de la economía de plantación. Una aproximación histórica e institucional del desarrollo del Caribe*. La Habana: Casa de las Américas, 2008, p 2.

<sup>21</sup>*Independent Thought and Caribbean Freedom: Essays in Honour of Lloyd Best*. Editado por Selwyn Ryan. St. Augustine, Trinidad: SALISES, 2003. p. 16.

Las propuestas de Best están estrechamente ligadas a la vida política inmediata y agitada, sobre la cual desempeñaron un notable papel. Además de constituir una tendencia líder de la academia caribeña, sus integrantes devinieron partícipes de la vida real de cambios de los países “independizados”, e intervinieron en la toma de decisiones de los gobiernos de Jamaica, Trinidad y Tobago y la Guyana, a los cuales le sirvieron con asesorías *ad hoc* –una vez que para ellos la teoría juega otro papel, y es esencial en el cambio social; “las ideas son acción”, decía Best.<sup>22</sup>

En estrecha relación con las propuestas epistémicas propusieron desarrollar un “pensamiento independiente” (*Independent thought*),<sup>23</sup> pues en la región, el pensamiento, o bien se ha refugiado en un científicismo estéril, o en un populismo barato. “Y siendo quienes somos, lo que hacemos y donde, ello es determinante”<sup>24</sup> desarrollar un pensamiento de este tipo significa ser independiente de los presupuestos y teorías metropolitanas, de las perspectivas vigentes; mientras en política significaba ser nacionalista y a su vez, distante del marxismo en su versión conservadora, dogmática, como de otros compromisos políticos regionales.<sup>25</sup>

Entre su crítica a las posiciones teóricas de occidente está la crítica al positivismo, al desarrollismo tercermundista y al marxismo, este último expresado como “forma de pensamiento evangélico” y doctrina autoritaria que da muerte a movimientos democráticos populares y que socava el surgimiento de un cuerpo de pensamiento relevante para el Caribe.<sup>26</sup> Mientras el cambio social reclama reconsiderar las condiciones de la región de

<sup>22</sup>Las propuestas en el campo epistémico, de ruptura y enraizamiento en la región se da en tiempos críticos, no solo en el espacio insular que salía de la Crisis de Octubre de 1962 y la ocupación de Rep. Dominicana en 1965, sino que es también el tiempo de la descolonización en África, la guerra en Vietnam, sucesos en Europa y de movimientos sociales y de contracultura en Norteamérica. Eran instantes de radicalización de los procesos políticos y sociales, como de máxima expresión de la Guerra Fría. Ello generó una posición crítica, escéptica, de los intelectuales insulares frente a perspectivas ajenas a la realidad insular, al mismo tiempo que se sumaban a la crítica radical a las formas clásicas de saber.

<sup>23</sup>Lloyd Best. “Independent Thought and Caribbean Freedom”. Ponencia presentada en la Conferencia de Asuntos Caribeños. Montreal, 1966. La misma fue publicada en *New World Quarterly*, Vol. 3, Nro. 4, 1967 y en otras selecciones de texto como: *Reading in the Political Economy of the Caribbean*, compilado y editado por Norman Girvan y Owen Jefferson. Jamaica: New World Group, 1971, pp. 7-28; y en *Independent Thought and Caribbean Freedom: Essays in Honour of Lloyd Best*. Ob. cit.

<sup>24</sup>Ver: *Independent Thought and Caribbean Freedom: Essays in Honour of Lloyd Best*. Ob. cit., p. 25.

<sup>25</sup>Kari Polanyi Levitt, Profesora de Mérito de la Universidad McGill, en Montreal, Canadá, fue activa colaboradora del NGW y coautora con L. Best de la teoría de la economía de plantación. Ella refiere en entrevista realizada, (inédita) el carácter conservador de L. Best. Ella considera que su reclamado pensamiento independentista, significaba ser independiente de las nociones metropolitanas, incluido el marxismo, pero al mismo tiempo era expresión de su nacionalismo, compartido con otros. Además, Polanyi valora sus innegables aciertos académicos como economista y acucioso investigador, sin embargo, reconoce sus torpezas en el plano de la política, en el grupo y en el partido Tapia, creado por él con posterioridad.

<sup>26</sup>Brian Meeks. “The People and the Road not Taking in 1970”. En: *Independent Thought and Caribbean Freedom: Essays in Honour of Lloyd Best*. Ob. cit., p. 80.

arriba a abajo, es necesario repensar la realidad, la cual ha generado un nuevo tipo de movimiento político, con lo cual el marxismo no escapa de la propuesta de reevaluación.<sup>27</sup> Sin embargo, para los jóvenes intelectuales, el estrenado proceso cubano servía de norte, amén de las contradicciones visibles, sobre todo por la presencia soviética.<sup>28</sup>

Para L. Best y G. Beckford, el análisis clásico de las clases sociales y la lucha de clases son limitadas en el Caribe, en una sociedad de plantación, signada por la historia de la trata y la explotación de africanos, marcada por la historia de la explotación, la marginalización y la dependencia, y una población en un 95% negra, excluida, marcada por el racismo moderno. Best considera que la distinción de clases es vital para la sociología política, no así para el estudio de las sociedades caribeñas. En el Caribe hay estratificación y no clases sociales en el sentido clásico. –“Nosotros tenemos estratificación y estratificación social no es clases sociales”– al mismo tiempo que argumenta que no hay vanguardias, elites que dirijan, etc.<sup>29</sup>

En el Caribe se da una situación similar a la caracterizada por Fanon para África, del mismo modo que se apoya en la caracterización de la esclavitud del negro realizada por E. Williams en *Capitalismo y esclavitud*. Best plantea que en el contexto de Trinidad y Tobago, las identidades tribales se basan en afiliaciones étnicas o religiosas como eje central de la solidaridad de grupos.<sup>30</sup> Mientras tanto Beckford criticó la ausencia de la cuestión racial en el análisis clásico de las clases sociales en el Caribe, una sociedad de plantación donde el trabajo estuvo basado en la explotación del esclavo negro, cuestión que marcara estructuralmente a las mismas, fundamentalmente de las islas anglófonas.

Uno de los rasgos propios de los intelectuales que enfrentaban “con fuego el fuego” fue su adecuada comprensión del papel de las ideas en la acción, en la práctica y el papel del intelectual en los procesos de cambio social. Lloyd Best aseveraba que “las ideas son acción”. Aquello que “es real para la colectividad” –afirmaba–, lo es en la medida “que es significativo para la política” y hacer de ello un bien público, un bien común, constituye la tarea de los in-

<sup>27</sup>Trevor Monroe, secretario del Partido Comunista de Jamaica, considera idealista, en el sentido hegeliano a L. Best y califica a los restantes miembros del NWG –aunque los reconoce como muy influyentes en el entorno académico insular–, de ideólogos burgueses. Ver: Trevor Monroe, “Bourgeois Idelism and Commonwealth Caribbean Intellectuals: The Case of New World”, Jamaica: UWI, 1971.

<sup>28</sup>Si bien Cuba es central en la perspectiva de los intelectuales caribeños y es un faro visible, valoraban con sospecha la influencia y el alineamiento con la URSS, el compartir su hegemonía por razones de estrategia en el mundo bipolar; pero, sobre todo, fue más aguda la crítica tras los sucesos de Granada en 1983 y el giro contrarrevolucionario posterior dado en el Caribe.

<sup>29</sup>Ver: “A Caribbean Life: An Interview with Lloyd Best”. En: *The Thought of New World. The Quest for Decolonization*. Ob. cit., pp. 279-282.

<sup>30</sup>Ver el ensayo: “Independent Thought and Caribbean Freedom”. Ob. cit.

telectuales de este mundo nuevo tras la independencia.<sup>31</sup> Tanto su labor intelectual como su caótico desenvolvimiento en la política hicieron de ellos un grupo desalienado, ajeno a las posturas de la academia y siempre activos intelectuales, con una finalidad práctica, un compromiso, lo cual es común a todos los intelectuales críticos, a los pensadores caribeños.

Para emprender la transformación social en las islas convertidas en Estados nación, en sus pequeñas sociedades y economías, las ideas serían esenciales y estas debían salir, enraizarse en ella. De la noción tradicional de la relación entre la teoría y la práctica, enfatizan el papel de la primera para el desarrollo de la segunda, y le atribuyen un papel esencial al desarrollo de la conciencia, la cual debe “ser forjada” (y a lo cual el intelectual debe contribuir, justamente a elevarla y crear consenso). La acción, si no es ciega, presupone la teoría, afirma Best. “Si le dedicamos atención a la producción de libros, panfletos y revistas, y si lo hacemos bien, sería suficiente” –añade– “Los organizadores de la política podrían crecer con algo que decir, al menos con algo que no han falsificado simplemente de *Monthly Review* o han tomado prestado del último Jules Dubois”<sup>32</sup>

Pero, uno de los requerimientos –según Best–, consiste en comprender la historia, el pasado que se desconoce, en la medida en que no se aprecia el lugar de la conquista, la trata, la esclavitud, el azúcar, hasta la derrota moral del “estado libre asociado”, el lugar de la plantación y toda su herencia en los líderes fundadores. La ignorancia de la experiencia histórica es dañina y este fenómeno necesita ser corregido, demorarlo podría tener un costo elevado, reconoce Best.<sup>33</sup>

Desde estos posicionamientos el NWG desarrolla una de las ideas de más amplio reconocimiento. Se trata de la consideración del Caribe como un sistema de plantación, resultado del diálogo entre historiadores, sociólogos, antropólogos sociales, y que convierten en un paradigma para su estudio, en un marco teórico para el conocimiento del pasado colonial, y del presente, fundamentalmente de las *West Indies* que ellos tienen ante sí como realidad inmediata: el Caribe anglófono y las islas lindantes a este, no así, en mucho, a las antillas hispanas.<sup>34</sup>

<sup>31</sup>Ídem, p. 27.

<sup>32</sup>Ídem, p. 26.

<sup>33</sup>Ídem, p. 29.

<sup>34</sup>La propia investigadora Kari Polanyi Levitt reconoce, en la mencionada entrevista, su escaso conocimiento del Caribe hispano y sus conclusiones, en ocasiones, por pura aproximación.



Como consecuencia de ello se desarrolla la teoría de la economía de plantación, por Lloyd Best y Kari Polanyi Levitt. La misma reviste importancia filosófica en la medida que no es solo una teoría económica, atiborrada de “datos empíricos”, sino que comparte la idea fundacional del grupo de considerar la plantación como modelo teórico que permita aprehender y estudiar la realidad caribeña, lo cual le atribuye su especificidad y marca, su desenvolvimiento estructural, institucional, social, antropológico, cosmovisivo. Para los autores, la economía de plantación es tratada como “un tipo ideal” de sociedad que hace abstracciones de las diferencias de las economías de plantaciones específicas,” de las experiencias históricas individuales para quedar con el modelo de la plantación.<sup>35</sup>

A partir del método de la *histoire raisonnée* (“historia razonada”), sus autores construyeron varios modelos –economía de plantación pura, economía de plantación modificada y economía de plantación modificada en mayor grado– para representar la típica economía caribeña durante sus tres principales periodos históricos.

Si bien los críticos de la teoría apuntan a la ausencia del dato empírico, cuestión rebatida por la autora Polanyi Levitt, ello hace que otros refieran justamente su valor general, modélico, filosófico. George Beckford asevera que el acercamiento es exploratorio, y que no hay una carga de sobre generalizaciones, como tampoco está ausente la documentación que le avale. Este es un libro de “ideas”, dice Beckford. Y se necesita más de “estudios preñados de ideas que repletos de detalles estériles.”<sup>36</sup> Best, a su vez, argumenta que los modelos de la economía de plantación se expusieron como ayuda para discernir las situaciones azarosas caribeñas como legado de la historia, como simples herramientas para captar la complejidad y como formulación parcial que apunta al todo caribeño.<sup>37</sup>

La necesidad de comprender el mundo antillano que necesita ser transformado –tras la independencia de Inglaterra– un mundo pequeño, con una herencia que afecta estructuralmente a las minúsculas economías, propio del *capitalismo periférico* es emprendida, como lo considera Girvan, en una especie de “marxismo tercermundista”. Y este se distingue del marxismo-leninismo ortodoxo, pues el mismo tendía a considerar el

<sup>35</sup>Ll. Best, K. Polanyi. *La teoría de la economía de plantación*. (Ob. cit.,) A lo largo del libro se expone la teoría, publicada de modo unido en inglés en 2009. Con anterioridad fue publicada en diferentes partes y nunca de modo concluida, como esta vez lo realiza Kari Polanyi Levitt conjuntamente con Best.

<sup>36</sup>George Beckford. *Persistent Poverty*. Ob. cit., p. VI-VIII.

<sup>37</sup>Ver: Norman Girvan. “New World and its Critics” en: *The Thought of New World. The Quest for Decolonization*. Obra cit, pp. 16-17.

subdesarrollo como fase “precapitalista” o como una forma de “capitalismo primitivo”, mientras las realidades del sur incorporan otro contenido que le enriquece, mientras se enfrenta a la teoría consumada en textos y manuales.<sup>38</sup>

Los conceptos y reclamos por un “Pensamiento independiente”, una “caribeñización epistémica”, el logro de una “soberanía epistémica” y la “decolonización epistémica”, entre otros, no dejan de significar un giro filosófico esencial y una revolución de los presupuestos en los cuales se debe sustentar el estudio del Caribe, la realidad, el *onto*, del ser insular.<sup>39</sup>

Si bien la teoría de la economía de plantación ha significado un punto de vista peculiar de mirar hacia la historia y la economía insular, es un modo de filosofar y de efectuar un acercamiento reflexivo. Tanto para Girvan como para Beckford, al NWG le faltó una filosofía explícita, que diera cuenta de qué es la realidad, la verdad, que desarrollara una epistemología (exigencia hecha en el sentido tradicional); sin embargo, en este proverbial “diálogo de sordos”, como afirman ellos, se espera aun por la atención de una generación fresca de estudiosos caribeños que revele su lugar y la desarrolle,<sup>40</sup> cuestión que se va dando y se urde en los espacios académicos y prácticos.

El presente recorrido por la realidad y la necesidad de subvertir los presupuestos de cómo le conocemos y le aprehendemos, fue una constante para este grupo intelectual y a su vez un modo de su asunción crítica. Reconocerles es una aquiescencia en la compleja trama de Nuestra América.

## **Bibliografía**

1. Benítez Rojo, Antonio. *La isla que se repite*. Barcelona: Editorial Casiopea, 1998.
2. Benn, D. *The Caribbean. An Intellectual History 1774-2003*. Kingston, Ian Randle Publishers. 2004

<sup>38</sup>Norman Girvan. “Lloyd Best and the birth of the New World Group”. Ob. cit.

<sup>39</sup>Rupert Lewis considera que la agenda del NWG no solo cubría aspectos económicos, de las ciencias sociales, sino, fueron influyentes en la literatura, en las humanidades. Al mismo tiempo considera que fueron más débiles en filosofía, precisamente por medirla con el cartabón occidental. Ver: Rupert Lewis. “Lloyd Best and Epistemic Challenges”. Cfr. *Independent Thought and Caribbean Freedom: Essays in Honour of Lloyd Best*. Ob. cit., p. 89.

<sup>40</sup>Norman Girvan. “New World and its Critics”. Obra cit, p. 17.

3. Best, L. "Independent Thought and Caribbean Freedom". En: *Readings in the Political Economy of the Caribbean*. Norman Girvan y O. Jefferson. Kingston, Jamaica, New World Group. 1966
4. Best, Lloyd, Polanyi Levitt, Kari. *La teoría de la economía de plantación. Una aproximación histórica e institucional del desarrollo del Caribe*. La Habana: Casa de las Américas, 2008.
5. Dussel E.; Mendieta E.; Bohórquez, C. (2009). *El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y "latino" [1300-2000]: historia, corrientes, temas y filósofos*. México, Siglo XXI.
6. *El Gran Caribe en el siglo XXI: Crisis y respuestas*. Buenos Aires: CLACSO, 2013.
7. G. W. F. Hegel. *Lecciones sobre la historia de la filosofía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1955.
8. Girvan, Norman. "Lloyd Best and the Birth of the New World Group". *Trinidad and Tobago Review*. Abril, 2007.
9. Glissant, E. *Une nouvelle région du Monde. Esthétique I*. Paris: Gallimard, 2006, pp. 36-37; 187.
10. *Independent Thought and Caribbean Freedom: Essays in Honor of Lloyd Best*. St. Augustine, Trinidad y Tobago, Sir Arthur Lewis Institute of Social and Economic Studies, 2010.
11. Jean Bernabé, Patrick Chamoiseur y Raphaël Confiant. *Éloge de la Créolité*. Paris: Gallimard, 1989.
12. Kamau Brathwaite, Edward. *Caribbean Man in Space and Time. A Bibliographical and Conceptual Approach*. Kingston, Jamaica, Savacou publications, 1974.
13. Kamau Brathwaite. *Contradictory Omens. Cultural diversity and integration in the Caribbean*. Jamaica: Savacou, 1974.
14. Lenin, V.I.. *Cuadernos filosóficos*. En: *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1986, t. 29.
15. Nettleford, Rex. *Inward Stretch, Outward Reach: A voice from the Caribbean*. N.Y.: The MacMillan Press, 1995.
16. *The Thought of New World. The Quest for Decolonization*. Ian Randle Publishers. Kingston, 2010.

## Frantz Fanon y la enajenación del negro y del blanco en el sistema colonial<sup>41</sup>

Recibido 07.05.2016  
Aprovado 01.07.2016

Ana Catarina Zema de Resende<sup>42</sup>

### Resumen

A partir de la lectura de *Piel negra, máscaras blancas*, propongo en este artículo reflexionar sobre las ideas de Frantz Fanon a cerca de la enajenación del negro y del blanco en el sistema colonial. El objetivo es recuperar algunos de los principales aportes de Fanon para la comprensión del racismo colonial desde su teoría de la enajenación. Fanon presenta la enajenación como un paso previo a la esclavitud y al colonialismo, necesario para el mantenimiento de la explotación económica y analiza las conductas identitarias de "vergüenza de sí" como el resultado de la dominación colonial. Él describe con precisión el impacto del racismo y del colonialismo y sus efectos destructivos mostrando cómo los mecanismos de enajenación determinan la relación entre el blanco y el negro y cómo se reproducen las jerarquías que rigen estas relaciones. Retomar el pensamiento de Fanon y reconocer la pertinencia y actualidad de sus contribuciones es esencial para poder reubicar la lucha contra todas las formas de dominación en la continuación de la lucha contra el colonialismo en una época en que la identidad racial y el racismo han más que probado su capacidad de persistir en el tiempo y el espacio.

**Palabras clave:** Frantz Fanon; Enajenación; Racismo; Sistema Colonial.

### Frantz Fanon and the Alienation of Black and White in the Colonial System

### Abstract

From the reading of *Black Skin, White Masks*, in this article I propose to reflect on Frantz Fanon's ideas about alienation of black and white in the colonial system. The goal is to recover some of his most important contributions to the understanding of colonial racism from his theory of alienation. Fanon presents alienation as a prior step to slavery and colonialism, necessary for the maintenance of economic exploitation and analyzes the identity conducts of self shame as a result of colonial domination. Fanon accurately describes the impact of racism and colonialism and its destructive effects showing how alienation mechanisms determine the relationship between black and white and

<sup>41</sup>Este ensayo fue presentado como trabajo final en el Seminario *Pensamiento Crítico en el Caribe anglófono y francófono* de la Red CLACSO de Posgrados en Ciencias Sociales, Argentina, en julio 2015. Me gustaría agradecer al Profesor Dr. Félix Valdés García por todas sus enseñanzas y orientaciones. Parte de este trabajo fue presentada en la *IV Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça do Instituto Federal de Brasília IFB – IV Sernegra e II Congresso de Pesquisadores(as) Negros(as) do Centro Oeste – II Copene/CO* en Brasilia, noviembre 2015.

<sup>42</sup>Doctora en Historia Social por la Universidad de Brasilia. Miembro del *Groupe Décolonial de Traduction*. Miembro-investigadora del Grupo de Estudios en Derechos Étnicos Moitará de la Facultad de Derecho de la Universidad de Brasilia. Miembro-investigadora del *Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas LEIJUS* del Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas CEPPAC de la Universidad de Brasilia. Contacto: [ana.zema@gmail.com](mailto:ana.zema@gmail.com)

reproduce hierarchies governing these relationships. Addressing the thought of Fanon and recognizing the relevance and contemporaneity of his contributions is essential to reallocate the fight against all forms of domination in the continuing fight against colonialism in a time in which racial identity and racism have than proved their ability to persist in time and space.

**Keywords:** Frantz Fanon; Alienation; Racism; Colonial System.

## **Frantz Fanon e a Alienação do Negro e do Branco no Sistema Colonial**

### **Resumo**

A partir da leitura de *Pele negra, máscaras brancas*, proponho neste artigo refletir sobre as ideias de Frantz Fanon acerca da alienação do negro e do branco no sistema colonial. O objetivo é recuperar alguns de seus aportes mais importantes para a compreensão do racismo colonial a partir de sua teoria da alienação. Fanon apresenta a alienação como uma etapa prévia à escravidão e ao colonialismo, necessária para a manutenção da exploração econômica e analisa as condutas identitárias de “vergonha de si” como resultado da dominação colonial. Ele descreve com precisão o impacto do racismo e do colonialismo e seus efeitos destrutivos mostrando como os mecanismos de alienação determinam as relações entre negros e brancos e reproduzem as hierarquias que regem essas relações. Retomar o pensamento de Fanon e reconhecer a relevância e atualidade de suas contribuições é fundamental para podermos realocar a luta contra todas as formas de dominação na continuidade da luta contra o colonialismo em uma época em que a identidade racial e o racismo mais que provaram sua capacidade de persistir no tempo e no espaço.

**Palavras-chave:** Frantz Fanon; Alienação; Racismo; Sistema Colonial.

### **Introducción**

Frantz Fanon nació en Fort-de-France en Martinica el 20 de julio de 1925. Pasó su infancia y juventud en la Martinica, estudió en el Lycée Schoelcher y fue alumno de Aimé Césaire. Murió muy joven, a causa de una leucemia en 1961, con apenas treinta y seis años. Antes de partir, dejó para la posteridad dos obras fundamentales: *Piel negra, máscaras blancas* de 1952 y *Los Condenados de la tierra* de 1961 y dos obras menos conocidas: *L'An V de la Révolution Algérienne* (1959) y *Pour la Révolution Africaine. Écrits politiques* (obra póstuma, 1964).

La vida de Fanon fue muy breve pero por sus experiencias vividas y por la grandeza de sus obras, es posible decir que, a pesar de esa brevedad, Fanon vivió la vida de forma muy intensa. Su pensamiento libre y su valiente acción política marcan su historia de vida y toda su obra. Sus libros publicados son testigos de su libre pensamiento, de la fuerza de sus ideas políticas y de sus reflexiones teóricas que ganaron el mundo. Fanon dejó su marca en generaciones de intelectuales anticolonialistas, actores de los movimientos negros de EUA y activistas de extrema izquierda. En los años 1960 y 1970, la lectura de Fanon estaba en los programas de formación política de guerrilleros del Frente Popular de Liberación de Palestina (FPLP) y del Frente para la Liberación de Eritrea (FLE) así como de los *Black Panthers*.

Desde su muerte, sus obras fueron traducidas para muchos idiomas y fueron leídas y releídas por varias generaciones no solo de intelectuales mas también de hombres políticos que les dieran diferentes interpretaciones. Fanon fue considerado por algunos un héroe, por otros un traidor; se quedó olvidado por un tiempo y después fue redescubierto, reconocido y, algunas veces, incomprendido. Así que su obra está “cubierta por estratos sucesivos de recepción” (Bessone, 2011, p. 24) que no deben, todavía, aplacar su importancia y complejidad.

En los años 1980 y 1990, Fanon es redescubierto por intelectuales del Norte. Sus textos han sido discutidos, criticados, analizados en el mundo anglosajón por filósofos, sociólogos, críticos literarios que se inspiraron en sus ideas para renovar la reflexión sobre la "raza", la identidad y la representación<sup>43</sup>. Desde entonces, los escritos de Frantz Fanon reaparecen en el mundo académico levantando controversias y debates intelectuales intensos. Algunos autores trataron de responder a la pregunta acerca de lo que explicaría este retorno a Fanon (Hall; Lauret, 2014; Bhabha, 2007), otros trataron de explicar su relevancia y actualidad en el siglo XXI (Wallerstein, 2008; García, 2013).

Para los pensadores vinculados a los estudios culturales y poscoloniales, la recuperación de los escritos de Fanon, particularmente, de su primer libro *Piel negra, máscaras blancas*, se debe sobre todo a la atención que da Fanon a la dialéctica de la identidad, de la alteridad y a los mecanismos inconscientes del racismo y del colonialismo. Stuart Hall sostiene que es la propuesta fanoniana de "liberar el hombre de color de si mismo" que explica su atracción por todos los que trabajan con "cuestiones de representación y subjetividad como constitutiva de la descolonización" (Stuart Hall, 1996 *apud* Vergès, 2005, p. 52).

Para Wallerstein, Fanon debe ser comprendido como un pensador que pertenece irreduciblemente a su tiempo y su libro no puede ser interpretado como una apelación a una política de identidad. Wallerstein reconoce que el valor y la importancia de una relectura de la obra fanoniana está en que aún existen muchos dilemas colectivos que no fueran resueltos como la cuestión de la violencia necesaria, del fin de la dominación cultural pan-europea y de la lucha de clases. Así explica Wallerstein:

<sup>43</sup>Podemos citar los trabajos de Alan Read (ed.), *The Fact of Blackness. Frantz Fanon and Visual Representation*, Londres, ICA, 1996; Anthony C. Alessandrini (ed.), *Frantz Fanon. Critical Perspectives*, Londres, Routledge, 1999 ; Lewis R. Gordon, T. Denean Sharpley-Whiting et Renée T. White (eds.), *Fanon : A Critical Reader*, Londres, Blackwell, 1996).

No fim e a cabo, o que nos resta de Fanon é mais do que paixão e mais do que um projecto de ação política. Temos um retrato brilhante dos nossos dilemas coletivos. Sem violência, não podemos conseguir nada. Mas a violência, por mais terapêutica e eficaz que seja, não resolve nada. Sem rompermos com a dominação pela cultura pan-europeia, não seremos capazes de ir em frente. Mas a afirmação pertinaz da nossa particularidade é absurda e conduz inevitavelmente a “percalços”. A luta de classes é central, desde que saibamos quais são as classes que estão realmente em luta. Mas as classes lumpen, por si sós, sem uma estrutura organizativa, exaurem-se (2008, p. 11).

Félix Valdés García, considerando que continuamos todavía enfrentando problemas semejantes de dominación y opresión y que las nociones del racismo, de la discriminación y del patriarcalismo continúan vigentes, aduce que releer a Fanon “(...) es volver a rasgar el eurocentrismo y el occidentalismo, afincados en la médula de los huesos del colono y del colonizado, del sujeto social del cambio, ese que se levanta en auténticos procesos emancipadores.” (2013, p. 3).

Sin duda fue la inteligencia, la clareza de sus reflexiones uniendo teoría y práctica y la fuerza política y poética de los escritos de Fanon que suscitaron tantas lecturas, relecturas e interpretaciones hasta los días de hoy. Fanon dejó con sus escritos más preguntas que respuestas y también dejó en abierto muchas tareas pendientes como desafíos para la lucha anticolonial e por la liberación de los oprimidos. Hay muchas razones para retomar su trabajo en el siglo XXI.

Así que se hace todavía necesario conocer el pensamiento de Fanon en el siglo XXI y reconocer sus contribuciones para poder reubicar la lucha contra toda forma de dominación en la continuación de la lucha contra el colonialismo en una época en que la identidad racial y el racismo han más que probado su capacidad de persistir al tiempo y al espacio.

*Los Condenados de la tierra* fue escrito durante su último año de vida como un grito por la descolonización de los pueblos que resuena hasta nuestros días. Considerada su obra más importante, el libro es una invitación a la acción, un llamado a la lucha anticolonial violenta que recibió mucha atención desde el momento de su publicación, a punto de ganar una fuerza y ser llamado por Stuart Hall de la "Biblia de la descolonización" o "el mayor de los documentos teóricos de la revolución de los pueblos colonizados" por Félix Valdés García (2013, p. 15).

Pero es a partir de la lectura de *Piel negra, máscaras blancas* que propongo en este artículo reflexionar sobre las ideas de Fanon a cerca del racismo colonial, sus efectos psíquicos y la enajenación y desenajenación del negro y del blanco. Nuestro objetivo es recuperar algunos de los principales aportes de Fanon para la reflexión sobre la enajenación del negro y del blanco. Antes de eso, sin embargo, me gustaría recordar algunos de los momentos importantes de su biografía que considero relevante para la comprensión de su trayectoria personal e intelectual, ya que fueron sus "experiencias vividas de negro" que lo llevaran a una toma de conciencia a cerca de los mecanismos inconscientes del racismo y del colonialismo y del complejo de inferioridad del negro y de superioridad del blanco.

### **Experiencias Vividas de Negro**

Fanon fue un hombre de acción que dedicó su vida a la militancia por la liberación de los pueblos de África en el contexto de la descolonización. Su historia de vida muestra cómo se dio cuenta poco a poco de lo que es ser negro y cómo emprendió su combate por la conciencia de la enajenación del negro y del blanco, de la lobotomización de los espíritus o de la despersonalización de los pueblos colonizados así como de la relación entre racismo y la colonización.

La primera contribución importante de Fanon son exactamente sus reflexiones sobre la enajenación. Tema este que va a seguir profundizando en toda su obra mostrando que la enajenación del negro y del blanco es una etapa previa a la esclavitud y al colonialismo, necesaria para el mantenimiento de la explotación económica. Para comprender su toma de conciencia del proceso de enajenación, es necesario recurrir a sus experiencias vividas de negro, a su historia personal.

Fanon nació en una familia de la pequeña burguesía negra de Martinica y, a los quince años, tiene su primera percepción del racismo cuando, en 1940, miles de soldados franceses que huían del régimen nazi establecido en Francia, llegan a Martinica. Esos soldados franceses, dice Fanon, tienen una "mentalidad racista pero hasta entonces, latente" y recuerdan, con sus actitudes y su mirada, a los jóvenes antillanos, incluso aquellos que tienen acceso a los estudios, su lugar subalterno y que serán siempre negros para la mirada colonial, no importa



su nivel de estudio. Esta fue, para Fanon, una verdadera “experiencia metafísica” (Fanon *apud* Bouamama, 2014).

En 1943, Fanon alistase como voluntario en las *Forces Françaises Libres* para luchar contra la Alemania nazi y por la liberación de la Francia. En ese momento, sus amigos y profesores del Liceo le advierten diciendo que esta guerra no era "nuestra", que era una guerra de "blancos", que la guerra mata y que no debía ir. Fanon respondió algo como: “*Where there is injustice, where there is assault to human dignity, where ever spirit of human kind is threatened, I will be there, I will fight to the death ...*” (Gordon, 2012). Esta frase manifiesta la primera militancia de Fanon y su “postura universalista de lucha contra la opresión” (Bouamama, 2014).

La experiencia en la guerra fue, para él, decepcionante. En una carta que escribió a su familia, dijo que, si no volviese a Martinica, si muriese en el campo de batalla antes de que el enemigo, que su familia se consolase, y no vuelvas a decir que había muerto por una buena causa, ya que él había descubierto la falsa ideología de los políticos estúpidos. Dijo que se había equivocado y que nada justifica su repentina decisión de convertirse en el defensor de los intereses de los hacendados franceses cuando ellos mismos no están en absoluto preocupados:

*[...] Si je ne retournais pas, si vous appreniez un jour ma mort face à l'ennemi, consolez-vous, mais ne dites jamais: il est mort pour la belle cause [...]; car cette fausse idéologie bouclier des laïciens et des politiciens imbéciles, ne doit plus nous illuminer. Je me suis trompé! Rien ici ne justifie cette subite décision de me faire le défenseur des intérêts du fermier quand lui-même s'en fout (apud Cherki, 2000, p. 25).*

Al igual que muchos otros soldados, Fanon está decepcionado con la guerra. Él se da cuenta de que, en Francia, muchos franceses no estaban dispuestos a morir por el país y percibe que su decisión de defender los intereses de los blancos fue un error.

En 1944, Fanon pasa unas semanas en Argelia para seguir un entrenamiento militar. En su libro *Piel negra, máscaras blancas*, recuerda aquel primer encuentro con la sociedad argelina y la describe como una sociedad muy jerárquica, basada en la “raza”: “El francés no quiere al judío, el cual no quiere al árabe, el cual no quiere al negro...” (1973, p. 84). Fanon percibe en esa estructura piramidal del colonialismo una discriminación racial legal que se traduce por diferentes condiciones materiales con salarios desiguales y condiciones de confort también

desiguales conforme se es metropolitano, antillano o africano (Bouamama, 2014). Él percibe en el ejercito que los soldados no son tratados de la misma manera.

Fanon recuerda un episodio que lo marcó mucho durante este pasaje por Argelia en 1944. Es una “escena horrible” que describe en el capítulo "Guerra colonial y trastornos mentales" del libro *Los condenados de la Tierra*: “Era en Oran en 1944. Del campo donde esperábamos ser embarcados, los militares lanzaban pedazos de pan a pequeños argelinos que se los disputaban con rabia y odio.” (1983, p.157). Según Said Bouamama, este episodio significó para Fanon “el descubrimiento del desprecio colonial por los indígenas” (2014).

Fanon fue herido en la guerra y por su coraje recibió como condecoración la *Croix de Guerre*. En 1945 regresó a Martinica, donde quedó sólo por un tiempo. En este momento, Fanon y su hermano Joby Fanon apoyan la candidatura de Aimé Césaire en las elecciones parlamentarias como candidato del Partido Comunista. En otra ocasión, Fanon escribió acerca de la importancia que tuvo Césaire en la toma de conciencia identitaria de los negros en Martinica (Bouamama, 2014). Félix García comenta la influencia que tuvo Césaire sobre Fanon como un "impulso primordial" cuando tuvo el privilegio de tenerlo como maestro y "cómo referente ingénito de toda su obra crítica posterior." De él Fanon aprendió que "ser negro es bueno y hermoso" (2013, p. 4).

En 1947 regresa a Francia para estudiar medicina en la Universidad de Lyon. Como estudiante de medicina en Francia, tuvo que enfrentar en la metrópoli la mirada de blanco. Después de obtener su título de médico, se especializa en psiquiatría. En 1952, publicó su primer libro *Peau noire, masques blancs* que es el título dado por el editor para su primera tesis *Essai pour la désaliénation du Noir*. En este libro Fanon describe el trabajo de enajenación que se pasaba en las Antillas y especialmente en Martinica que constituye para él un verdadero laboratorio de observación. Cuando escribió su tesis, Fanon era muy joven, tenía apenas 27 años. Ese mismo año se casa con una joven francesa blanca, Josie, una estudiante de Letras que se convirtió después en una periodista.

Una vez completado sus estudios de medicina, decide ir a África. Su primer intento de ir a Senegal, no funciona. En 1953, fue designado médico-jefe de los servicios del Hospital psiquiátrico de Blida en Argelia, donde permaneció por tres años cuidando a los pacientes con problemas mentales en el contexto de la guerra de liberación nacional de Argelia que empezó en el año de 1954.

Cuando llega al hospital de Blida, descubre que el hospital se parecía más con una prisión, especialmente en su área reservada para los argelinos con trastornos mentales, con sus servicios cerrados, cadenas y camisas de fuerza. En este hospital Fanon pondrá en marcha una técnica y un conjunto de reflexiones que aprendió de un médico psiquiatra catalán, el doctor François Tosquelles en el hospital de Saint-Alban en Francia. Tosquelles es un psiquiatra emigrado antifranquista y uno de los inventores de la psiquiatría institucional. Ese movimiento propone como teoría y práctica la desinstitucionalización de la enfermedad, o sea, una humanización de las relaciones entre los pacientes y los médicos. La idea predominante de ese movimiento crítico de la psiquiatría tradicional es que el paciente se encuentra en el centro de la curación, que no debe ser apenas un paciente pasivo, sino que debe ser un agente activo de su propia curación (Bessone, 2011, p. 27 – 28).

Fanon lleva a cabo una revolución de este universo mediante la introducción de la social terapia o la psiquiatría institucional en el hospital. Lucha contra la tesis que combinaba la locura de los indígenas su biología o su cultura. Su análisis es que la enfermedad mental tenía una relación con la situación colonial. Durante los tres años que trabajó en el hospital de Blida, Fanon tuvo la oportunidad de confirmar su convicción de que la violencia de la colonización es total y sistémica y deja consecuencias psicológicas (Bouamama, 2014).

Su militancia contra el colonialismo francés supera rápidamente los límites del hospital. Empieza a atender en el hospital a los *mujahidin*, combatientes o guerrilleros nacionalistas del Frente de Liberación Nacional (FLN) haciendo que estos sean admitidos en el hospital por otro motivo. Por la noche, en secreto, dirigía se al "maquis" en las montañas para ayudar a otros *mujahidin*. Su compromiso psiquiátrico y su militancia política están íntimamente relacionados. Su experiencia como médico psiquiatra va alimentar su pensamiento político y él tratará de pensar en cómo desalienar a toda una sociedad de la misma forma como se piensa la desalienación de un individuo.

Argelia está experimentando un proceso de deshumanización sistemática debido a la guerra. En 1956, tres años después de su entrada en el hospital, él renuncia a su posición de médico y, definitivamente, se dedica al FLN. En su carta de renuncia presentada al Ministro Residente en 1956, Fanon resume la situación de deshumanización sistemática que vivía Argelia en aquel momento:

La Locura es uno de los medios que tiene el hombre de perder su libertad. Y yo puedo afirmar que colocado en esta intersección, he medido con terror la amplitud de la enajenación en los habitantes de este país.

Si la psiquiatría es la técnica médica que se propone permitir al hombre no ser un extraño en su medio, debo afirmar que el árabe, enajenado permanente en su país, vive en un estado de despersonalización absoluta.

¿El Estatuto de Argelia? Una deshumanización sistemática.

Fanon está realmente conmocionado por la violencia de la guerra colonial en Argelia y se da cuenta que no tiene sentido tratar de forma individual las personas traumatizadas por esa violencia, sean los torturadores o mismo sus víctimas, cuando es la propia sociedad que está enferma. En la versión original de la carta en francés, Fanon utiliza la expresión “descerebrar” para explicar que la causa de la guerra colonial está en la tentativa de enajenación de todo un pueblo que empezó desde el principio de la colonización.

*Monsieur le Ministre, les événements actuels qui ensanglantent l'Algérie ne constituent pas aux yeux de l'observateur un scandale. Ce n'est ni un accident, ni une panne du mécanisme. Les événements d'Algérie sont la conséquence logique d'une tentative avortée de décérébrer un peuple (Fanon, 1956).*

En esta carta, Fanon, más allá de mostrar la relación entre la locura, la falta de libertad, el sufrimiento y la enajenación de los hombres y las mujeres, argelinos y franceses, víctimas de la violencia colonial, nos da una lección sobre lo que es ser un intelectual comprometido:

Una sociedad que lleva a sus miembros a soluciones de desesperación es una sociedad no viable, una sociedad que debe ser reemplazada.

El deber del ciudadano es decirlo. Ninguna moral profesional, ninguna solidaridad de clase, ningún deseo de lavar la ropa en casa prevalece aquí. Ninguna mistificación seudonacional obtiene gracia ante la exigencia del pensamiento.

[...]

El trabajador de la ciudad debe colaborar en la manifestación social. Pero es necesario que esté convencido de la excelencia de esta sociedad vivida. Llega el momento en que el silencio se coinvierte en mentira.

Las intenciones dueñas de la existencia personal se acomodan mal a los golpes permanentes a los valores más vulgares.

Desde hace largos meses mi conciencia es el campo de debates imperdonables. Y su conclusión es la voluntad de no desesperar del hombre, es decir, de mí mismo.

Después de su renuncia en 1957, es expulsado de Argelia y se une al *Gouvernement Provisoire de la Révolution d'Algérie* (GPRA) en Túnez. En 1960, durante una misión secreta entre Malí y el Sahara argelino, cae enfermo y descubre que tiene leucemia. Parte

del tratamiento para la leucemia lo hace en la Unión Soviética y luego se traslada a Estados Unidos, donde murió en Washington en 1961. Durante este proceso, dictó la que iba a ser su obra más importante: *Los Condenados de la Tierra*. Fanon murió pocos meses antes de la independencia de Argelia. No tuvo portanto el privilegio de ver la Argelia libre.

Esta mirada retrospectiva sobre algunos elementos biográficos de Fanon nos muestra cómo su trayectoria intelectual está relacionada con su lucha contra el colonialismo. De hecho, su trayectoria política e intelectual revela su progresivo proceso de toma de conciencia de sus experiencias personales. Como bien ha puesto Félix Valdés García,

Entre la vida y la obra de Fanon hay una coherencia ostensible; lo uno y lo otro van estrechamente unidos. Su forma de pensar y de actuar está íntimamente asistida por una armonía y una sensibilidad que hace de sus ideas un testimonio de su tiempo (2013, p. 3).

De las etapas de su vida, podemos destacar como "experiencias vividas de negro": el racismo de Vichy que conoció aún joven en Martinica; más tarde, durante la Segunda Guerra Mundial, vio el valor que tenía la vida de un soldado senegalés y su rechazo a pesar de la lucha común; en París y Lyon, durante sus estudios, él vivió la experiencia de vida de un negro en la metrópoli y entendió que, poco importa su nivel de estudios, la mirada en blanco sobre el negro nunca será en condiciones de igualdad, también fue en esta época, que empezó a pensar los efectos del racismo y el complejo de inferioridad negro; en Argelia, él comprendió el proceso colonial y sus consecuencias destructivas sobre los colonizados.

### **La Enajeción del Negro y del Blanco**

Bajo la influencia de la psiquiatría institucional, Fanon piensa la enajenación, la enfermedad psíquica y el sufrimiento psíquico en su relación con el entorno social en el que se inserta el paciente (Faustino, 2013, p. 219). Fanon pasa a teorizar la enajenación por el color producida por la esclavitud y el colonialismo desde sus primeros escritos. En 1952, publicó su primer artículo "*Le syndrome nord-africain*" en la Revista *Esprit*. Fanon observa la similitud de las patologías "sin lesión" de los inmigrantes del Magreb. Denuncia las frecuentes explicaciones culturalistas de los médicos para esas enfermedades y presenta una "explicación materialista que ubica los síntomas observados en la vida de opresión" mostrando que la verdadera causa

de la enfermedad psíquica no se encuentra en una lesión objetiva, pero en la dominación sufrida (Bouamama, 2014).

Desde sus primeros escritos, Fanon centró sus esfuerzos de comprensión en la enajenación colonial, sus traducciones identitarias y en las resistencias que levanta. Fanon presenta la enajenación como un paso previo a la esclavitud y el colonialismo para mantener la explotación económica y analiza las conductas identitarias de “vergüenza de si mismo” como resultado de la dominación colonial.

En su primera obra *Piel negra, máscaras blancas* analiza el impacto del racismo y del colonialismo y sus efectos destructivos, en particular los mecanismos de enajenación que determinan la relación entre negros y blancos y reproducen las jerarquías que rigen esas relaciones raciales. Fanon describe con precisión el impacto del racismo en el negro. Él hace un análisis minucioso y pormenorizado de todas las patologías que nacen de la internalización del racismo por los negros como la vergüenza de si mismo, los complejos de inferioridad y la fascinación por el blanco. En la introducción, Fanon presenta el problema del negro con una cuestión:

Que quiere el hombre?  
Que quiere el hombre negro?  
Si yo quisiera ganarme a pulso el resentimiento de mis hermanos de color, yo diría que el Negro no es un hombre (1973, p. 8).

Fanon quería saber cómo el negro podría llegar a ser un hombre, ya que “[...] el negro no es un hombre.” Existe una zona del no-ser en donde se encuentra el negro. El negro no es un hombre porque es un hombre negro, o sea, fue establecido en el interior de un universo a partir de una serie de “aberraciones afectivas” que lo definen primero desde el exterior, mas que son introyectadas por él. Del interior de ese universo sería bueno hacerle salir, por eso Fanon dice que su intención no es otra cosa, sino “liberar al hombre de color de sí mismo”.

Fanon explica que existe un “edificio de los complejos” en donde hay anormalidades afectivas que hacen que “El negro quiere ser blanco” y que “el blanco busca apasionadamente realizar una condición de hombre”. Es decir que, “(...) para el negro solo hay un destino. Y este destino es blanco” (1973, p. 10) porque la condición del humano está en la existencia del blanco.

Fanon considera entonces que la comprensión de la relación negro-blanco pasa por la comprensión de un “doble narcisismo” que encera al blanco en su blancura y al negro en su negrura y que generó a un círculo vicioso: “(...) hay blancos que se consideran superiores a los negros” y (...) hay negros que quieren demostrar a los blancos, cueste lo que cueste, la riqueza de su pensamiento, la igual potencia de su espíritu.” (1973, p. 10). Este círculo vicioso corresponde al complejo de inferioridad de negro que tiene como correlato natural el complejo de superioridad del blanco. Fanon lo pone de esa manera cuando afirma: “La inferiorización es el correlativo indígena de la superiorización europea. Tengamos el valor de decirlo: *es el racista el que crea al inferiorizado*” (1973, p. 76).

Fanon busca entender primero el origen de este complejo de inferioridad a partir de un análisis psicológico para después pensar en cómo “liberar al hombre negro a sí mismo”, o sea, en la desalienación del negro. Para Fanon, el complejo de inferioridad se debe a un proceso doble: “Económico, en primer lugar. Por interiorización, o, mejor, epidermización de esta inferioridad, después.” (1973, p. 10). “Epidermización” quiere decir, de acuerdo con Hall, “la inscripción de la raza en la piel” (2014, p. 87). La fuerza de la esclavitud y del colonialismo está en hacer interiorizar ese sentimiento de inferioridad hasta sentirlo en la epidermis, hasta que haga parte y determine a todos nuestros gestos y acciones, como la imagen del “negro espantado, tembloroso, humillado ante el señor blanco” (1973, p. 50) que ni siquiera se atreve a levantar la cabeza y mirar a los ojos del señor. Esa imagen nos da una idea de la violencia psíquica que representó la esclavitud y el colonialismo como proceso de destrucción de la identidad y de enajenación.

Fanon muestra también cómo “el colonialismo blanco impuso una aniquilación de la existencia - su degradación - a sus víctimas (los negros), en la medida en que se les exige que se ajusten a sus valores deformados” (Fotia, 2009, p. 7). La deformación y destrucción de los valores de la cultura colonizada son efectuadas por el hombre blanco para que pueda imponer su dominación sobre el negro y el colonizado. Así lo explica Fanon,

La servidumbre, en el sentido más estricto de la población indígena es la primera necesidad. Para ello hay que destruir sus sistemas de referencia. La expropiación, la desposesión, las razias, el asesinato objetivo, se acumulan con el saqueo de los esquemas culturales o, al menos, condicionan ese saqueo. El panorama social es desestructurado, los valores pisoteados, aplastados, vaciados (Fanon, 1964 *apud* Fotia, 2009, p. 11).

La violencia y el racismo colonial dicen a todo tiempo al negro y al colonizado que la causa de su opresión está en su propia inferioridad, es decir, que la dominación del blanco

colonizador está vinculada a una enajenación cultural que acaba por retirar del colonizado su voluntad de resistir. De hecho, para “sobrevivir al mundo de valores impuesto y dominante”, el colonizado tiene que adaptarse, “tiene que hacer suyos los significados de esa realidad, de la blanquitud, y hundir los suyos, los de esa otra realidad, que son los de la negritud”, o sea, para sobrevivir el colonizado tiene que “adoptar las máscaras blancas del colonizador.” (García, 2013, p. 7).

Los indicios del comportamiento enajenado del colonizado se manifiestan no sólo en la forma cómo él se relaciona con su propia cultura, sino también en la forma cómo se relaciona, en términos culturales, con la sociedad colonial. En ese sentido, Fanon pasa a analizar los diferentes aspectos de las relaciones entre negros y blancos que muestran como funciona la enajenación de uno y de otro: el lenguaje como herramienta de inferiorización, los complejos de inferioridades que estructuran las actitudes de los dominados, el “odio de si mismo”, la voluntad de parecer con el blanco, los problemas de las relaciones de sexo mixtas entre la mujer negra y el hombre blanco y entre la mujer blanca y el hombre negro.

En el capítulo primero “El negro y el lenguaje”, Fanon explica que el fenómeno del lenguaje es muy importante en ese proceso de enajenación por que hablar significa “emplear una cierta sintaxis, poseer la morfología de ésta lengua, pero, fundamentalmente, es asumir una cultura, soportar el peso de una civilización” (1973, p. 14). En ese sentido, “el negro antillano será tanto más blanco, es decir, se parecerá tanto más al verdadero hombre, cuanto más y mejor haga suya la lengua francesa.” (1973, p. 15). El colonizado se siente obligado a dejar su cultura y su propia lengua de lado para adoptar el lenguaje del señor civilizador. Así lo expone Fanon,

Todo pueblo colonizado – es decir, todo pueblo en cuyo seno haya nacido un complejo de inferioridad a consecuencia del enterramiento de la originalidad cultural local – se sitúa siempre, se encara, en relación con la lengua de la nación civilizadora, es decir, de la cultura metropolitana. El colonizado escapará de su selva cuanto más y mejor haga suyos los valores culturales de la metrópoli. Será tanto más blanco cuanto más rechace su negrura, su selva (1973, p. 15).

En la escuela donde se enseña la cultura de la metrópoli, los antillanos aprenden a despreciar su lengua local, el *patois*. Algunas familias llegan a prohibir el uso del criollo dentro de sus casas. Fanon lamenta la rarefacción de los escritos en *patois* y la calidad del valor poético de las pocas creaciones que conoce en comparación con las “auténticas obras traducidas del *uolof*, del *peuhl*” y los estudios de lingüística de Cheik Anta Diop (1973, p. 23).



Además de la experiencia de la lengua, hay también una mudanza de personalidad que Fanon describe del negro que conoce a la metrópoli y que se vuelve en un “semidios”. El negro que ha vivido en Francia cuando regresa a su tierra vuelve radicalmente transformado. “Digamos, en términos genéticos, que su fenotipo sufre una mudanza definitiva, absoluta”, cómo si hubiera “realizado un ciclo”, cómo si hubiera “añadido algo que le faltaba”. Vuelven, nos dice Fanon, “literalmente llenos de si mismos” (1973, p. 169).

Fanon identifica también los efectos del proceso de enajenación que se pasa con el colonizador blanco. Para el colono, esos efectos se manifiestan como un mecanismo de “embrutecimiento” que lo lleva a “se conducir con toda la violencia real, el salvajismo, la brutalidad sangrienta” que normalmente atribuye al colonizado, cuando piensa que está en “un lugar de alta imagen civilizacional.” (Fotia, 2009, p. 12). Fanon trae ejemplos de los comportamientos de médicos blancos.

Frente a este proceso de enajenación cultural y al orden racista mantenido por la dominación colonial, los negros y colonizados tienen, entonces, la posibilidad de conformarse a la imagen que el blanco le da de ellos mismos y pueden tratar de imitar al blanco cuando las condiciones lo permiten hacerlo. Esa conformidad, como sostiene Yvon Fotia, es al mismo tiempo “productora de sí mismo” y “destructiva de toda identidad autónoma” y encuentra su paroxismo en la actitud de querer blanquearse o de aparecer invisible (2009, p. 12).

El negro y el colonizado también tienen la posibilidad de optar por la violencia, consciente o inconscientemente. Esta puede volverse contra él como un mecanismo de autodestrucción o volverse contra el otro. La violencia es una forma de reacción y de recusa de su lugar de dominado (Fotia, 2009, p. 13).

De cualquier manera, para remover la coraza de la servidumbre construida durante siglos y la “desviación existencial” impuesta por la “civilización blanca” y la cultura europea, es necesario “comenzar a desalienar la relación fijada por el colonialismo y la explotación, los valores y las construcciones culturales, humanas, que legan un mundo torcido (...)” (García, 2013, p. 6).

## **Desalienación para la Libertad**

Para Fanon, los comportamientos de los negros y colonizados son el resultado de una relación colonial desigual y violenta. Como hemos visto, la desigualdad colonial pone al dominado en una verdadera situación nevrótica que se traduce en una negrofobia o arabofobia. Para salir de esa situación, Fanon sostiene que la solución no está en un discurso moral, no basta decir que el colonialismo, el racismo y sus efectos son malos. Se requiere una operación mucho más profunda que tiene, para Fanon, una relación con su compromiso, su militancia. Para él, la desalienación pasa por la militancia. Pero, como explica Fanon, las motivaciones para desalinearse son esencialmente diferentes entre el negro doctor en medicina y el negro que trabaja en la construcción del puerto. El primero está alienado porque “concibe la cultura europea como un medio para desprenderse de su raza”, el otro está alienado porque es “víctima de un régimen basado en la explotación de una raza por otra, por el desprecio de una determinada humanidad por una forma de civilización tenida por superior” (1973, p. 185 – 186).

La solución para que el negro salga de su complejo de inferioridad es concienciar a su inconsciente. La toma de consciencia es un primer paso que es fundamental y que significa muchas veces para el negro dejar caer las mascararas que son las diferentes mascararas de imágenes impuestas por el blanco o las mascararas de la pseudo-imagen del blanco que se da el negro imitador (Fotia, 2009, p. 14). Dejar caer las mascararas y luchar, como explica Fanon:

No somos tan ingenuos como para creer que los llamamientos a la razón o al respeto del hombre puedan cambiar lo real. Para el negro que trabaja en las plantaciones de caña del Robert sólo hay una solución: la lucha. Esta lucha la emprenderá y la proseguirá no después de un análisis marxista o idealista, sino, sencillamente, porque no será capaz de concebir su existencia más que bajo las especies de un combate contra la explotación, la miseria y el hambre (1973, p. 186).

La verdadera desalienación del negro, lo anuncia Fanon desde la introducción de *Piel negra, mascararas blancas*, “implica una toma de consciencia abrupta de las realidades económicas y sociales” (1973, p. 10) por eso, no le basta al negro decir que tiene orgullo de ser negro. Fanon entiende que la negritud es un medio necesario para la emancipación del negro pero no debe ser comprendida como un fin en si mismo. Para él, la negritud es el primer paso en el proceso de desalienación, pero es sólo un paso que debe ser superado, es el momento de la “antítesis emocional y lógica de ese insulto que el hombre blanco estaba haciendo a la humanidad” (Fanon, 1961 *apud* Bouamama, 2014).

Fanon reconoce la negritud como un elemento históricamente y psicológicamente necesario, pero sostiene que el negro no debe quedarse en ella como una sumersión en el gran abismo del pasado porque corre el riesgo de encerrarse en ella. Este confinamiento puede conducir a una búsqueda desesperada de un pasado que no regresa más, como se pudiera llevar a una reconexión ilusoria con la cultura de los antepasados y aquí, el peligro estaría en un alejamiento de la lucha para el cambio en el presente (Bouamama, 2014). Para Fanon, el problema de la desalienación del negro es también una cuestión de temporalidad:

El problema referido en estas páginas se sitúa en la temporalidad, dentro de la temporalidad. Se desalinearán aquellos blancos y negros que se nieguen a dejarse encerrar en la Torre sustancializada del Pasado<sup>44</sup>. Para muchos otros negros la desalienación vendrá de la negativa a considerar la actualidad como algo definitivo.

Yo soy un hombre, me corresponde, quiero recuperar todo el pasado del mundo. No soy solamente responsable de la revuelta de Santo Domingo.

Siempre que un hombre ha hecho triunfar la dignidad del espíritu, siempre que un hombre ha dicho no a una tentativa de esclavización de su semejante, yo me he sentido solidario de su acto.

En absoluto extraeré del pasado de los pueblos de color mi vocación original.

En absoluto me dedicaré a reavivar una civilización negra justamente desconocida. No me hago el hombre de ningún pasado. No quiero cantar el pasado a costa de mi presente y de mi porvenir. (1973, p. 187 – 188).

Cuando Fanon apunta los límites de la negritud y llama la atención para la búsqueda por la desalienación en el presente nos está a decir que debemos abandonar a todos los esencialismos, exactamente porque la condición del negro y del blanco, así como la construcción de estas identidades son históricas. No hay una esencia negra, así como no hay una esencia blanca, así como “No hay una misión negra, no hay un fardo blanco.” (Fanon, 1973, p. 190).

Fanon rechazaba así el determinismo que quería hacer de él un prisionero de la historia. “No soy prisionero de la Historia. No tengo que buscar en ella el sentido de mi destino”, decía él (1973, p. 190). Fanon negaba el legado de la esclavitud que lo ataba al pasado (Vergès, 2005,

<sup>44</sup>Aquí Fanon hace una referencia directa a Aimé Césaire.

p. 48). “No soy esclavo de la Esclavitud que deshumanizó a mis padres.” (Fanon, 1973, p. 191).

Para Fanon, la desalienación y la emancipación se darían con la conquista de la libertad, una conquista dura y violenta porque cuando la libertad es dada, no hay emancipación (Vergès, 2005, p. 49).

La conquista de la libertad no depende apenas de una inversión de los comportamientos identitarios y psicológicos como, por ejemplo, afirmando la superioridad del negro sobre el blanco (Bouamama, 2014). Fanon lo pone de la siguiente manera: “Para nosotros, él que adora a los negros está tan “enfermo” como él que los execra. Y al revés, al negro que quiere blanquear su raza es tan desgraciado como él que predica el odio al blanco.” (1973, p. 8 - 9). La única manera de salir de la dominación es destruir el sistema transformando sus bases, por eso, Fanon insiste, retomando a Marx, que “Ya no se trata de conocer el mundo, sino de transformarlo.” (1973, p. 14).

## **Conclusión**

La experiencia temprana del racismo y la lucha contra el nazismo probablemente contribuyeron a inspirar en Fanon el interés por la psiquiatría. Pero fueron sobre todo los años de trabajo en el Hospital de Blida que llevaron a Fanon a observar una serie de procesos que van a revelar la lógica de la opresión colonial. Procesos que vinculan las formas específicas que asumen las enfermedades en muchos pacientes argelinos a su causa principal, el sistema colonial.

En este hospital, Fanon pudo poner en práctica nuevos métodos de tratamiento psiquiátrico y darse cuenta de los beneficios de la interacción con los pacientes, pero especialmente pudo ver el trauma y el daño psicológico causado por las suposiciones de la medicina colonial sobre la mentalidad de los nativos y por la violencia multiforme (económica, jurídica, racial, social, etc.) del sistema colonial. Contra la internación y otros tipos de tratamiento psiquiátrico como el uso de la fuerza o de descargas eléctricas - y esto mucho antes del movimiento anti-psiquiatría de los años 1970 - defendió la *Socialtherapy*.

Todos sus esfuerzos de comprensión le conducirán a la cuestión de la enajenación, sus traducciones identitarias y cómo salir de ella. Para él, esa condición mental es el espejo y la extensión de la enajenación política vivida bajo la mirada racista. Fanon relaciona entonces la enajenación con el sistema colonial y muestra que el colonialismo es mucho más que conquista territorial y violencia armada, sino que implica una completa enajenación, como un intento de erradicar a todo un pueblo, para tomarle su cultura, su historia, sus conocimientos, todo lo que forma su ser.

Su experiencia psiquiatra alimenta así su reflexión política. Fue a partir de su actividad profesional en el Hospital de Blida en el contexto de la guerra por la liberación de Argelia, que Fanon comienza a pensar en cómo desalienar los pacientes y descolonizar a toda la sociedad. Su compromiso psiquiátrico y su militancia política son absolutamente inseparables y es pensando en lo que llama el espíritu de los colonizados y la forma de liberarlos que él pensará acerca de como liberar a la sociedad entera.

Sin duda uno de los aspectos que hace que el trabajo de Fanon sigue siendo muy actual, es exactamente su teoría de la enajenación y desalienación que, como hemos visto en este artículo, es fundamental para la comprensión de su pensamiento sobre la colonización y la descolonización. Finalmente, eso confirma cuánto la lucha política de Fanon es inseparable de su investigación médica y psiquiátrica, cuyo núcleo siempre fue la cuestión de la liberación del hombre.

## **Referencias**

BESSONE, Magali. “Introduction. Frantz Fanon, en équilibre sur la *color line*”. In: *Frantz Fanon. Oeuvres*. Paris: La Découverte, 2011, p. 23 – 43.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

BOUAMAMA, Saïd. “Frantz Fanon”. In: *Figures de la Révolution Africaine. De Kenyatta a Sankara*. Paris: La Découverte, collection “Zones”, 2014. Disponible en: [http://www.editions-zones.fr/spip.php?page=lyberplayer&id\\_article=180](http://www.editions-zones.fr/spip.php?page=lyberplayer&id_article=180).

CHERKI, Alice. *Frantz Fanon, portrait*. Paris: Seuil, 2000.

FANON, Frantz. *Peau Noire, masques blancs*. Paris: Éditions du Seuil, 1952. Disponible en: [http://classiques.uqac.ca/classiques/fanon\\_franz/peau\\_noire\\_masques\\_blancs/peau\\_noire\\_masques\\_blancs.html](http://classiques.uqac.ca/classiques/fanon_franz/peau_noire_masques_blancs/peau_noire_masques_blancs.html).

\_\_\_\_\_. Lettre au Ministre Résident. Alger, 1956. Disponible en: <http://indigenes.free.fr/spip.php?article69>.

\_\_\_\_\_. Racismo y Cultura (1956). Publicado por Matxingune Taldea en 2011.

Disponible en:

[http://www.matxingunea.org/media/pdf/Fanon\\_Racismo\\_y\\_cultura\\_web.pdf](http://www.matxingunea.org/media/pdf/Fanon_Racismo_y_cultura_web.pdf).

\_\_\_\_\_. *Los Condenados de la Tierra*. Séptima reimpression. México: Fondo de Cultura Economica, 1983. Disponible en:

<http://www.rosa-blindada.info/b2-img/FanonLoscondenadosdelatierra.pdf>.

\_\_\_\_\_. *Piel negra, máscaras blancas*. Buenos Aires: Editorial Abraxas, 1973. Disponible en: <https://antroporecursos.files.wordpress.com/2009/03/fanon-f-1952-piel-negra-mascaras-blancas.pdf>.

FAUSTINO, Deivison Mendes. “Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon”, *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”*. São Paulo, 10 a 13/09/2013. Disponible en: [http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v16\\_deivison\\_GI.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v16_deivison_GI.pdf).

FOTIA, Yvon. Frantz Fanon, la vérité noire, l’expérience anti-colonial. *Les Figures de la Domination*, Revue pour la conscientisation des rapports de domination: sexe, race et classe. 2009. Disponible en: <http://www.lesfiguresdeladomination.org/index.php?id=239#tocto1n6>.

GARCIA, Félix Valdés. “De la enajenación por el color a la práxis decolonizadora. Leer a Fanon médio siglo después”, *Revista Caminos*, La Havana, 2013.

HALL, Stuart; LAURET, Pierre. “La vie posthume de Frantz Fanon. Pourquoi Fanon? Pourquoi maintenant? Pourquoi *Peau noire, masques blancs?*”, Réseau Canopé, *Cahiers Philosophiques*, n. 138, 2014, p. 85 – 102.

LEJMI, Bader. Frantz Omar Fanon et le racisme colonial. Disponível em: <http://bader.lejmi.org/2012/04/22/frantz-omar-fanon-et-le-racisme-colonial/>. Acesso em: 14 de julho de 2015.

VERGÈS, Françoise, “Le nègre n’est pas. Pas plus que le Blanc”. Frantz Fanon, esclavage, race et racisme, *Actuel Marx*, 2005/2, nº 38, p. 45 – 63.

WALLERSTEIN, Immanuel. “Ler Fanon no século XXI”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 82, setembro, 2008, p. 3 – 12. Disponível em:

## **Documentarios**

FRANTZ FANON: BLACK SKIN WHITE MASKS. Dirección de Isaac Julien. Reino Unido: Mark Nash for the Arts Council of England, 1996. DVD e 35mm (52 min). Son. Color. Inglés y Francés.

GORDON, Lewis. FANON AND VIOLENCE. History of Violence. *Vimeo*. (1:09:25), 2012. Disponible en: <https://vimeo.com/43036768>.

## **Nèg Blanc sa a (Aquela negra branca) – Desafiando as Categorias de Cor, Nacionalidade e Pertença a partir de um Olhar Afro-Brasileiro sobre o Haiti**

Recebido 02.07.2016

Aprovado 12.09.2016

**Renata de Melo Rosa**<sup>45</sup>

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar a centralidade da categoria de pessoa no Haiti contemporâneo, a qual se funda a partir dos sentidos contextuais atribuídos à noção de nèg, (que em tradução livre para o português pode ser entendida como “negro/a”) que antecede e funda, ao mesmo tempo, a categoria de pessoa. No entanto, mesmo que a categoria de pessoa no Haiti se ancore em uma nomenclatura “racial”, nèg não é uma categoria necessariamente atrelada à cor da pele, mas à qualidade da pertença de cada sujeito à nação haitiana. Identificar-se e ser identificado como um “nèg” atualiza, no processo identitário e no diálogo inter-subjetivo, diacríticos importantes, cujos sentidos são dados coletiva e contextualmente na rede de significados tecidas no contexto haitiano. Assim, pela natureza contextual e por sua constante dinâmica, é possível que uma “pessoa” que, aos olhos ocidentais, possa se assemelhar com o que nós entendemos como um/a “negro/a” no Brasil, no Haiti esta mesma “pessoa” pode não estar imediatamente identificada como um nèg ou como uma pessoa que “pertença” ao Haiti. Em outras palavras, é preciso que cada nèg (para continuar sendo nèg e, portanto, “pessoa”) atualize, de acordo com os contornos da cultura haitiana que inscrevem um nèg, as diversas obrigações rituais de pertença a esta categoria. Vista desta perspectiva, a categoria nèg pode ser ritualizada por um (a) haitiano (a) branco (a), desde que os rituais de pertença à nação também sejam atualizados, tornando o sujeito em um (a) Nèg Blanc (negro branco), expressão que dá título a este artigo. Por último, esta reflexão propõe que a categoria nèg como sinônimo da categoria de pessoa é uma contra narrativa às tentativas de inferiorização racial vigentes no período colonial francês.

**Palavras chave:** nèg; noção de pessoa; Haiti; nação, categorias de cor.

**Nèg Blanc sa a (Aquella negra blanca) desafiando las categorias de color, nacionalidad y sentirse parte desde una mirada afro-brasileña sobre Haiti.**

### **Resumen**

Este artículo tiene como objetivo analizar la centralidad de la categoría de persona en Haití contemporánea, que se basa a partir de los significados contextuales atribuidos a la noción de nèg (que en traducción libre al portugués puede ser entendido como "negro / a") que precede y establece al mismo tiempo, una categoría. Sin embargo, incluso si la categoría de persona en Haití ancla en una nomenclatura "racial", nèg no está necesariamente ligada a la categoría de color de la piel, pero la calidad del pertenimiento de cada sujeto a la nación haitiana. Identificar a sí y ser identificado como un "nèg" actualiza, en el proceso de identificación y en el diálogo inter-subjetivo, diacríticos

<sup>45</sup>Possui doutorado em Antropologia da América Latina e Caribe pelo CEPPAC- Universidade de Brasília (2003) e pós-doutorado pelo Institute National de Administration, Gestion et Hautes Études Internationales da Universidade do Estado do Haiti (2007). Coordenadora do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília, Editora da Revista Universitas - Relações Internacionais. Email: [renata.rosa@uniceub.br](mailto:renata.rosa@uniceub.br).



importantes, cuyos sentidos se dan colectiva y contextualmente en la red de significados tejidas en el contexto de Haití. Por lo tanto, el contexto y por su naturaleza dinámica constante, es posible que una "persona" que, a los ojos de Occidente, puede ser similar a lo que entendemos por un "negro" en Brasil, en Haití la misma "persona" no puede ser identificado inmediatamente como un nèg o como una persona que pertenece "a Haití. En otras palabras, es necesario que cada nèg actualize las diversas obligaciones rituales de pertenecer a esta categoría. Visto desde esta perspectiva la categoría Neg puede ser ritualizada por un haitiano blanco, transformando el sujeto en un neg Blanc (negro blanco), una expresión que da título a este artículo. Por último, esta reflexión sugiere que la categoría Neg como sinónimo de la categoría de persona es una narración en contra de los intentos de inferioridad racial en vigor en el período colonial francés.

**Palavras clave:** nèg; persona, Haiti; nación, categorías de color.

### **Nèg Blanc sa a (Aquele negra branca) – Challenging the categories colour, nationality and belonging from an afro-Brazilian perspective on Haiti.**

#### **Abstract**

This article aims to analyze the centrality of the category of person in contemporary Haiti, which derives from contextual meanings attributed to the notion of nèg (which can be translated as "negro/a" into Portuguese) that precedes and at the same time establishes the category of person. However, even if the person category in Haiti is anchored in a "racial" nomenclature, nèg is not necessarily linked to the color of skin, but to the quality of membership to the Haitian nation. Identifying and being identified as a "neg" updates important diacritics in the identity process and inter-subjective dialogue, whose senses are transmitted collectively and contextually in the network of meanings interwoven in the Haitian context. Thus, due to the context and its constant dynamic nature, it is possible that a "person" that, to Western eyes, may be similar to what we understand as "black" in Brazil, in Haiti the same "person" cannot be immediately identified as a nèg or as a person who "belongs" to Haiti. In other words, it is necessary that each nèg (to remain nèg and therefore a "person") updates, according to the contours of the Haitian culture that inscribe a nèg, the various ritual obligations of belonging to this category. Seen from this perspective the nèg category can be ritualized by a white Haitian, given that the rituals of belonging to the nation are also updated, making the subject in a Nèg Blanc, expression that gives title to this paper. Finally, this reflection suggests that the nèg category as synonym with the person category is a narrative against the attempts of racial inferiorization during the French colonial period.

**Keywords:** nèg; notion of person; Haiti; nation; color categories.

#### **Introdução**

A nação haitiana possui como mito de origem a luta contra a racialização das relações de trabalho (CASIMIR, 2009). Quando a revolução sangrenta explodiu na ilha em 1793, o cerne da motivação da ação política era o questionamento de um universo de valores que se apresentava na *Saint-Domingue* colonial como o "mundo dos brancos", que entendia a "raça" como elemento central de divisão do trabalho e dos privilégios sociais: a hierarquia racial do

Ocidente (fortemente representada pela França<sup>46</sup>), especificamente, que organizava o mundo entre raças a partir de uma escala evolutiva e de valor, também sustentava ideológica e valorativamente a movimentação de grandes fluxos de africanos para o trabalho agrícola no Haiti, fazendo com que o pertencimento étnico anteriormente utilizado como elemento diacrítico em diversas partes do continente africano se desorganizasse e perdesse a sua capacidade de orientar hierarquias sociais, divisão do trabalho, distribuição de privilégios, etc.

O choque cognitivo que a indústria colonial francesa e os intelectuais que a ela serviram produziu nas populações autóctones do continente africano, a partir de uma organização racial na colônia de *Saint Domingue*, parece estar particularmente vinculado à contra-narrativa da noção de pessoa no Haiti (*nèg*) e todas as implicações vinculadas a seu uso coletivo. Em resposta à violência racial imposta pelo colonialismo, o surgimento de diversos personagens considerados “heróis” ou “pais da pátria”, como Toussaint L’Ouverture, Jean Jacques Dessalines, Marron Inconnu<sup>47</sup> deu à narrativa haitiana uma retórica de afirmação da negritude em oposição à superioridade branca francesa<sup>48</sup>.

Assim, o poderoso mito de origem da nação haitiana que opõe negros e brancos em uma luta sangrenta de vida ou morte é, no limite, o horizonte ideológico acionado para definir quem deve ou não pertencer à comunidade haitiana. No entanto, o que este artigo quer problematizar é que ser negro ou branco no Haiti não pode ser lido tal como fazemos no Brasil (ou pelo menos como um olhar afro-brasileiro politizado assim o faz). A oposição negro/branco pode ser rapidamente substituída, no diálogo inter-subjetivo por não-ocidental/ocidental; falante de kreyòl/francófono; morador do Haiti/diáspora, etc. Este dado expõe a necessidade do acionamento de inúmeros entre-lugares, tal como BHABHA (2001) acertadamente evocou ao propor que os entre-lugares da cultura são os *loci* da própria cultura.

A partir desta proposta de reflexão, este artigo está dividido em três partes: a primeira é uma pequena revisão da literatura antropológica acerca do lugar da categoria de pessoa para a organização comunitária; a segunda trata das contradições do usos da ideia de “raça” para a organização política do Haiti no período pós-independência e a terceira irá apresentar uma

<sup>46</sup> É do pensamento social francês que surgem os maiores pensadores da hierarquia racial, tais como Conde de Gobineau, Leclerc e outros.

<sup>47</sup> Ver <http://www.esclavage-memoire.com/lieux-de-memoire/monument-du-marron-inconnu-27.html>. Último acesso em 29/04/2016.

<sup>48</sup> Ver Jean Price-Mars. *Así Habló el Tío*. Santo Domingo/RD: Ed. Manatí, 2000.

leitura possível da noção de pessoa no Haiti a partir de um relato de minha experiência de campo realizada entre os anos de 2006 e 2007, por meio de um diálogo inter-subjetivo de uma pesquisadora afro-brasileira com intelectuais haitianos. Finalizo a discussão trabalhando as ideias de pertença na comunidade haitiana e aponto para a densidade de signos que instituem uma fronteira simbólica entre o *nèg* (pessoa de dentro da comunidade haitiana) e o *blanc*, entendido com um ator menos legítimo no processo de discussão dos projetos de construção/reconstrução nacional.

### **A Noção de Pessoa na Literatura Antropológica**

A categoria de pessoa marca a trajetória das reflexões antropológicas, manifesta-se de maneira constante nos relatos etnográficos ao longo da história da Antropologia (GEERTZ, 1989; MAUSS, 2003) e é responsável por carregar o sentido das coisas, ao arrematar o nexo simbólico dos sentidos e dos locais da cultura (MAUSS, 2003; BHABHA, 2001). Trata-se do vestígio mais interessante que marca nosso lugar no mundo de forma coletiva e contextual. Em um lugar como o Haiti, estruturado a partir da tensão entre a manutenção de um mito de origem anti-branco<sup>49</sup> e a força das relações contextuais e de alta fluidez, alguém que não seja pública e consensualmente reconhecido como “*nèg*”, ou seja, aquele/a que, de acordo com os rituais construídos em diversos diálogos inter-subjetivos não é considerado como pertencente à nação, não encontra seu lugar nos sentidos atribuídos pelos haitianos à categoria de pessoa e passa a ter sua condição de existência, na comunidade haitiana, questionada. Interpretada sob esta perspectiva, a noção de pessoa no Haiti, intrinsecamente concebida e sustentada por meio da categoria “*nèg*”, a qual iremos tentar explicar em seguida, pode oferecer aos sujeitos ilimitadas possibilidades de subversão das identidades que, no universo de valores ocidentais seriam supostamente “fixas”, como as identidades de cor, “raça” e nacional. Para entender a força e o lugar do “*nèg*” na construção da noção de pessoa no Haiti, apresentarei alguns diálogos inter-subjetivos por mim vivenciados entre os anos de 2006 e 2007 na cidade de Port-au-Prince por ocasião de minha pesquisa de pós-doutorado<sup>50</sup>. A intenção é refletir acerca

<sup>49</sup>Refiro-me especialmente aos textos constitucionais de 1805, 1807, 1811, 1816, 1843, 1849, 1874, 1879, 1889 e 1902.

<sup>50</sup>A pesquisa de campo, realizada entre os anos de 2006 e 2007, tinha como objetivo analisar a performance das tropas brasileiras, sob o comando da MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, na capital haitiana. No entanto, o contato com o antropólogo Jean Casimir conduziu minhas reflexões para a percepção da construção do negro haitiano, motivo que me inspirou a escrever este artigo. Ver CASIMIR (2000, 2004, 2008 e 2009)

de algumas dinâmicas culturais haitianas acerca dos movimentos de inclusão e exclusão que a categoria “*nèg*” provoca na “comunidade haitiana imaginada” (ANDERSON, 1991).

Foi Marcel Mauss (MAUSS, 2003), em sua etnografia eternizada sobre os Zuñi, no México, que discutiu, de forma pioneira e com bastante acuidade a noção de pessoa. É a centralidade desta idéia de pessoa “flutuante, delicada, preciosa e passível de maior elaboração” (MAUSS, 2003, p. 369) que será discutida neste artigo a partir da noção de “*nèg*” no Haiti. Em outra reflexão sobre a noção de pessoa em Bali, Geertz indica que o estudo da noção de pessoa

“aponta particularmente para algumas conexões não-óbvias entre a maneira como um povo percebe a si mesmo e aos outros, o modo pelo qual eles sentem o tempo e o tom afetivo de sua vida coletiva – conexões que têm sentido para se compreender não apenas a sociedade balinesa, mas também a sociedade humana em geral” (GEERTZ, 1989, p. 226).

No caso haitiano, a noção de pessoa (entendida aqui como *nèg*), de modo diverso às possibilidades de generalização de compreensão da “sociedade humana em geral”, indicadas por Geertz na citação acima, aponta particularmente para a diversidade das trajetórias históricas e culturais de grupos étnicos heterogêneos de africanos escravizados nas Américas ao longo dos séculos XVI a XIX. Concordando com Appiah (1997) e com Maurício (1997) que a raça é uma construção ocidental, alheia às categorias elementares do pensamento dos povos africanos dos séculos XVI a XIX, e partindo do princípio de que o continente americano foi culturalmente gestado a partir da ideia de hierarquia racial, por meio da qual, a racialização das relações de trabalho irradiou os pilares da construção das categorias de demarcação da noção de pessoa e dos direitos a ela vinculados, a noção de pessoa no Haiti está marcada pelas contradições estruturantes do colonialismo, a saber: escravo/liberto; negro/branco; francês/africano, etc.

Ao analisarmos o Haiti e o devir de sua construção histórico-social, encontramos nas reflexões de Casimir (2006; 2009) que o/a haitiano/a se distingue das demais fabricações coloniais do/a negro/a no Novo Mundo, tendo em vista que a *Saint Domingue* colonial (atual Haiti) não contou com os aparelhos ideológicos capazes de amarrar, de forma suficientemente sólida, a “teia de significados” (GEERTZ, 1989) que informa a inferioridade racial na ordenação do sentido das coisas dos/as trabalhadores/as escravizados/as chegados à ilha. Assim, por discordarem do sentido ocidental/francês dado à hierarquia das raças, os/as trabalhadores/as africanos/as escravizados/as no Haiti puderam levar a cabo a rebelião

ocorrida no século XVIII com sucesso, a partir da interpretação profunda de um provérbio kreyòl que diz que “*tout moun se moun*” (toda pessoa é uma pessoa) e, como tal, não apresenta *per se*, uma valoração hierárquica apriorística em função de qualquer pertencimento racial.

A estratégia política de transvaloração do sentido hierárquico atribuído às “raças”, por parte dos líderes da rebelião de 1793, dentre os quais destaco Marroon Iconu<sup>51</sup> e Jean Jacques Dessalines, foi a de que negros e brancos deveriam se enfrentar em *Saint-Domingue*, por meio de uma explosão de violência anti-colonial, nos termos propostos por Frantz Fanon (FANON, 2005), mas com um forte embasamento religioso de empoderamento desta transvaloração, em especial por Marron Inconnu.

Após a rebelião colonial que sacodiu a ilha por catorze anos e com a consequente vitória dos líderes negros, a sucessão do poder colonial deu origem a uma disputa política local igualmente sangrenta, que foi iniciada com a prisão de Toussaint L’Ouveture, na França, em 1803, com a ascensão de Jean Jacques Dessalines ao poder em 1804 e com a constitucionalização dos princípios raciais de pertencimento e inclusão na nação haitiana.

Não menos importante para a análise da construção histórica da categoria *nèg* no Haiti foi o assassinato do próprio Dessalines na Pont-Rouge, local que dá acesso a uma das entradas de Port-au-Price, em 1806. Dessalines foi responsável por criar o que Harry Hoetink (1994) classificou de “Império Negro” nas Américas, comprando a liberdade de escravos da Sociedade Abolicionista de Maryland, nos Estados Unidos, e levando-os ao Haiti; libertando os escravos na parte espanhola da ilha, atual República Dominicana e manifestando as fronteiras raciais pelas quais a “comunidade haitiana imaginada” deveria ser construída.

Assim, a Constituição Haitiana de 20 de maio de 1805, sob a assinatura de Dessalines é imperiosa ao afirmar a abolição da escravidão, a igualdade entre os haitianos e a maneira pela qual os homens deveriam ser verdadeiros cidadãos haitianos: bons pais, bons maridos e principalmente bons guerreiros (Art. 1, Inciso 9). Indica também que: “Nenhum homem branco, de qualquer nação, deve colocar o pé neste território com o título de proprietário nem deve adquirir qualquer propriedade aqui” (Art. 1, Inciso 12). Este Inciso vigorou intacto nas Constituições de 1805, 1807, 1811, 1816, 1843, 1849, 1874, 1879, 1889 e 1902, sendo extinto

<sup>51</sup>Ver nota 4.

apenas após a ocupação americana de 1915 e suprimida oficialmente na Constituição de 1919. Mais do que uma determinação jurídica que manifesta os pilares do nacionalismo anti-branco, importa-nos particularmente compreender as razões culturais da normatização dos tipos de cidadãos que poderiam ter direitos fundamentais no Haiti, como o acesso à terra e à nacionalidade, bem como as possibilidades disponíveis dentro da própria cultura haitiana de desconstrução destas fronteiras simbólicas dentro das dinâmicas inter-subjetivas e contextuais que se travam cotidianamente entre haitianos/estrangeiros e *nègs/blancs*. Nossa hipótese interpretativa repousa no dado de que a normatização de Dessalines presente nos dispositivos constitucionais pós-coloniais até 1919 e que informou os critérios de pertença da nação, por meio de diacríticos puramente raciais são desafiados, atualizados e ritualizados nas relações cotidianas e no “jogo sério” (GEERTZ, 1998) que a categoria *nèg* se manifesta nas relações identitárias haitianas, oferecendo uma leitura identitária altamente volátil de pertença à nação que os textos constitucionais não conseguiram atingir.

### **Um Império Negro em Pedacos: a “raça” como critério frágil de sustentação da nação haitiana**

A tensão entre a adoção oficial de critérios raciais para a definição da “comunidade haitiana imaginada” encontrou sérios obstáculos políticos na gestão do poder haitiano nos anos que sucederam à independência, ao fim da escravidão e ao assassinato de Dessalines. A divisão pós-colonial entre dois reinos (em 1806): o do norte, liderado por Henry Christophe e o do sul, liderado por Alexandre Petiòn (entendido por Dessalines como “blanc”), trouxe importantes desafios à fragilidade da categoria de raça como unidade política de uma nação recém-liberta. A tensão começara com Dessalines, em sua militância política e estratégia de guerra em degolar a cabeça de colonos brancos. Tal atitude seria reproduzida posteriormente no cenário pós-colonial contra os antigos libertos instalados no sul do Haiti, entendidos como “blanc” e portanto, não pertencentes à nação.

A tentativa de construção da recém criada nação haitiana por meio da oposição entre *nègs* e *blancs* já previa a que a categoria de pessoa foi construída por meio do transbordamento dos critérios meramente fenotípicos. Frente ao desafio político de unir os antigos libertos à massa de recém-libertos, Dessalines preferiu perseguir os antigos libertos do sul do Haiti, liderados por Alexandre Petiòn. Foi durante uma viagem ao sul do país, em 1805, realizada com o objetivo de fazer respeitar os dispositivos imperiais, em sua política de reformas sociais e

distribuição igualitária da riqueza nacional das terras agrícolas abandonadas pelos colonos e capturadas pelos antigos libertos, que Dessalines realizou um massacre contra este grupo. Seu testemunho pessoal relata que, pelo fato de este grupo não ser percebido como pessoa (*nég*), teriam a sua própria condição de humanidade questionada: “Depois do que eu fiz no sul, se os cidadãos não se rebelarem contra mim é porque eles não são homens” (DESSALINES *apud* MADIOU, 1992, p. 297).

Alguns meses depois, a resposta foi dada, com o drama da *Pont Rouge*. Nesta ponte, que liga Port-au-Prince às demais províncias haitianas, Dessalines, quando saía da capital rumo à cidade de Marchand para combater outros insurretos no sul, sofreu um ataque e foi assassinado. Este episódio marcou a divisão do país, dando início a uma crise de ingovernabilidade crônica, presente no país até os dias de hoje, alternada por curtos períodos de estabilização civil.

A tentativa colonial de transformar os trabalhadores escravizados em “negros ocidentalizados” foi amplamente tematizada pela literatura disponível sobre o Haiti, como C.L.R. James (2001), Aimé Césaire (1968) MADIOU (1992), HURBON (1987; 1988), PRICE-MARS (2000), etc, cuja categoria de pessoa, ao se transformar em *nèg*, transborda os limites da identificação racial ocidental.

Nesse sentido, *Tout moun se moun* (Toda pessoa é uma pessoa) é um provérbio que representa uma das invariantes da cultura haitiana. Não é uma frase qualquer, mas um princípio valorativo fundamental de uma cosmovisão radicalmente igualitária da vida social. Se esta ideia estiver correta, a construção de um Império Nèg no Haiti por parte de Dessalines encontraria a trilha dos sentidos atribuídos à “comunidade haitiana imaginada”. Se a igualdade entre pessoas (“moun”) instruiu as bases ideológicas revolucionárias para que os africanos escravizados derrotassem a indústria colonial francesa no oeste do Caribe e se estes atores interrogaram a inferioridade racial própria das conformações culturais hierárquicas do resto da América, tornando, portanto, a igualdade como um pilar estruturante da nação haitiana, as prerrogativas raciais (mesmo que presentes em textos constitucionais) jamais ganhariam força simbólica para impedir que brancos se tornassem cidadãos haitianos plenamente incluídos no “companheirismo profundo e horizontal” citado por Anderson (1991, p.16) como elemento essencial das comunidades imaginadas.

## A Noção de Pessoa no Haiti

Em Bali, Geertz extraiu seis categorias distintas de pessoa, a saber: 1) nomes pessoais; 2) nomes na ordem de nascimentos; 3) termos de parentesco; 4) tecônimos; 5) títulos de status/casta e 6) títulos públicos (profissionais) (GEERTZ, 1989, p. 234). De acordo com o autor,

“O mundo cotidiano no qual se movem os membros de qualquer comunidade, seu campo de ação social considerado garantido, é habitado não por homens quaisquer, sem rosto, sem qualidades, mas por homens personalizados, classes concretas de pessoas determinadas, positivamente caracterizadas e adequadamente rotuladas. Os sistemas de símbolos que definem essas classes não são dados pela natureza das coisas – eles são construídos historicamente, mantidos socialmente e aplicados individualmente” (GEERTZ, 1989, p. 228-229).

As “ordens simbólicas da definição pessoa” no Haiti, lidas aqui como *nèg*, de acordo com as observações do antropólogo haitiano Jean Casimir (2001; 2009), também indicam para uma construção histórica peculiar, para a contestação social e para a fabricação cultural da ressignificação da categoria de pessoa. O elemento que diferencia a abordagem de Casimir e a de Geertz é a inclusão da categoria *nèg* na definição de pessoa e o motivo pelo qual a fabricação colonial do negro ocidental produziu uma contra-narrativa que se tornou hegemônica no pensamento social haitiano. Segundo Casimir, o projeto político de fabricar um tipo de negro exportável a todas as sociedades coloniais do Novo Mundo sequer teve início na então colônia de *Saint Domingue*. Teve seu processo abortado por uma rebelião que sacudiu a ilha por 14 anos consecutivos (de 1790 a 1804). Assim, a produção do negro ocidental e de sua conseqüente submissão e aceitação tácita da inferioridade racial enfrentou no Haiti a ausência de aparelhos ideológicos capazes de cumprir a tarefa de transformar a imagem do negro africano selvagem conduzido forçosamente à escravidão no Novo Mundo à do negro dócil, pacificado, submisso, e com a inferioridade racial incorporada às categorias do entendimento. Isso fez com que, de modo curioso, o processo civilizatório haitiano adquirisse movimentos próprios, absolutamente isolados do resto da América, nos quais as idéias de poder relacionados à construção de um Império *Nèg* (HOETINK, 1994) ganharam prioridade na agenda de política externa do Estado haitiano nos 50 primeiros anos de independência.

A partir do nexos entre o conceito de pessoa que, no Haiti se funda a partir de um conceito específico de *nèg* (anti-ocidental e contra narrativo), inventado de modo bastante diverso



daquele que lhe é atribuído no ocidente, pessoa é *nèg* e *nèg* é aquele que pertence ao Haiti. Mas o que pode significar exatamente pertencer à “comunidade haitiana imaginada”? O sentimento de pertença à nação haitiana envolve uma amarração sólida de uma série de detalhes da vida cotidiana e da trajetória de cada indivíduo, como a frequência do uso do *kreyòl*, a relação com a natureza, a não ocidentalização e o fato de viver no país, apesar de todas as dificuldades. Todo este arcabouço da “teia de significados” (GEERTZ, 1989) haitiana é sempre tensa e cotidianamente desafiada. A partir de interpretações históricas e contextuais, a elasticidade da categoria de pessoa no Haiti permite que uma pessoa branca haitiana possa ser reconhecida como *nég*. Por outro lado, um negro estrangeiro, com hábitos ocidentalizados, é lido e catalogado apenas como um *Blanc* (fora da nação). Um haitiano negro que viveu muitos anos fora do país e volta com hábitos ocidentalizados, também é lido como um *Blanc*. *Blanc*, no contexto haitiano, representa o que está fora, o que não pertence e figura na categoria de excluído da “comunidade haitiana imaginada”. Trata-se de uma categoria que se manifesta para além da cor da pele ou “filiação racial”. Neste sentido, *blanc* está oposto a *nèg*. Muito além de divisões que se referem à cor da pele, a oposição *nèg/Blanc* indica inclusão ou exclusão da “comunidade haitiana imaginada”. Assim, existem *nèg blancs* e *Blancs nègs*, que significa que um branco pode pertencer à comunidade haitiana e um negro não, dependendo do contexto. Esta decisão coletiva e simbólica depende de variáveis muito complexas, sempre contextuais, que combinam os graus de ocidentalização e a profundidade de imersão no universo simbólico haitiano.

*Nèg* é então a pedra preciosa das categorias fundantes do sentimento de pertença ao Haiti. Em uma das conversas que tive com Jean Casimir em Porto Príncipe, em sua residência em Delmas 41, em 2007, o colega antropólogo me contou o caso que deu origem ao nome deste artigo. A cena se passou no Aeroporto Toussaint L’Ouverture, em Port-au-Prince em que os passageiros, dentre eles, o próprio Casimir, acabavam de saber que o voo iria se atrasar. Quando indagou a respeito de quem dera esta informação, recebeu a seguinte resposta: *Nèg Blanc sa a* (foi aquela negra branca)

Outro caso interessante de mudança de leitura do tipo de pessoa no Haiti aconteceu comigo. Mesmo negra e sem apresentar diferenças fenotípicas entre os haitianos, quando minha amiga Sabine<sup>52</sup> foi me visitar em nosso apartamento alugado na Rue Cleveaux, em Petión Ville, o

<sup>52</sup>A antropóloga Sabine Manigat foi minha instrutora de Pós-Doutorado na Université D’Etat d’Haiti.

segurança do prédio lhe perguntara, certa vez, se ela iria visitar a moça *Blanc*. Sabine lhe advertiu duramente dizendo que eu não era uma *Blanc*, era sua amiga e que não deveria me tratar assim. A partir deste episódio, o segurança, sempre hostil comigo, passou a responder meus cumprimentos de *bonjou* e *bonswa*. Nota-se, neste caso, que eu era *Blanc* porque era de fora, não pertencia ao Haiti. Imagino que a partir da conversa dura com Sabine, o segurança passou a vislumbrar que eu teria alguma possibilidade de ser incluída como *nèg* ou pessoa, daí a mudança no trato e na resposta aos meus cumprimentos.

*Nèg Blanc sa a*: o diálogo inter-subjetivo de uma pesquisadora afro-brasileira com intelectuais haitianos

A frase “*nèg blanc sa a*” talvez articule de maneira decisiva o universo cognitivo haitiano de pessoa e de pertença. A chave deste baú de símbolos haitianos não está à disposição dos pesquisadores sobre o Haiti, mas revela nossa necessidade de realizar um esforço em entabular um debate sobre o assunto que me parece essencial, à medida que um diálogo acerca das categorias que organizam o sentido da noção de pessoa no Haiti, além de desafiador, pode contribuir para a reflexão antropológica contemporânea.

Retomando minhas conversas com Jean Casimir em Delmas 41, em Port-au-Prince, a frase que inspira este artigo foi usada por Casimir para que eu pudesse entender como a categoria *nèg* era fundante (mas não absoluta) do sistema de símbolos haitianos, já que funda, mas não vincula a raça à categoria de pessoa. Sem entendê-la, me advertiu Casimir, eu seria incapaz de compreender o Haiti. Embora tenha construído toda a minha formação no estudo do negro no Brasil e ter minha identidade de pesquisadora voltada para esta temática, não estava naquele momento (curiosamente) interessada neste assunto, já que minha pesquisa tinha como objetivo central entender as contradições da presença militar do Brasil no Haiti. Minha ida à casa de Casimir tinha um objetivo muito específico: entender sua visão, na qualidade de então Embaixador do Haiti em , sobre os bastidores políticos do golpe de Aristide em 1991 e a trajetória do ex-presidente na ONU. Também gostaria de saber sua opinião sobre a presença militar do Brasil no Haiti.

De maneira surpreendente, Casimir começou a conversa com uma advertência séria à minha postura. Informou, de maneira peremptória, que o que eu precisava entender seria a história do negro haitiano. Sem isso, eu nunca entenderia o Haiti. Fiquei frustrada com a resposta, mas ouvi atenta à brilhante explanação do professor. Casos e mais casos sobre o cotidiano das

relações interpessoais no Haiti serviram de ilustrações para que eu pudesse desenhar o cenário das relações haitianas e testar a aplicação da categoria *nèg* em muitas das situações cotidianas vividas por mim em Port-au-Prince.

Casimir tinha plena consciência do modo pelo qual ele era percebido pela comunidade de Delmas 41 como um *Blanc*, mesmo sendo “inquestionavelmente” negro do ponto de vista ocidental. Acostumada a atribuir cor às identidades étnico-raciais, achei esta observação como a mais contraditória e incompreensível de minha trajetória de pesquisa. Como um haitiano negro poderia ser percebido como *Blanc*? Sem querer expor minha ignorância na frente de tão culto professor, guardei minha dúvida para revelá-la em tom de desabafo à minha amiga Sabine Manigat, que me acompanhou à casa de Casimir, mas não participou da conversa. Sabine, com muita naturalidade, me informou que eu também era vista como *Blanc* pelos vizinhos de minha residência em Pétion Ville. Eu, que me imaginava não estar construindo qualquer alteridade com a população haitiana, pasmei em total desencanto.

Assim, no auge das minhas limitações acerca do estudo das relações raciais no mundo ocidental, não conseguia entender ainda como pessoas negras podiam ser enquadradas na categoria *Blanc*. Rememorei as explicações magníficas de Casimir, passei a refletir sobre a minha categoria de pessoa no Haiti e comecei a ver a força do sentido da palavra *Blanc* para os haitianos. *Blanc* seria o estrangeiro (meu caso), mas *Blanc* também seria um haitiano culto, ocidentalizado, que viveu muitos anos fora do Haiti (caso de Casimir). Apesar de matizar as distinções entre os graus de estrangeiridade, *Blanc* é o que está fora, o que não pertence, é o oposto de *nèg*, a categoria que integra o haitiano à sua comunidade, independentemente da cor de sua pele. Para mim, naquele momento, não haveria chance de mudar minha performance de *Blanc* para *nèg*. Mas conheci alguns brancos estrangeiros e brancos haitianos que eram incluídos na categoria *nèg*. É o caso da moça da frase que ilustra o título do texto. É o caso também de estrangeiros brancos que incorporam a lógica anti-ocidental dos haitianos. Este universo é dos mais interessantes porque subverte as lógicas de pertencimento às comunidades imaginadas fundadas na cor da pele ou na ascendência racial. No Haiti, este pertencimento está vinculado a um estilo de vida que se manifesta exclusivamente em kreyòl, com bases econômicas anti-industriais e bases alimentares muito naturais.

Meu filho, que me acompanhou na pesquisa de campo, à época com apenas 5 anos, também era alvo de chacotas nas ruas por parte das crianças haitianas que, às gargalhadas, observavam

seus hábitos alimentares e maneiras de se comportar, bastante incomuns para as crianças do Haiti. Em um mundo anti-industrial e anti-ocidental, meu assistente de pesquisa haitiano Vogly Pongnon, da Université D'État d'Haïti, burlava todos os códigos de conduta haitiana para que não “estranhássemos” a cultura local. Uma destas “gentilezas” consistiu em procurar um local em que refrigerantes fossem vendidos. Meu pequeno filho adorou e saiu à Champs de Mars<sup>53</sup> empinando uma garrafa de refrigerante várias vezes à boca. Cerca de 8 crianças o seguiram até onde puderam para observar talvez o hábito mais estranho que uma criança poderia ter. Estranhei aquela divertida perseguição e perguntei a Vogly se aquelas crianças gostariam que eu pagasse um refrigerante para elas. Vogly negou enfaticamente e disse que elas não beberiam tal líquido, estavam apenas se divertindo. Meu filho, depois de tamanha demonstração de anti-haitianidade certamente estava sendo interpretado como uma miniatura divertida de um *Blanc*. Para um estrangeiro no Haiti, ser *blanc* ou *nèg* é uma identidade que se manifestará de maneira diferente em cada contexto. Se meu filho foi visto na Champs de Mars como um *blanc*, na Place de Saint Pierre, famoso ponto de venda de pinturas haitianas em Petiòn Ville, ele teve a oportunidade de reverter esta identidade. Enquanto me distraía vendo as belíssimas pinturas naïf, meu filho interagiu com invejável desenvoltura com outras crianças haitianas, que estavam na praça para pedir alguns trocados. Preocupada com o rumo das brincadeiras, que quase sempre levavam a correrias no meio da rua, era sistematicamente advertida pelos pintores que eu não precisava me preocupar. Ao final da minha conversa com os pintores, chamei-o para irmos para casa e para minha total surpresa, ele viera carregado de moedas de gourdes. Achei um total absurdo o fato de meu filho pegar o dinheiro daquelas crianças e o fiz voltar e devolver o que tinha pego. Quando interroguei as crianças haitianas sobre o que ele havia feito, fui alvo de muitas gargalhadas (minha atitude deveria ser totalmente incompreensível) e as crianças me informaram que elas haviam dado aquelas moedas voluntariamente. Meu filho, absolutamente satisfeito com a atitude dos colegas e vencedor daquela batalha moral, disse em tom natural que aqueles seriam seus melhores amigos. Relacionar-se com haitianos de forma igualitária abriu para mim um mundo de indagações acerca da sociabilidade haitiana que confundiram ainda mais meu entendimento sobre o país, afinal, meu filho tinha muito mais êxito nas suas relações interpessoais do que eu, que me esforçava em falar kreyòl, cumprimentava todos que via e sempre andava acompanhada de amigos haitianos. Possivelmente, naquele momento, meu filho foi

<sup>53</sup>A Champs de Mars é a principal praça de Port-au-Prince, adjacente ao Palácio Nacional Haitiano, residência oficial do Presidente, atualmente destruído em função do terremoto de 12 de janeiro de 2010.

interpretado como um *nèg* ou pelo menos como alguém com potencial de sê-lo em pouco tempo.

### **Tempo, Contexto e Pertença na Comunidade Haitiana.**

Assim, a noção de pertença à comunidade haitiana é suficientemente elástica para incluir cidadãos brancos ou brancos estrangeiros como *nègs* e devidamente rígida para negar a cidadãos haitianos negros que residam fora do Haiti o direito de pertencer à “comunidade haitiana imaginada”. O processo eleitoral de sucessão presidencial de 2010 corrobora este dado. Ao cantor de rap Wyclef Jean, que no Brasil teria o legítimo direito de se candidatar a um cargo eletivo, teve sua candidatura negada pelo CEP – Conselho Eleitoral Provisório do Haiti, pelo fato de não ser reconhecido como cidadão haitiano, já que reside fora do país há mais de 30 anos. As estruturas simbólicas que determinaram a reação do CEP, apoiada majoritariamente pela população haitiana, combinam o sentimento de pertença e o grau de envolvimento com ser *nèg* ou ser *pessoa* no Haiti. Por outro lado, o empresário Charles Baker que, aos olhos de qualquer estrangeiro, parece ser um completo “corpo estranho” à sociedade haitiana, por ser branco e rico, é carinhosamente chamado pela população e seus eleitores de Charlito. Eu mesma quando estive no período pós-eleitoral no Haiti (2006/2007) via a imagem de Charles Baker como um ex-candidato à presidência e imaginava que os haitianos repudiariam com veemência esta espécie de “incoerência política” surgida de última hora na corrida presidencial. De modo algum esta impressão se confirmou. Charlito Baker nunca teve sua haitianidade questionada, ao passo que ao o líder carismático Jean Bertand Aristide, que governou o Haiti por duas vezes (1991; 1994 a 1996 e 2000 a 2004) já foi classificado popularmente como “Harry Stide” em uma visível alusão à sua “americanização”, quando de sua volta ao Haiti em 1994.

Charles Baker (nèg blanc?)\_



Jean Bertrand Aristide (blanc?)



Fonte: <http://haitiennemag.com/2010/10/27/charles-henri-baker-haiti-presidential-candidate>. Acesso em 08/04/2013 e <http://www.haitian-truth.org/aristidepreval-efforts-to-destabilise-government-having-effectstate-dept-issues-revised-haiti-travel-warning-added-commentary-by-haitian-truth/jean-bertrand-aristide/>. Acesso em 08/04/2013

Para entender a lógica da construção do sentimento de pertença no Haiti, é preciso reconhecer as teias simbólicas que se organizam para além das aparências, mais aquém da categoria de cor ou ascendência racial construídas no Ocidente e entender que se “tout moun se moun” (cada pessoa é uma pessoa), o acesso à categoria de pessoa, à nacionalidade, ao sentimento de pertença e até mesmo o acesso aos direitos políticos e sociais vai ter de passar necessariamente pelo tipo de *moun/nèg* que cada *moun/nèg* se apresenta e constrói sua performance cotidiana e ritualmente encenada. Esta avaliação passa por uma criteriosa análise contextual, na qual cada performance é avaliada, *moun a moun, nèg a nèg*. Ser negro não é passaporte para que cidadãos haitianos sejam vistos como pertencentes à nação. Ser branco não implica necessariamente ser excluído da comunidade haitiana. Necessariamente cada *moun* deve ser um *nèg*. Mas as posições de pertença não são fixas e nem alimentadas por qualquer fonte de direito material. Elas passam por uma complexa rede de amarração simbólica, com variadas possibilidades de interpretações contextuais e como são analisadas caso a caso, pessoa a pessoa, não estão sujeitas a qualquer tipo de generalização. Dentro do contexto haitiano, isto significa que não está vedado a um branco ser um *nèg* e nem está garantido a um cidadão haitiano negro que ele será sempre visto como um *nèg*. Ele pode ser interpretado coletivamente como um *blanc*. As variáveis que vão atualizar o sentimento de pertença incidem em uma leitura global do grau de envolvimento com os costumes e hábitos haitianos.

### Considerações Finais

Pertencer à “comunidade haitiana imaginada” é compartilhar uma rede instável e sensível de diacríticos que são cotidianamente ritualizados. Estes rituais incluem o uso contínuo do idioma kreyòl, a não imigração, a não aquisição de hábitos ocidentalizados como consumir produtos industrializados nos supermercados, por exemplo. A condição de pertença à “comunidade haitiana imaginada” obedece a critérios rígidos de compromisso com a nação e cria os requisitos de entrada no mundo da política e de sua consequente permanência. Não raras vezes, os políticos eleitos haitianos perdem credibilidade política pela suspeita de que não seriam “verdadeiros” haitianos. Esta visão instável da nacionalidade não está ancorada em critérios raciais, mas na confirmação ou não de rituais diários e demonstrações públicas de pertença à nação imaginada. Por ser uma condição nacional que extrapola qualquer prerrogativa legal, ser *nèg* está disponível apenas àqueles cidadãos que cultivaram sua sociabilidade dentro do Haiti. Isto impõe sérios desafios à enorme diáspora haitiana que precisa emigrar em massa para conseguir sua subsistência e de seus familiares, fazendo com que suas identidades nacionais se tornem instáveis e deixando a política como um campo exclusivo das elites tradicionais locais.

### **Referências Bibliográficas**

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na Casa de Meu Pai**: A África na Filosofia da Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARISTIDE, Jean Bertrand. **Todo Homem é um Homem**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

CASTOR, Suzy. **La ocupación norte-americana de Haiti y sus consecuencias** (1915-1934). México: Siglo 21 editores, 1971.

CASIMIR, Jean. **La suppression de la culture Africaine dans l’Histoire d’Haiti**. Revue socio-Anthropologie, No 8, culture-esthetique, 2000.

- \_\_\_\_\_. **Haiti et ses elites : L'interminable dialogue de Sourds.** Port-au-Prince: Edition de l'Université d'Etat d'Haiti, 2009.
- \_\_\_\_\_. **La culture Opprimée.** Port-au-Prince: Media-Texte/Fokal, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Pa Bliye 1804.** Port-au-Prince : Imprimerie Lakay, 2004.
- \_\_\_\_\_. « O Haiti e suas Elites: o interminável diálogo de surdos » In : Revista Universitas : Relações Internacionais, Brasília. Vol. 10, No. 2, 2012.
- CESAIRE, Aimé. “Discurso sobre el colonialismo (fragmento 54)”. In: **Cadernos de**
- \_\_\_\_\_. **La Tregedie du Roi Christophe.** Paris: Presence Africaine,1970.
- DEL MONTE y TEJADA, Antonio. **Historia de Santo Domingo.** Ciudad Trujillo: Impresora Dominicana, 1953
- DEPESTRE, René. **Bonjour et adieu à la négritude.** Paris: Robert Laffont, 1980.
- DIEDERICH, Bernard e AL BURT. **Papa Doc et Les Tontons Macoutes.** Port-au-Prince, Haiti: Imprimerie Henri Deschamps, 1986.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Juiz de Fora; Ed. UFJF, 2005
- GEERTZ, Clifford. “Pessoa, tempo e conduta em Bali”. In: **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico”. In: **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Petrópolis: Vozes, 1997.
- HENRY, PAGET. Caliban's Reason: Introducing Afro-Caribbean Philosophy, Londres/Nova Iorque: Routledge, 2000.**
- HOBSBAWM, Eric. “Etnia e Nacionalismo na Europa de hoje” In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um Mapa da Questão Nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- HOETINK, Harry. **Santo Domingo y el Caribe: ensayos sobre historia y sociedad.** Santo Domingo: Fundación Cultural Dominicana, 1994.
- HURBON, Laennec. **Le barbare imaginaire.** Paris : Cerf,1988.



\_\_\_\_\_. **Comprender Haiti** : Essai sur l'Etat, la nation, la culture. Port-au-Prince : 1987.

JAMES, C.L.R. **Os jacobinos Negros**. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

MADIOU, Thomas. **Histoire d'Haiti**. Port-au-Prince : Henri Deschamps, 1992.

MANIGAT, Sabine e MOÏSE, Claude. "Haiti 2000: Lavalas en el poder, Lavalas en cuestión." In: Anuario Social y Político de América Latina y el Caribe nr. 4, Flacso/ Unesco / **Nueva Sociedad**, Caracas, 2000, pp 45-52.

MARRERO ARISTY, Ramón. **República Dominicana: origen y destino Del pueblo cristiano más antiguo de la América**. Ciudad Trujillo: Ed. Del Caribe, 1957.

MAURÍCIO, Adriano. **Medo do Assalto: A Democracia Racial em Questão no Ônibus Público na Cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS, UFRJ, 1997

MAUSS, Marcel. "Uma categoria do Espírito Humano: a noção de pessoa, a de "eu". In: **Sociologia e Antropologia** v. 1. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T. A . Queiroz, 1979.

PIERRE-CHARLES, Gerard. "Haiti: crise do Estado e intervenção". In: **Teoria e debate**, v. 17, nº 59, p. 51-56, ago./set. 2004.

PRICE-MARS, Jean. **Así Habló el Tío**. Santo Domingo: Ed. Manatí, 2000.

RAEDERS, George. **O inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil**. Sao Paulo: Paz e Terra, 1988.

ROSA, Renata de Melo. "**Haiti e os projetos de desenvolvimento: entre o isolamento e a ocidentalização**". In: A reconstrução da Paz no oriente Médio e Haiti. Brasília, FUNAG, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos, In: Anuário Antropológico /93, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

TROUILLOT, Michel-Ralph. “The Caribbean Region: An open frontier in anthropological theory”, **Annual Review of Anthropology** 1992, 21:19-42.

## **El Restablecimiento de Relaciones Diplomáticas entre Cuba y Estados Unidos: posibilidades para el Caribe de la CARICOM**

Recebido 18.06.2016  
Aprovado 28.07.2016

Jacqueline Laguardia Martínez<sup>54</sup>

### **Resumo**

O artigo examina as consequências para os países do Caribe, em especial para os Estados Membros da Comunidade do Caribe (CARICOM), do processo de normalização das relações entre Cuba e os EUA, iniciado em 17 de dezembro de 2014. Sem esgotar todos os possíveis argumentos e possibilidades, o artigo analisa algumas das transformações já produzidas e seus efeitos, assim como se aventura nos impactos que podem ser esperados desse processo – ainda muito recente e de avanços comedidos – para as economias do resto da região do Caribe, em especial da CARICOM.

A pesquisa se baseou essencialmente em revisão bibliográfica – em sua maioria da imprensa cubana, estadunidense e caribenha – para a consulta de reportagens e artigos de opinião. Foram consideradas apresentações de estudiosos do tema em eventos científicos assim como as discussões produzidas em estes espaços e, em menor medida, foi feita consulta de material acadêmico publicado, pois, dada a natureza do fenômeno – ainda em pleno desenvolvimento – os livros e artigos que avaliam os impactos do 17D são relativamente escassos. Nosso estudo se beneficiou dos dados estatísticos publicados nos meios cubanos e estadunidenses e em informação facilitada pelas Embaixadas de Cuba radicadas nas economias líderes da CARICOM: Jamaica e Trinidad y Tobago, principais sócios comerciais de Cuba dentro do espaço CARICOM.

**Palabras chave:** Cuba, Estados Unidos, Caribe, CARICOM

### **O Restabelecimento das Relações Diplomáticas entre Cuba e Estados Unidos: possibilidades para o Caribe da CARICOM**

### **Resumen**

El artículo examina las consecuencias que para los países del Caribe, en especial para los Estados Miembros de la Comunidad del Caribe (CARICOM), tendría el proceso de normalización de relaciones entre Cuba y los Estados Unidos iniciado el 17 de diciembre de 2014 (17D). Sin agotar todos los posibles argumentos y posibilidades, el artículo analiza algunas de las transformaciones ya producidas y sus efectos, así como también se aventura en los impactos que pueden esperarse de este proceso –aún muy reciente y de avance medido– para las economías del resto de la región Caribe, en especial del Caribe de la CARICOM.

La investigación se basó esencialmente en la revisión bibliográfica –en su mayoría de prensa cubana, estadounidense y caribeña– para la consulta de reportes noticiosos y artículos de opinión. Se

<sup>54</sup>PhD en Economía por la Universidad de La Habana, M.Sc. en Economía Internacional por la Universidad de La Habana y M.Sc. sobre la Gestión de Política Económica de la Universidad de Auvernia. Licenciaturas en Economía, Historia y Estudios Culturales de la Universidad de La Habana. Actualmente se desempeña como Profesora en el Instituto de Relaciones Internacionales de UWI, campus St. Augustine. Es miembro de la Cátedra de Estudios del Caribe Norman Girvan de la Universidad de La Habana. Contacto: [Jacqueline.Laguardia-Martinez@sta.uwi.edu](mailto:Jacqueline.Laguardia-Martinez@sta.uwi.edu)

consideraron ponencias presentadas por estudiosos del tema en eventos científicos así como las discusiones producidas en estos espacios y, en menor medida, se acudió a la consulta de material académico publicado pues, dada la naturaleza del fenómeno que se analiza –aún en pleno desarrollo– los libros y artículos que evalúan los impactos del 17D más allá de lo que sucede en Cuba y los Estados Unidos son relativamente escasos. Nuestro estudio se benefició además de datos estadísticos publicados en medios cubanos y estadounidenses y en información facilitada por las Embajadas de Cuba radicadas en las dos economías líderes de la CARICOM: Jamaica y Trinidad y Tobago, principales socios comerciales de Cuba dentro del espacio CARICOM.

**Palabras clave:** Cuba, Estados Unidos, Caribe, CARICOM

### **The Re-establishment of Diplomatic Relations Between Cuba and the United States: possibilities for the states Caribbean of CARICOM**

#### **Abstract**

The paper examines the implications the process of normalization of relations between Cuba and the United States, initiated on December 17, 2014 (17D), would have for the Caribbean countries, especially for the members of the Caribbean Community (CARICOM). Without exhausting all possible arguments and possibilities, the paper discusses some of the changes and their effects, but also explores the expected impacts of this process on the economies of the rest of the Caribbean region, especially the Caribbean CARICOM.

The research was based on literature review, taking into consideration mostly Cuban, American and Caribbean press for the consultation of news reports and articles. The paper considered papers presented by scholars in scientific events as well as discussions produced in these spaces and, to a lesser extent, consulted academic publications, because, given the nature of the phenomenon being analysed, books and papers assessing the impacts of 17D beyond what happens in Cuba and the United States are relatively rare. Our study also benefited from statistics published in Cuban and US media and information provided by the embassies of Cuba filed in the two leading economies of CARICOM: Jamaica and Trinidad and Tobago, Cuba's main trading partners within the space of CARICOM.

**Keywords:** Cuba, United States, Caribbean, CARICOM

### **El Restablecimiento de las Relaciones entre Cuba y los Estados Unidos: principales avances desde el 17D**

A partir de la ruptura de relaciones diplomáticas entre Cuba y los Estados Unidos, el 3 de diciembre de 1961 a raíz del triunfo de la Revolución Cubana en enero de 1959, fueron varios los intentos de retomar el camino de la diplomacia, todos fallidos hasta finales de 2014. Desde los años sesenta se habían producido varios intentos por restablecer las relaciones diplomáticas –con posibilidades interesantes durante las administraciones de Ford y Carter– y existieron canales de comunicación directo en las diferentes crisis del conflicto bilateral, de especial importancia en las administraciones de Kennedy y Clinton, (LeoGrande y Kornbluh, 2015; Ramírez y Morales; 2014). Sin embargo, no fue hasta el 17 de diciembre de 2014 cuando se produjo el cambio trascendental en las relaciones entre ambos países. Casi al unísono, los presidentes Raúl Castro y Barack Obama anunciaron la liberación de presos de

interés mutuo y, para sorpresa del mundo, sus intenciones de normalizar las relaciones bilaterales.

Un mes más tarde, el 16 de enero, la Oficina de Control de Activos Extranjeros del Departamento del Tesoro de los Estados Unidos (OFAC por sus siglas en inglés) publicó un primer paquete de medidas que ratificaba la voluntad política del presidente Obama de cambiar la política de su país hacia la isla vecina. Las nuevas regulaciones permitían a los estadounidenses autorizados bajo las 12 categorías aprobadas por la OFAC<sup>55</sup> viajar a Cuba, el uso de sus tarjetas de crédito en la isla y llevar a su regreso pequeñas cantidades de tabacos y otros productos cubanos. También se aumentó el límite en el envío de remesas de 500 a 2.000 dólares por trimestre y se permitió a compañías estadounidenses exportar tecnologías telefónicas, informáticas y de Internet, entre otras modificaciones (AIN, enero de 2015).

Este primer paquete fue ampliado por un segundo conjunto de medidas en septiembre de 2015. En el tercer paquete, en enero de 2016, la OFAC y el Departamento de la Oficina de Industria y Seguridad del Departamento de Comercio anunciaron modificaciones relativas a la eliminación de las restricciones a las condiciones de pago y de financiamiento de las exportaciones y reexportaciones autorizadas a Cuba de producciones distintas a las agrícolas o materias primas. Otros cambios se orientaron a facilitar los viajes a la isla al permitir acuerdos sobre espacios reservados, código compartido y de arrendamiento con las líneas aéreas cubanas (Reuters, enero de 2016).

Por último, y a escasos días de su visita a la isla en marzo de 2016, el presidente Obama anunciaba que se autorizaban los viajes personales contemplados en las 12 categorías de viaje aprobadas así como el uso del dólar norteamericano por parte de entidades cubanas en transacciones internacionales, entre otras flexibilizaciones para impulsar las relaciones económicas entre las dos naciones (ACN, marzo de 2016).

<sup>55</sup>De acuerdo a información publicada por la Embajada de los Estados Unidos en La Habana, las 12 categorías son: visitas familiares, trabajo oficial para el gobierno de los Estados Unidos, gobiernos extranjeros y algunas organizaciones no gubernamentales; actividad periodística; investigación y reuniones profesionales; actividades educacional; actividades religiosas; actuaciones públicas, clínicas, realización de talleres, participación en eventos deportivos u otro tipo de competencias o exhibiciones; apoyo al pueblo cubano; proyectos humanitarios; actividades de fundaciones privadas, de investigación o instituciones educacionales; exportaciones, importaciones o transmisión de información o materiales de información; y algunas transacciones para exportaciones autorizadas. Para más información sobre las regulaciones para la entrada a Cuba, consúltese <http://spanish.havana.usembassy.gov/viajesacuba.html>

Las medidas tomadas, si bien lejos aún de haber sido aprovechadas en su totalidad debido a la cantidad y variedad de instrumentos de política –aún vigentes– que prohíben las relaciones económicas de los Estados Unidos con Cuba, han impulsado las primeras acciones que buscan un mayor intercambio económico entre ambos países, enfocadas en este primer periodo en los sectores de telecomunicaciones y transporte. Ya desde los primeros meses de iniciado el proceso de normalización –cuando el mecanismo fundamental de comunicación utilizado se centraba en la celebración de rondas de conversaciones para determinar los pasos a seguir para el restablecimiento de las relaciones diplomáticas y la reapertura de las Embajadas, fundamentalmente– comenzó el intercambio de criterios sobre diversos asuntos de interés económico, pasos que han desembocado hasta junio de 2016 en la firma de nueve acuerdos entre los que sobresalen los relativos al restablecimiento de los vuelos regulares directos, de correo postal y de los servicios para comunicaciones telefónicas directas.

Como avances concretos se tiene que en febrero de 2015, la Empresa de Telecomunicaciones de Cuba S.A., ETECSA y la compañía norteamericana IDT Domestic Telecom, INC. (IDT) concluyeron las conversaciones con el propósito de suscribir un Acuerdo de Servicios para la Operación de Telecomunicaciones Internacionales que permitió la interconexión directa entre Estados Unidos y Cuba desde marzo de 2015. Mientras, en diciembre de ese mismo año se firmaba el Memorando de Entendimiento para el establecimiento de los vuelos regulares y en febrero de 2016 se suscribía un Memorando de Entendimiento sobre aviación civil, documentos que posibilitaron a las aerolíneas American Airlines Group Inc, JetBlue Airways Co, Frontier Airlines, Silver Airways, Southwest Airlines Co y Sun Country Airlines ser autorizadas para operar vuelos regulares a Cuba a partir de otoño de 2016, a razón de hasta 10 vuelos diarios de ida y vuelta (Cubadebate, junio de 2016).

Es en el sector del transporte entre ambos países uno de los que ha experimentado cambios apreciables, más allá de las intenciones declaradas. El 31 de agosto de 2016 aterrizó en Villa Clara el primer vuelo comercial proveniente de Estados Unidos en casi cincuenta décadas. El vuelo 387 de la aerolínea estadounidense JetBlue, que inauguró una nueva era en el transporte entre Cuba y los Estados Unidos, iba Anthony Foxx, Secretario de Transporte de los Estados Unidos. A este vuelo inicial siguió uno de Silver Airways, también a Santa Clara, y luego los de American Airlines a partir del 7 de septiembre. La regularidad de los vuelos se incrementará poco a poco hasta llegar a 110 diarios, 20 de ellos a La Habana (Francisco, agosto de 2016).

Al tráfico aéreo se incorporó, en mayo de 2016, la posibilidad de visitar la isla por mar a partir de la llegada del crucero Adonia desde Miami que completó un trayecto de siete noches que incluyó paradas en La Habana, Cienfuegos y Santiago de Cuba. La embarcación es operada por la empresa Fathom, filial de la compañía de cruceros Carnival.

Por otra parte, en marzo de 2016, se efectuó el vuelo inaugural que restableció el intercambio directo de correo postal para los envíos directos entre Cuba y los Estados Unidos de correspondencia, encomiendas postales, mensajería y paquetería expresa a través de las oficinas de correo de ambos países tras haber acordado restablecer el servicio postal directo en diciembre de 2015.

Otros acuerdos firmados recientemente son los relacionados con la seguridad de la navegación marítima y para la cooperación en la agricultura y otras esferas afines, ambos en marzo de 2016. En junio de 2016, ambas naciones rubricaron un Memorando de Entendimiento para cooperar en el combate a enfermedades que afectan a las dos naciones vecinas e intercambiar experiencias a partir de amenazas comunes asociada a enfermedades infecciosas emergentes como el dengue y el chikungunya y los retos que significa contar con una población envejecida y la necesidad de encontrar soluciones a los padecimientos neurodegenerativos y otras enfermedades no transmisibles, incluido el cáncer (ACN, junio 2016).

Otros tópicos discutidos durante el año y medio transcurrido tras el 17D han sido los relacionados con derechos humanos, hidrografía y cartas náuticas, cooperación ambiental marítima, enfrentamiento al terrorismo y contraterrorismo, protección del medio ambiente, contrabando humano y fraude migratorio, narcotráfico, lucha antidroga y aplicación y cumplimiento de la ley. De acuerdo a Josefina Vidal, Directora General para Estados Unidos en el Ministerio de Relaciones Exteriores de Cuba, a mediados de 2016 ambos países negociaban nuevos acuerdos de cooperación en las esferas de la salud, la lucha antidrogas, la búsqueda y salvamento, la respuesta a derrames de petróleo en el Golfo de México y el Estrecho de La Florida, meteorología, monitoreo sísmico, la salud animal y vegetal y las zonas terrestres protegidas (PL, mayo 2016).

Tanto durante las tres rondas de conversaciones efectuadas –La Habana, enero de 2015; Washington, febrero de 2015 y La Habana, marzo de 2015– como en los intercambios sucedidos tras la reapertura de las Embajadas y la firma de acuerdos, ambos países han

preferido centrar los esfuerzos en torno a los asuntos identificados como los menos espinosos y en lo que pensaban se concretarían los mayores avances en el menor tiempo. Esta también ha sido la lógica adoptada por la Comisión Bilateral instaurada en septiembre de 2015 responsable de la celebración de los Diálogos Regulatorios entre Estados Unidos y Cuba. La Comisión ha celebrado tres reuniones: La Habana, septiembre de 2015; Washington, febrero de 2016 y la Habana, mayo de 2016.

Resulta interesante constatar –al revisar la agenda de lo discutido en el tercer encuentro de la Comisión– que ya en esta ocasión las discusiones giraron, en buena parte, en torno a los obstáculos que impiden el avance del proceso de normalización, en especial en el área económica. Se trataron las restricciones a las exportaciones desde los Estados Unidos, el número limitado de productos cubanos autorizados a ser importados a Estados Unidos, la no autorización de inversiones estadounidenses en Cuba excepto en el sector de las telecomunicaciones y la no existencia de relaciones bancarias normales entre ambos países. La delegación cubana precisó además que, en los últimos seis meses, fueron multadas dos compañías norteamericanas y una francesa por mantener vínculos con Cuba, y se reportaron problemas con 13 bancos internacionales y con empresas proveedoras de servicios a embajadas y consulados cubanos (Elizalde, mayo 2016).

Lo anterior indica que, a medida que transcurre el proceso, resulta evidente para ambas partes que se impone avanzar en la toma de acciones para solucionar aquellos temas complejos que claramente entorpecen el mantenimiento de relaciones normales entre dos naciones, siendo la política de embargo –también conocido como bloqueo– de los Estados Unidos hacia Cuba, el mayor obstáculo. Es así que en los Estados Unidos se han puesto en marcha varios mecanismos que buscan influir en el Congreso de ese país para eliminar barreras en la relación bilateral y promover los nexos económicos. Uno de ellos es el Consejo de Negocios Cuba–Estados Unidos (USCBC, por su sigla en inglés), organización empresarial creada en septiembre de 2015 e integrada por grandes firmas estadounidenses interesadas en establecer nexos económicos con Cuba y comprometidas a trabajar directamente sobre el Congreso estadounidense para lograr el levantamiento del bloqueo (Tesoro, 2015) y Engage Cuba, coalición bipartidista también fundada en 2015 que agrupa además a empresas y organizaciones en Estados Unidos con el fin de promover la normalización de las relaciones y aumentar la presión sobre el Congreso para que ponga fin al bloqueo de los viajes y el comercio con la isla (Calmes, 2015).



Otra muestra de los avances en la relación bilateral es la sucesión de encuentros y visitas de alto nivel. Los dos presidentes se han reunido en dos ocasiones. El primer encuentro oficial tuvo lugar en la VII Cumbre de las Américas en Panamá y la segunda reunión transcurrió en la sede de la Organización de Naciones Unidas (ONU) en ocasión del 70 Período Ordinario de Sesiones de la Asamblea General de la ONU. También los cancilleres, así como otros ministros acompañados de delegaciones de alto nivel, han conversado en varias ocasiones.

En relación con las visitas, se tiene que la mayoría han ocurrido desde los Estados Unidos a Cuba, y han asistido tanto legisladores y políticos demócratas como republicanos. La primera gran delegación que visitó La Habana después del 17D lo hizo en enero de 2015 y estuvo compuesta por senadores y representantes, todos del Partido Demócrata. Hasta junio de 2016 cuatro Secretarios estadounidenses habían visitado Cuba. Son estos Anthony Foxx (Transporte), Thomas J. Vilsack (Agricultura) y Penny Pritzker (Comercio). John Kerry, Secretario de Estado, visitó La Habana por primera vez en ocasión de la apertura de la Embajada de Estados Unidos y después junto al Presidente Obama. Por su parte, son cinco los Gobernadores que han viajado a Cuba acompañados por empresarios de sus Estados. Son ellos Jeremiah Nixon (Missouri), Terry McAuliffe (Virginia), Greg Abbott (Texas), Asa Hutchinson (Arkansas) y Andrew Cuomo (Nueva York). También han visitado la isla el Secretario Adjunto para Asuntos Económicos y de Negocios del Departamento de Estado Charles Rivkin y el Embajador Daniel Sepúlveda, Subsecretario Adjunto de Estado y Coordinador para la Política Internacional de las Comunicaciones y la Información de los Estados Unidos, el Enviado Especial para la Lucha contra el Cambio Climático del Departamento de Estado Todd Stern y el Subsecretario de Seguridad Nacional Alejandro Mayorkas, al igual que la Jefa de la Agencia de Pequeñas Empresas de los Estados Unidos María Contreras-Sweet. Por la parte cubana han visitado los Estados Unidos los ministros Gustavo Rodríguez Rollero (Agricultura), Roberto Morales (Salud Pública) y Rodrigo Malmierca Díaz (Comercio Exterior e Inversión Extranjera).

Tras revisar los principales acontecimientos políticos registrados en este primer periodo de acercamiento destacamos como aquellos más significativos la eliminación de Cuba de la lista de Estados patrocinadores del terrorismo internacional, el establecimiento oficial de las relaciones diplomáticas entre ambas naciones y la reapertura de las Embajadas en Washington y en La Habana en el verano de 2015, y la visita de tres días del presidente Obama a La

Habana del 20 al 22 de marzo de 2016, quien vino acompañado por una amplia delegación de congresistas y empresarios estadounidenses.

El breve repaso de lo acontecido, de los asuntos conversados, los acuerdos suscritos y las visitas producidas en los meses transcurridos tras el 17D permiten identificar aquellos temas que más tracción han ganado en las negociaciones bilaterales y donde se han obtenido los avances más importantes. Para el resto de los países, en especial aquellos que buscan aprovechar las oportunidades asociadas al nuevo contexto, resulta importante tomar nota de cuáles son los sectores susceptibles a experimentar el mayor dinamismo económico entre Cuba y los Estados Unidos y también aquellos que podrían representar mayores oportunidades o renovada competencia en la región.

Tal análisis necesita ser complementado con el examen de las transformaciones que, más allá de las decisiones e intenciones de política, se han producido efectivamente. La segunda parte de este trabajo se centra entonces en analizar los cambios que ya se aprecian como consecuencia del 17D, sobre todo para la economía cubana.

### **Cambios en las Dinámicas Cubano-Estadounidenses**

No solo han sido políticos y funcionarios estadounidenses los que han visitado a La Habana con la misión de implementar la política hacia Cuba del presidente Obama. Una variación tangible registrada en las dinámicas entre ambos países es el aumento de los estadounidenses que visitan la isla. Si bien hacer turismo en Cuba todavía está prohibido por Ley de Reforma de las Sanciones Comerciales y de Fomento de las Exportaciones del año 2000 (TSRA, por sus siglas en inglés), los cubano-americanos están autorizados a viajar a la isla al igual que los estadounidenses amparados en alguna de las 12 categorías de viajes autorizadas. Según un estudio del FMI de 2008, Cuba se prepara para un máximo de 10 millones de turistas estadounidenses por año (Romeu, 2008). Fuentes cubanas estiman que la cifra oscilaría entre 1 y 1,5 millones de estadounidenses que viajarían a Cuba anualmente.

La flexibilización en los viajes a Cuba tras el 17D ha disparado el arribo de viajeros desde Estados Unidos a la isla en los últimos meses. En 2015, los visitantes estadounidenses

aumentaron un 77% en relación con 2014 (Hamre, 2016), cifra que no incluye a los cubano-americanos.

A pesar de que el bloqueo estadounidense hacia Cuba todavía está en vigor, el sector empresarial en Estados Unidos ha comenzado a dar los primeros pasos para prepararse para un escenario post-bloqueo donde tengan libertades para los intercambios económicos y el sostenimiento regular de flujos comerciales, financieros y de inversión con Cuba. Si bien la isla no se perfila como socio comercial de primer orden para la economía estadounidense como sí son China, Canadá, México o la Unión Europea, el mercado cubano representa cierta importancia relativa para los empresarios estadounidenses por varias razones. En primer lugar, Cuba, con una población de casi 11,4 millones de personas, continúa siendo el mayor mercado potencial del Caribe insular. Considérese además que para muchas empresas en Estados Unidos el comercio con Cuba forma parte de su mercado natural y la infraestructura ya instalada funciona igual para vender o comprar a Cuba como lo haría en cualquier otro lugar ubicado dentro de los propios Estados Unidos. Debido a su ubicación geográfica, Cuba mantiene su importancia estratégica para el comercio de los Estados Unidos en el Atlántico y la posibilidad de utilizar instalaciones como las del puerto del Mariel pudiera facilitar el comercio con la región y aumentar el rendimiento de las cadenas de valor. A ello se suma el potencial de Cuba en sectores como el turismo –con el arribo de más de tres millones de turistas cada año y con posibilidades de aumentar–, la medicina, la biotecnología, la exploración de petróleo en mares adyacentes, entre otros, así como la demanda de importación cubana de bienes y servicios necesarios para modernizar su parque tecnológico y su infraestructura, desarrollar la industria agropecuaria y satisfacer las demandas del consumo nacional (Arbolea, 2016). Según estimaciones de expertos del Instituto de Economía Internacional Peterson de los Estados Unidos, las exportaciones de Estados Unidos a Cuba podrían alcanzar los 4,3 mil millones al año al restablecerse las relaciones comerciales entre los dos países (Gómez, 2015).

El acercamiento a Cuba por parte del empresariado estadounidense se ha producido de diferentes formas. Tras el 17D, Cuba fue incluida en la lista de Twitter mientras Netflix y Apple la eliminaron de su lista de países con comercio restringido. Además de los acuerdos firmados por Boost Mobile, Sprint, Verizon y T-Mobile con la Empresa de Telecomunicaciones de Cuba S.A. (ETECSA) y las autorizaciones otorgadas a American Airlines, JetBlue, Southwest y Alaska Air Group para operar vuelos comerciales a Cuba –los

cuales ya se iniciaron—, otros ejemplos son las operaciones de Priceline Group y Airbnb para ofrecer alojamiento en la isla. Airbnb opera con viviendas en 40 ciudades y pueblos de la Cuba y ha logrado incorporar una red de 4.000 viviendas de alquiler a su oferta en Cuba.

De acuerdo con la Secretaria Penny Pritzker, en 2015 el Departamento de Comercio emitió 490 autorizaciones por valor de 4,3 millones de dólares para hacer negocios en Cuba. En 2016, ese Departamento ya había emitido 28 autorizaciones por valor de 300 millones de dólares (Rodríguez, 2016).

Alrededor de 50 personas de negocios de los Estados Unidos asistieron a la edición de la Feria Internacional de La Habana de noviembre de 2015. Justo fue esta la ocasión aprovechada por ETECSA y la compañía de comunicaciones Sprint para firmar un acuerdo que permita a los clientes de esta última realizar y recibir llamadas hacia la isla, así como enviar y recibir mensajes de textos a través de sus teléfonos móviles. Este fue el primer convenio para el servicio de *roaming* de forma directa rubricado entre ambas naciones y que amplió la presencia de Sprint en Cuba, ya que esta compañía anteriormente había firmado un acuerdo para la interconexión directa a través del sistema de cable submarino.

Otro hito importante en el impulso de los intereses económicos, esta vez en el área de los servicios de alojamiento, fue la incorporación, en junio de 2016, del hotel Quinta Avenida – rebautizado como Four Points by Sheraton- como el primer hotel en Cuba administrado por una compañía estadounidense después de 1959. Quinta Avenida es el primero de los dos hoteles que la cadena Starwood Hotels & Resorts Worldwide accedió a administrar en Cuba, al que seguirá el Hotel Inglaterra a partir de agosto de 2016.

De manera similar a las dinámicas desarrolladas en los intercambios oficiales y las medidas y acuerdos adoptados, se constata que los mayores avances en el área de los negocios de Estados Unidos en Cuba se concentran en los sectores de las telecomunicaciones y el transporte, a los que se incorpora hospedaje. Estos están dirigidos, en este primer momento, a satisfacer la demanda de estos servicios por parte de los estadounidenses que viajan a Cuba.

Ciertos progresos también son perceptibles en otras áreas de mucho interés para el empresariado estadounidense. El sector agrícola es uno desde donde se presiona con más fuerza para el levantamiento de las sanciones a Cuba pues los agricultores de ese país mantienen vínculos comerciales con la isla desde 2001 en virtud de la TSRA y desean extenderlos y profundizarlos. El 8 de enero de 2015, menos de un mes después del anuncio

histórico de los presidentes Castro y Obama, una coalición integrada por 28 de las principales organizaciones y empresas agrícolas y alimentarias surgió para promover el levantamiento del bloqueo. En el evento de presentación del grupo, el Secretario de Agricultura Tom Vilsack, remarcó que Cuba importa el 80% de sus productos agrícolas y representa un mercado de 1.700 millones de dólares (Cubadebate, enero 2015). Otra agrupación de agricultores estadounidenses comprometidas con la normalización de las exportaciones de alimentos y productos agrícolas a Cuba y que aboga por la liberalización del comercio entre Estados Unidos y Cuba es la Coalición Agrícola de Estados Unidos por Cuba (USACC, por sus siglas en inglés) que agrupa a más de 90 compañías agrícolas y organizaciones estatales y nacionales del sector agrícola en Estados Unidos.

En febrero de 2016, el Departamento de Agricultura de los Estados Unidos solicitó al Congreso 1,5 millones de dólares para enviar a cinco funcionarios a Cuba para trabajar en la logística que apoyarán los aumentos en el comercio cuando así se autorice. Días más tarde fue aprobada la instalación de la primera fábrica estadounidense en Cuba: se trata de una empresa de Alabama autorizada a construir una planta para ensamblar hasta 1.000 pequeños tractores al año para su venta a los agricultores privados cubanos (EFE, febrero de 2016).

Otras iniciativas que buscan promover exportaciones agrícolas a Cuba han sido la donación de 20 toneladas de arroz producidas por la empresa Martin Rice, anunciada en el Foro Empresarial Cuba-Estados Unidos, y la celebración de un simposio de vinos de California en el que 100 empresarios estadounidenses, a nombre de medio centenar de bodegas, propiciaron una cata ante 25 *sommeliers* locales.

Un importante sector que ha despertado el interés en Estados Unidos es la medicina cubana. La acción más interesante emprendida en esta esfera ocurrió en abril de 2015 cuando el Instituto Roswell Park, considerado la primera institución médica en Estados Unidos para la investigación sobre tratamientos contra el cáncer, firmó un acuerdo con el Centro de Inmunología Molecular de Cuba para importar la vacuna terapéutica cubana contra el cáncer de pulmón desarrollada por científicos cubanos.

Por su parte, desde Cuba también se intentan aprovechar las grietas que comienzan a aparecer en el complicado entramado legal estadounidense que regula las relaciones económicas entre ambas naciones. A partir de la autorización de importar un reducido grupo de productos cubanos en Estados Unidos se venderá, en edición limitada bajo el nombre de *Cafecito de*

*Cuba*, café cubano en tiendas y vía comercio electrónico y por teléfono (Baertlein y Nicholson, 2016). La operación ha necesitado de la participación de la compañía suiza Nespresso del grupo Nestlé SA para sortear los impedimentos legales aún vigentes, los mismos que semanas antes habían impedido a agricultores cafetaleros de Cuba hacer llegar su producto a los Estados Unidos: las altas tarifas que los productos cubanos deben pagar para entrar al mercado estadounidense al no estar amparadas en ningún acuerdo comercial preferencial o aplicárseles la cláusula de Nación más Favorecida –a la que tienen derecho al ser Cuba miembro fundador de la Organización Mundial del Comercio (OMC)– y la prohibición de comerciar con empresas estatales cubanas (ANAP, 2016).

Otras dinámicas interesantes se producen además en los intercambios bilaterales en el deporte, la academia y la cultura, sectores de gran dinamismo en el conjunto de las relaciones entre Cuba y Estados Unidos y cuyos vínculos nunca cesaron del todo, ni siquiera en los periodos más tensos del conflicto bilateral.

Estos lazos se han beneficiado del escenario post 17D y han ganado en intensidad, alcance y profundidad. No solo aumentan las visitas de intelectuales, artistas, deportistas y delegaciones culturales entre ambas naciones –algunos ejemplos recientes son la visita de Shaquille O’Neal en calidad de embajador del deporte<sup>56</sup>, el *rally* de lanchas rápidas Florida–La Habana<sup>57</sup>, la presencia de músicos cubanos en la trigésima edición del Festival South by Southwest (SXSW) de Austin<sup>58</sup>, la visita de una delegación del Comité Presidencial para las Artes y las Humanidades integrada por 72 directivos del Fondo Nacional para las Humanidades y el de las Artes, el Instituto Smithsonian, además de productores de cine y televisión y músicos<sup>59</sup> y la asistencia de más de 100 académicos estadounidenses al X Congreso de Ciencias del Mar

<sup>56</sup>Durante su visita a Cuba O’Neal impartió varias clínicas de baloncesto a niños y jóvenes cubanos, además de visitar lugares culturales y emblemáticos para alentar los vínculos positivos entre los pueblos estadounidense y cubano (PL, junio de 2016).

<sup>57</sup>En la competición, que no se efectuaba desde 1958, participaron 20 embarcaciones con 90 tripulantes provenientes de Cayo Hueso. El evento contó con la organización del Florida Powerboat Club y el Club Internacional Ernest Hemingway de Cuba (Francisco, mayo de 2016).

<sup>58</sup>El festival de cine, música y tecnología SXSW reúne en Texas durante diez días a unos 300 000 participantes, más de 2 200 artistas de todo el mundo y también gestores, cazatalentos y *mánagers* (EFE, marzo de 2016).

<sup>59</sup> Durante los tres días de su visita, la delegación estadounidense sostuvo más de 10 encuentros de trabajo, se reunió con instituciones y empresas de la cultura cubana, así como con artistas y otras personalidades del ámbito. Como resultado de la visita se acordó que Cuba protagonice el Festival de Tradiciones Culturales que cada año organiza en la capital estadounidense el Instituto Smithsonian (Montgomery, 2016).

MARCUBA 2015<sup>60</sup>– sino que han comenzado las colaboraciones en el ámbito de las industrias creativas.

Algunos ejemplos que ilustran esta última tendencia han sido la filmaciones, en La Habana, de la octava parte de la saga cinematográfica *Rápido y Furioso*, de la serie televisiva *House of Lies*, de la serie documental *Cuban Chrome* y de un episodio del popular show nocturno del comediante Conan O'Brien. En este ámbito, sobresale el acuerdo de licenciamiento global firmado entre Sony Music Entertainment y la Empresa de Grabaciones y Ediciones Musicales (EGREM) en septiembre de 2015, que pone a disposición de Sony el catálogo más extenso de música cubana en el mundo pues atesora grabaciones de audio y audiovisuales producidos desde 1960.

### **Cuba ¿Amenaza u Oportunidad? Consecuencias del 17D e Impactos en el Resto del Caribe**

Además de los cambios en las dinámicas cubano-estadounidenses antes examinados, muchos de los efectos para Cuba del proceso de acercamiento entre ambas naciones han sido mayormente indirectos –generados a partir de las expectativas de un inevitable levantamiento del bloqueo–. Estas expectativas ha repercutido positivamente en Cuba de diversas maneras, como por ejemplo a través de la gradual normalización de los flujos financieros externos y de un acrecentado interés por comerciar e invertir en la isla, sobre todo por parte de socios comerciales de peso como México, España, Canadá, Rusia y China.

La renegociación y pago de la deuda externa del país ha mostrado importantes avances en los últimos años, con marcado progreso a partir del 17D. Se registran en el período la condonación del 90% de los adeudos con la antigua URSS por parte de Rusia, por un monto calculado en 35.000 millones de dólares, con facilidades para el pago restante durante diez años y a bajas tasas de interés; la cancelación del 70% de la deuda con México por 487 millones de dólares con facilidades para el pago pendiente, y la reducción del 70% de la deuda con el Club de París, que alcanzó unos 11.100 millones de dólares, de los cuales se pagarán solo 2.600 millones en un período de 18 años (Rodríguez, 2015). La renegociación de

<sup>60</sup>Guillermo García, presidente del Comité Organizador de la cita, explicó que en las anteriores ediciones del cónclave siempre habían asistido estudiosos de los Estados Unidos, pero nunca habían sobrepasado los 25 ponentes (AIN, noviembre de 2015).

la deuda con el Club de París ha impulsado nuevos procesos de esta naturaleza con Australia, Reino Unido, España, Países Bajos, Japón y Suecia.

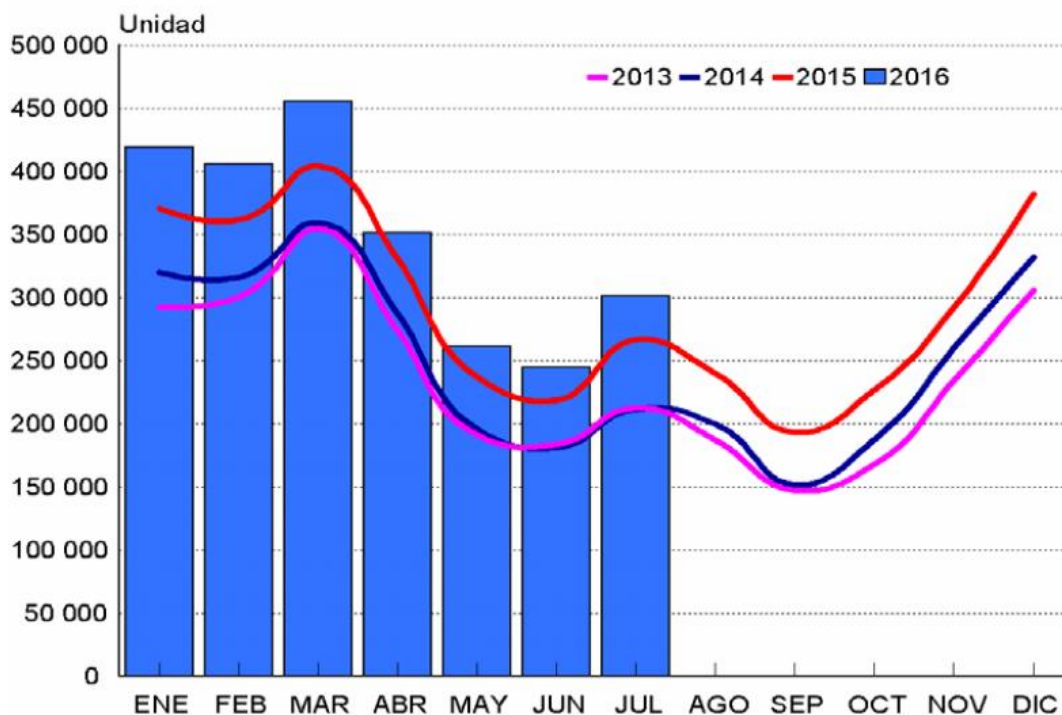
Además de afianzar su presencia en el mercado cubano como antesala del levantamiento del bloqueo, otra motivación tras el impulso mostrado por la inversión extranjera y el comienzo de nuevas asociaciones económicas con Cuba es el aprovecharse de la prohibición a la que todavía está sometido el capital estadounidense para emprender negocios en y con la isla y beneficiarse del aumento –que ya se produce– de visitantes y turistas a Cuba.

En 2015, Cuba recibió un record de 3,52 millones de turistas, lo que significó un aumento del 17,4 % en comparación con 2014 (EFE, enero de 2016). La Habana, declarada Ciudad Maravilla desde junio de 2016 y Patrimonio de la Humanidad desde 1982, en 2015 acogió a 1.685.381 visitantes, 21% más que el año anterior. La proporción en el primer trimestre de 2016 de visitantes a la capital cubana manifiesta un crecimiento del 37% en relación con igual periodo del año anterior (Vázquez, 2016).

Según datos de la Oficina Nacional de Estadística e Información de Cuba (ONEI), el turismo internacional al cierre de julio de 2016 registró un crecimiento del 11,8 % en relación con igual periodo de 2015.



**Tabla 1. Llegada de visitantes a Cuba por meses. Años 2013-2016.**



Fuente: ONEI. [www.one.cu](http://www.one.cu)

En el primer semestre del año habían arribado al país 2.449.274 visitantes. En el mes de julio, específicamente, Cuba recibió 301.376 visitantes, que representan un 13% más que en igual mes de 2015. De ellos, 21.082 procedentes de Estados Unidos, segundo emisor a la isla tras Canadá con 73.681.

Para el final de 2016 Cuba espera llegar a los 3,85 millones de visitantes. Canadá, Alemania, Reino Unido, Estados Unidos, Francia, Italia, España, México y Argentina son los mayores mercados emisores de turistas (AFP, junio de 2016).

Dentro de las acciones de expansión en el mercado cubano emprendidas por compañías foráneas no estadounidenses destacan la (re)apertura de nuevas rutas aéreas –son los casos de Iberia que reanudó sus vuelos directos Madrid-La Habana después de una ausencia de dos años, Air China que puso en marcha un vuelo directo entre Beijing y La Habana y la alemana Condor que abrió la ruta Munich-Havana– y de rutas marítimas como el arribo de cruceros de la compañía italiana MSC cruise. Empresas como Meliá, Sherritt International y Huawei están involucradas en diversos proyectos para la ampliación de sus inversiones en Cuba en áreas

que van desde la construcción de hoteles y campos de golf hasta llevar el servicio de Internet a los hogares cubanos.

Las compañías foráneas ya presentes en Cuba se preparan para aprovechar las ventajas que ofrece la cercanía de la isla al territorio estadounidense y amplían sus inversiones en aras de aumentar su producción no solo para satisfacer la creciente demanda del mercado cubano sino también anticipando la eventual apertura del mercado estadounidense a las exportaciones cubanas. Este es el caso de Havana Club International S.A. cuyo director general Jerome Cottin-Bizonne anunció que la compañía planea nuevas inversiones en la fábrica de ron oscuro de Cuba de cara al mercado estadounidense. Cottin-Bizonne agregó que se trata de la planta de San José de las Lajas donde esos trabajos persiguen satisfacer la comercialización de ron de alta gama en Estados Unidos tan pronto se autorice la venta por las autoridades de esa nación (Prensa Latina, marzo 2016).

Este dinamismo no está presente, sin embargo, en el sector empresarial del Caribe en sus relaciones económicas con Cuba. En la región, las reacciones al anuncio histórico del 17D fueron mixtas. Si bien primó un sentimiento general de regocijo y felicitaciones a ambas partes por el importante cambio, y muchos reconocieron este como un paso positivo que podría beneficiar a toda la región, también se alzaron voces de alarma que advertían sobre el inminente peligro de la competencia que representaría Cuba para el turismo y las exportaciones caribeñas a Estados Unidos, así como sobre el desvío de los flujos de inversión estadounidenses hacia la isla grande (Edmunds, 2014; Sánchez, 2014; Alleyne, 2015).

Tras año y medio de iniciado el proceso de normalización de relaciones entre Cuba y Estados Unidos se aprecia una disminución considerable en el tono alarmista, lo que ha dado paso a un llamado creciente para aprovechar las oportunidades que el contexto post 17D ofrece a la región en su conjunto e impulsar, en la nueva coyuntura, planes para la modernización en infraestructura y desarrollo del turismo y el aumento en la competitividad, sin desconocer los desafíos que la nueva realidad significa (Sanders, 2014; Smith-Edwards, 2015; Whitefield, 2015; Skippings, 2015; Jessop, 2015; Niland 2015; Kirton 2015; The Caribbean Hotel and Tourism Association, 2015).

Las razones tras este cambio radican en que, hasta el momento, las nuevas dinámicas entre Cuba y Estados Unidos no han traído los temidos efectos devastadores para las economías del resto del Caribe, sobre todo porque las relaciones económicas entre Cuba y Estados Unidos

aún no despegan. A esto sùmese que si bien Cuba representaría un competidor más para las economías vecinas, similares en estructura productiva, cartera de exportaciones y demanda de flujos de inversión, existen diferencias básicas que matizan tal competencia entre Cuba y el resto del Caribe de cara a los Estados Unidos y los convierten en suerte de compartimientos estancos en sus relaciones económicas con la potencia económica del Norte, al menos en el corto y mediano plazos.

En primer lugar, hay que destacar que los mayores atractivos turísticos que ofrece Cuba a los visitantes estadounidenses no están asociados, en su mayoría, al turismo de sol y playa –como sí ocurre en el resto del Caribe donde resaltan Bahamas, Barbados, Punta Cana en República Dominicana y Jamaica- como destinos turísticos firmemente posicionados en el mercado estadounidense y con los que Cuba no está en condiciones de competir al no contar aún con la infraestructura y calidad de servicio requeridas. La principal atracción del destino Cuba hoy, en los Estados Unidos, se asocia a su historia, cultura y modelo socioeconómico: los carros antiguos, la combinación de La Habana Vieja y la urbe moderna, el “vivir” la experiencia socialista, etc. Estos activos son únicos de Cuba y no pueden ser replicados.

A su vez, el Caribe cuenta con una sostenida relación de intercambio económico con los Estados Unidos beneficiada por acuerdos comerciales e iniciativas de ayuda a la región de las que Cuba no es parte, lo que colocaría a las exportaciones cubanas en desventaja en su acceso al mercado estadounidense y no en calidad de competidoras con las producciones caribeñas.

En relación con el temido desvío de flujo de inversiones procedentes desde los Estados Unidos no es de esperar una afluencia masiva e inmediata de inversiones hacia Cuba, al menos en lo que se refiere a actividades industriales. Las modalidades de inversión definidas por la nueva Ley de inversión Extranjera cubana no dejan de ser bastante rígidas. Tampoco están muy claras las prioridades de política industrial cubana que en ocasiones pareciera priorizar la producción de bienes para la exportación, mientras otras veces el énfasis recae en la promoción de una política de sustitución de importaciones (Calzada y Verrier, 2016:47). En Cuba se mantiene la evaluación cuidadosa y la cautela en aprobar la presencia de nuevos inversores en la isla, por lo que una avalancha de inversiones no es lo que se espera –ni desde Estados Unidos u otro destino.

El Caribe, sin embargo, cuenta con ventajas que le permitirían aprovechar la nueva coyuntura en calidad de socio más que de competidor. Cuba reconoce en el Caribe a un aliado histórico

con el que mantiene lazos diplomáticos desde 1972 y donde existe una fuerte tradición de cooperación en diversos sectores como salud, educación, deporte, cultura, protección del medio ambiente y enfrentamiento a desastres naturales. Los países del Caribe han condenado, históricamente, la política de aislamiento de los Estados Unidos hacia Cuba y en particular el bloqueo económico impuesto a la isla desde hace más de medio siglo.

Si bien el intercambio económico de la región con Cuba no se ha desarrollado con la misma fuerza que los lazos de cooperación, sí existen los marcos legales y la voluntad política de impulsarlo desde el año 2000 en que se firmó el Acuerdo de Comercio y Cooperación Económica entre CARICOM y Cuba, el cual fue revisado y ampliado en 2014. Cuba no es miembro de la CARICOM pero sí participa en la Asociación de Estados del Caribe, organización de la que Cuba ostenta la *Presidencia Pro Tempore* para 2016. Cuba y el resto de los países caribeños son miembros de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), asociación que reúne a 33 Estados de América Latina y el Caribe y donde no participan los Estados Unidos.

En el escenario post 17D, Cuba representa para el resto del Caribe no solo un mercado potencial de algo más de 11 millones de consumidores, sino además la demanda que se añade de los visitantes que llegan a la isla cada año. Su cercanía a los Estados Unidos le permite actuar como *hub* regional que conecta con facilidad con el sur de la Florida –posibilidad atractiva sobre todo para los territorios del Caribe oriental. Cuba puede incorporarse a las rutas de turismo multidesestino de la región y enriquecer así la oferta turística y el atractivo *Caribe*.

Por su parte, las empresas caribeñas con experiencia de negocios con los Estados Unidos y con presencia establecida en el mercado estadounidense podrían colaborar con los productores y exportadores cubanos en su acceso al mercado de Estados Unidos. Los empresarios caribeños podrían proporcionar experiencia empresarial a sus homólogos cubanos, particularmente en el área de servicios y con mayor énfasis en el sector turístico.

Otra posibilidad radica en el impulso a encadenamientos productivos regionales –como expresara en junio de 2016 en La Habana el Vicepresidente Ejecutivo de la Asociación Dominicana de Zonas Francas (Adozona) José Manuel Torres, quien reconoció que sería ventajoso establecer encadenamientos fabriles para aprovechar el potencial de Cuba en

investigación y desarrollo de nuevos productos y la capacidad manufacturera instalada en República Dominicana (Diario Libre, 2016).

El nuevo escenario también debería aprovecharse para fomentar el desarrollo de la conectividad y el transporte –aéreo y marítimo– en la región. En octubre de 2015, Cayman Airways Limited abrió una ruta que conecta Cayman Brac y Holguín para así llegar al Oriente de la isla grande. Otro proyecto anunciado en marzo en 2016 para incrementar el transporte intrarregional es la apertura de la ruta Granada - Santa Lucía - Honduras - La Habana por BedyEasy-Sky, cuyo objetivo es conectar más al Caribe a Cuba.

En el propósito de aprovechar las oportunidades para penetrar y afirmarse en el mercado cubano vale subrayar que el factor tiempo también beneficia al Caribe. Cuba y los Estados Unidos han restablecido las relaciones diplomáticas pero al proceso de normalización de relaciones, especialmente las de tipo económico, le falta un largo trecho.

Dentro de las acciones recientes que dan fe de la visión predominante en la región, que busca aumentar los vínculos económicos con Cuba y cooperar más que competir, destacan varias iniciativas impulsadas por los gobiernos y los sectores empresariales caribeños. Además de visitas de ministros y delegaciones de alto nivel en los sectores de turismo, comercio e inversión extranjera, entre otras carteras, se han registrado visitas de misiones empresariales y la celebración de foros de negocios. Tal es el caso de una delegación de Jamaica que visitó Cuba en abril de 2015 compuesta por 18 compañías organizadas por la Jamaica Promotions Corporation (JAMPRO) con la presencia de los presidentes de la Asociación de Exportadores de Jamaica y la Cámara de Comercio de Jamaica, y de una segunda proveniente de Trinidad y Tobago en junio de 2015, conformada por 17 compañías organizadas por la Cámara de Comercio e Industria trinitaria que celebró un Foro Empresarial en La Habana. Por otra parte, en mayo de ese mismo año, un grupo procedente de Barbados, integrado por una delegación empresarial y una delegación ministerial, visitaron la isla en una misión político-comercial y participaron en un seminario sobre cómo hacer negocios en Cuba, mientras en junio de 2016 una delegación de Curazao con representantes de 20 empresas de diversos sectores visitó La Habana. También en junio de 2016, el Consejo Nacional de Zonas Francas de Exportación (CNZFE) de la República Dominicana organizó una misión de empresarios hacia Cuba con el propósito de desarrollar rondas de negocios, encuentros con funcionarios cubanos y visitar la Zona Especial de Desarrollo y Puerto del Mariel.

En julio de 2015, se celebró en Santiago de Cuba el Foro de Negocios Cuba-Caribe, con la asistencia de los ministros de Belice, República Dominicana, Haití, Santa Lucía, Bahamas, Antigua y Barbuda, y los presidentes de las Cámaras de Comercio de Granada y las Bahamas. Trinidad y Tobago, Barbados y la CARICOM enviaron delegados a la reunión, en la que también participaron funcionarios cubanos del Ministerio de Comercio Exterior y de la Inversión Extranjera, la Cámara de Comercio y otras instituciones.

Otro mecanismo empleado en aras de impulsar el intercambio económico y las alianzas con Cuba en los últimos meses ha sido la firma de varios tratados bilaterales. Algunos ejemplos son el Acuerdo de Cooperación con énfasis en el turismo firmado con Aruba en 2016, el Acuerdo sobre Turismo Multidestino firmado con Jamaica en 2016, el Acuerdo para Cooperación en el Turismo suscrito con Trinidad y Tobago en 2015 y la firma de acuerdos de colaboración entre la Cámara de Comercio de la República de Cuba (CCRC) con su similar de Curazao en junio de 2016, con la Corporación de Inversión y Desarrollo de Barbados en mayo de 2016 y con la Cámara de Comercio de Trinidad y Tobago en junio de 2015. Mientras, con Santa Lucía se firmó un Memorando de Entendimiento para la expansión del comercio entre los dos países en 2015 y en junio de 2016 el gobernador de Puerto Rico, Alejandro García Padilla anunció que su gobierno espera abrir una oficina en La Habana para promover el comercio y el intercambio cultural.

### **Comentarios Finales**

El restablecimiento de relaciones entre los Estados Unidos y Cuba significa oportunidades y desafíos para el resto del Caribe. A pesar de que el proceso de normalización avanza con cautela por ambas partes y que el bloqueo económico de Estados Unidos contra Cuba sigue vigente –y la OFAC sanciona diligentemente a las compañías estadounidenses y de terceros países que no cumplan las restricciones comerciales y financieras impuestas para las relaciones con Cuba–, existen espacios que el Caribe puede aprovechar en las nuevas circunstancias, sobre todo si se consideran los nexos históricos y diplomáticos entre Cuba y sus vecinos de la CARICOM, las sostenidas y consolidadas relaciones de cooperación que ambas partes sostienen hace décadas y el impulso renovado por sostener y ampliar la cooperación no solo en los sectores tradiciones de salud, educación y protección ambiental sino además dirigirla hacia el turismo y la cooperación empresarial. A esto se suma la

ausencia forzada de los capitales estadounidenses en la isla mientras el bloqueo se mantenga, ventana de oportunidades de las que disfruta hoy el Caribe y que no estará abierta indefinidamente.

A pesar de las ventajas que el Caribe, en especial el espacio CARICOM, tiene de su lado para impulsar el intercambio económico con Cuba, existen retos en avanzar en este propósito que deben ser definitivamente atendidos. Hacer negocios en Cuba y con Cuba no es un proceso fácil. Entre las mayores dificultades están las especificidades asociadas al funcionamiento de la economía cubana que se rige por un modelo de planificación centralizada donde el Estado desempeña un rol determinante en la producción, distribución y consumo.

Un segundo obstáculo estriba en la estrategia cubana de atraer inversiones extranjeras de alto perfil capaces de transformar la estructura económica, promover cambio tecnológico y crear cientos de empleos e infraestructura moderna –las que no necesariamente estaría el sector empresarial caribeño en condiciones de proveer.

A esto súmese que la economía cubana presenta fuertes carencias de infraestructura y tecnología, en el uso de métodos modernos para la gestión empresarial y la baja productividad las que, junto a la deficiente infraestructura para el transporte aéreo y marítimo en el Caribe insular y la insuficiencia de mecanismos financieros y de crédito para impulsar el comercio y las inversiones intrarregionales, constituyen frenos al incremento de las relaciones económicas entre Cuba y sus vecinos insulares.

Por último, al ser los cambios en la política de Estados Unidos hacia Cuba tan recientes, es recomendable que desde el Caribe se evalúen cuidadosamente las oportunidades de negocios en Cuba ante el peligro de sufrir las sanciones vigentes bajo las leyes estadounidenses y que continúan aplicándose por parte de la administración Obama.

Estos obstáculos, no obstante, pueden ser superados, pues a pesar de ellos países como Canadá, China, España, Francia, Angola, México y Japón sostienen relaciones económicas con Cuba y varias de sus compañías llevan establecidas en la isla varios años con resultados económicos favorables. Existen además empresas caribeñas ya presentes en el mercado cubano como son las trinitarias Angostura y Sacha Cosmetics, por ejemplo, las que han encontrado la manera de establecerse y operar en Cuba satisfactoriamente.

Otro elemento que merece ser examinado con atención por los socios caribeños en sus renovados intentos de potenciar las relaciones económicas con Cuba en la presente coyuntura es el proceso de actualización del modelo económico cubano lanzado desde 2011. Este nuevo intento de reforma económica ya ha producido transformaciones en la economía doméstica al dotar de impulso al sector privado doméstico, en particular en la esfera de los servicios. Otras modificaciones asociadas a la actualización son la aprobación de una nueva Ley de Inversión Extranjera y la inauguración de la Zona Económica Especial ubicada en el Puerto de Mariel –cercano a las costas estadounidenses y a 40 km aproximadamente de la ciudad capital–. Estudiar las especificidades de este proceso de transformaciones a lo interno de la economía y la sociedad cubanas, más allá de las dinámicas asociadas a las nuevas relaciones con los Estados Unidos, es también un ejercicio necesario para el Caribe en aras de expandir su presencia en Cuba y aumentar el alcance e intensidad de sus vínculos económicos con la Mayor de las Antillas.

Por último, vale destacar como elemento significativo a ser considerado por el Caribe en el contexto post 17D, que la proyección de Cuba hacia el Caribe no ha cambiado. Cuba considera a sus vecinos caribeños como aliados estratégicos con quienes comparte la condición de Pequeños Estados Insulares en Desarrollo y mantiene su voluntad de cooperación con la región.

El análisis de lo ocurrido tras el 17D y la consideración de las posibilidades y los desafíos existentes, indican que desde el Caribe debería continuarse la visión de cooperar por sobre la competir y, bajo esta lógica, mantener las acciones de exploración de oportunidades comerciales y de inversión en Cuba así como hacer mejor uso y perfeccionar los mecanismos existentes para la promoción y el fomento del intercambio económico. Si bien Cuba espera ampliar la magnitud de su intercambio económico con los Estados Unidos, no niega el espacio económico a la participación caribeña. Se proyecta, por ejemplo, que el turismo ha de aumentar en la región y, de trabajarse en la puesta en marcha de una estrategia común de desarrollo turístico que explote el turismo multidesestino, el turismo cultural, el turismo de naturaleza y el turismo de salud –más allá de la tradicional fórmula de sol y playa–, aumenten a su vez las perspectivas de desarrollo y crecimiento económico para el conjunto de los países caribeños.

La cooperación y formación de alianzas no debería limitarse, sin embargo, al sector del turismo. El nuevo contexto favorece el replanteo de las negociaciones intrarregionales sobre



conectividad y transportación, energía, agricultura y seguridad, entre otras áreas de importancia vital para el Caribe, las que podrían ser favorecidas al estar también en el centro de las negociaciones bilaterales entre Cuba y los Estados Unidos, dos países cuya presencia en el Caribe ha sido y es fundamental.

El contexto post 17D se ofrece al Caribe pleno de posibilidades y desafíos. Queda ahora aprovechar las primeras a partir de la evaluación serena de estos últimos y de la puesta en marcha de acciones de cooperación que redunden en el crecimiento económico y desarrollo sostenible que tanto necesita la región.

### Referencias Bibliográficas

Agencia Cubana de Noticias (ACN). “Cuba y EEUU firman inédito acuerdo para combatir enfermedades”, *Cubadebate*, 15 de junio de 2016. [http://www.cubadebate.cu/noticias/2015/01/15/entran-en-vigor-este-viernes-nuevas-medidas-de-estados-unidos-respecto-a-cuba/#.V3AV8\\_nhDIV](http://www.cubadebate.cu/noticias/2015/01/15/entran-en-vigor-este-viernes-nuevas-medidas-de-estados-unidos-respecto-a-cuba/#.V3AV8_nhDIV) (último acceso el 27 de junio de 2016)

Agencia Cubana de Noticias (ACN). “Anuncian nuevas medidas parciales del gobierno de Obama hacia Cuba”, *Granma*, 15 de marzo de 2016. <http://www.granma.cu/mundo/2016-03-15/anuncian-nuevas-medidas-parciales-del-gobierno-de-obama-hacia-cuba-15-03-2016-18-03-59> (último acceso el 29 de junio de 2016)

Agencia de Información Nacional (AIN). “Entran en vigor este viernes nuevas medidas de Estados Unidos respecto a Cuba”, *Cubadebate*, 15 de enero de 2015. [http://www.cubadebate.cu/noticias/2015/01/15/entran-en-vigor-este-viernes-nuevas-medidas-de-estados-unidos-respecto-a-cuba/#.V3AV8\\_nhDIV](http://www.cubadebate.cu/noticias/2015/01/15/entran-en-vigor-este-viernes-nuevas-medidas-de-estados-unidos-respecto-a-cuba/#.V3AV8_nhDIV) (último acceso el 26 de junio de 2016)

Agencia de Información Nacional (AIN). “Más de 100 académicos de Estados Unidos asistirán a MARCUBA 2015”, *Cubadebate*, 3 de noviembre de 2015.

<http://www.cubadebate.cu/noticias/2015/11/03/mas-de-100-academicos-de-estados-unidos-asistir-an-a-marcuba-2015/#.V3B59fnhDIU> (último acceso el 26 de junio de 2016)

Agence France-Presse (AFP). “Cuba ya recibió a dos millones de turistas y va hacia un nuevo récord”, *Yahoo Noticias*, 14 de junio de 2016. <https://es-us.noticias.yahoo.com/cuba-recibi%C3%B3-millones-turistas-r%C3%A9cord-174804743.html> (último acceso el 29 de junio de 2016)

ALLEYNE, George. “Beware the US threat”, *Barbados Today*, 12 de diciembre de 2015. <http://www.barbadostoday.bb/2015/12/12/beware-the-us-threat/> (último acceso el 29 de junio de 2016)

ARBOLEYA CERVERA, Jesús. “El interés de Estados Unidos por el mercado cubano”, *Cubadebate*, 7 de junio de 2016. <http://www.cubadebate.cu/opinion/2016/06/07/el-interes-de-estados-unidos-por-el-mercado-cubano/#.V3BdJfnhDIU> (último acceso el 26 de junio de 2016)

Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP). “No es posible exportar café cubano a EEUU: Declaración de la ANAP”, *Cubadebate*, 5 de mayo de 2016. <http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/05/05/no-es-posible-exportar-cafe-cubano-a-eeuu-declaracion-de-la-anap/#.V3BVxPnhDIU> (último acceso el 26 de junio de 2016)

BAERTLEIN, Lisa y NICHOLSON, Marcy. “Cuban coffee returning to U.S. but only for Nespresso brewers”, *Reuters*, 20 de junio de 2016. <http://www.reuters.com/article/us-cuba-coffee-nestle-idUSKCN0Z61E3> (último acceso el 26 de junio de 2016)

CALMES, Jackie. “New Group enjoys thaw in U.S - Cuba relationship with a party”, *The New York Times*, 17 de junio de 2015, [http://www.nytimes.com/politics/first-draft/2015/06/17/new-group-enjoys-thaw-in-u-s-cuba-relations-with-a-party/?\\_r=0](http://www.nytimes.com/politics/first-draft/2015/06/17/new-group-enjoys-thaw-in-u-s-cuba-relations-with-a-party/?_r=0) (último acceso el 27 de junio de 2016)

CALZADA, Ángeles y VERRIER, Roberto. *Ensayos sobre la apertura de Cuba y sus eventuales efectos sobre la economía dominicana*, Ministerio de Economía, Planificación y Desarrollo de la República Dominicana, Santo Domingo, agosto 2016

Cubadebate “EE.UU autoriza a 6 aerolíneas estadounidenses a operar vuelos regulares a Cuba”, *Cubadebate*, 10 de junio de 2016, <http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/06/10/ee-uu-autoriza-a-6-aerolineas-para-operar-10-vuelos-diarios-a-cuba-de-ida-y-vuelta/#.V3QkMvnhDIWIU> (último acceso el 29 de junio de 2016)

Cubadebate “Crean en Estados Unidos gran coalición agrícola contra el bloqueo a Cuba”, *Cubadebate*, 8 de enero de 2015, <http://www.cubadebate.cu/noticias/2015/01/08/crean-en-estados-unidos-gran-coalicion-agricola-contra-el-bloqueo-a-cuba/#.V3HPoPnhDIV> (último acceso el 29 de junio de 2016)

DIARIO LIBRE, “Empresarios de zonas francas participarán en misión comercial a Cuba”. *Diario Libre*, 14 de junio de 2016, <http://www.diariolibre.com/economia/empresarios-de-zonas-francas-participaran-en-mision-comercial-a-cuba-MB4021608> (último acceso el 29 de junio de 2016)

EDMUNDS, Anton E. “Cuba — A growing threat to the Caribbean?”, *The Jamaica Observer*, 17 de febrero de 2014, [http://www.jamaicaobserver.com/columns/Cuba---A-growing-threat-to-the-Caribbean\\_16037419](http://www.jamaicaobserver.com/columns/Cuba---A-growing-threat-to-the-Caribbean_16037419) (último acceso el 29 de junio de 2016)

EFE, “Músicos cubanos se presentarán en Estados Unidos”, *Cubadebate*, 8 de marzo de 2016. [http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/03/08/musicos-cubanos-se-presentaran-en-estados-unidos/#.V3Bs9\\_nhDIU](http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/03/08/musicos-cubanos-se-presentaran-en-estados-unidos/#.V3Bs9_nhDIU) (último acceso el 26 de junio de 2016)

EFE, “Fábrica de tractores será la primera de EE.UU. que llega a Cuba en más de 50 años”, *EFE*, 16 de febrero de 2016. <http://www.efe.com/efe/america/economia/fabrica-de-tractores-sera-la-primera-ee-uu-que-llega-a-cuba-en-mas-50-anos/20000011-2840530> (último acceso el 29 de junio de 2016)

EFE, “Cuba recibió en 2015 más de 3,5 millones de turistas”, *La Tercera*, 25 de enero de 2016. <http://www.latercera.com/noticia/mundo/2016/01/678-665729-9-cuba-recibio-en-2015-mas-de-35-millones-de-turistas.shtml> (último acceso el 29 de junio de 2016)

ELIZALDE, Rosa Miriam. “Comisión Bilateral Cuba-EEUU: Una reunión productiva, valora Josefina Vidal”, *Cubadebate*, 16 de mayo de 2016. <http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/05/16/josefina-vidal-en-conferencia-de-prensa-sobre-comite-bilareral-cuba-eeuu/#.V3HIKvnhDIU> (último acceso el 26 de junio de 2016)

ELIZALDE, Rosa Miriam. “Confirman que Cuba no ha podido hacer ninguna operación bancaria con el dólar”, *Cubadebate*, 5 de mayo de 2016. <http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/05/05/confirman-que-cuba-no-ha-podido-hacer-ninguna-operacion-con-el-dolar/#.V3HgwvnhDIU> (último acceso el 26 de junio de 2016)

Embajada de los Estados Unidos en La Habana. *Regulaciones para la entrada al país* <http://spanish.havana.usembassy.gov/viajesacuba.html> (último acceso el 26 de junio de 2016)

FRANCISCO, Ismael. “Regresó el rally de lanchas rápidas Florida-La Habana, 58 años después”, *Cubadebate*, 17 mayo 2016, <http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/05/17/regreso-el-rally-de-lanchas-rapidas-florida-la-habana-58-anos-despues-fotos/#.V3HIJPnhDIU> (último acceso el 26 de junio de 2016)

FRANCISCO, Ismael. “En Santa Clara vuelo de JetBlue que inaugura viajes regulares directos Cuba-EEUU”, *Cubadebate*, 31 agosto 2016, [http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/08/31/en-santa-clara-vuelo-de-jetblue-que-inaugura-viajes-regulares-directos-cuba-eeuu/#.V-gJy\\_nhDIU](http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/08/31/en-santa-clara-vuelo-de-jetblue-que-inaugura-viajes-regulares-directos-cuba-eeuu/#.V-gJy_nhDIU), (último acceso el 25 de septiembre de 2016)

GÓMEZ, Andrés. “Muchos más contra el Bloqueo”, *Cubadebate*, 9 septiembre 2015. <http://www.cubadebate.cu/opinion/2015/09/09/muchos-mas-contra-el-bloqueo/#.V3SM-vnhDIU> (último acceso el 29 de junio de 2016)

HAMRE, Jaime, “Surge of Americans tests limits of Cuba's tourism industry”, *Reuters*, 26 de enero de 2016, <http://www.reuters.com/article/us-cuba-usa-tourism-idUSKCN0V40DP> (último acceso el 29 de junio de 2016)

JESSOP, David, “The View from Europe: Will Cuba's gain cause the region pain?”, *Caribbean News Now*, 22 de agosto de 2015, <http://www.caribbeannewsnow.com/topstory-Commentary%3A-The-View-from-Europe%3A-Will-Cuba%27s-gain-cause-the-region-pain%3F-27328.html> (último acceso el 29 de junio de 2016)

KIRTON, Wesley. "Doing business with Cuba should be one of the priorities of our private sector", *Stabroek News*, 19 de diciembre de 2015, <http://www.stabroeknews.com/2015/opinion/letters/12/19/business-cuba-one-priorities-private-sector/> (último acceso el 29 de junio de 2016)

LEOGRANDE William M. y KORNBLUH, Peter. *Diplomacia encubierta con Cuba. Historia de las negociaciones secretas entre Washington y La Habana*. Traducido por Sandra Sepúlveda Amor. México: Fondo de Cultura Económica, 2015.

MONTGOMERY, David "Smokey Robinson and other U.S. artists hail new 'love' with Cuba", *The Washington Post*, 21 de abril de 2016, [https://www.washingtonpost.com/world/the\\_americas/smokey-robinson-and-other-us-artists-hail-new-love-with-cuba/2016/04/21/8f7ed6d4-07de-11e6-bfed-ef65dff5970d\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/smokey-robinson-and-other-us-artists-hail-new-love-with-cuba/2016/04/21/8f7ed6d4-07de-11e6-bfed-ef65dff5970d_story.html) (último acceso el 26 de junio de 2016)

NILAND, Dana. "In Jamaica, Demystifying Cuba", *Carib Journal*, 13 de diciembre de 2015. <http://www.caribjournal.com/2015/12/13/in-jamaica-demystifying-cuba/#> (último acceso el 29 de junio de 2016)

Prensa Latina (PL), "Shaquille O'Neal en La Habana: "I love Cuba"", *Cubadebate*, 27 de junio de 2016. <http://www.cubadebate.cu/cuba/2016/06/27/shaquille-oneal-en-la-habana-i-love-cuba/#.V3G1BPnhDIU> (último acceso el 27 de junio de 2016)

Prensa Latina (PL), "Cuba y Estados Unidos encaminan nuevos acuerdos de cooperación anuncia Josefina Vidal", *Cubadebate*, 28 de mayo de 2016. [http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/05/28/cuba-y-estados-unidos-encaminan-nuevos-acuerdos-de-cooperacion-anuncia-josefina-vidal/#.V3BdK\\_nhDIU](http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/05/28/cuba-y-estados-unidos-encaminan-nuevos-acuerdos-de-cooperacion-anuncia-josefina-vidal/#.V3BdK_nhDIU) (último acceso el 26 de junio de 2016)

Prensa Latina (PL), "Planifican nuevas inversiones roneras cubanas de cara al mercado de Estados Unidos", *Cubadebate*, 28 de marzo de 2016. <http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/03/28/planifican-nuevas-inversiones-roneras-cubanas-de-cara-al-mercado-de-estados-unidos/#.V3Bs7fnhDIUDI> (último acceso el 26 de junio de 2016)

RAMÍREZ CAÑEDO, Elier y MORALES DOMÍNGUEZ, Esteban. *De la confrontación a los intentos de "normalización": la política de los Estados Unidos hacia Cuba*. Segunda Edición Ampliada. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2014.

Reuters, "EEUU anuncia enmiendas a reglamentos de sanciones a Cuba", *Cubadebate*, 26 de enero de 2016. <http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/01/26/eeuu-anuncia-enmiendas-a-reglamentos-de-sanciones-a-cuba/#.V3IJZfnhDIU> (último acceso el 29 de junio de 2016)

RODRÍGUEZ, José Luis. "Cuba y Estados Unidos: comienza la revisión de cuentas pendientes", *Cubadebate*, 7 febrero 2015.

<http://www.cubadebate.cu/opinion/2015/02/07/cuba-y-estados-unidos-comienza-la-revision-de-cuentas-pendientes/#.V3HKDfnhDIU> (último acceso el 26 de junio de 2016)

ROMEY, Rafael. *Vacation Over: Implications for the Caribbean of Opening U.S.-Cuba Tourism*, IMF Working Paper WP/08/162, julio de 2008, <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2008/wp08162.pdf>

SANDERS, Sir Ronald. “Cuba - challenges and chances for the Caribbean”, *Caribbean News Now*, 26 de diciembre de 2014, <http://www.caribbeannewsnow.com/topstory-Commentary%3A-Cuba---challenges-and-chances-for-the-Caribbean-24189.html> (último acceso el 29 de junio de 2016)

SANCHEZ, W. Alejandro. “Improving US-Cuba relations: Bad for the Dominican Republic tourism industry?”, *Caribbean News Now*, 23 de diciembre de 2014, <http://www.caribbeannewsnow.com/topstory-Commentary%3A-Improving-US-Cuba-relations%3A-Bad-for-the-Dominican-Republic-tourism-industry%3F-24164.html> (último acceso el 29 de junio de 2016)

SMITH-EDWARDS, Alecia. “Opportunities cited for Jamaica from Cuban tourism market opening”, *Caribbean News Now*, 17 de abril de 2015. <http://www.caribbeannewsnow.com/topstory-Opportunities-cited-for-Jamaica-from-Cuban-tourism-market-opening-25702.html> (último acceso el 29 de junio de 2016)

SKIPPINGS, John. “The irrational fear of Cuba opening up”, *Caribbean News Now*, 1 de agosto de 2015. <http://www.caribbeannewsnow.com/topstory-Commentary%3A-The-irrational-fear-of-Cuba-opening-up-27111.html> (último acceso el 29 de junio de 2016)

TESORO, Susana. “Encuentro en La Habana de representantes de Cámaras de Comercio de Cuba y de Estados Unidos”, *Cubadebate*, 2 de noviembre de 2015. [http://www.cubadebate.cu/noticias/2015/11/02/se-reune-en-la-habana-consejo-de-negocios-cuba-estados-unidos/#.V3B5\\_vnhDIU](http://www.cubadebate.cu/noticias/2015/11/02/se-reune-en-la-habana-consejo-de-negocios-cuba-estados-unidos/#.V3B5_vnhDIU) (último acceso el 27 de junio de 2016)

The Caribbean Hotel and Tourism Association. *The Great Disruption for the Good of the Caribbean*. Working Paper. 18 de junio de 2015. <https://ccaadcblog.files.wordpress.com/2015/06/chta-cuba-paper-final-6-18-15.pdf> (último acceso el 27 de junio de 2016)

WHITEFIELD, Mimi. “Emerging Cuba worries Caribbean”, *The Miami Herald*, 30 de noviembre de 2015. <http://www.miamiherald.com/news/nation-world/world/americas/cuba/article47182355.html> (último acceso el 29 de junio de 2016)

VÁZQUEZ, Natasha. “Cuba: Las maravillas de La Habana”, *La Voz de Galicia*, 26 de junio de 2016. <http://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/mercados/2016/06/24/cuba-maravillas-habana/00031466795500369636908.htm> (último acceso el 29 de junio de 2016)

## Buena Vecindad y Populismo: El Caribe en las Relaciones Interamericanas de 1933 a 1946<sup>61+</sup>

Recibido 02.05.0000  
Aprovado 18.07.2016

Antonio Gaztambide-Géigel, PhD<sup>62\*</sup>

Hasta la Segunda Guerra Mundial, la política latinoamericana de Estados Unidos se centraba mayormente en la región del Caribe. En efecto, la habilidad del gobierno de Estados Unidos para implementar su política a través de la intervención armada, la manipulación política y la penetración económica tendía a disminuir proporcionalmente mientras más al sur uno se moviera en el hemisferio.

Richard V. Salisbury<sup>631</sup>

### Resumen

La historiografía sobre la Política del Buen Vecino nos ha permitido distinguir dos períodos en las relaciones estadounidenses con América Latina entre 1933 y 1945. Se ha discutido poco, sin embargo, acerca del efecto de ese cambio sobre las políticas y en las relaciones. Tampoco se ha dicho mucho sobre las diferencias entre el contenido e impacto del Buen Vecino en el Caribe y en el resto del hemisferio. Aquí se abordan ambas dimensiones de las relaciones entre Estados Unidos y el Caribe vinculándolas a los desarrollos políticos internos en diversas sociedades de la región. Entre otras cosas, se manifiesta una tendencia a interpretar los cambios en el Caribe utilizando conceptos y teorías de los países centrales (como fascismo, comunismo, etcétera) y del contexto latinoamericano (como nacionalismo, populismo, Buen Vecino, antimperialismo, etcétera). Este trabajo intenta revisar la aplicación de las teorías y conceptos, adoptar una perspectiva más comparativa y abordar cada experiencia en sus propios términos.

**Palabras claves:** Caribe, EUA, Relaciones Interamericanas, populismo, Política de buena vecindad.

**Boa Vizinhança e Populismo: o Caribe nas relações interamericanas de 1933 a 1946.**

<sup>+</sup> Versión revisada del capítulo 4 de *Tan lejos de Dios ... Las relaciones del Caribe con Estados Unidos*. 2da. ed. rev. y aum. (Madrid, San Juan de Puerto Rico y Santiago de Cuba: Editorial Otramérica, Ediciones Callejón y Editorial Oriente, 2014), pp. 119-137.

<sup>\*</sup> Historiador e internacionalista; Catedrático (Profesor Titular) de la Universidad de Puerto Rico (UPR) en Río Piedras y del Centro de Estudios Avanzados de Puerto Rico y el Caribe.

<sup>1</sup> "Good Neighbors? The United States and Latin America in the Twentieth Century" en: *American Foreign Relations: A Historiographical Review*, Ed. Gerald K. Haines y J. Samuel Walker, *Contributions in American History*, no. 90 (Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1981), p. 316. Mi traducción, como en todos los textos originalmente en inglés.

## Resumo

A historiografia da Política de Boa Vizinhança permitiu-nos distinguir dois períodos nas relações dos EUA com a América Latina entre 1933 e 1945. Tem sido discutido pouco, no entanto, o efeito dessa mudança sobre a política e as relações. Também não disse muito sobre as diferenças entre o conteúdo e o impacto da Boa Vizinhança no Caribe e em outras partes do hemisfério. Aqui ambas as dimensões das relações entre os EUA e o Caribe serão abordadas, relacionando-as aos desenvolvimentos políticos internos em várias sociedades da região. Entre outras coisas, há uma tendência para interpretar mudanças no Caribe, utilizando conceitos e teorias dos países centrais (como o fascismo, comunismo, etc.) e o contexto da América Latina (como o nacionalismo, o populismo, bom vizinho, anti-imperialismo, etc.). Este trabalho pretende revisar a aplicação de teorias e conceitos, adotando uma perspectiva comparativa, e abordar cada experiência em seus próprios termos.

**Palavras chaves:** Caribe, EUA, relações interamericanas, populismo, Política da Boa Vizinhança.

## Good Neighbor Policy and Populism: Caribbean on Inter-American Relations between 1933 and 1946.

### Abstract

The historiography of the Good Neighbor Policy has enabled us to distinguish two periods in the US foreign relations with Latin America between 1933 and 1945. However, the effect of this change on the policy and relations has been under discussed. In addition, there is no much saying about the differences between the content and the impact of the Good Neighbor in the Caribbean and elsewhere in the hemisphere. In this article, both dimensions of relations between the US and the Caribbean are addressed, relating to the internal developments policies in various societies in the region. Among other things, there is a tendency to interpret changes in the Caribbean, using concepts and theories of the central countries (such as fascism, communism, etc.) and also the Latin American context (such as nationalism, populism, good neighbor, anti-imperialism, etc.). This paper aims to review the application of theories and concepts, adopting a comparative perspective, and approach each experience on their own terms.

**Keywords:** Caribbean, USA, Inter-American Relations, Populism, Good Neighbor policy

Estas palabras expresan una situación a la vez cierta y equívoca, además de poco conocida, tanto en el Caribe como en América Latina. Efectivamente, al menos hasta hace unas décadas, la política caribeña del gobierno de Estados Unidos no sólo era indistinguible de aquella vigente para toda la región sino que en gran medida era *la* política latinoamericana de ese país. Esto es cierto, sin embargo, sólo si se entiende por diplomacia "caribeña" la dirigida *a las repúblicas de las Antillas y Centroamérica, y Panamá*.<sup>642</sup> La que tenía que ver con el Caribe colonial, a la vez hablante de lenguajes menos "latinos", era parte de su diplomacia europea.

<sup>2</sup>Es decir, el Caribe *geopolítico*, según las tendencias reseñadas en "La invención del Caribe partir de 1898 (Las definiciones del Caribe como problema histórico, geopolítico y metodológico)," capítulo 1 de *Tan lejos de Dios* ..., pp. 35-54.

Esta situación continuó durante el período posterior a la Segunda Guerra Mundial: los artífices de la diplomacia miraban —y en alguna medida miran— a América Latina a través del cristal de sus relaciones con, y sus percepciones de, la Cuenca del Caribe. Desde 1980, diversos factores han diversificado las percepciones y las políticas, especialmente aquellas relativas a México y a la Comunidad del Caribe, pero ese Gran Caribe<sup>653</sup> retiene una centralidad en las políticas y las relaciones. De modo que cuando hablo de política latinoamericana, a menos que indique lo contrario, me refiero a las políticas dirigidas a la América Latina y *el Caribe*.

Por otra parte, el impacto de la Gran Depresión de los años treinta en el Caribe, así como en el resto de América es generalmente aceptado. La historiografía, sin embargo, ha comparado poco sus efectos específicos en las diversas sociedades. Entre otras cosas, se manifiesta una tendencia a interpretar los cambios en el Caribe utilizando conceptos y teorías de los países centrales (como fascismo, comunismo, etcétera) y del contexto latinoamericano (como nacionalismo, populismo, Buen Vecino, antimperialismo, etcétera). Este trabajo intenta revisar la aplicación de las teorías y conceptos, adoptar una perspectiva más comparativa y abordar cada experiencia en sus propios términos.

La historiografía sobre la Política del Buen Vecino nos ha permitido distinguir dos períodos en las relaciones estadounidenses con América Latina entre 1933 y 1945. Se ha discutido poco, sin embargo, acerca del efecto de ese cambio sobre las políticas y en las relaciones. Tampoco se ha dicho mucho sobre las diferencias entre el contenido e impacto del Buen Vecino en el Caribe y en el resto del hemisferio. Aquí se abordan ambas dimensiones de las relaciones entre Estados Unidos y el Caribe vinculándolas a los desarrollos políticos internos en diversas sociedades de la región.

Algo parecido ha ocurrido con el concepto de *populismo*. Por lo menos en la historiografía puertorriqueña, se ha utilizado el concepto de populismo como si fuera aplicable a nuestra experiencia del mismo modo que a otras localizadas más al sur. ¿Es el nacionalismo del populismo suramericano igual al que se manifiesta en el caribeño? ¿Cuánto más mediados por la cercanía de Estados Unidos y por influencias geopolíticas del Atlántico Norte estuvieron los procesos políticos del Gran Caribe? Los casos de Cuba y Puerto Rico, entre

<sup>3</sup>Véase *Ibid.*; desde 1994, con la fundación de la Asociación de Estados del Caribe (AEC), el concepto de un *Gran Caribe* —que utilizo en adelante— ha ido sustituyendo al de *Cuenca* popularizado por la Iniciativa de la Cuenca del Caribe del Presidente Reagan en 1983.



otros, ilustran la forma compleja y contradictoria en que se produjeron los proyectos populistas y la diferente de sus nacionalismos.

## **Reinterpretando la Política del Buen Vecino**

La política latinoamericana de Estados Unidos durante el siglo XX puede dividirse en tres períodos. Las primeras tres décadas, consideradas por muchos como el único período imperialista, también pueden caracterizarse como la época "intervencionista". La cuarta y quinta décadas, es decir, de 1930 a 1950, se aceptan generalizadamente como el período de la Política del Buen Vecino. Los cincuenta años transcurridos desde 1950 no han sido bautizados de un modo consistente o siquiera definidos como un período o época.

Durante los años treinta del siglo pasado, grupos hegemónicos de todo el mundo enfrentaron amenazas a su poder. La elite gobernante de Estados Unidos evitó las luchas mortíferas entre la democracia capitalista, el socialismo, y el fascismo que se desataron en Eurasia. A pesar de una fuerte oposición de amplios sectores de la burguesía norteamericana, Franklin Delano Roosevelt y otros líderes imaginativos adoptaron una actitud pragmática y experimental hacia los problemas presentados por la crisis económica del mundo capitalista.

Desde la propia época hasta la década de los setenta, los historiadores abordaron los orígenes, las causas, el contenido, y la decadencia de la política hemisférica del gobierno presidido por Roosevelt.<sup>664</sup> Tres monografías publicadas en esa década demuestran que no hubo una sino varias políticas del Buen Vecino. Tal como argumentó Robert Dallek respecto al conjunto de las políticas internacionales de la administración Roosevelt, el Buen Vecino adaptó pragmática y hasta cierto punto cínicamente el interés nacional estadounidense a una convulsión mundial.<sup>675</sup>

<sup>4</sup>James R. Parker and Terry G. Summons reclamaron en 1970 que una "síntesis cruda" siguió después de que el estudio de Bryce Wood analizó en 1961 "cuanto el debate sobre los orígenes de la política era semántico más que sustancial." Evitando toda discusión sobre contenido, concluyeron que perduraba una gran distancia entre los académicos sobre las cuestiones de motivación y decadencia. ("The Rise and Fall of the Good Neighbor Policy: the North American View," *Maryland Historian* 1, 1 (1970): 31-44, citas de la 40 y la 34.) La referencia es a Bryce Wood, *The Making of the Good Neighbor Policy*. (Nueva York: Columbia University Press, 1961).

<sup>5</sup>Robert Dallek, *Franklin D. Roosevelt and American Foreign Policy, 1932-1945*. (Nueva York: Oxford University Press, 1979). Robert A. Divine concluyó en una reseña: "El aspecto más condenatorio del libro es el retrato de FDR como totalmente amoral." (*American Historical Review* 87, 1 [February 1982]: 282.)

En *Good Neighbor Diplomacy*, Irwin Gellman concluyó que "los esfuerzos de la administración Roosevelt en América Latina estaban íntimamente vinculados a eventos internacionales en otras partes." Virtualmente ignorados en comparación con la cuantiosa literatura dedicada a esas "luchas titánicas", la diplomacia hemisférica de ese gobierno fue "un conjunto de acciones y reacciones ante circunstancias únicas" etiquetado como el Buen Vecino pero que, "en realidad, cubrió la totalidad compleja de esfuerzos interamericanos de 1933 a 1945." En resumen, "cuando la diplomacia del Buen Vecino es separada en sus partes, emergen políticas sofisticadas."<sup>686</sup>

Igual que el Nuevo Trato hizo concesiones sustanciales a los trabajadores, los agricultores y a otros grupos oprimidos en Estados Unidos, Washington<sup>697</sup> tuvo que hacerlas en sus relaciones con el resto del hemisferio. Al enfrentar un resentimiento generalizado por un siglo de intervencionismo, la *elite de la política exterior*<sup>708</sup> se inclinaba, desde fines de la década de 1920, hacia una postura menos intervencionista. Las amenazas sociales internas y el espectro de guerra en el exterior, sumado a las revueltas sociales en muchos otros países del hemisferio, aceleraron esa tendencia.

Fue así como, en su discurso del Día del Panamericanismo, el 12 de abril de 1933, Franklin D. Roosevelt reiteró para América, la política internacional que había proclamado un mes antes en su juramentación, cuando comprometió "a esta nación con la política del Buen Vecino —el vecino que se respeta a sí mismo firmemente y, porque lo hace, respeta los derechos de los demás—, el vecino que respeta sus obligaciones y respeta la santidad de sus acuerdos en y con un mundo de vecinos."<sup>719</sup> Aunque dirigida hacia el globo, muy pronto dicha política sólo se identificaría y eventualmente se haría inseparable de las relaciones hemisféricas.

<sup>6</sup>Irwin F. Gellman, *Good Neighbor Diplomacy: United States Policies in Latin America, 1933-1945*, Studies in Historical and Political Science, 97th Ser., no. 2 (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1979), p. 1.

<sup>7</sup>"Washington" se usa en adelante como sinónimo del gobierno de Estados Unidos y del Departamento de Estado; lo mismo se aplica a los nombres de otras capitales.

<sup>8</sup>Es decir, los escalafones superiores de los sectores informados y activos en las relaciones internacionales. Estos comprenden, por tanto: burócratas de carrera (incluyendo militares), gerentes internacionales de las grandes corporaciones, académicos especializados en universidades y centros de investigación ("*think tanks*") de la elite, y grupos de interés que representan, entre otros, a las burguesías regionales y diversos niveles de la agroindustria. Véase "Hacia una historia social de las relaciones interamericanas: El camino al desarrollismo: 1946-1960," capítulo 5 de *Tan lejos de Dios ...*, pp. 151-158.

<sup>9</sup>"The Good Neighbor Policy," en *Latin America and the United States: A Documentary History*, Eds. Robert H. Holden y Eric Zolov (Nueva York: Oxford University Press, 2000), p. 141.

La historiografía ha mantenido un alto grado de consenso en cuanto a que el aspecto más coherente y consistente del Buen Vecino fue la renuncia a la intervención militar unilateral y a la intromisión política abierta en las repúblicas americanas. Una serie de estudios recientes demuestran, además, que la nueva política contribuyó a fortalecer la presencia y poder económicos de Estados Unidos en la región.<sup>1720</sup> Hay menos consenso sobre cuánto cambió realmente la política de Washington. Peter H. Smith, por ejemplo, concluyó recientemente que dicha política “constituyó otro intento más de lograr, imponer y consolidar [su] supremacía” y que “vendría a ser una declaración de triunfo en la competencia entre imperios.”<sup>1731</sup>

Efectivamente, podemos ver la época del Buen Vecino como la transición del imperialismo intervencionista al hegemónico. Según Kenneth M. Coleman, *hegemonía* es "el establecimiento por una potencia dominante de los límites para el comportamiento de otros actores más allá de los cuales se apelará al control directo por la fuerza."<sup>1742</sup> Si la clave radica, entonces, en el lugar que ocupa la fuerza, reducir dicha transición a un cambio táctico es obviar la naturaleza de la hegemonía y la clave de su efectividad. La distinción de etapas dentro de dicha época y de sus efectos diferenciados entre el Gran Caribe y el resto de Suramérica ayudan a hacer más evidente esta perspectiva.

Al estudiar distintos aspectos de la diplomacia económica del Buen Vecino, por ejemplo, Dick Steward y David Green demostraron que hubo por lo menos dos etapas en la diplomacia de Washington de 1933 a 1945. Estas pueden separarse por una transición que va desde el inicio de la Segunda Guerra Mundial en 1939 hasta la entrada en ella de Estados Unidos a fines de 1941, es decir antes de la Guerra y durante esta. En *Trade and Hemisphere*, Steward concluyó que:

Debido a la Gran Depresión, la principal preocupación diplomática del Nuevo Trato era la búsqueda de mercados internacionales; América Latina y las negociaciones de [los tratados de] reciprocidad desempeñaron un papel temprano y vital en esta búsqueda. En el proceso de expansión comercial, Cordell Hull y el Departamento de Estado, a pesar del escepticismo presidencial, congresional, y empresarial, ampliaron la función de las

<sup>10</sup>Mark T. Gilderhus, “An Emerging Synthesis? U.S.-Latin American Relations since the Second World War,” en *America in the World: The Historiography of American Foreign Relations since 1941*, Ed. Michael J. Hogan (Nueva York: Cambridge University Press, 1995), pp. 429-435.

<sup>11</sup>Smith, *Talons of the Eagle: Dynamics of U.S.- Latin American Relations*, 2da. ed. (Nueva York: Oxford University Press, 2000), p. 64.

<sup>12</sup>En: “The Political Mythology of the Monroe Doctrine: Reflections on the Social Psychology of Hegemony,” en *Latin America, the United States, and the Inter-American System*, Eds. John D. Martz y Lars Schoultz (Boulder, Colorado [Co.]: Westview Press, 1980), p. 96.

responsabilidades gubernamentales en áreas por mucho tiempo consideradas de la incumbencia del capital privado; y, finalmente, los precedentes comerciales establecidos por los diplomáticos del Nuevo Trato sentaron las reglas del juego para el capitalismo internacional en los años subsiguientes.<sup>1753</sup>

Pero *Trade and Hemisphere* es una relación tanto de logros como de fracasos. "La filosofía del comercio libre . . . generó la retórica del idealismo y la diplomacia del imperialismo." En 1939, sólo algunas repúblicas del Caribe, junto a Brasil y Ecuador, habían negociado tratados de reciprocidad. Como "la reciprocidad no podía detener el proteccionismo en casa ni el nacionalismo económico en el extranjero," tan temprano como "a la hora de Pearl Harbor el programa de reciprocidad se había detenido "incongruente con un mundo acosado por el conflicto."<sup>1764</sup>

Lo que Steward parece no haber visto es que esto ocurrió porque la política económica de Hull correspondía con el Buen Vecino anterior a la Guerra. El fracaso relativo del programa de tratados de reciprocidad comercial de Cordell Hull terminó cualquier pretensión de consistencia económica. El éxito de una diplomacia que enfatizaba en las relaciones políticas entre estados, que abordaba problemas de más o menos igual preocupación para todos los pueblos de la región, no se pudo extender a las relaciones socioeconómicas.

El enfoque de Steward en las negociaciones de reciprocidad con Brasil, Colombia, Cuba y Argentina le llevó a una reveladora distinción entre economías complementarias versus competitivas, pero oscureció la dimensión del Caribe versus América del Sur. Por una parte, la diplomacia económica de Hull evidenció mucho más poder de regateo con las economías de plantación del Caribe, efectivamente complementarias, que con las más diversificadas economías suramericanas, efectivamente competitivas.<sup>1775</sup>

Por otra parte, el fracaso de Hull tenía una dimensión doméstica. El proteccionismo se fortaleció como resultado de la depresión, que amenazó aun a algunas importaciones controladas por Estados Unidos como la azúcar cubana y el petróleo venezolano. El internacionalismo de libre comercio de Hull apelaba al sector internacional de la oligarquía financiera, concentrado en el noreste. Este sector exportador, e importador de materias

<sup>13</sup>*Trade and Hemisphere: The Good Neighbor Policy and Reciprocal Trade*. (Columbia, MO: University of Missouri Press, 1975), pp. vii-viii.

<sup>14</sup>*Ibid.*, pp. viii-ix.

<sup>15</sup>Este es precisamente el argumento de Salisbury en la cita del epígrafe.

primas, predominaba abrumadoramente en la elite gobernante y especialmente entre la elite de la política exterior de Estados Unidos.

Como reflejaba la extracción del propio Hull, el internacionalismo de libre comercio también atrajo a la burguesía del Sur algodonero, a otros exportadores de productos agrícolas y a otros grupos sociales, notablemente al creciente movimiento obrero. Pero los grupos financieros más anclados dentro de la economía nacional, como los del Mediano Oeste, los exportadores de minerales del Oeste y los empresarios petroleros de Texas se mantuvieron firmemente en la tradición "aislacionista." Estos últimos, apoyados por fuertes convicciones que atravesaban líneas partidistas y regionales por todo el país, tenían mucho peso en la elite gobernante.

### **El Buen Vecino de la Guerra**

El Buen Vecino de los años de Guerra constituyó un conjunto de iniciativas más complejo y contradictorio. En *The containment of Latin America*, David Green se centró en esos años porque:

Hacia el final de la década de 1930, Roosevelt comenzó a complementar la no intervención con otras medidas más positivas diseñadas para ayudar a los latinoamericanos a desarrollar sus economías y elevar sus estándares de vida. Fue este Buen Vecino tardío, más positivo, el que realmente llevó a la veneración de Roosevelt en los corazones de los latinoamericanos. Los panegíricos cuando la muerte del Presidente no fueron más que un clímax del apoyo casi unánime que los latinoamericanos le dieron a Estados Unidos en la construcción de la solidaridad hemisférica y al enfrentamiento del desafío del Eje durante la Segunda Guerra Mundial.<sup>1786</sup>

Detrás de esta popularidad —arguyó Green—, yacía una lucha contra el "extendido nacionalismo revolucionario" que arrasaba la América Latina.<sup>1797</sup>

A partir de 1941, por consiguiente, la prioridad de una "solidaridad hemisférica contra el Eje" generó una diplomacia flexible y a menudo contradictoria en pro de la cooperación económica. Para atraer a las elites gobernantes de cada país —fueran las burguesías del Cono Sur, Brasil y México, o las oligarquías terratenientes de otros países—, Washington también

<sup>16</sup>*The containment of Latin America: A history of the myths and realities of the Good Neighbor Policy* (Chicago: Quadrangle Books, 1971), p. vii.

<sup>17</sup>*Ibid.*, pp. viii-ix. ("En parte a través de circunstancias fortuitas durante la Guerra, y en parte a propósito, el gobierno de Roosevelt finalmente fortaleció el poder y la influencia de Estados Unidos sobre muchas economías nacionales de América Latina.")

Larry Dale Givens ("Official United States' Attitudes Toward Latin American Military Regimes, 1933-1960" [Tesis doctoral, Universidad de California - Davis, 1970]) distingue entre una "Era del Buen Vecino hasta 1938" (capítulo 1) y las actitudes provocadas por la Guerra entre 1939 y 1944. (capítulo 2).

cultivó las relaciones entre clases y sectores a través de la cooperación cultural y militar. Finalmente, el gobierno de Estados Unidos añadió a la política de no intervención un mayor énfasis a las reuniones interamericanas y aparentó apoyar un sistema formal de estados iguales.<sup>1808</sup>

Roosevelt sugirió el alcance de la nueva actitud en 1940: “Démosles una participación, *piensan* que son tan buenos como nosotros, y *algunos* de ellos lo son.”<sup>1819</sup> Ningún aspecto del Buen Vecino de la Guerra articuló esta aproximación discerniente y sofisticada como las iniciativas de Nelson A. Rockefeller. Demasiado ocupada con la amenaza de guerra y después con la guerra misma en Europa y Asia, la elite de la política exterior permanecía relativamente ajena al drama que tenía lugar en su "traspatio." Como resultado de discusiones con un grupo de colaboradores de su familia, el joven oligarca se dio cuenta de la urgencia de proveer de un contenido económico distinto a la política del Buen Vecino para contener las fuerzas que impulsaban cambios radicales o al menos orientarlas por caminos menos peligrosos.

Rockefeller presentó por consiguiente una nueva "Política Económica Hemisférica" al gobierno de Roosevelt en junio de 1940. Esta propuesta llevó a la creación de la Oficina del Coordinador de Asuntos Interamericanos del Departamento de Estado (OCIAA, por sus siglas en inglés).<sup>2820</sup> La OCIAA proveyó de un discurso positivo a la solidaridad hemisférica contra el Eje mediante la retórica de la democracia y de la Carta del Atlántico. Más importante aún, la OCIAA combinó concesiones dispersas a la industrialización, como los préstamos del *Export-Import Bank*, con iniciativas propias, como el Departamento de Economía Básica y — más significativamente— el presunto reclutamiento de empresas estadounidenses a través de la *Inter-American Development Commission* (IADC).<sup>2831</sup>

Esta “Comisión para el Desarrollo” era su único proyecto económico multilateral, antecedido en 1943 por un documento de la OCIAA titulado "*Industrial and Other Economic Development in the Western Hemisphere*." Una conferencia de planificación para la posguerra organizada por la IADC en mayo de 1944 estimuló la esperanza latinoamericana de apoyo

<sup>18</sup>Sobre cooperación militar y cultural, véase Gellman, capítulos 10 y 11, y Givens, capítulo 2.

<sup>19</sup>Conferencia de prensa de Roosevelt, 12 de enero de 1940, citado por Green, p. 38. Véase también Gellman, p. 157. Énfasis añadido.

<sup>20</sup>*Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*. Véase: Peter Collier y David Horowitz, *The Rockefellers: An American Dynasty*. (Nueva York: Holt, Rinehart and Wilson, 1976), pp. 212-213.

<sup>21</sup>Gellman analiza los esfuerzos de Rockefeller como parte de aquellos "culturales" y "económicos" (capítulos 11 y 12), sin señalar la íntima relación entre ellos. Cf. Green, pp. 48-49.

estadounidense para un desarrollo económico diversificado. La OCIAA alegó que la conferencia expresaba

no sólo el pensamiento de los representantes de la empresa privada de las 21 repúblicas americanas, sino también el consenso de organizaciones empresariales estadounidenses como el *National Foreign Trade Council*, el *United States Chamber of Commerce*, el *National Association of Manufacturers*, y el *Committee for Economic Development*, todas las cuales revisaron los borradores de las resoluciones antes de la Conferencia.<sup>2842</sup>

Dentro de ese alegado consenso, sin embargo, había un alto grado de conflicto. No era meramente un conflicto —como lo encuadró Green— entre “empresarios” y “novotratistas.”<sup>2853</sup> Mucho menos se trataba —como propuso Gellman— de la desintegración de una incómoda alianza burocrática entre Roosevelt, Cordell Hull, y el subsecretario de estado Benjamin Sumner Welles. Todos los anteriores no eran sino síntomas de profundas tendencias que ganaron fuerza como resultado de la Guerra. Cuando un escándalo precipitó la renuncia de Welles al Departamento de Estado en 1943, la posibilidad de un ataque del Eje al hemisferio se había disipado. Cuando Hull renunció finalmente a fines de 1944, la planificación para la posguerra se proyectaba mucho más allá que su ideología decimonónica de libre comercio.

Su efectividad elevó el nivel de las relaciones con América Latina en el Departamento de Estado, reflejado en el nombramiento de Rockefeller como primer "secretario auxiliar para asuntos interamericanos".<sup>2864</sup> Pero esta cara del Buen Vecino enfrentó —aun antes del final de la Guerra— serios problemas dentro de la elite de la política exterior.

El Buen Vecino de los años de Guerra también cambió su política hacia el Caribe colonial. Durante la época intervencionista, Washington justificaba sus políticas sobre la base de amenazas reales o percibidas de parte de las potencias europeas. Al mismo tiempo, tenían poco o ningún interés en las posesiones británicas, francesas u holandesas en la región.

El establecimiento de la Comisión Angloamericana del Caribe en 1942 constituyó el principal paralelo para los territorios coloniales de esta segunda etapa del Buen Vecino. En este caso,

<sup>22</sup>Circular del Coordinador en Funciones, OCIAA, a los Presidentes de los Comités Coordinadores en América Latina, 15 de agosto de 1944, citado por Green, p. 134. Este párrafo toma información de los capítulos 3 y 5; documento de 1943 en la p. 124.

<sup>23</sup>*Ibid.*, p. 135.

<sup>24</sup>Peter Collier y David Horowitz, *The Rockefellers: An American Dynasty*. (Nueva York: Holt, Rinehart and Wilson, 1976), pp. 212-213; Green, capítulos 3 y 5.

la iniciativa principal surgió de Charles W. Taussig, presidente de la *American Molasses Company* de Nueva York. Pero la motivación surgió igualmente de los intereses geopolíticos dictados por la Guerra. En primer lugar, las Antillas Británicas cobraron especial interés por las bases aéreas y navales obtenidas en 1940. En segundo lugar, Washington estaba preocupado por toda la región debido a la amenaza de los submarinos alemanes y de las poblaciones descontentas al Canal de Panamá, y al flujo de productos estratégicos, especialmente de la bauxita y el petróleo.<sup>2875</sup>

Una serie de contradicciones que no vienen al caso llevaron a un deterioro de la actitud estadounidense hacia la región. La actitud hostil hacia la neutralidad independiente del gobierno peronista en Argentina, la exclusión de las naciones latinoamericanas de la conferencia de Dumbarton Oaks para planificar la Organización de las Naciones Unidas (ONU), y la actitud negativa de su delegación a la Conferencia Interamericana sobre los Problemas de la Guerra y la Paz (celebrada en el Castillo de Chapultepec, Ciudad de México), contradecían las expectativas regionales por un orden hemisférico posimperial. En este sentido, el Buen Vecino murió con Franklin Roosevelt y América Latina y el Caribe fueron asumidos como una esfera de influencia indisputada.

### **El Populismo en el Caribe: el caso de Puerto Rico**

El empuje de la buena vecindad y la Carta del Atlántico, sin embargo, no cederían tan fácilmente. En la región, la depresión de los años treinta había generado desafíos a las oligarquías terratenientes, luego agrupados bajo el concepto de *populismo*. Ello resultaba en parte de la industrialización y el crecimiento de las burguesías emergentes, sobre todo en México, Brasil y Argentina. En la década de los cuarenta, estos cambios se extenderían desigualmente por toda la región, acelerados por la Guerra. En la medida en que los principales contendientes —fascistas, socialistas y novotratistas— justificaban una activa intervención del estado en la economía, lo mismo ocurrió con los discursos que justificaban la

<sup>25</sup>Véase: Herbert Corkran, Jr., *Patterns of International Cooperation in the Caribbean*. (Dallas: The Southern Methodist University Press, 1970) y Antonio Gaztambide Géigel, "Camino al desarrollismo Puerto Rico y la Comisión del Caribe, 1946-1953." *Cuadernos del CENDES* (Caracas, Venezuela), no. 12 (sept.-dic. 1989): 109-121.



planificación económica. Así, estas "fuerzas de cambio" fueron construyendo un imaginario por la transformación de las relaciones domésticas e internacionales.<sup>2886</sup>

En algunos países, el proceso avanzó tanto que comenzaron a experimentar los problemas de la sustitución de importaciones y a moverse hacia el establecimiento de una infraestructura, de industrias básicas y de la planificación económica en el contexto de estrategias de industrialización. México, Brasil y el Cono Sur siguieron senderos sociohistóricos distintos de los del Caribe. La conmoción social, sin embargo, así como los imaginarios que fortaleció y hasta generó, fueron una experiencia compartida por toda la región.

El concepto de "populismo" procura, por lo tanto, explicar una diversidad de gobiernos y movimientos sociopolíticos latinoamericanos entre 1930 y 1960. Guillermo O'Donnell definió al populismo

como resultado —y, a su vez como posterior agente— de transformaciones operadas en el sistema económico, la estructura de clases y los patrones de dominación política en América Latina. Transformaciones que tuvieron sus episodios desencadenantes, primero, en el impacto de la crisis mundial de 1929, y posteriormente en los rápidos procesos de industrialización, con mayor o menor demora, originados por los efectos internos de esa crisis en casi todos los países latinoamericanos.<sup>2897</sup>

Como toda generalización, el concepto no atiende las peculiaridades de cada experiencia populista. A saber, los procesos populistas:

- se constituyeron como alianzas de clases y grupos con intereses contradictorios, como las burguesías industriales y sus obreros;
- se articularon como proyectos modernizadores frente al poder de las oligarquías terratenientes tradicionales;
- eran o tenían fuertes tendencias nacionalistas y antimperialistas;
- tendieron a rehusar tomar partido e identificarse con los contendientes euroasiáticos del imperialismo liberal, el fascismo y el socialismo; y
- por su propia naturaleza, eran ambiguos, complejos y contradictorios, por lo que todavía

<sup>26</sup>Octavio Ianni, *La formación del Estado populista en América Latina*, 2d ed., Serie Popular Era, no. 30 (México: Ediciones Era, 1980) y Gino Germani, Torcuato S. di Tella, y Octavio Ianni, *Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica*, Serie Popular Era, no. 21 (México: Ediciones Era, 1973).

El historiador Arno Mayer utilizó el concepto de "fuerzas de cambio" para expresar la diversidad de fuerzas socialistas en Europa durante el primer cuarto del siglo XX. Aquí lo utilizo para expresar el abanico de proyectos "populistas" que desafió a las oligarquías comerciales y terratenientes que dominaron la mayor parte de América Latina hasta entonces.

<sup>27</sup>"Populismo," *Diccionario de Ciencias Sociales*, 2 vols. (Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1976), II, 540.

provocan enconadas discusiones políticas y académicas sobre su verdadera naturaleza.

Adicionalmente, los gobiernos que más se han identificado como populistas fueron el resultado de intervenciones decisivas del ejército a favor de estas alianzas modernizadoras. Tal es el caso del "cardenismo" mexicano, el "*Estado Novo*" de Getulio Vargas en Brasil y el "justicialismo" de Juan Domingo Perón en Argentina. Dichas experiencias coinciden, naturalmente, con aquellas sociedades que ya tenían e intensificaban una notable industrialización.

El concepto de populismo se ha utilizado en Puerto Rico sólo para caracterizar el proceso encabezado por el Partido Popular Democrático (PPD) a partir del 1940.<sup>2908</sup> Aunque no se puede negar que el proyecto del PPD tuvo notables rasgos populistas, por lo menos hasta 1947, sería válido cuestionar si el término es realmente aplicable al gobierno del PPD. Resultaría igualmente legítimo, sin embargo, aplicarlo a otros gobiernos y movimientos políticos en el Caribe durante ese período.

En otra oportunidad, propuse eso precisamente respecto a Pedro Albizu Campos y su Partido Nacionalista de Puerto Rico, explorando las posibilidades metodológicas de analizar ambos movimientos, el nacionalismo antimperialista albizuista y el nacionalismo reformista muñocista, como *variantes* puertorriqueñas de un populismo caribeño.<sup>2919</sup> Una industrialización débil y una mayor hegemonía de Estados Unidos, entre otros factores, impidieron que se produjera en el Gran Caribe —con la obvia excepción de México— ningún proceso populista de la manera antes descrita. Sí se manifestaron en la región varios procesos, fragmentados en múltiples proyectos, algunos de los cuáles advinieron brevemente al poder, que constituyen nuestro equivalente del populismo suramericano y mexicano.<sup>3920</sup>

<sup>28</sup>Angel G. Quintero Rivera, "La base social de la transformación ideológica del Partido Popular en la década del '40" en *Cambio y desarrollo en Puerto Rico: La transformación ideológica del Partido Popular Democrático*, Ed. Gerardo Navas Dávila (Río Piedras: Editorial Universitaria, 1980); Emilio González Díaz, *Ideología populista y estrategias de desarrollo en Puerto Rico: 1940-1950*. (Río Piedras: CEREP, s.f.); Emilio Pantojas García, "Desarrollismo y lucha de clases: Los límites del proyecto populista en Puerto Rico durante la década del cuarenta," *Revista de Ciencias Sociales* 24, 3-4 (julio-dic. 1985): 355-390; Juan José Baldrich, "*Class and the State: The Origins of Populism in Puerto Rico, 1934-1952*." (Tesis doctoral, Universidad de Yale, 1981.)

<sup>29</sup>"Alguna historiografía reciente sobre Albizu Campos y el nacionalismo: Una reflexión abierta," en *La nación puertorriqueña: ensayos en torno a Pedro Albizu Campos*. Eds. Juan M. Carrión, Teresa Gracia Ruiz y Carlos Rodríguez Fraticelli. (Río Piedras: Editorial de la U.P.R., 1993), pp. 45-60. Un lector previo quizo leer en esto una propuesta de presuntas *similaridades* entre albuzismo y muñocismo, no como *variantes* del populismo caribeño.

<sup>30</sup>Cf. el señalamiento de O'Donnell (p. 539) sobre lo indispensable de tener en cuenta si el movimiento de que se trate "logró o no llevar a sus dirigentes a ocupar las más altas posiciones gubernamentales a nivel nacional."

Regresando al caso de Puerto Rico, una perspectiva como esta facilita el dar cuenta de las contradicciones del nacionalismo albizuista. Así mismo, nos permite entender por qué el populismo muñocista tuvo que dejar de serlo para constituirse en gobierno. Si los comparamos sobre todo con procesos similares en el Caribe, veremos que ambos pueden considerarse proyectos populistas.

El caso más cercano a Puerto Rico no es necesariamente la República Dominicana, sino Cuba. La Revolución del '30 enfrentó en Cuba a diversos proyectos, todos relativamente nacionalistas. Los grupos que confluyeron en el Gobierno de los Cien Días, presidido por Ramón Grau San Martín, fueron quizás los más "típicamente" populistas. Varios contaron con la participación y el apoyo de las masas obreras, movilizadas, además, por los comunistas.

Esa confluencia entre la lucha nacional y la obrera no impidió que la "Mediación" del embajador estadounidense Benjamín Sumner Welles inmovilizara al gobierno de Grau. Tampoco evitó que los mismos "sargentos" encabezados por Fulgencio Batista —que habían apoyado inicialmente al gobierno de Grau— terminaran reprimiendo el auge revolucionario. A la larga, el intento revolucionario del '30 llevó a la organización de la Central de Trabajadores de Cuba, a la Constitución reformista de 1940 y al gobierno del mismo corte presidido por Batista entre 1940 y 1944. El proyecto populista tuvo continuidad también en el Partido Revolucionario Cubano de Grau San Martín, y se puede decir que retomó su contenido revolucionario en *La historia me absolverá*, de Fidel Castro. El nacionalismo albizuista de 1930 a 1940 puede analizarse, por consiguiente, como uno de varios proyectos populistas revolucionarios derrotados a corto plazo en el Caribe. El nacionalismo reformista muñocista tiene mucho también de los proyectos reformistas neutralizadores, como el que representó Batista en 1940.

La perspectiva de un populismo caribeño nos permite también abordar otra dimensión del populismo. Podemos ver este período como el de transición a la democracia de masas en América Latina y el Caribe, fundamentalmente la transición al sufragio universal. De ahí la proliferación de partidos y gobiernos que hablaban por y gobernaban a nombre "del pueblo." Tómense, por mencionar sólo el ejemplo más notable, los nombres de los partidos que dirigieron los principales movimientos independentistas en el Caribe anglófono: *People's National Movement* (Trinidad y Tobago), *People's National Party* (Jamaica) y *People's Progressive Party* (Guyana).

Finalmente, esta perspectiva sugiere visualizar el populismo, en su dimensión ideológica y discursiva, como una manifestación de otro proceso continental. Se trata de lo que René Depestre ha llamado "*graves crisis de identidad*, que han desembocado a escala mundial . . . en una *voluntad general de renacimiento . . .*" y "un vasto fenómeno confluyente de búsqueda de identidad."<sup>3931</sup> La búsqueda de identidad puertorriqueña se ha visto sólo como expresión de la indefinición política colonial, pero debe verse también en el contexto del nacionalismo antillano.

La idealización de España y de la sociedad decimonónica por el nacionalismo albizuista se viene revisando en ese contexto. Silvia Alvarez Curbelo, por ejemplo, propuso la recuperación del discurso económico albizuista a partir de dos contextos regionales: el "arielismo" latinoamericano y el "nacionalismo económico antillano." El primero clarifica la "recuperación de una España depurada" y el segundo explica la nostalgia por un pasado idealizado y la propiedad de la tierra como eje consustancial de la nacionalidad.<sup>3942</sup>

Como sabemos, el discurso agrario y criollista no es exclusivo del nacionalismo albizuista. Por el contrario, le precede y acompaña el nacionalismo cultural mencionado a lo largo de este ensayo. Incluso, la reivindicación de un pasado idealizado se manifiesta también, por ejemplo, en diversos indigenismos y negritudes y hasta en aspectos del nacionalismo indigenista de la Revolución Mexicana y del discurso del mestizaje "cósmico" que articuló después José Vasconcelos en México.

Hay otro caso particularmente revelador para el tema que nos ocupa. Entre 1917 y 1923, el jamaiquino Marcus Garvey presidió la *Universal Negro Improvement Association* (UNIA), con bases principalmente en Nueva York, pero también en el Caribe y África. La UNIA tenía, entre otros organismos y rituales, una "Legión Africana" uniformada y un cuerpo de enfermeras "de la Cruz Negra" que marchaban en sus manifestaciones. Garvey idealizaba al África como la "madre patria" y proponía que en ella los negros "serían capaces de establecer un imperio poderoso propio." Como todo esto ocurrió antes de que triunfara el fascismo en Italia, a nadie se le ha ocurrido tildar a Garvey de fascista. Por el contrario, se le considera

<sup>31</sup>René Depestre, "Saludo y despedida a la negritud," en *África en América Latina*, Ed. Manuel Moreno Fragnals, 2da. ed. (México: siglo xxi editores, 1987), p. 349. Énfasis en el original.

<sup>32</sup>Silvia Alvarez, "La Patria desde la tierra: Pedro Albizu Campos y el nacionalismo económico antillano," en: *La nación puertorriqueña*, pp. 83-95.

uno de los fundadores del nacionalismo negro en Estados Unidos y partícipe de "la gestación de la conciencia nacional" en las Antillas.<sup>3953</sup>

En resumen, que tenemos que analizar el nacionalismo albizuista en sus contextos más inmediatos y pertinentes, utilizando con mayor cautela las categorías propias de experiencias más distantes. Este ensayo sugiere que miremos al nacionalismo liderado por Albizu Campos como parte de los diversos nacionalismos puertorriqueños, caribeños y latinoamericanos. Esto implica, por ejemplo, un estudio más integral que incorpore la dinámica entre el nacionalismo albizuista, el nacionalismo de izquierda, democrático y socialmente orientado hacia las masas populares, y el nacionalismo reformista del Partido Popular, entre otros.

### **A Modo de Conclusión**

Al discriminar entre las etapas de la política del Buen Vecino y entre sus impactos diversos en el Gran Caribe y en el resto de América del Sur, obtenemos resultados diferenciados sobre la manera en que influyó los desarrollos políticos internos en diversas sociedades de la región. Es decir, que el tránsito del intervencionismo a la hegemonía ocurrió en el Caribe de un modo distinto al resto de América Latina.

Efectivamente, los procesos en las sociedades del Gran Caribe resultaron más afectados por la cercanía con Estados Unidos y por las influencias geopolíticas del Atlántico Norte. El Buen Vecino anterior a la Guerra tuvo un impacto diferente en las repúblicas del Caribe, según demuestra el ejemplo de los tratados de reciprocidad comercial. En el Caribe colonial, además, Washington mantuvo distancia de las posesiones europeas, y en Cuba, Puerto Rico y Nicaragua recurrió a la represión directa o indirecta de los movimientos más radicales. El Buen Vecino de los años de la Guerra, al añadir un mayor énfasis a las reuniones interamericanas y apoyar un sistema formal de estados iguales, permitió sin embargo acercar los procesos de las repúblicas del Caribe a los del resto de Suramérica. Y aun en los territorios coloniales, la Comisión Angloamericana del Caribe y la tolerancia del

<sup>33</sup>Gérard Pierre-Charles, *El pensamiento sociopolítico moderno en el Caribe*. (México: Fondo de Cultura Económica, 1985), p. 95. Véase también: Langston Hughes y Milton Meltzer, *A Pictorial History of the Negro in America*, Ed. rev., 8va. reimp. (Nueva York: Crown Publishers, Inc., 1965), pp. 270-271; y August Meier y Elliot Rudwick, *From Plantation to Ghetto*, 3ra. ed. (Nueva York: Hill and Wang, 1976), pp. 246-247.

nacionalismo reformista en Puerto Rico, constituyeron una notable concesión a la transición a la democracia de masas.

Una industrialización débil y una mayor hegemonía de Estados Unidos, entre otros factores, impidieron que se produjeran en el Gran Caribe —con la siempre posible excepción de México— procesos populistas de la manera discutida para Suramérica. Si el concepto de populismo, sin embargo, tiende a agrupar a los procesos políticos que corresponden con el tránsito del intervencionismo a la hegemonía, vale la pena distinguir un populismo caribeño. La experiencia de Puerto Rico, en el contexto y en comparación con el resto de la región, tiende a validar esta propuesta.

## **A Associação dos Estados do Caribe: Política Intrarregional e Cenários Prospectivos**

Recebido 06.05.2016  
Aprovado 09.07.2016

**Carlos Federico Domínguez Avila<sup>96</sup>**

### **Resumo**

O artigo explora a evolução recente da Associação dos Estados do Caribe, organização intergovernamental criada em 1994, pelos representantes de 25 Estados ribeirinhos da bacia caribenha. Trata-se de uma organização orientada a promover o desenvolvimento econômico, especialmente as trocas comerciais, a infraestrutura, e o turismo. Metodologicamente, a pesquisa é resultado de análise documental e de política comparada.

**Palavras-chave:** Associação dos Estados do Caribe; Integração regional; Desenvolvimento Econômico; América Latina.

### **The Association of Caribbean States: Intra-regional Policy and Prospective Scenarios**

#### **Abstract**

The paper explores the recent evolution of the Association of Caribbean States, an intergovernmental organization created in 1994, by delegates from 25 Caribbean states. The main goals of this international organization are oriented to promote economic development, especially trade, invests, infrastructure, and tourism. From a methodological perspective, the paper was made with documental analysis and comparative politics.

**Key-words:** Association of Caribbean States; Regional Integration; Economic Development; Latin America.

### **La Asociación de los Estados del Caribe: política intrarregional y escenarios prospectivos**

#### **Resumen**

El artículo explora la evolución reciente de la Asociación de Estados del Caribe, una organización intergubernamental creada en 1994, por representantes de 25 Estados ribereños de la cuenca caribeña. La AEC es una organización orientada a promover el desarrollo económico, especialmente el intercambio comercial, la infraestructura y el turismo. Metodológicamente, la investigación es resulta de análisis documental y políticas comparadas.

**Palabras-clave:** Asociación de Estados del Caribe; Integración Regional; Desarrollo Económico; América Latina.

<sup>96</sup>Doutor em História pela Universidade de Brasília. Docente e pesquisador do Mestrado em Ciência Política do Centro Universitário Euro-Americano – Unieuro. Contato: [cdominguez\\_unieuro@yahoo.com.br](mailto:cdominguez_unieuro@yahoo.com.br)

## Introdução

A Associação dos Estados do Caribe – doravante AEC – é uma organização intergovernamental estabelecido em 24 de julho de 1994, pelos 25 Estados ribeirinhos e em desenvolvimento da bacia do Caribe, inclusive pela Guiana, o Suriname e El Salvador. Trata-se de um mecanismo de cooperação e concertação criado com intuito de maximizar as vantagens comparativas, impulsionar a criação de uma zona de livre comércio, desenvolver políticas de interesse comum no mar do Caribe, e melhorar a inserção internacional dos seus membros mediante a negociação conjunta com terceiros.

Ainda que com antecedentes desde a época colonial (Moya, 2001; Vidal, 2003), o agrupamento em questão surgiu no início da década de 1990, como resultado de conversações diretas entre lideranças da Comunidade Caribenha – Caricom – e os governos da Colômbia, México, Venezuela e dos países do istmo centro-americano. Desses contatos iniciais, nasceu o projeto de construção de uma organização intergovernamental inspirada no conceito do Grão Caribe – isto é, um espaço geopolítico compartilhado pelos países ribeirinhos da bacia caribenha (Girvan, 2000; Gaztambide, 2003). Mesmo em um contexto de consideráveis assimetrias culturais, político-ideológicas e socioeconômicas, os povos e os governos dessas nações entenderam que, no contexto das transformações globais e continentais, era necessário erigir um foro específico para tratar questões de interesse comum, principalmente de natureza econômica. Assim, em seus 22 anos de existência, a AEC tem conseguido alcançar alguns resultados positivos, pragmáticos e até significativos.

Desde a assinatura do Convênio Constitutivo da AEC na cidade colombiana de Cartagena, o agrupamento procura estabelecer o diálogo, a consulta e a cooperação entre seus membros, a partir de quatro grandes eixos temáticos: (a) o comércio, (b) o turismo, (c) o transporte, e (d) a redução dos riscos de desastres naturais. Nesse diapasão, o agrupamento caribenho há logrado promover a assinatura de acordos de relevância para seus membros e para outros atores com vínculos e interesses nessa macrorregião do continente.<sup>97</sup>

Desde 1994 foram realizados sete encontros de chefes de Estado e de governo dos países caribenhos – isto é, de 25 dos 35 Estados soberanos do continente americano. Paralelamente,

<sup>97</sup> “Convênio Constitutivo de la Asociación de Estados del Caribe”, Cartagena, 24 de julho de 1994, disponível em [www.acs-aec.org](http://www.acs-aec.org), consulta em 17.6.2016.



têm sido realizados numerosos encontros ministeriais, bem como encontros de entidades da sociedade civil organizada, do empresariado, de organizações sociais e políticas, e do mundo acadêmico, entre outras.

Atualmente o processo de institucionalização da AEC aparece como uma das prioridades e principais desafios. Nessa linha, vale adiantar que o convênio constitutivo da organização estabeleceu a criação de dois órgãos permanentes de direção: o Conselho de Ministros e uma Secretaria Geral. Esta última sediada em Porto Espanha – capital de Trindade e Tobago – e encabeçada, a partir de 1º de agosto de 2016, pela diplomata June Soomer, natural de Santa Lúcia, por um período de quatro anos.

A hipótese que orienta o presente trabalho sugere que, mesmo num contexto de grandes assimetrias, o desenvolvimento de um processo de integração é possível a partir de uma genuína vontade política, apoiada em uma bem definida vizinhança geográfica e na formação de uma identidade internacional compartilhada. Cumpre adiantar que nesse texto se enfatizam e valorizam as afinidades eletivas, bem como as convergências de interesses, visões e projetos comuns. Em consequência, se adota aqui um cauteloso otimismo e um apoio crítico diante de um processo complexo, dinâmico e construtivo. Essa opção teórico-metodológica não deve ser confundida com um simples voluntarismo ou idealismo (Domínguez, 2009).

### **A Associação dos Estados do Caribe: origem e evolução institucional**

A bacia do Caribe é uma das três mais importantes macrorregiões geográficas da América Latina – junto com a bacia andino-amazônica e a bacia platina (Jaramillo, 2005). Trata-se de uma região com numerosas e conhecidas peculiaridades históricas, culturais, sociais, políticas e econômicas, assuntos que, por razões de espaço, não podem ser abordadas de forma detalhada neste artigo (Moya, 2001). Considerados conjuntamente, os 25 Estados membros da AEC apresentam indicadores significativos em termos de desenvolvimento humano (conferir Tabela 1).

Tabela 1: Desenvolvimento Humano nos países da Associação dos Estados do Caribe – 2014-2015

IDH	País	IDH	Expectativa	Média de anos	Renda per
-----	------	-----	-------------	---------------	-----------

			de vida (anos)	de estudo (anos)	capita (\$ PPP)
55	Bahamas	0,790	75,4	10,9	21.336
57	Barbados	0,785	75,6	10,5	12.488
58	Antiga e Barbuda	0,783	76,1	9,2	20.070
60	Panamá	0,780	77,6	9,3	18.192
64	Trindade e Tobago	0,772	70,4	10,9	26.090
67	Cuba	0,769	79,4	11,5	7.301
69	Costa Rica	0,766	79,4	8,4	13.413
71	Venezuela	0,762	74,2	8,9	16.159
74	México	0,756	76,8	8,5	16.056
77	São Kitts e Nevis	0,752	73,8	8,4	20.805
79	Granada	0,750	73,4	8,6	10.939
89	Santa Lúcia	0,729	75,1	9,3	9.765
94	Dominica	0,724	77,8	7,9	9.994
97	Colômbia	0,720	74,0	7,3	12.040
97	São Vicente e	0,720	72,9	8,6	9.937

	as Granadinas				
99	Jamaica	0,719	75,7	9,7	7.415
101	Belize	0,715	70,0	10,5	7.614
101	República Dominicana	0,715	73,5	7,6	11.883
103	Suriname	0,714	71,1	7,7	15.617
116	El Salvador	0,666	73,0	6,5	7.349
124	Guiana	0,636	66,4	8,5	6.522
125	Nicarágua	0,631	74,9	6,0	4.457
128	Guatemala	0,627	71,8	5,6	6.929
131	Honduras	0,606	73,1	5,5	3.938
163	Haiti	0,483	62,8	4,9	1.669

Fonte: Pnud (2015).

Assim como acontece em outras partes do continente latino-americano e do mundo, na bacia do Caribe também interagem territórios e potências coloniais – eis os casos dos Estados Unidos, Holanda, França e o Reino Unido –, bem como atores não-estatais de diferente índole – desde instituições religiosas e ambientalistas internacionalmente reconhecidas, até carteis de narcotraficantes e guerrilhas, todos eles integrando um verdadeiro cadinho cultural, social e político-econômico (Serbin, 1996). A presença dos Estados Unidos na região caribenha e das diásporas de origem caribenha em território estadunidense geram conexões transnacionais sumamente significativas e complexas. Algo semelhante acontece com outras potências extrarregionais. Portanto, a Associação, desde a assinatura do convênio constitutivo, reconhece e interage com alguns desses territórios, potências e atores não-estatais, seja como

membros associados, ou como observadores, ou como atores sociais do agrupamento, respectivamente (Moniz Bandeira, 1998; Bobeia, 2005).

Destarte, na última reunião de chefes de Estado da AEC realizada em Havana, Cuba, entre 4 e 6 de junho de 2016, participaram representantes de 25 Estados membros plenos, além de 7 países e territórios associados, duas dezenas de observadores, e delegados de organizações internacionais e de atores sociais. Os membros plenos continuam sendo os mesmos que assinaram o convênio constitutivo, em julho de 1994. Trata-se dos 14 Estados do Caricom: Antiga e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, São Kitts e Nevis, Santa Lucia, São Vicente e as Granadinas, Suriname, e Trindade e Tobago; os sete Estados do Sistema de Integração Centro-americana: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, e República Dominicana; e Colômbia, Cuba, México, e Venezuela.

Teoricamente, esse agrupamento reúne mais de 250 milhões de pessoas, e um produto interno bruto per capita de EUA\$14.000. O México (51% da economia do agrupamento), a Venezuela (15%) e a Colômbia (15%) são as principais potências da associação. Entretanto, na prática as trocas comerciais intrarregionais – importação e exportação – são modestas, com exceção dos casos da Colômbia, da Guatemala, do México, e de Trindade e Tobago. Constatam-se assim as condições e possibilidades para aumentar gradualmente a interdependência comercial, financeira e de investimentos produtivos entre as economias da AEC, com intuito de consolidar a plataforma produtiva da organização. Esses, alias, são alguns dos principais eixos temáticos do agrupamento (Sela, 2015; Muñoz, 2006).

Com efeito, os países da AEC têm trabalhado na negociação de acordos que dinamizem o comércio e os investimentos intrarregionais. Procura-se também modernizar a legislação e os procedimentos administrativos, bem como eliminar barreiras alfandegárias e não-alfandegárias que acabam obstaculizando o comércio justo, equilibrado e mutuamente vantajoso. Outrossim, foram aprovadas tarifas preferenciais para as pequenas economias do Caribe ocidental. Contudo, a assinatura de um tratado de livre comércio entre as partes ainda precisa de muito trabalho – sem esquecer que quase todos os membros da AEC também participam de outros processos de integração regional, eis os casos da Caricom, do Sica, do Nafta, do Cafta, do Mercosul, da Alba, do acordo de Lomé de algumas antigas colônias caribenhas com a União Europeia, dentre outros (Jaramillo, 2008; Serrano, 2004).

A promoção do turismo e a construção de gigantescos empreendimentos em infraestrutura de transporte marítimo, aéreo e terrestre constituem outros dois importantíssimos eixos de ação da AEC. Em relação à indústria do turismo, cumpre lembrar que o Grão Caribe é um dos principais destinos do continente e do mundo. Mais de 40 milhões de turistas visitam anualmente os países caribenhos. E alguns países e sub-regiões são altamente dependentes dessa indústria turística. Observe-se que o turismo no Grão Caribe não se limita às zonas costeiras ou litorâneas. Existem importantes parques arqueológicos, sítios históricos, serviços financeiros, cruzeiros marítimos, serviços de turismo da saúde, e turismo de eventos, dentre outros, que acabam completando um setor muito dinâmico e de importante geração de empregos das economias caribenhas.

Em consequência, a AEC tem na promoção do turismo – principalmente do turismo sustentável – um dos quatro eixos fundamentais de atuação. E conjuntamente com a denominada Organização de Turismo do Caribe, a Associação procura estabelecer acordos de turismo multidesestino – isto é, pacotes que incluam a vários países da região –, e também a promoção do turismo no Caribe tanto em mercados tradicionais (Estados Unidos, Canadá, Europa Ocidental) quanto em mercados emergentes (China, Brasil, Rússia, Japão).

Em relação à infraestrutura de transporte marítimo, aéreo e terrestre parece pertinente lembrar que a relativa proximidade da bacia do Caribe com o mercado dos Estados Unidos e de outros países do continente gera incentivos para importantes investimentos no setor. No momento de escrever estas linhas ressalta a modernização e ampliação do canal do Panamá – bem como outros projetos de conexão bi oceânicos na Nicarágua, Costa Rica, Guatemala e Honduras. A construção do porto de Mariel (Cuba) também se vislumbra como uma importante base logística para empreendimentos macrorregionais, principalmente com o mercado da principal economia do planeta, após a normalização das relações diplomáticas entre Washington e Havana (Ayerbe, 2016; Tulchin, 2005).

Numerosos aeroportos foram construídos e ampliados em diferentes países e territórios caribenhos. Igualmente, existe uma política de “céus abertos” que favorece uma conectividade aérea entre os países da região e outros mercados do continente e do mundo. Nesse contexto, algumas linhas aéreas de origem caribenha conseguiram um excelente posicionamento no mercado regional e continental – eis o caso, por exemplo, da empresa Avianca, de capital colombiano-brasileiro. Algo semelhante se pode afirmar dos projetos de infraestrutura terrestre no eixo Cidade do México-Bogotá – isto é, a modernização e ampliação da antiga

estrada Pan-americana, construída na época da Segunda Guerra Mundial – e novas facilidades na conectividade terrestre entre Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname.

Em consequência, o comércio, os investimentos produtivos, o turismo e a infraestrutura logística são fatores sumamente importantes nas estratégias impulsionadas pela AEC e seus Estados membros.

O quarto eixo temático prioritário para a AEC está relacionado à redução de risco de desastres naturais. Acontece que a bacia do Caribe é particularmente vulnerável a fenômenos meteorológicos – furacões, enchentes, secas – e sísmicos. Com efeito, as mudanças climáticas globais têm provocado graves consequências no Grão Caribe, ameaçando a biodiversidade não somente das regiões costeiras ou litorâneas, como também de florestas e da vida submarina. Algo semelhante pode ser afirmado em relação aos terremotos e erupções vulcânicas dos últimos anos que provocam gravíssimas perdas de vidas humanas e recursos materiais – eis o caso do pavoroso sismo no Haiti, em 2010, que causou a morte de mais de 200.000 pessoas, inclusive de muitos brasileiros que lá estavam em atividades de cooperação para o desenvolvimento.

Daí que a AEC tenha favorecido e impulsionado a instalação de programas de alerta e de rápida reação diante de fenômenos e desastres naturais, bem como auxiliado na coordenação de atividades de reconstrução após os acontecimentos em questão. Vale acrescentar que alguns Estados do Caribe oriental e a Costa Rica têm se destacado muito nos processos de negociação de acordos sobre mudanças climáticas, procurando reduzir o impacto dessas alterações ambientais na vida da região caribenha e do mundo (Schatán, 2002).

### **Alguns Desafios Operativos da Associação dos Estados do Caribe: Financiamento, Institucionalização e Agenda**

Desde sua constituição, em 1994, a AEC teve uma persistente orientação pragmática e de cooperação intergovernamental. Não existem iniciativas muito ambiciosas no campo da política e da segurança intrarregionais. Trata-se, em consequência, de um foro de diálogo e concertação entre as partes. Isso também sugere que temas mais espinhosos ou polêmicos das relações entre as partes normalmente acabam sendo transferidos para outros foros, especialmente da Organização dos Estados Americanos, da Organização das Nações Unidas,

da Comunidade dos Estados Latino-americanos, da União das Nações Sul-americanas, dentre outras.

Transferir esses tópicos polêmicos – geralmente de natureza política e de segurança – a outros foros gera consequências positivas e problemáticas para a AEC. De um lado, preserva a organização intergovernamental da polarização, das tensões e das divergências entre os Estados membros – ou com terceiros –, situação que poderia desaguar em uma certa paralisia e a eventual implosão do agrupamento. Nessa linha, a AEC tem logrado evitar a ‘importação’ desses conflitos no seio da entidade, ficando relativamente blindada, livre e isolada das referidas polêmicas. De outro lado, a ausência de beligerância nos conflitos e nas contradições mais significativas da macrorregião também significa uma diminuição do prestígio internacional e da capacidade de articulação desse foro, que muitas vezes é visto como impróprio para abordar temas mais urgentes da alta política (Ardila, 2005).

O limitado prestígio internacional na resolução de conflitos também impacta negativamente na apropriação de recursos financeiros para o desenvolvimento autônomo de suas responsabilidades e projetos. Em geral, os Estados membros – particularmente os de menor desenvolvimento relativo – têm evitado assumir compromissos financeiros mais significativos com a AEC. Portanto, os recursos econômicos próprios da Associação são relativamente modestos incluindo um fundo especial e a sede da Secretaria Geral da entidade que fica em Porto Espanha.

Naturalmente, essa delicada realidade financeira redundava negativamente na capacidade operativa e nas atividades concretas de cooperação para o desenvolvimento impulsionado pelas autoridades do agrupamento. Em consequência, é bastante provável que os principais projetos de interesse coletivo impulsionados pela AEC terminem sendo financiados por outras entidades, especialmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, pela Corporação Andina de Fomento ou pelo Banco da Alba.

A questão do financiamento também está ligada à própria institucionalização da AEC. Entende-se que o desenvolvimento institucional das organizações pode ser muito importante para o cumprimento de suas atribuições e responsabilidades. Entretanto, até agora, a Secretaria Geral da Associação não conseguiu ser proativa e contínua dependendo fundamentalmente das decisões emanadas das reuniões dos chefes de Estado e do Conselho de Ministros – colegiado atualmente presidido pelo chanceler cubano Bruno Rodríguez. Daí

que a Associação continue sendo fundamentalmente uma organização intergovernamental. Contudo, nos últimos anos – especialmente desde a reunião de Panamá, em 2005, e especialmente de Pétion-Ville, em 2013 – existem sugestões para aprimorar as capacidades de gestão organizacional da AEC. Assim, a recém-eleita Secretária-Geral e Embaixadora santalucense June Soomer aparentemente está formalmente habilitada para avançar nesse importante processo de gradual institucionalização da entidade (Sela, 2015).

Em relação à agenda da AEC é importante lembrar que o convênio constitutivo da entidade colocou os quatro eixos temáticos específicos de trabalho: comércio, turismo, transporte e riscos naturais. Em consequência, os principais projetos em andamento estão orientados à expansão dos vínculos econômicos entre os membros. Nessa linha foram celebrados alguns acordos bilaterais e multilaterais de livre comércio entre o Caricom e países como México, Colômbia, e Costa Rica – esse último instrumento susceptível de ser extensivo a outros países do Sistema da Integração Centro-americana. Igualmente, é de grande relevância a cooperação energética e financeira das iniciativas venezuelano-cubanas de PetroCaribe e da Alba, lembrando que muitos Estados membros da AEC também participam nesses últimos processos de integração regional. E mais recentemente foram aceitas e impulsionadas algumas iniciativas de natureza cultural e social, principalmente na divulgação e aprimoramento das línguas oficiais do agrupamento – isto é, o espanhol, o inglês e o francês.

Para além daqueles eixos temáticos, a agenda da Associação poderia futuramente incluir novos tópicos de interesse comum e até agora pouco explorados, principalmente no que diz respeito à cooperação agrícola e pesqueira, à dinâmica migratória, à luta contra a fome, às indústrias culturais, e ao combate do crime organizado – inclusive do denominado turismo sexual, tão comum e espúrio em alguns locais da região. A aprovação de uma cláusula democrática, visando aprimorar a qualidade da democracia realmente existente na maioria dos países da região, é uma outra iniciativa importante para o futuro desenho institucional da AEC (Dilla, 2002; Lozano, 1998).

### **A Declaração de Havana, 2016: Conjuntura e Desafios Atuais da Associação dos Estados do Caribe**

Em 4 de junho de 2016, os chefes de Estado dos países da AEC assinaram dois documentos altamente relevantes, a denominada Declaração de Havana e o chamado Plano de Ação para o



Período 2016-2018. Assim, para os fins do presente artigo, é importante incluir uma breve análise interpretativa desses dois documentos político-diplomáticos.

Com efeito, a Declaração de Havana, de 44 parágrafos, identifica os consensos alcançados sobre muitos dos mais importantes tópicos conjunturais e desafios imediatos da agenda caribenha.<sup>98</sup> Bem no início, o documento em apreço reitera a vigência do convênio constitutivo assinado em 1994, assim como a relevância atual da AEC. No parágrafo 4º, os Estados membros se comprometem “na construção de sociedades justas, equitativas, centradas no ser humano e inclusivas, bem como [reiteram] o compromisso com a promoção e a proteção de todos os direitos humanos”. A declaração reafirma seu apoio aos princípios e propósitos da Carta da Onu, e também condena o racismo, a escravatura, o terrorismo e o unilateralismo na política internacional.

No que diz respeito especificamente aos eixos temáticos prioritários da AEC, a declaração de Havana,

Reconhece a importância do Mar Caribe como ativo comum de nossos povos, segundo reza o marco do previsto no convênio constitutivo da AEC, e o papel que tem desempenhado na história e na identidade da região e seu potencial como elemento unificador de seu desenvolvimento, e ratifica nossa responsabilidade compartilhada na preservação de sua integridade ecológica.

Nesse sentido, as partes concordaram na necessidade de trabalhar pela sustentabilidade ambiental regional, continental e global. Outrossim, eles insistiram no imperativo de continuar avançando na redução dos riscos de desastres naturais. A esse respeito, as partes saudaram a iniciativa panamenha de criar um Centro Logístico de Assistência Humanitária, que foi colocado à disposição de todos os países e territórios do Grão Caribe.

A declaração de Havana também menciona explicitamente em diferentes parágrafos os outros três eixos prioritários da AEC, isto é, o comércio, o turismo sustentável, e os transportes. E convida os Estados membros a fomentar a cooperação cultural e educacional. Finalmente, no que tange às questões administrativas e institucionais da entidade, o documento, além de saudar a escolha da nova Secretaria Geral da Associação, embaixadora santa-lucense June

<sup>98</sup>“Declaración de La Habana, VII Cumbre de Jefes de Estado y/o Gobierno de la Asociación de Estados del Caribe”, Havana, 4 de junho de 2016, disponível em [www.acs-aec.org](http://www.acs-aec.org), consulta em 17.6.2016.

Soomer, anuncia o início de “um processo de reflexão sobre os mecanismos de funcionamento da AEC com o objetivo de continuar aprofundando a eficácia de sua gestão”.

Esses tópicos supracitados aparecem ainda mais detalhados e explícitos no denominado Plano de Ação para o Período 2016-2018 da AEC.<sup>99</sup> Também aprovado na reunião de Havana, em 4 de junho de 2016, esse documento aponta as prioridades operativas do Conselho de Ministros e da Secretaria Geral da Associação nos quatro eixos de trabalho.

No campo do turismo, por exemplo, as partes reiteram o reconhecimento da grande relevância dessa atividade nas economias e, conseqüentemente, advogam pela consolidação da denominada Zona de Turismo Sustentável do Grão Caribe. Especificamente as partes destacam a importância de trabalhar no desenvolvimento de uma oferta turística multidesino – isto é, que possa ser aproveitada conjuntamente por várias nações –, bem como oferecer melhores condições de segurança para a indústria turística, e promover o denominado turismo comunitário – com foco no artesanato.

No tocante ao eixo do comércio, dos investimentos e das relações económicas externas as partes coincidem na necessidade de desburocratizar e reduzir os obstáculos, às trocas comerciais e aos investimentos produtivos. Também, na urgência de impulsionar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, de organizar encontros empresariais, e na conveniência de promover uma gradual convergência dos diferentes esquemas de integração sub-regional que coexistem no Grão Caribe – isto é, Caricom, Sica, Alba, dentre outros.

No campo do transporte, o documento em apreço recomenda continuar trabalhando na conectividade aérea, marítima e terrestre. O aprimoramento da infraestrutura logística é considerado estratégico para o crescimento económico, em geral. No caso dos portos, o plano de ação observa, por exemplo, que eles acabarão sendo cruciais “para satisfazer as necessidades do comércio exterior na região que poderia sustentar com eficácia o aumento do tráfico que se espera como resultado, entre outros, da ampliação do Canal de Panamá, em 2006.” Ponderações semelhantes aparecem em relação ao transporte aéreo. Tratar-se-ia de propor:

<sup>99</sup>“Plan de Acción Para El Período 2016-2018, VII Cumbre de Jefes de Estado y/o Gobierno de la Asociación de Estados del Caribe”, Havana, 4 de junho de 2016, disponível em [www.acs-aec.org](http://www.acs-aec.org), consulta em 17.6.2016.

Uma política geral da aviação para o Grão Caribe, estabelecendo um marco jurídico e de cooperação que ofereceria mais opções em quanto aos serviços aéreos, com a redução dos custos e dos preços, mais destinos, mais linhas aéreas e melhores serviços; ademais de lograr os mais altos níveis de segurança e proteção operativas na aviação civil internacional.

No eixo da redução do risco de desastres naturais, as partes se comprometem a continuar trabalhando na temática, incorporando, todavia, a mais avançada tecnologia disponível. Algo semelhante propõe o documento para a denominada Comissão do Caribe, que tem o mandato de acompanhar os aspectos ecológicos e a biodiversidade daquela importante bacia do continente.

Vale acrescentar que o Plano de Ação avança no reconhecimento de um quinto eixo emergente de trabalho da AEC, neste caso vinculado à Cultura e Educação. Nesse tópico, as partes reivindicam uma alta e crescente convergência entre as instituições de ensino superior, inclusive com mobilidade acadêmica e com o fomento à instalação das denominadas Cátedras do Caribe em universidades de cada um dos 25 Estados membros do agrupamento. Algo semelhante se propõe no que tange à cooperação cultural e esportiva, que inclui festivais, carnavais e competições.

Finalmente, esse Plano de Ação destaca a necessidade de intensificar o esforço financeiro da Associação. Em tal sentido, o Conselho de Ministros e a Secretaria Geral têm mandato para procurar apoio da cooperação para o desenvolvimento e também entre os próprios Estados membros, particularmente daqueles de maior desenvolvimento humano relativo. Destarte, o desafio do financiamento do agrupamento deverá ser encarado sob uma perspectiva mais abrangente, e diretamente vinculada à institucionalização dessa exemplar e pragmática organização intergovernamental do continente.

### **Os Cenários Prospectivos: A Associação dos Estados do Caribe, 2016-2020**

No contexto da VII reunião de chefes de Estado e de Governo da AEC, bem como no marco da aprovação da Declaração de Havana e do Plano de Ação trienal, parece plausível propor ao menos três cenários prospectivos para essa organização intergovernamental. Ainda que o curso final dos acontecimentos dependa de múltiplos fatores – tanto conjunturais quanto estruturais, regionais, e mesmo globais –, esses três cenários prospectivos poderiam ser denominados de: (a) inercial, (b) otimista, e (c) pessimista.

No cenário inercial, as relações intrarregionais, em geral, e a evolução da AEC, em particular, continuariam sendo dominadas pelas regularidades econômicas e políticas observadas no último triênio. No campo econômico, o comércio e os investimentos produtivos entre as partes continuariam sendo modestos e limitados. No campo do turismo a chegada de turistas ficaria entorno dos 50 milhões de visitantes por ano. E nos transportes existiriam algumas novidades importantes, relacionadas ao impacto da abertura da nova fase do Canal de Panamá – e do porto de Mariel. A questão da prevenção de desastres naturais continuaria sendo dirigida basicamente em termos nacionais. E o processo de institucionalização da Secretaria Geral não apresentaria novidades de destaque. Consequentemente, a própria Associação continuaria existindo, porém com um baixo perfil e sem muito prestígio internacional.

No cenário otimista, se apresentaria uma sensível aproximação das relações econômicas e políticas entre os membros da AEC. No campo comercial poderia vir a ser negociado e aprovado um acordo de livre comércio, susceptível de se transformar em um bloco econômico mais consistente até 2030, semelhante ao observado nos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático – Asean, pela sigla em inglês. A pacificação da Colômbia, a estabilização da Venezuela, e a normalização das relações entre Havana e Washington ajudariam muito na criação de um clima de confiança política ainda mais consistente. Destarte, o turismo, a infraestrutura logística e os programas de redução de risco de desastres naturais experimentariam um importante crescimento, que redundaria em claros e evidentes avanços em matéria de desenvolvimento humano, democracia, e promoção efetiva dos direitos humanos. De fato, um protocolo adicional com temas sociais e culturais – que deveriam incluir uma cláusula democrática mais efetiva – poderia ser assinado para complementar o convênio constitutivo. E no campo administrativo, a Secretaria Geral conseguiria alta e crescente autonomia em relação ao Conselho de Ministros, além de conseguir uma melhor apropriação de recursos financeiros e eventualmente poderia ser aprovado um banco de fomento específico para o Grão Caribe.

No cenário pessimista as relações econômicas intrarregionais – e particularmente o comércio e os investimentos – teriam uma rápida declinação. No marco da crise econômica global, os Estados se concentrariam em enfrentar os próprios desafios, e os próprios esquemas de integração preexistentes poderiam definharem. O colapso do modelo socialista venezuelano ou cubano poderia provocar graves consequências para esses países, em particular, e para a região, em geral, especialmente se estes regimes fossem substituídos por uma situação de caos

ou de conflito armado interno. Veleidades imperiais ou subimperiais poderiam tentar abocanhar territórios e influência geopolítica espúria. Uma outra variante do cenário pessimista poderia estar relacionado a graves desastres naturais – especialmente furações e terremotos particularmente violentos e destrutivos – que acabassem provocando a completa desestruturação das economias e das sociedades, tanto nas ilhas quanto nos países do continente. E diante uma AEC totalmente inoperante e isolada, o esgotamento e a extinção do próprio agrupamento poderia vir a ser cogitado. Certamente, tratar-se-ia de um cenário de conflito, incoerência, divergência, desarmonia e crescente desconfiança entre as partes.

Quer acreditar o autor deste artigo – após a análise da Declaração de Havana e do Plano de Ação – que a evolução futura da AEC acabará avançando por algum ponto intermediário entre o cenário inercial e o cenário otimista. Isto é, vislumbrar-se-ia um panorama de cauto otimismo. A liderança da embaixadora santa-lucense June Soomer é particularmente relevante para o devir do agrupamento. Nessa hipótese poder-se-ia trabalhar com uma agenda fundamentada tanto no pragmatismo imperante nos últimos anos, quanto nas afinidades eletivas, na solidariedade, na sensibilidade, e na comunidade de interesses e valores.

### **Considerações Finais**

Após 22 anos de existência e sete reuniões de chefes de Estado e de governo, a Associação dos Estados Caribenhos pode ser considerada como um bom exemplo de organização intergovernamental atuante no continente latino-americano. Numericamente, esse agrupamento reúne a maioria dos Estados americanos. E tem demonstrado suficiente pragmatismo, flexibilidade e consistência para alcançar seus objetivos, programas e projetos, em benefício de milhões de caribenhos. Em consequência, pode-se concluir que a cooperação intrarregional tem sido bem sucedida, e confirma a relevância da vontade política, da construção de confiança entre vizinhos, e das afinidades eletivas entre as partes que convivem geograficamente.

A AEC também transforma em realidade o conceito de Grão Caribe, antiga aspiração de intelectuais e políticos, ao longo de décadas (Castillo, 2007; Domínguez, 2007). Mesmo reconhecendo a existência de profundas assimetrias econômicas, sociais, culturais e políticas, os países caribenhos aceitam, valorizam e constroem uma emergente identidade internacional

compartilhada. Nesse diapasão muitos acordos foram assinados e estão em vigência com o propósito de usufruir de forma construtiva e racional da considerável riqueza humana e material da região, especialmente no campo do turismo, da sustentabilidade ambiental e da cooperação econômica.

Assim, após a sétima reunião de chefes de Estados, fica ainda mais evidente que esse agrupamento continuará trabalhando como um mecanismo de diálogo, de cooperação e de concertação para atender e enfrentar muitos dos principais desafios colocados pelas transformações globais nos primeiros anos do século XXI. Nesse sentido, entende-se que a hipótese apresentada na Introdução do artigo está confirmada.

## **Referências**

### a) Documentos primários

“Declaración de La Habana, VII Cumbre de Jefes de Estado y/o Gobierno de la Asociación de Estados del Caribe”, Havana, 4 de junho de 2016, disponível em [www.acs-aec.org](http://www.acs-aec.org), consulta em 17.6.2016.

“Plan de Acción Para El Período 2016-2018, VII Cumbre de Jefes de Estado y/o Gobierno de la Asociación de Estados del Caribe”, Havana, 4 de junho de 2016, disponível em [www.acs-aec.org](http://www.acs-aec.org), consulta em 17.6.2016.

“Convenio Constitutivo de la Asociación de Estados del Caribe”, Cartagena, 24 de julho de 1994, disponível em [www.acs-aec.org](http://www.acs-aec.org), consulta em 17.6.2016.

### b) Bibliografia

ARDILA, Martha (comp.). El Gran Caribe: Historia, cultura y política. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2005.

AYERBE, Luis Fernando. “Cuba-Estados Unidos: Normalización diplomática e desdobramentos regionais”. In XAVIER, Lídia, e DOMÍNGUEZ, Carlos (orgs.). Política, Cultura e Sociedade na América Latina: Estudos Interdisciplinares e Comparativos, v. 3, Curitiba: CRV, p. 135-154, 2016.

- BOBEA, Lilian. "Soberanía inmaterial: el Caribe en el contexto actual de la seguridad hemisférica". In: TULCHIN, Joseph, BENÍTEZ, Raúl, e DIAMINT, Rut (eds.). El Rompecabezas: Conformando la seguridad hemisférica en el siglo XXI. Buenos Aires: Prometeo e Bononiae Libris, p. 275-298, 2005.
- CASTILLO, Joaquín Santana. "Repensando el Caribe: valoraciones sobre el gran Caribe hispano". Clío América, v. 1, n. 2, p. 303-333, 2007.
- DILLA, Haroldo (ed.). Los Recursos de la Gobernabilidad en la Cuenca del Caribe. Santo Domingo: Flacso e Nueva Sociedad, 2002.
- DOMÍNGUEZ, Carlos. "Brasil, el Gran Caribe y la reconfiguración de la agenda común: tendencias, desafíos y perspectivas en los primeros años del siglo XXI". Foro Internacional, v. XLIX, n. 1 (195), p. 69-93, 2009.
- \_\_\_\_\_. "Brasil, Centroamérica-Caribe: Cien años de solidaridad y cooperación (1906-2006)". Revista Brasileira do Caribe, v. VII, n. 14, p. 555-580, 2007.
- GAZTAMBIDE, Antonio. "La invención del Caribe a partir de 1898 (Las definiciones del Caribe, revisitada)," Tierra Firme (Caracas), v. XXI, n. 82 (abril-junio), p. 165-186, 2003.
- GIRVAN, Norman. "Reinterpretar el Caribe". Revista Mexicana del Caribe, n° 7, p. 6-34, 2000.
- JARAMILLO, Grace. Los nuevos enfoques de la integración: más allá del regionalismo. Quito: Flacso, 2008.
- JARAMILLO, Isabel. "La Cuenca del Caribe: el entorno y los retos de la cooperación en el siglo XXI". In: TULCHIN, Joseph, BENÍTEZ, Raúl, e DIAMINT, Rut (eds.). El Rompecabezas: Conformando la seguridad hemisférica en el siglo XXI. Buenos Aires: Prometeo e Bononiae Libris, p. 331-355, 2005.
- LOZANO, Wilfredo (org.). Cambio Político en el Caribe. Santo Domingo: Flacso e Nueva Sociedad, 1998.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. De Martí a Fidel/ A Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MOYA, Frank, e outros. *Historia del Caribe*. Barcelona: Crítica, 2001.

MUÑOZ, Laura. “Actuar con sentido estratégico’: México en la Asociación de Estados del Caribe y la cooperación regional para el desarrollo”. *Caribbean Studies*, v. 34, n. 1, p. 85-109, 2006.

PNUD. *Human Development Report 2015*. Nova York: Nações Unidas, 2015.

SCHATÁN, Claudia. “Desarrollo económico y medio ambiente”. In: BODEMER, Klaus, e GAMARRA, Eduardo (eds.). *Centroamérica 2020: Un nuevo modelo de desarrollo regional*, Caracas: Nueva Sociedad, p. 243-268, 2002.

SELA. *Evolution of the Association of Caribbean States (ACS)*. Caracas: Sela, 2015.

SERBIN, Andrés. *El Ocaso de las Islas: El Gran Caribe frente a los desafíos globales y locales*. Caracas: Invesp e Nueva Sociedad, 1996.

SERRANO, Enriqueta. “Relaciones de la Unión Europea con los Países y Territorios de Ultramar”. *Revista Mexicana del Caribe*, v. IX, n. 18, p. 7-56, 2004.

TULCHIN, Joseph, e outros. *Cambios en la Sociedad Cubana desde los Noventa*. Washington: WWC, 2005.

VIDAL, Antonino. “La región geohistórica del Caribe”. *Revista Mexicana del Caribe*, v. VIII, n. 15, p. 7-37, 2003.



## **Anotações sobre a Intervenção na Guatemala em 1954: uma análise de suas projeções sobre as práticas sistemáticas de violação aos direitos de asilo e refúgio durante a guerra fria.**

Recebido 20.05.2016

Aprovado 20.07.2016

André Saboia Martins<sup>100</sup>

### **Sumário:**

A intervenção dos Estados Unidos na Guatemala, mediante ação encoberta da CIA que resultou na deposição do presidente Jacobo Arbenz em junho de 1954, foi um episódio crucial da guerra fria, cujas projeções ultrapassam sua conjuntura histórica específica. O objetivo do presente artigo é analisar, com base em estudos recentemente publicados, episódios de vigilância e detenção arbitrária de pessoas que buscaram asilo nas representações diplomáticas latino-americanas na cidade da Guatemala em decorrência do golpe de estado de 1954. De modo semelhante, as práticas repressivas adotadas em nível regional contra os asilados guatemaltecos serão examinadas como importante antecedente histórico das violações sistemáticas aos direitos humanos de refugiados políticos que tiveram lugar no contexto latino-americano nas décadas 1960 e 1970.

**Palavras-chave:** Guatemala, Guerra fria, exílio político, anticomunismo.

### **Anotaciones sobre la intervención en Guatemala en 1954: un análisis de sus proyecciones sobre las prácticas sistemáticas de violación a los derechos de asilo y refugio durante la guerra fría.**

### **Resumen:**

La intervención de los Estados Unidos en Guatemala, mediante la acción encubierta de la CIA que resultó en la deposición del presidente Jacobo Arbenz en junio de 1954, fue un episodio crucial de la guerra fría, cuyas proyecciones trascienden su coyuntura histórica específica. El objetivo del presente artículo es analizar, en base a investigaciones recientes, episodios de vigilancia y detención arbitraria de personas que buscaron asilo en las representaciones diplomáticas latino-americanas en la ciudad de Guatemala como consecuencia del golpe de estado de 1954. De manera semejante, las prácticas represivas adoptadas a nivel regional contra los asilados guatemaltecos serán examinadas como importante antecedente histórico de las violaciones sistemáticas a los derechos humanos de refugiados políticos que tuvieron lugar en el contexto latino-americano en las décadas del 1960 y 1970.

**Palabras clave:** Guatemala, Guerra fría, exilio político, anticomunismo.

<sup>100</sup> André Saboia Martins. Diplomata e advogado. Foi Secretário-Executivo da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e conselheiro da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei 9.140, de 1995). Contato: [andre.uruguai@gmail.com](mailto:andre.uruguai@gmail.com)

## **Notes about the Intervention in Guatemala in 1954: an analysis of their projections on the systematic practice of violation of the asylum and refuge rights during the Cold War.**

### **Abstract:**

The United States intervention in Guatemala, accomplished through CIA covert operation that resulted in the overthrow of President Jacobo Arbenz in June 1954, was a crucial cold war episode, with projections which go beyond its specific historical juncture. This article's objective is to analyse recently published research findings on episodes of surveillance and arbitrary detention of persons who sought asylum in diplomatic missions in Guatemala City in the aftermath of the 1954 coup d'état. In a similar way, repressive practices adopted on the regional level against Guatemalan asylees shall be examined as an important historical precedent for systematic human rights violations of political refugees in Latin America in the 1960's and 1970's.

**Key words:** Guatemala, Cold war, political exile, anticommunism.

### **Introdução**

A operação encoberta norte-americana na Guatemala que resultou na deposição do presidente Jacobo Arbenz<sup>101</sup>, em junho de 1954, foi um dos episódios mais importantes da Guerra Fria, cujas projeções ultrapassam a região da América Latina e do Caribe e sua conjuntura histórica específica. A oposição à intervenção sensibilizou amplo espectro da opinião pública internacional, desde intelectuais e artistas como Aimé Césaire, Jean Paul Sartre, Pablo Picasso, Frida Kahlo e Diego Rivera, até políticos e diplomatas de estados europeus aliados dos EUA, como a Alemanha Ocidental e o Reino Unido (Friedman, 2010, p. 19).

O golpe de estado de 1954, perpetrado em nome do combate ao comunismo, gerou protestos em vários países da América Latina e contribuiu decisivamente para a radicalização política no continente. As ações norte-americanas para a derrubada de um presidente democraticamente eleito – o primeiro na história da Guatemala a receber a faixa presidencial de outro mandatário igualmente escolhido em processo democrático - sepultaram definitivamente os princípios da “*política da boa vizinhança*”, reforçando suspeitas latino-americanas de que os Estados Unidos poderiam representar mais uma ameaça do que propriamente que um modelo a ser copiado. (Grandin, 2004, p. 5).

<sup>101</sup>Jacobo Arbenz, nascido em 14 de setembro de 1913 na localidade de Quetzaltenango, na Guatemala e falecido em 27 de janeiro de 1971, na cidade do México, foi militar, político e presidente da Guatemala de 1951 a 1954. Filhote mãe guatemalteca e de um farmacêutico suíço que emigrou para a Guatemala, Arbenz graduou-se na Academia Militar da Guatemala. Integrou o grupo de jovens oficiais do exército que participaram da deposição do ditador guatemalteco Jorge Ubico em 1944. Em 1949, foi ministro da Defesa do governo do presidente Juan José Arévalo.

As técnicas empregadas na derrubada de Arbenz foram utilizadas poucos anos depois em Cuba, no ano de 1961, durante a fracassada tentativa de invasão da Baía dos Porcos (García Ferreira, 2006, p. 61). A mesma linguagem e os mesmos argumentos da propaganda anticomunista de 1954 seriam usados na preparação do golpe de 1964, no Brasil, na intervenção na República Dominicana no ano de 1965, e no golpe contra Salvador Allende, que teve lugar no Chile em setembro de 1973.

Um grande número de especialistas tem se dedicado ao estudo dos acontecimentos de 1954 na Guatemala e suas consequências. Desse esforço multifacetado resultou vasta produção historiográfica, que segue em expansão (García Ferreira, 2013b, p. 41). Passados mais de sessenta anos da ruptura do processo democrático na Guatemala, o estudo daquela experiência política está longe do seu esgotamento, podendo-se identificar conjunto de temas relevantes que merecem ser investigados com maior profundidade.

A atuação e as posições das chancelarias latino-americanas naquela delicada conjuntura internacional é um dos grandes temas que ainda merecem ser melhor explorados em pesquisas acadêmicas. Estudos recentes têm abordado com maior profundidade a atuação dos governos da Argentina (Morgenfeld, 2010), do Brasil (Baptista Júnior, 2013), do Chile (García Ferreira, 2013c), do México (Loeza, 2015), entre outros, na crise guatemalteca de 1953-1954.

No plano das consequências da intervenção, por exemplo, as investigações sobre “*as desventuradas trajetórias individuais e coletivas do vasto contingente de exilados guatemaltecos obrigados a abandonar rapidamente seu país para escapar da vingança de seus vencedores*” (García Ferreira, 2013a, p. 6) tocam em aspectos cruciais da atuação dos governos latino-americanos naquele contexto. Estudos publicados nos últimos cinco anos indicam novas possibilidades de estudo das repercussões daquele episódio da guerra fria na política latino-americana, assim como nas trajetórias individuais das pessoas que buscaram asilo em representações diplomáticas na cidade da Guatemala nos dias de violência e caos político que se seguiram à queda de Arbenz (Loeza, 2015; Rostica, Pedroni e Sala, 2015; Ávila, 2012; García Ferreira, 2013a e 2013b).

No que diz respeito à repressão sofrida pelos asilados após estes haverem deixado a Guatemala, Roberto García Ferreira ressalta que a influência do ideário anticomunista, amplamente compartilhado pelas elites latino-americanas ao longo de várias décadas do

século XX, explica que práticas de vigilância e perseguição aos asilados guatemaltecos tenham sido adotadas, em nível regional, quase como um desdobramento “*natural*” da derrubada do governo de Arbenz (García Ferreira, 2013a, p. 11).

Desde a década de 1930, pelo menos, as polícias políticas da América Latina e Caribe compartilhavam de maneira ativa o objetivo comum de repressão e controle das “*atividades comunistas*”, fossem estas reais ou imaginárias (García Ferreira, 2010, p. 12). Em meados de janeiro de 1932, dias antes da eclosão de insurreição indígena em El Salvador<sup>1022</sup>, a polícia salvadorenha informou a polícia do ditador Jorge Ubico, da Guatemala, a respeito de contatos entre dirigentes comunistas salvadorenhos, guatemaltecos e hondurenhos, em torno dos preparativos da insurreição. Essas informações serviram de pretexto para que a polícia guatemalteca realizasse prisões e torturas de integrantes do incipiente partido comunista guatemalteco.<sup>1033</sup>

Quinze anos antes do início da Guerra Fria, portanto, a insurreição indígena em El Salvador - e o massacre que a derrotou - já haviam soldado nos sentimentos das elites da América Central o racismo anti-indígena, de origem colonial, à paranoia anticomunista. Quando sobreveio a década revolucionária de 1944-1954 na Guatemala, abriram-se espaços sociais e políticos para comunistas, camponeses e indígenas de uma maneira que pareceu intolerável para a oligarquia *terrateniente*, assim como para a hierarquia eclesiástica e para a parcela reacionária da classe política. (Figuroa Ibarra, 2004, p. 124).

Em relação às projeções para além região centro-americana da repressão internacional que se seguiu ao golpe de junho de 1954, estudo sobre a detenção arbitrária na Argentina, em outubro de 1954, de um grupo de mais de trinta asilados guatemaltecos recém-chegados ao país, conclui que a prisão daqueles asilados foi realizada mediante a “*coordenação dos serviços de inteligência dos Estados Unidos, Guatemala y Argentina (...) porque aquelas pessoas foram detidas sem julgamento prévio, por supostas razões ideológicas professadas*

<sup>2</sup> A pobreza extrema das populações indígenas e camponesas, acentuada em função da supressão das terras comunitárias (ejidos) e da eliminação de boa parte dos cultivos de alimentos, em consequência da expansão das áreas de produção de café, foi o principal fator que motivou a insurreição indígena de 1932 em El Salvador. Em retaliação às ações da insurreição, cerca de trinta mil indígenas e camponeses foram mortos em poucas semanas. Este acontecimento marca o desenvolvimento de um Estado de natureza fortemente repressiva em El Salvador e também na Guatemala, dirigido por militares alinhados com as oligarquias proprietárias de terras. (Molinari, 2009, p. 34-35).

<sup>3</sup> A respeito da repercussão na Guatemala dos episódios de 1932 em El Salvador, ver Tarracena Arriola, Arturo. “El Partido Comunista de Guatemala y el Partido Comunista de Centro América (1922-1932)”, *Política y Sociedad*, No. 41 (2003), p. 88-122, p. 121 e Gleijeses, Piero. *Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and the United States, 1944-1954* Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991, pp. 8-10.

*em seu país de origem, uma prática que se tornou muito azeitada várias décadas depois com a operação Condor”* (Rostica, Pedroni e Sala, 2015, p. 292).

No contexto da Guerra Fria na América Latina, Operação Condor foi o nome que se deu a um sistema secreto de informações e ações, estabelecido no final do ano de 1975, em reunião de serviços de inteligência realizada em Santiago do Chile, por meio do qual ditaduras militares e regimes de exceção. do continente sul-americano (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) compartilharam dados de inteligência e realizaram operações extraterritoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados. (CNV, v. 1, p. 220)

Uma breve resenha histórica da coordenação entre polícias políticas das Américas em torno da causa anticomunista no século XX indica, no entanto, que a Operação Condor não foi exatamente uma anomalia, podendo ser melhor compreendida como manifestação específica de uma estratégia anticomunista mais ampla, adotada de forma secreta por dirigentes de governos do chamado bloco ocidental (McSherry, 2010, p. 67).

Com o objetivo de contextualizar historicamente as políticas repressivas adotadas em nível regional contra asilados e refugiados guatemaltecos a partir da derrocada do governo Arbenz em meados do ano de 1954, este artigo apresentará os principais fatos relacionados à revolução democrática iniciada na Guatemala no ano de 1944 até o golpe de estado de junho de 1954 e a posterior instalação de um regime ditatorial.

A fim de explorar as relações entre os episódios guatemaltecos de 1954 e as práticas de violações aos direitos humanos de asilados e refugiados políticos que se tornaram sistemáticas na América Latina e no Caribe no contexto político da guerra fria, serão apresentados, ao final do presente artigo, aspectos gerais da massificação das demandas de asilo e refúgio verificada na região nas décadas de 1960 e 1970, assim como algumas das mais graves manifestações de violações aos direitos humanos de asilados e refugiados naquele período.

### **A Revolução Democrática na Guatemala Desperta a Reação das Oligarquias Locais**

No crepúsculo da Segunda Guerra Mundial, a emergência de regimes democráticos em Cuba, na Guatemala e na Venezuela despertou esperanças nas repúblicas caribenhas e centro-americanas, onde a resistência às ditaduras se encontrava em ascensão. Rafael Trujillo,

ditador da República Dominicana desde 1930, e Anastasio Somoza García, que controlava com mão de ferro o governo da Nicarágua desde 1936, eram considerados os pilares da tirania na região.

Na Guatemala, a ditadura de Jorge Ubico foi derrubada em julho de 1944 por um levante popular encabeçado por estudantes, setores da classe média urbana e jovens oficiais das forças armadas, o que terminou por levar Juan José Arévalo à presidência, em eleições realizadas em dezembro daquele ano, que deram início a um período de revolução democrática sem precedentes na história do país.

O mandato de seis anos de Arévalo se destacou pela emergência de um sistema multipartidário e pela criação de sindicatos de trabalhadores. Os primeiros anos do processo de transformações foram marcados, no entanto, por certos limites: o partido comunista continuava proscrito e só passaria a ter existência legal a partir de 1952, sob o governo de Arbenz. O sindicalismo entre trabalhadores rurais sofria restrições e a distribuição da posse da terra, a mais desigual de toda a América Central, permaneceu praticamente intocada (Gleijeses, 1989, p. 133).

Na gestão de Arévalo foram promulgadas leis de proteção social, sendo a entrada em vigor do Código do Trabalho, em 1947, o fato mais significativo nessa matéria.<sup>1044</sup> Os dispositivos do novo código laboral relativos ao limite sobre contratação de estrangeiros, à organização de sindicatos e ao direito de greve em estabelecimentos rurais com mais de 500 trabalhadores, afetaram diretamente os interesses da norte-americana *United Fruit Company*, proprietária de vastas plantações onde empregava centenas de trabalhadores.

Pouco tempo depois da promulgação do Código do Trabalho, grupos ligados aos proprietários de terras, à igreja católica e às forças armadas começaram a agir em conjunto com a finalidade de desestabilizar a administração de Arévalo. O crescimento das organizações de trabalhadores na zona rural e a redução do número de trabalhadores sazonais, em decorrência da abolição das leis que proibiam a “vadiagem”, provocaram amplos protestos das associações de produtores rurais. Essas manifestações foram levadas em consideração pelo governo e acompanhadas de perto pelo exército guatemalteco. Em razão disso, o direito à

<sup>1044</sup> Decreto 330, “Código de Trabajo”, *Diario de Centro América*, Guatemala, 25 de febrero de 1947.

organização sindical rural sofreu sérias restrições sob a presidência da Arévalo e foram frequentes as intervenções militares em conflitos rurais. Os principais temores das elites rurais apareciam constantemente vinculados em protestos cada vez mais estridentes. Na visão destes setores, a liberdade de organização dos pobres no campo levaria não apenas ao colapso da economia rural guatemalteca, mas também daria causa a uma revolta indígena (Handy, 1989, p. 169).

### **Jacobo Arbenz Assume a Presidência e dá Início à Reforma Agrária**

O tenente-coronel Jacobo Arbenz obteve mais de 65 % dos votos nas eleições de novembro de 1950 e assumiu a presidência no ano seguinte com o compromisso de aprofundar a revolução democrática em curso no país. Em junho de 1952, foi deflagrado o processo de reforma agrária, que beneficiou centenas de milhares de camponeses e afetou interesses das oligarquias locais e da *United Fruit Company*.

Arbenz havia se reunido reservadamente com os principais dirigentes comunistas locais para discutir a estrutura básica da reforma agrária. Após vários encontros, o presidente guatemalteco pediu que o secretário-geral do partido José Manuel Fortuny iniciasse a preparação de projeto de lei sobre o assunto. Depois de várias reuniões, o projeto alcançou a forma final, com a participação ativa de Jacobo Arbenz em sua elaboração (Gleijeses, 1989, p. 458).

Em maio de 1952, o projeto de lei de reforma agrária foi formalmente apresentado ao Congresso, o que desatou raivosa reação dos grandes proprietários de terras, com apoio da maior parte da imprensa e da Igreja Católica. Apesar das fortes pressões, Arbenz não recuou e a lei foi aprovada pelo Congresso em 17 de junho de 1952 e entrou em vigor sob a forma do Decreto 900.

À época, a embaixada dos EUA na Guatemala avaliou que o Decreto 900 era uma lei relativamente moderada, que favorecia a via capitalista de desenvolvimento no campo. No entanto, o Decreto 900 estimulava a organização dos camponeses e sua mobilização com vistas à participação efetiva no processo de reforma agrária, por meio da formação de comitês agrários locais. De acordo com o dirigente comunista Fortuny, a criação desse comitês havia sido proposta com a finalidade de lançar as bases para uma “*eventual radicalização do*

*campesinato*”, ponto que havia sido incluído na lei com a concordância de Arbenz. (Gleijeses, 1989, p. 461)

Na visão do Departamento de Estado, a implementação bem sucedida do Decreto 900 iria fortalecer a influência do governo Arbenz no campo e fornecer aos comunistas “*uma excelente oportunidade para estender sua influência sobre a população rural*”. Na perspectiva da diplomacia norte-americana, a política do governo da Guatemala, de apoio aos trabalhadores rurais na luta contra as classes proprietárias e a *United Fruit Company*, eram uma “*poderosa arma de propaganda*”, que ameaçaria a “*estabilidade de Honduras e El Salvador*” (Gleijeses, 1991, p. 365). Os chefes das forças armadas, por seu turno, temiam que a reforma agrária promovida por Arbenz acirrasse conflitos sociais e étnicos no país, a ponto de provocar rebeliões no seio da maioria indígena maia (Handy, 1989, p. 204).

### **Pbsuccess: o plano de operações encobertas para intervenção na Guatemala**

Animado pelo êxito da CIA na Operação Ajax, que em agosto de 1953 provocou a deposição do Primeiro Ministro Mohammed Mossadegh do Irã, o governo dos Estados Unidos dedicou-se, a partir do segundo semestre de 1953, à elaboração de um programa abrangente de ações encobertas com o objetivo de minar o governo de Jacobo Arbenz na Guatemala<sup>1055</sup>. O plano elaborado combinava guerra psicológica com ações no plano econômico, diplomático, político e paramilitar contra a Guatemala. O objetivo central do programa, denominado PBSUCCESS, era “*remover de maneira encoberta, sem derramamento de sangue se possível, a ameaça do presente governo da Guatemala controlado pelos Comunistas.*” (Haines, 1989, p. 4)

<sup>5</sup> As primeiras operações encobertas do governo norte-americano após a Segunda Guerra Mundial tiveram lugar durante a guerra civil grega e nas eleições italianas de 1948, quando o Partido Comunista Italiano se apresentou com a possibilidade de conquistar o governo (McSHERRY: 72). Datam, ainda, de 1952, os primeiros registros de planejamento de operações encobertas da CIA na América Latina. Durante visita a Washington do Presidente da Nicarágua Anastasio Somoza, no mês de abril de 1952, o ditador nicaraguense assegurou que, caso recebesse o armamento necessário, suas tropas, somadas àquelas reunidas pelo coronel guatemalteco exilado Carlos Castillo Armas, poderiam derrubar o presidente da Guatemala Jacobo Arbenz. A CIA considerou viável a proposta de Somoza e deu início à operação PBFORTUNE (HAINES: 2). Após cerca de um mês de planejamento, a CIA decidiu abortar a operação, possivelmente em razão da oposição do Secretário de Estado Dean Acheson.



No final do ano de 1953, as linhas de batalha estavam desenhadas entre Guatemala e Washington. Os vizinhos centro-americanos, com Anastasio Somoza à frente, expressavam ostensivamente suas preocupações a respeito das repercussões da situação guatemalteca em seus domínios. Em paralelo, centenas de ativistas da esquerda latino-americana se dirigiam à Guatemala, seja como exilados políticos ou meramente pelo interesse de presenciar, em primeira mão, a experiência “*socialista*” na América Latina, como foi o caso do argentino Ernesto Guevara.

Além do jovem médico argentino, líderes comunistas cubanos foram visitantes frequentes da Guatemala sob as presidências de Arévalo e Arbenz, colaborando com os marxistas locais. Ativistas do partido comunista da República Dominicana no exílio também aderiram ao *Partido Guatemalteco del Trabajo*, a agremiação comunista local. Outros grupos centro-americanos no exílio estabeleceram-se na Guatemala, entre os quais a *Asociación Salvadoreña Democrática*, o movimento de nicaraguenses partidários da democracia e o *Partido Democrático Revolucionario Hondureño*. Republicanos espanhóis exilados na América Latina também se destacaram na solidariedade ao governo de Arbenz, e estes diferentes grupos se uniram para formar a *Frente Democrático de Exiliados Americanos e Españoles*. Nesse contexto, no desfile de maio de 1953, grupos de exilados organizaram marcha com 70.000 partidários, a fim de manifestar apoio ao presidente Arbenz (Roniger, 2010 p.108).

### **A Décima Conferência Interamericana e a Questão da Guatemala**

Paralelamente à implantação do plano de intervenção encoberta, o governo norte-americano se encarregava de obter prévia aprovação coletiva dos demais estados americanos a qualquer iniciativa contra o governo guatemalteco. Com esta finalidade, foi apresentado, na X Conferência Interamericana, realizada em Caracas, de 1º a 28 de março de 1954, projeto de resolução de conteúdo anticomunista, com a intenção de permitir a aplicação de medidas coercitivas contra a Guatemala de forma automática pela Organização dos Estados Americanos (OEA), com fundamento no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e na Carta da OEA.

Durante a Conferência de Caracas, coube ao Secretário de Estado John Foster Dulles levar adiante a aprovação da resolução anticomunista, o que suscitou áspero debate com o chanceler guatemalteco Guillermo Toriello. No entendimento do Departamento de Estado, deveria ser endossada resolução que permitisse, em caso de “*desvios ideológicos*”, a aplicação da Doutrina Monroe, interpretada agora de maneira extensiva e conforme a lógica maniqueísta da Guerra Fria. (Morgenfeld, 2010, p. 86).

O guatemalteco Toriello questionou Dulles de maneira frontal durante a conferência, denunciando o velado “*intervencionismo estadunidense*” que se ocultava por trás da proposta de resolução. O chefe da delegação da Guatemala sustentou que seu governo defendia a democracia representativa e possuía três grandes objetivos: o incremento das liberdades democráticas, a elevação do nível de vida dos guatemaltecos, mediante a transformação de uma economia semifeudal e semicolonial em uma economia capitalista, e a defesa da soberania e da independência nacional. O chanceler guatemalteco buscou apoio latino-americano, ao explicar que seu governo não aspirava o alinhamento com a União Soviética, a despeito das acusações estadunidenses.

Embora compartilhassem a perspectiva anticomunista dos Estados Unidos, delegados de alguns países latino-americanos manifestaram, por meio de cautelosos argumentos jurídicos, o receio de que a eventual aprovação do projeto norte-americano, na forma como havia sido apresentado, fragilizasse o princípio da não-intervenção.

A fim de assinalar a importância do princípio da não-intervenção para a política exterior mexicana, o chanceler Luis Padilla Nervo declarou que o México não votaria a favor da resolução norte-americana porque sua redação poderia dar lugar a que qualquer país membro da OEA estivesse sujeito a intervenções. Em favor dos argumentos pró-Guatemala, o chanceler mexicano recordou ainda o tempo em que o México passou por profundas reformas econômicas e sociais durante o período revolucionário, ficando isolado internacionalmente. Argumentou que, se naquela época fosse convocada uma reunião de Estados americanos para julgar o México, o país provavelmente seria considerado culpado de alguma submissão a influências externas. Foster Dulles, por sua vez, mostrou-se particularmente perturbado com a posição mexicana (Rabe, 1998 p. 53).

É provável que Adolfo Ruiz Cortines, o presidente mexicano à época, houvesse preferido se manter à margem da confrontação entre os Estados Unidos e a Guatemala, mas viu-se

obrigado a se envolver na crise em razão da proximidade geográfica com o epicentro da crise, não podendo, pois, permanecer alheio à grande inquietação que o assunto provocava em seu próprio país. A esquerda mexicana, sob a liderança de Lázaro Cárdenas, havia apoiado Arbenz desde o princípio e advogava que o governo mexicano desempenhasse papel político favorável ao governo guatemalteco, sob eminente ataque dos Estados Unidos. A revolução mexicana havia sido sempre uma referência e um modelo para a revolução democrática na Guatemala, sobretudo no que dizia respeito à reforma agrária, que havia contado com a colaboração de engenheiros mexicanos em seu desenho.

Em um momento particularmente delicado para o governo de Ruiz Cortines do ponto de vista das relações com os Estados Unidos, a crise na Guatemala mobilizava a sociedade mexicana, reavivava antigas divisões políticas e ideológicas entre setores cardenistas e anticardenistas e aguçava temores de intervenção norte-americana caso a instabilidade guatemalteca viesse também a afetar o México (Loaeza, 2015, pp. 8-9 ).

O delegado argentino na Conferência de Caracas insistiu que os problemas políticos somente poderiam ser solucionados se melhorassem as condições de vida das populações latino-americanas. Ademais, a ameaça comunista não poderia anular o princípio de autodeterminação dos povos. Perón realizava à época esforço importante para recompor as relações com os Estados Unidos. Nesse esforço de aproximação, no entanto, buscava não comprometer certa autonomia no campo político e econômico, em harmonia com os ditames da “*Terceira posição*” preconizada pelo justicialismo na política exterior.<sup>1066</sup>

Finalmente, em 13 de março de 1954, a Conferência aprovou a Resolução XCIII, denominada “*Declaração de Solidariedade para a Preservação da Integridade Política dos Estados Americanos contra a Intervenção do Comunismo Internacional*”. Na votação em plenário, 17 países se posicionaram a favor da resolução anticomunista. A Guatemala votou contra a resolução. A Argentina e o México se abstiveram. Os delegados do Brasil, que vivia então as últimas semanas do governo de Getúlio Vargas, uniram-se à maioria que aprovou a resolução no âmbito da OEA. Quando a questão da Guatemala chegou ao Conselho de Segurança das

<sup>6</sup> De acordo com esta visão, os dois pensamentos anteriores ao justicialismo eram o individualismo liberal e o coletivismo comunista, que estavam, durante a guerra fria, corporificados em dois blocos geopolíticos e ideológicos: um deles liderado pelos Estados Unidos e outro pela União Soviética. Diante da polarização que caracterizava o mundo pós-guerra, o justicialismo propunha um “*caminho nacional*”, uma posição que entendia ser superadora de ambas ideologias, por meio de sua harmonização (ROSTICA, PEDRONI e SALA: 275).

Nações Unidas, às vésperas da queda de Jacobo Arbenz, o governo do Brasil, acompanhado pela Colômbia, voltou a se perfilar ao lado dos Estados Unidos.

Na avaliação dos resultados da Conferência de Caracas, o Departamento de Estado observou que, embora a ampla maioria de Estados latino-americanos houvesse se posicionado contra o comunismo internacional, estes países não estariam dispostos a exercer oposição “à ameaça específica inerente à situação na Guatemala”. Na opinião de Louis Halle, funcionário do Departamento de Estado, a mensagem de Caracas era a de que “*havia mais medo do intervencionismo dos Estados Unidos do que do comunismo guatemalteco*” (Rabe, 1998, p. 53).

### **A Derrocada do Governo Arbenz**

A conspiração internacional contra Arbenz começou a ser desmascarada no final de janeiro de 1954, quando o governo guatemalteco divulgou teor de correspondência entre Castillo Armas e Miguel Ydígoras Fuentes, obtida por meio de um agente duplo, que indicava que ambos realizavam entendimentos para a preparação de um golpe de estado com apoio dos governos da Nicarágua, da República Dominicana e dos Estados Unidos (Wise e Ross, 1964, p. 111).

Ao identificar, no final do ano de 1953, a possibilidade real de uma intervenção externa de natureza militar ou paramilitar, Jacobo Arbenz buscou fortalecer as forças armadas guatemaltecas, que à época padeciam de carência de peças de reposição e de munições, resultado do embargo de armas que lhes havia sido imposto. Foi diante desse quadro crítico que o presidente guatemalteco recorreu à Tchecoslováquia, que já havia vendido armas às forças armadas da Guatemala na década de 1930 (Perutka, 2013, p. 103). A compra de armas de um país comunista, no entanto, foi usada pelos adversários do governo como prova da suposta instrumentalização de Arbenz pelo poder soviético.

Os Estados Unidos revelaram à imprensa, em 17 de maio de 1954, que o cargueiro sueco S.S. Alfhem havia chegado a Puerto Barrios, dois dias antes, com carregamento de armas e munições tchecas para a Guatemala, embarcadas na Polônia. A denúncia acelerou a marcha da conspiração interna e deixou o governo guatemalteco isolado no plano internacional. A repercussão do episódio das armas tchecas fez com que o chefe das forças armadas e o

ministro da Defesa, solicitassem audiência ao presidente Arbenz, que teve lugar em 7 de junho de 1954. Na oportunidade, o presidente e os comandantes militares discutiram por várias horas aspectos da crise política que angustiava o país. Em crítica direta e pessoal dos comandos das forças armadas à política de Arbenz, a questão da influência comunista sobre o governo foi apresentada como o problema político central (Torres Rivas 2008, p. 40).

No dia 18 de junho de 1954, grupo de mercenários liderados pelo coronel Castillo Armas partiu de Honduras e logrou avançar 10 quilômetros dentro do território da Guatemala. No mesmo dia, aviões de caça provenientes da Nicarágua bombardearam localidades na costa pacífica da Guatemala e realizaram voos rasantes à capital guatemalteca. As colunas invasoras sofreram duros reveses nas localidades de Gualan-Río Hondo e Puerto Barrios, no combate forças combinadas de civis armados e integrantes da Guarda Civil. Na região de Chiquimula, onde poderia ter ocorrido a frente batalha decisiva para os embates, o exército guatemalteco abandonou o enfrentamento e decidiu pactuar um cessar-fogo com Castillo Armas (Torres Rivas, 2008, p. 46).

Imediatamente após a incursão dos paramilitares, o ex-presidente Lázaro Cárdenas escreveu uma carta para o presidente mexicano Ruiz Cortines, sugerindo que este se oferecesse para mediar o conflito emergente na Guatemala. Cortines recusou a sugestão de Cárdenas, pois estava certo que os liderados de Castillo Armas declinariam uma eventual oferta. Ademais, avaliou que uma participação direta do México no conflito teria efeitos negativos nas relações com os Estados Unidos (Loeaza, 2015, p. 7).

No dia 25 de junho de 1954, aviões P-47, fornecidos à força aérea da Nicarágua pelos Estados Unidos, bombardearam a capital da Guatemala. Os ataques aéreos e as manobras terrestres das tropas de Castillo Armas tinham cumprido o papel de mudar o humor do Exército, mas a ação crucial para a derrubada de Arbenz esteve a cargo da CIA na cidade de Guatemala, cujos agentes haviam iniciado série de reuniões com a finalidade de persuadir os indecisos líderes do Exército a não combater Castillo Armas e a engajar-se na derrubada do governo constituído (Cullather, 1994, pp.75-77 ).

Abandonado por seu próprio exército, Arbenz renunciou à presidência em 27 de junho. Na esperança de poder resguardar parte das conquistas da revolução democrática, entregou o mando ao coronel Carlos Enrique Díaz, chefe das forças armadas. Pouco depois da renúncia, o coronel Díaz proclamou pelo rádio que estava assumindo o poder em nome da revolução de

1944 e que o exército iria lutar contra Castillo Armas. Os sucessores imediatos de Arbenz também alertaram Juan Manuel Fortuny e outros dirigentes comunistas sobre a premente necessidade de se buscar asilo nas representações diplomáticas na cidade de Guatemala.

No segundo dia à frente da junta militar, Carlos Enrique Díaz recebeu diretamente do embaixador norte-americano o veredito de que ele não era mais conveniente à política externa de Washington . Sob intensa pressão política e militar, Díaz aceitou entregar o poder ao coronel Elfego Monzón. Por meio de negociações com as diferentes facções das forças armadas e das forças rebeldes, o embaixador norte-americano logrou que os partidários de Castillo Armas e do coronel Monzón concordassem em compor junta militar na qual o coronel Armas teria claro predomínio (Cullather, 1994, pp. 78-79).

A despeito do êxito operacional que posteriormente a tornaria uma referência para outras intervenções encobertas, a operação PBSUCCESS não havia sido uma vitória completa da política externa norte-americana. A semana de caos político que teve lugar entre a renúncia de Arbenz e a tomada do poder pela junta comandada por Castillo Armas possibilitou que os principais dirigentes da esquerda local fugissem do país ou buscassem asilo nas representações diplomáticas na capital guatemalteca.

No dia seguinte à assunção da junta encabeçada por Castillo Armas, teve início o projeto PBHISTORY, desdobramento da PBSUCCESS que visava explorar, para fins de propaganda, documentos do governo deposto, capturados após a queda de Arbenz. Com este objetivo, dois agentes da CIA e dois agentes do escritório de inteligência do Departamento de Estado chegaram à cidade da Guatemala em 4 de julho de 1954. (Holland, 2004 p. 304). Imediatamente, o grupo iniciou a busca por materiais que comprovassem supostos vínculos do governo Arbenz com Moscou, mas não foram localizados documentos de tal natureza.<sup>1077</sup>

Embora não tenha sido encontrado qualquer indício de vínculos dos partidários de Arbenz com agentes do bloco soviético, a captura de documentos deixados para trás pelo governo deposto permitiu que funcionários dos EUA e da Guatemala reunissem informações sobre

<sup>7</sup> Memorando para o diretor da CIA Allen Dulles, de 19 de janeiro de 1955, indica que pouquíssimos dos documentos apreendidos eram dos tipos “quentes” e de “alto nível”, capazes de produzir dano caso pudessem ser exitosamente explorados no plano internacional. Nada foi encontrado a respeito da compra de armas da Tchecoslováquia, nem tampouco qualquer indício de contatos entre os partidários de Arbenz com agentes de outros países. Não obstante, a equipe da operação PBHISTORY revisou em torno de 500,000 documentos capturados, dos quais copiou e microfilmou cerca de 50,000 documentos que considerou úteis para o conhecimento das atividades da esquerda na Guatemala (Holland, 2004, p. 307).

milhares de cidadãos guatemaltecos que pertenciam a partidos políticos e a organizações sindicais e estudantis que apoiavam o governo destituído, material que seria depois usado pelas forças de segurança e pelos serviços de inteligência guatemaltecos.

Com a finalidade de criar organismos burocráticos e serviços de inteligência anticomunistas, Armas foi convencido pelos norte-americanos a criar o *Comité de Defensa Nacional contra el Comunismo*, financiado, de forma encoberta, com recursos da CIA. Embora sem contar com poderes para realizar busca e apreensão nos locais de residência de altos funcionários da administração Arbenz, o referido comitê anticomunista realizou revistas em asilados que deixavam a Guatemala, o que se mostrou uma prática bastante ineficaz do ponto de vista da busca por documentos comprometedores (Holland, 2004, pp. 306-307).

### **O Golpe de Estado Produz “Asilo Diplomático em Massa”**

Arbenz e sua família decidiram se refugiar na embaixada do México na cidade de Guatemala. O presidente deposto permaneceu 73 dias na embaixada mexicana antes que fosse concedido o salvo-conduto para deixar o país. Cerca de 300 outros asilados dividiam os espaços da embaixada com Arbenz. Na saída da Guatemala, foi submetido pelos funcionários de Imigração ao constrangimento de se despir para ser revistado, diante das câmaras da imprensa. No México, a recepção ao presidente deposto foi fria. As autoridades mexicanas, sensíveis às pressões de Washington, informaram ao ex-presidente que, para poder permanecer no país, ele deveria se abster de toda e qualquer atividade política (Gleijeses, 1991, p. 390).

O golpe de estado na Guatemala, com a ameaça real de violência e perseguições pelo novo regime, fez com que um número expressivo de dirigentes políticos, sindicalistas, líderes camponeses e estudantis, assim como funcionários do governo deposto e suas famílias, buscassem asilo nas representações diplomáticas existentes na capital do país.

A situação sem precedentes na região fez com que um diplomata argentino, participante daqueles acontecimentos, classificasse o episódio como de um “*asilo diplomático em massa*”, no qual as representações estrangeiras receberam cerca de 800 pessoas, fundamentalmente guatemaltecos (Torres Gigena, 1960, p. 56). As representações dos países latino-americanos –

salvo Honduras e Nicarágua – foram as que mais receberam solicitações de asilo, sendo o México o país preferido como destino para a maioria dos asilados (García Ferreira, 2013a, p. 9).

Ainda que a representação argentina jamais tivesse sido escolhida como primeira opção para o refúgio, o governo argentino brindou asilo a mais de duzentas pessoas, que tiveram que conviver na sede diplomática durante cerca de três meses (Rostica, Pedroni e Sala, 2015, p. 272).

Setenta e cinco pessoas buscaram proteção na embaixada do Chile na cidade de Guatemala. As representações de El Salvador, do Uruguai e do Equador também receberam número considerável de asilados. O embaixador chileno Federico Klein, ao lado do representante mexicano Primo Villa Michel e do conselheiro argentino Torres Gigena cumpriram na crise guatemalteca um papel destacado na defesa das normas internacionais que regulavam o direito de asilo. (García Ferreira, 2013c, p. 178)

Quarenta e cinco pessoas buscaram asilo na representação diplomática brasileira na Guatemala. Tratavam-se principalmente de estudantes, intelectuais, sindicalistas e quadros do *Partido Guatemalteco del Trabajo*. A respeito dos asilados, o embaixador do Brasil informou Brasília que “*pelas informações por mim obtidas na Embaixada americana, dos nossos asilados apenas cinco são classificados como comunistas; três por pertencerem ao Partido Guatemalteco do Trabalho e dois estudantes por participarem de Congresso de Paz da juventude comunista nos países da cortina de ferro*” (Ávila, 2012, p. 75).

O Secretário de Estado Foster Dulles temia que os cerca de 800 partidários de Arbenz que haviam buscado proteção nas embaixadas após o golpe pudessem voltar a circular pelas Américas se lhes fosse permitido deixar a Guatemala. Seus temores logo se tornaram uma obsessão. Dulles desejava ampliar sobremaneira o alcance da resolução anticomunista de Caracas, de modo a impedir o acesso de supostos comunistas guatemaltecos aos benefícios do direito de asilo. A resolução aprovada pela OEA algumas semanas antes do golpe contra Arbenz, porém, não continha qualquer dispositivo relacionado ao asilo ou ao refúgio.

A fim de alcançar seu objetivo por outras vias, o Secretário de Estado pediu, no início de julho, que o embaixador Peurifoy instrísse o novo regime a apresentar acusações criminais contra os refugiados “*comunistas*”, a fim de impedi-los de deixar o país. Foster Dulles também sugeriu que supostos “*subversivos*” sem antecedentes criminais fossem condenados



como agentes de Moscou. Como via alternativa, Dulles sugeriu que Castillo Armas concedesse salvo-condutos somente para os asilados que concordassem em ser diretamente enviados para a União Soviética, país onde a grande maioria deles jamais havia estado (Schlensinger e Kinzer, 1982, p. 222).

Face às pressões dos Estados Unidos, o governo de Castillo Armas classificou os asilados em quatro categorias: “(1) *mulheres e crianças asiladas somente em razão de vínculos familiares*; (2) *Comunistas*; (3) *criminosos*; e (4) *membros relativamente inofensivos do regime político de Arbenz.*”<sup>1088</sup> Do ponto de vista do governo norte-americano, o posicionamento “*mais desejável*” a respeito da questão dos asilados passaria por torção interpretativa das normas internacionais vigentes, no sentido de que os benefícios tradicionais do asilo deveriam ser negados aos comunistas mediante arranjos bilaterais entre o regime da Guatemala e os governos que lhes haviam dado proteção. Caso isso não se mostrasse possível, deveria ser considerada a alternativa de Castillo Armas conceder salvo-condutos para os asilados considerados perigosos condicionados ao seu transporte para um país da “*cortina de ferro*”.<sup>1099</sup>

Em agosto de 1954, o embaixador dos EUA no México apresentou ao subsecretário mexicano José Gorostiza um memorando no qual recomendava que os asilados guatemaltecos fossem devolvidos ao governo de Castillo Armas, onde já haviam sido julgados e condenados, ou enviados a algum país de sua escolha no bloco soviético. A proposta do embaixador White foi ignorada pela chancelaria mexicana, que estava comprometida com a defesa do asilo político (Loeza, 2015, p. 10).

Em conversa no início do mês de setembro com o Ministro de Relações Exteriores da Junta guatemalteca, o embaixador Peurifoy manifestou surpresa com a notícia de que Castillo Armas, em resposta a gestão do embaixador mexicano Primo Villa Michel<sup>11010</sup>, havia determinado a expedição de salvo-condutos para praticamente todos os asilados na capital

<sup>8</sup> *Minutes of a Meeting, Held at the Department of State, August 8, 1954.* National Archives and Records Administration, RG 59, Guatemala Embassy Files, Lot 60 F 65

<sup>9</sup> *Memorandum by the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Holland) to the Secretary of State.* Subject: Asylee Problem in Guatemala. Washington, August 10, 1954. National Archives and Records Administration, RG 59, Central File 714.001/8-1054.

<sup>10</sup> As relações diplomáticas entre o México e a Guatemala não foram interrompidas em função do golpe contra o governo Arbenz. No dia 13 de julho de 1954, o coronel Castillo Armas recebeu o embaixador mexicano Primo Villa Michel. A visita foi um reconhecimento implícito do novo governo, efetuado com base na doutrina Estrada, que reconhece o direito das nações em manter ou substituir seus governos, sem a necessidade da comunidade internacional explicitamente reconhecer sua legitimidade (Loeza, 2015, p. 7).

guatemalteca. Segundo Peurifoy, a decisão de Armas contrariava compromissos anteriores e causaria constrangimento ao governo de Washington.<sup>1111</sup>

Duas semanas após a concessão dos salvo-condutos, a questão dos asilados guatemaltecos na embaixada do México foi tratada em encontro do chanceler Luis Padilla Nervo com o Secretário de Estado Foster Dulles. Na conversa, o chanceler mexicano recordou ao norte-americano os compromissos de seu país em relação às convenções interamericanas sobre asilo diplomático e enfatizou, ademais, que a questão dos asilados envolve questões de honra nacional, sobre as quais o povo mexicano se mostra muito sensível e propenso a reagir de maneira forte e unânime.<sup>11212</sup>

Na Conferência Interamericana de Caracas de 1954, todos os países latino-americanos e caribenhos haviam assinado a Convenção sobre Asilo Diplomático, elaborada com base em anteprojeto do Comitê Jurídico Interamericano que visava superar a diversidade de interpretações e controvérsias decorrentes dos tratados sobre a matéria então vigentes: a Convenção sobre Asilo de Havana, de 1928, e a Convenção sobre Asilo Político de Montevidéu, de 1933. Entre as questões controvertidas solucionadas pelo tratado de asilo diplomático assinado em Caracas, estava o estabelecimento de obrigação, até então inexistente, do Estado territorial entregar o salvo-conduto a fim de que o asilado possa sair para o exterior. Por não reconhecerem a doutrina do asilo como parte do direito internacional<sup>11313</sup>, os Estados Unidos não assinaram a Convenção de Caracas sobre Asilo Diplomático, nem a Convenção sobre Asilo Político de Montevidéu, de 1933.

Em sintonia com o clima político da guerra fria, foi também assinada, na Conferência Interamericana de Caracas, a Convenção sobre Asilo Territorial, que incluía dispositivo (Artigo IX) que estabelecia para o Estado que concedia o asilo político a obrigação de internar ou vigiar, a pedido de Estado interessado, *“refugiados ou asilados políticos que forem dirigentes notórios de um movimento subversivo assim como daqueles sobre os quais existam provas de que dispõem a incorporar-se no mesmo movimento”*. Além de maiores restrições à liberdade de movimento, também foram incluídas na Convenção de Caracas cláusulas de

<sup>11</sup> Telegram From the Ambassador in Guatemala (Peurifoy) to the Department of State/1/Guatemala City, September 8, 1954. National Archives and Records Administration, RG 59, Central File 714.00/9-854.

<sup>12</sup> *Memorandum of Conversation, by the Secretary of State, WASHINGTON, September 22, 1954. Foreign Relations of the United States, 1952-1954, the American Republics, Volume IV.*

<sup>13</sup> *Unión Panamericana. Convención sobre Asilo.* Firmada en la Habana, el 20 de febrero de 1928 en la Sexta Conferencia Internacional Americana. Reserva hecha al firmar la convención (Estados Unidos de América).

restrição à liberdade de reunião (Artigo VIII) e à liberdade de expressão dos asilados e refugiados (Artigo VII).

### **A Repressão aos Asilados Ultrapassa as Fronteiras da Guatemala**

Logo após tomar conhecimento da concessão de salvo-condutos para todos os asilados nas representações diplomáticas na cidade da Guatemala, o Departamento de Estado expediu circular para suas representações em todos os países das Américas, enfatizando a importância de que os governos que recebessem asilados provenientes da Guatemala os mantivessem sob vigilância “*contínua e efetiva*”; adotassem medidas preventivas com o objetivo de evitar que estes se envolvam em “*atividades subversivas*” e que também informassem os demais governos das Américas sobre seus destinos quando estes lograssem deixar os respectivos países anfitriões.<sup>11414</sup>

Em 13 de setembro de 1954, um voo da FAB permitiu que trinta e cinco asilados na embaixada brasileira e dez guatemaltecos asilados na representação diplomática do Uruguai deixassem a Guatemala com destino ao Brasil. Trinta dos guatemaltecos que buscaram asilo na embaixada do Brasil, dirigentes sindicais em sua maioria, ficaram alojados no território do Amapá “*como hóspedes do governo brasileiro*”.<sup>11515</sup> Cinco pessoas: Mario Moreno Moncada, Ricardo Hernandez Ponce, Miguel Enriquez Villen Batres, Raquel Davila Pivaral e o deputado Fernando de Leon Porras<sup>11616</sup>, entre os trinta e cinco asilados que se abrigaram na representação brasileira na cidade da Guatemala, considerados pelo regime de Castillo Armas como “*os mais perigosos do ponto de vista político*”, foram transferidos para o Rio de Janeiro.<sup>11717</sup> As dez pessoas que buscaram asilo político na embaixada do Uruguai na capital da Guatemala foram transportadas para o Rio de Janeiro em um avião da FAB, a pedido do governo uruguaio, e seguiram do Rio diretamente para Montevideú.<sup>11818</sup>

<sup>14</sup> Circular telegram 135, Sept. 10, 1954, sent to the Embassies at Buenos Aires, Mexico City, San Jose, San Salvador, Santiago, and Quito, and repeated to the Embassies in the other American Republics .National Archives and Records Administration, RG 59, Central File 714.00/9-1054)

<sup>15</sup> “Transportados pela FAB. No Brasil todos os asilados políticos de nossa embaixada na Guatemala”. Correio da Manhã, 24 de setembro de 1954, Rio de Janeiro, p.12.

<sup>16</sup> O deputado Fernando de Leon Porras pertencia ao *Partido Renovación Nacional*, que integrava a base parlamentar de apoio ao governo de Jacobo Arbenz. A respeito, ver CIA. “Members of the Guatemalan Congress (As of December 1, 1953)”. CIA Historical Review Program, 2003.

<sup>17</sup> Correio da Manhã, 24 de setembro de 1954, Rio de Janeiro, p.12.

<sup>18</sup> Idem.

O alojamento dos asilados guatemaltecos no Amapá, à época um território muito isolado, castigado por doenças tropicais como a malária e a febre amarela,<sup>11919</sup> indica que o tratamento dispensado a estas pessoas no Brasil esteve condicionado pela estratégia anticomunista preconizada à época pelo Departamento de Estado, que associava os asilados guatemaltecos aos perigos da subversão. Do ponto de vista da política brasileira, é fundamental observar que os asilados guatemaltecos chegaram ao país em um momento particularmente sensível da história nacional, poucas semanas após o suicídio de Getúlio Vargas e da divulgação de sua carta-testamento.

As pesquisas documentais realizadas trazem, até o momento, escassas informações concretas sobre as condições de alojamento e o paradeiro dos trinta cidadãos guatemaltecos asilados que foram destinados ao território do Amapá. Há indicações de que uma das asiladas teria embarcado para o Chile imediatamente após a chegada ao Brasil<sup>12020</sup>. Cinco dos asilados guatemaltecos que estiveram no Amapá obtiveram sua permanência definitiva no Rio de Janeiro deferida em março de 1955<sup>12121</sup> e quatro deles foram autorizados a se transferir para o México em junho de 1960.<sup>12222</sup>

Nos meses de setembro e outubro de 1954, o governo de Perón realizou, em três etapas, o transporte aéreo dos asilados na embaixada argentina da cidade de Guatemala para Buenos Aires. Os recém-chegados foram trasladados ao Hotel de Imigrantes da capital argentina, onde foram recebidos e atendidos por funcionários do governo enquanto se realizavam os trâmites para a obtenção da documentação para sua permanência no país.

Em razão da negativa inicial de Castillo Armas em outorgar salvo-condutos para os asilados, o governo argentino enviou o conselheiro Carlos Torres Gigena à cidade da Guatemala, na qualidade de especialista em direitos internacional e perito em direito de asilo (González, 2010, p. 41). A respeito de sua atuação na Guatemala, Torres Gigena sustenta que a Argentina outorgou asilo sem discriminações quanto à ideologia política<sup>12323</sup> e que foi ainda mais longe,

<sup>19</sup> [Nas décadas de 1920 e 1930, funcionou na localidade de Oiapoque, no Amapá, colônia penal que abrigou prisioneiros políticos. Ver a respeito: Romani, Carlo. Clevelândia \(Oiapoque\). Colônia penal ou campo de concentração? Verve \(PUCSP\), São Paulo, v. 4, n.4, p. 112-130, 2003.](#)

<sup>20</sup> Correio da Manhã, 24 de setembro de 1954, Rio de Janeiro, p.12.

<sup>21</sup> Os referidos cidadãos guatemaltecos são Julio Santos Carreira Morales, Manuel Jimenez Tabora, Hector Augusto Villaloro Calderón, René H. Pérez Ayala e Carlos Humberto Illescas. Diário Oficial da União, 30 de julho de 1955, Seção 1, p. 8.

<sup>22</sup> Os referidos cidadãos guatemaltecos são Juan José Tejada Barrientos, Fernando Tejada Barrientos, Julio Tejada Barrientos e Alberto Barrientos. Diário Oficial da União, 23 de agosto de 1960, Seção 1, p. 18.

<sup>23</sup> O ex-dirigente do *Partido Guatemalteco de Trabajo* Carlos Manuel Pellecer relata, no entanto, que o governo de Perón não concedeu asilo a todos as pessoas que buscaram proteção na embaixada argentina na Guatemala, e

ao conceder asilo ao deputado guatemalteco Víctor Manuel Gutierrez, que havia inclusive atacado o governo de Perón em declarações à imprensa e no parlamento (Torres Gigena, 1960, p. 62).

Durante visita à Argentina do secretário assistente para Assuntos Interamericanos, Henry Holland, em meados de setembro de 1954, o presidente argentino enfatizou ao representante de Washington a necessidade de cooperação mais estreita entre os Estados americanos em ações policiais contra os comunistas, assegurando, nesse contexto, que os asilados recém chegados da Guatemala seriam vigiados muito de perto.<sup>12424</sup>

De maneira inesperada, em 22 de outubro de 1954, foi preso em Buenos Aires um grupo de mais de trinta asilados guatemaltecos e levado à prisão portenha de Villa Devoto, sem julgamento prévio. Vinte e seis dos presos guatemaltecos permaneceram dez meses no cárcere, sendo liberados apenas em agosto de 1955, mediante anistia que também beneficiou presos políticos argentinos (Rostica, Pedroni e Sala, 2015, p. 273).

Com base nos registros de debates no parlamento argentino a respeito da questão, depreende-se que os guatemaltecos foram presos com base na legislação que fundamentava o estado de guerra interna declarado na Argentina, assim como em dispositivos da lei de residência nº 4.144, de 1902, que autorizava a detenção ou a expulsão, sem julgamento, defesa ou recurso, de qualquer imigrante considerado socialmente perigoso (Rostica, Pedroni e Sala, 2015, pp. 278-279)

O dirigente comunista Antonio Obando Sánchez, um dos guatemaltecos presos em Villa Devoto, registrou em suas memórias que, antes de deixar o Hotel de Imigrantes, recebeu a visita de indivíduos que diziam ser da Polícia Federal argentina, mas que, na sua avaliação, estavam de fato a serviço do FBI. Sánchez recorda que naquela oportunidade, ao ser interrogado sobre viagens a outros países, foi-lhe apresentado um informe do FBI que resenhava viagem que havia realizado à União Soviética, no ano de 1930. Carlos Enrique Dardón Herrera, também integrante do grupo de guatemaltecos presos, afirmou que durante seu interrogatório na polícia argentina foi confrontado com ficha que continha informação sobre viagem que havia

---

que por esse motivo alguns deles foram detidos em sua chegada a Buenos Aires e posteriormente tiveram que dirigir-se a outros países (Rostica, Pedroni & Sala, 2015, p. 276).

<sup>24</sup> *Memorandum of Conversation, by the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Holland), Buenos Aires, September 19, 1954. Foreign Relations of the United States, 1952-1954, the American Republics, Volume IV.*

realizado à Tchecoslováquia. (Rostica, Pedroni e Sala, 2015, p. 294). Relato de José Manuel Fortuny, secretário-geral do PGT, a respeito de sua detenção no Rio de Janeiro em novembro de 1958 também se assemelha ao descrito pelos asilados guatemaltecos presos em Buenos Aires quatro anos antes (García Ferreira, 2010, p. 21).

### **Conclusão: Violações aos Direitos dos Refugiados na Guerra Fria Latino-Americana**

Na ausência de um marco normativo adequado para as novas realidades do asilo político em massa – a maioria dos países da região somente assinaria o Protocolo de 1967 à Convenção das Nações Unidas para os Refugiados a partir da década de 1970, e sem contar com o acompanhamento efetivo de organismos internacionais para proteção dos refugiados<sup>12525</sup>, violações sistemáticas aos direitos humanos de asilados e refugiados políticos teriam lugar na América Latina nas décadas de 1960 e 1970.

Já na primeira metade da década de 1960, as centenas de milhares de pessoas que saíram do país em decorrência da revolução cubana de 1959, ao lado dos milhares que deixaram o Haiti, o Paraguai, a Bolívia, a República Dominicana, a Nicarágua e Honduras em decorrência de perseguições, evidenciaram que a questão dos refugiados havia se tornado um problema político de grande magnitude na América Latina e no Caribe<sup>12626</sup>, explicitando as insuficiências das instituições nacionais e das normas regionais em matéria de direito de asilo e refúgio.

Na América do Sul, milhares de pessoas saíram do Brasil para o exílio depois do golpe de 1964, e em números ainda maiores deixaram o Uruguai entre 1969 e 1973; antes e depois da tomada do poder pelos militares, em junho de 1973; no Chile, a partir do golpe de setembro de 1973; e na Argentina, o fluxo de exilados se intensificou antes do golpe de março de 1976 e se multiplicou depois dessa data. (Vargas Carreño, 1983, p. 70). Foi naquela conjuntura que pela primeira vez a comunidade internacional, por meio do ACNUR, teve que prestar

<sup>25</sup> As atividades do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) na América Latina tiveram início em 1952 e nos seus primeiros anos se concentraram principalmente na situação dos refugiados europeus reassentados depois da segunda guerra mundial. O ACNUR não foi ativo na crise de refugiados do Caribe na década de 1960. MOUSSALLI, Michel, Declaración, en Coloquio sobre el asilo y la protección internacional de refugiados en América Latina, México DF, 11 al 15 de mayo de 1981, Págs. 25-26

<sup>26</sup> *Informe Anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos 1981-1982*. OEA/Ser.L/V/II.57, doc.6, rev. 1, 20 septiembre 1982.

assistência a grandes massas de refugiados na América Latina. Uma de suas principais tarefas, naquele momento, foi velar para que os refugiados estivessem devidamente protegidos, uma vez que:

*“Os delicados aspectos políticos das situações dos refugiados desse período fizeram com que alguns países não estivessem dispostos a conceder-lhes residência permanente e como, invariavelmente, estes refugiados eram objeto de vigilância, de interrogatórios e de todo tipo de violações aos direitos humanos, a tarefa de proteção do ACNUR resultou especialmente difícil. Por isso, a maioria desses refugiados, em torno de 15.000, tiveram que ser reassentados em outros continentes.”* (Moussali, 1981, p. 26)

Exemplo concreto das situações descritas acima pode ser identificado em episódio ocorrido no contexto do golpe contra Salvador Allende, quando cidadãos latino-americanos de várias nacionalidades, que buscaram asilo na embaixada da Argentina em Santiago do Chile, receberam tratamento que remonta ao episódio dos refugiados guatemaltecos na década de 1950. Em voos da Força Aérea da Argentina que partiram do Chile no final de outubro e início de novembro de 1973, asilados latino-americanos que não possuíam nacionalidade chilena ou argentina foram evacuados da embaixada argentina em Santiago e confinados em alojamentos nas províncias argentinas do Chaco, Misiones e Corrientes.<sup>12727</sup>

A possibilidade de estabelecer residência legal na Argentina foi negada aos asilados em sua chegada ao país, restando a estes optar por se estabelecer entre cinco países possíveis: Cuba, Argélia, México, Suíça e Suécia, sendo que entre estes países apenas Cuba se dispunha a conceder o asilo sem maiores restrições. Diante das dificuldades impostas, muitas pessoas desse grupo optaram por permanecer na Argentina, indocumentados e na clandestinidade<sup>128</sup> (Aldrighi e Waksman, 2006 , p. 92).

Em meados da década de 1970, vários informes davam conta de diversos incidentes que atentavam contra a vida, a liberdade e a integridade física de refugiados na América Latina (Franco e Santiestevan de Noriega, 2005, p. 96). Com o passar do tempo, foram revelados aspectos da Operação Condor, que afetaram diretamente a segurança dos cidadãos latino-americanos refugiados dentro da região e fora dela. Somente na Argentina, mais de 300 refugiados e solicitantes de asilo, de várias nacionalidades latino-americanas, foram vítimas de desaparecimento forçado na década de 1970 (Idem, p. 97).

<sup>27</sup> Documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) do Brasil, de outubro de 1973, trazem listas com nomes de cidadãos brasileiros que buscaram asilo na Embaixada da Argentina em Santiago, o que indica estreita coordenação entre as autoridades argentinas e a ditadura no Brasil (PAIVA: 173).

A expressão "*desaparecimento forçado*" passou a fazer parte do vocabulário dos organismos internacionais de direitos humanos a partir das denúncias sobre a generalização dessa prática na Guatemala na década de 1960. Dirigentes da Comissão Política do *Partido Guatemalteco del Trabajo* (PGT) que haviam sobrevivido à repressão que se seguiu ao golpe de 1954 graças à possibilidade de asilo, foram vítimas de prisão, tortura e desaparecimento em suas tentativas de retorno à Guatemala nas décadas de 1960 e 1970. O ex-deputado do PGT Victor Manuel Gutiérrez foi detido pela polícia guatemalteca em 5 de março de 1966, torturado e morto. Seu corpo, juntamente com o de outros 28 prisioneiros políticos, teria sido lançado ao mar por aeronave de transporte do exército. Em setembro de 1972, Bernardo Alvarado Monzón, Mario Silva Jonama e outros seis líderes do PGT foram vítimas de desaparecimento forçado na Guatemala (Gleijeses, 1991, p. 387).

O golpe de junho de 1954 na Guatemala foi a primeira intervenção na ordem interna de um país latino-americano planejada de forma minuciosa, coordenada no plano internacional, e que teve como principal finalidade eliminar da vida política, de forma cabal, a participação de comunistas, indígenas e trabalhadores rurais. A derrubada violenta do governo de Jacobo Arbenz na Guatemala inaugurou na região da América Latina e do Caribe um longo ciclo de ditaduras e terrorismo de estado, implantados de forma sistemática mediante a difusão de técnicas de contra-insurgência pela Escola das Américas e por ex-combatentes das guerras coloniais francesas. O legado trágico desse período persiste na região até os dias de hoje, mediante a negação dos direitos fundamentais a amplas camadas da população. Fenômeno este que se expressa, entre outros aspectos, sob a forma da impunidade do crime permanente de desaparecimento forçado de pessoas, assim como nos elevados índices atuais de violência letal.

## **Referências**

ALDRIGHI, Clara e WAKSMAN, Guillermo. "Chile, la gran ilusión". In: Silvia Dutrénit Bielous (coord.). *El Uruguay del exilio*. Montevideo: Trilce, 2006, p. 33-97.



ÁVILA, Carlos Federico Dominguez. “Guerra Fria na América Latina: olhares brasileiros sobre a queda de Jacobo Arbenz e a contrarrevolução na Guatemala.” *Revista Contemporânea*, Ano 2, no. 2, pp. 51-81, 2012.

BAPTISTA JÚNIOR, Roberto. “A participação do Governo Getúlio Vargas (1951-1954) na deposição de Jacobo Arbenz e o fim da aliança estratégica entre Brasil e Estados Unidos”. *Revista de Historia de América*, no. 149, pp. 79-126, 2013.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). Relatório. Volume 1. Brasília: Imprensa Nacional, 2014.

CULLATHER, Nicholas. *Operation PBSUCCESS. The United States and Guatemala 1952-1954*. Washington, D.C., Central Intelligence Agency, 1994.

FIGUEROA IBARRA, Carlos, “Cultura del terror y guerra fría en Guatemala” In: Daniel Feierstein y Guillermo Levy (comps.). *Hasta que la muerte nos separe. Poder y prácticas sociales genocidas en América Latina*, Ediciones al Margen, Buenos Aires, 2004.

FRANCO, Leonardo e SANTIESTEVEAN DE NORIEGA, Jorge. “La contribución del proceso de Cartagena al desarrollo del derecho internacional de refugiados en América Latina”. In: ACNUR. *Memoria del Vigésimo Aniversario de la Declaración de Cartagena sobre los Refugiados*. San José : EDITORAMA, 2005, pp.79-137.

FRIEDMAN, Max Paul. “Significados transnacionales del golpe de Estado en Guatemala en 1954: Un suceso de la Guerra Fría internacacional”. In: Roberto García Ferreira (coord.). *Guatemala y la Guerra Fría en América Latina, 1947-1977*. Guatemala: CEUR-USAC, pp.19-28, 2010.

GARCÍA FERREIRA, Roberto. “La Diplomacia Liberacionista y el Exilio Guatemalteco en América del Sur, 1954-1960”. *E-L@tina – Revista Electrónica de estudios latinoamericanos*, v.: 11 44, pp. 5-18, 2013a.

\_\_\_\_\_. "El derrocamiento de Jacobo Arbenz y la Guerra Fría en América Latina. Nuevas fuentes y perspectivas". *Revista de Historia de América*, no. 149, pp. 39-43, 2013b.

\_\_\_\_\_. “Sumida en las tinieblas”: Guatemala, octubre de 1954. *Revista de Historia de América*, no. 149, pp. 171-193, 2013c.

\_\_\_\_\_. "José Manuel Fortuny: un comunista clandestino en Montevideo, 1958". Trabajo presentado en las IX Jornadas de Investigación de la Facultad de Ciencias Sociales, UdelaR, Montevideo, 13-15 de septiembre de 2010.

\_\_\_\_\_. "La CIA y el exilio de Jacobo Árbenz" *Perfiles Latinoamericanos*, núm. 28, julio-diciembre, pp. 59-82, 2006.

GLEIJESES, Piero. *Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and the United States, 1944-1954* Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. "The Agrarian Reform of Jacobo Arbenz". *Journal of Latin American Studies*, Volume 21, Part 3. Cambridge University Press, pp. 453-480, 1989.

GRANDIN, Greg. *The Last Colonial Massacre: Latin America in the Cold War*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

GONZÁLEZ, Rodolfo. *El exilio guatemalteco en Argentina* (Tesis en Historia) Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Guatemala, 2010.

HAINES, Gerald K. *CIA and Guatemala Assassination Proposals 1952-1954*. CIA History Staff Analysis, June 1995.

HANDY, Jim. "A Sea of Indians: Ethnic Conflict and the Guatemalan Revolution, 1944-1952". *The Americas*, Vol. 46, No. 2. Cambridge University Press, p. 189-204, 1989.

HOLLAND, Max. "Operation PBHistory: The Aftermath of SUCCESS". *International Journal of Intelligence and Counterintelligence*. 17: pp. 300-332, 2004.

LOAEZA, Soledad. "The Mexican political fracture and the 1954 coup in Guatemala (The beginnings of the cold war in Latin America)". *Culture & History Digital Journal*, 4 (1), 2015.

MCSHERRY, J. Patrice. *Los Estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta en América Latina*. Tradução de Raúl Molina Mejía. Montevideo: Ediciones da la Banda Oriental, 2009.

MORGENFELD, Leandro Ariel. "El inicio de la Guerra Fría y el sistema interamericano: Argentina frente a Estados Unidos en la Conferencia de Caracas (1954)". *Contemporánea, Historia y problemas del siglo XX*, vol. 1:, pp. 75-97, 2010.

MOLINARI, Lucrecia. “El Salvador: de la masacre de 1932 a la guerra civil”. In: Feierstein, Daniel (compilador). *Terrorismo de Estado y genocidio en América Latina*. Buenos Aires; Prometeo Libros/PNUD, pp. 33 – 53, 2009.

MOUSSALLI, Michel, Declaración, en Coloquio sobre el asilo y la protección internacional de refugiados en América Latina, México DF, 11 al 15 de mayo de 1981.

PAIVA, Maurício. *O sonho exilado*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PERUTKA, Lukas. “Arms for Arbenz. Czechoslovakia's involvement in the Cold War in Latin America” *Central European Journal of International and Security Studies (CEJISS)*, volume 7, Issue 3, pp. 59-73, 2013.

RABE, Stephen G. *Eisenhower and Latin America. The Foreign Policy of Anti-Communism*. University of North Carolina Press, 1998.

RAPOPORT, Mario & SPIGUEL, Claudio. *Relaciones tumultuosas: Estados Unidos y el primer peronismo*. Buenos Aires: Emecé, 2009.

RODRÍGUEZ DE ITA, Guadalupe. *La participación política en la primavera guatemalteca. Una aproximación a la historia de los partidos durante el período 1944-1954*. Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México, 2003.

ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque). Colônia penal ou campo de concentração? *Verve (PUCSP)*, São Paulo, v. 4, n.4, p. 112-130, 2003.

RONIGER, Luis. “Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX” . *Dados*, 53 (1), pp. 91-124, 2010.

ROSTICA, Julieta, PEDRONI, Nicolás & SALA, Laura. “Asilo y detención. Los guatemaltecos de 1954 en la Argentina de Perón”. *Diálogos, Revista electrónica de historia*, Vol. 16, N° 2, Universidad de Costa Rica, pp. 269-301, 2015.

SCHLESINGER, Stephen e KINZER, Stephen. *Bitter fruit: The Story of the U.S. Coup in Guatemala*. New York: Doubleday, 1982.

TARRACENA ARRIOLA, Arturo. "El Partido Comunista de Guatemala y el Partido Comunista de Centro América (1922-1932)". *Política y Sociedad*, No. 41 (2003), pp. 88-122.

TORRES GIGENA, Carlos. *Asilo Diplomático: su práctica y su teoría*. Buenos Aires: La Ley S. A. Editora e Impresora, 1960.

TORRES RIVAS, Edelberto. “Crisis y coyuntura crítica: la caída de Arbenz y los contratiempos de la revolución burguesa”. In: *Centroamérica: entre revoluciones y democracia. Antología*. Bogotá, CLACSO/Siglo del Hombre, 2008, pp. 33-69.

VARGAS CARREÑO, Edmundo, “El regimen de asilados y refugiados y su protección por el sistema interamericano”. *Seminario sobre Asilo Político y situación del refugiado realizado en La Paz, Bolivia, del 19 al 22 de abril de 1993*. Universo: La Paz, 1983

WISE, David e ROSS, Thomas. *The invisible government*. New York: Random, 1964.

## **Aspectos da Colonização na Guiana Francesa e no Amapá: Visões comparadas e imbricações históricas**

Recebido 15.05.2016  
Aprovado 07.07.2016

Iuri Cavlak<sup>129</sup>

### **Resumo**

A Guiana Francesa e o Amapá são territórios peculiares e pouco visitados pela historiografia brasileira. Ambos fisicamente localizados na América do Sul mas culturalmente considerados algo distintos, caribenhos e amazônicos de acordo com algumas visões. Assim, objetiva-se um estudo comparado do desenvolvimento no período colonial, com destaque para a invasão portuguesa e a anexação da Guiana Francesa entre 1809 e 1817, buscando delimitar mais claramente de que Caribe e de qual Amazônia que se trata.

**Palavras-chave:** História, Caribe, Amazônia

### **Aspects of Colonization in French Guiana and Amapa: comparative perspective and historical overlaps**

#### **Abstract**

The French Guiana and the Amapa are peculiar territories less visited for the Brazilian historiography. Both are physically located in South America but regarding in the culture point of view differently, Caribbean and amazon for some point of views. Thus, my objective is a comparative view for the development in the colonial period, highlighting the Portuguese invasion and the annexation of French Guiana, between 1809 and 1817, looking for a better and clearly delimitation about what Caribbean and what Amazon we are talking.

**Key Words:** History, Caribbean, Amazon.

### **Aspectos de la Colonización en la Guinea Francesa y en Amapá: visiones comparadas e imbricaciones históricas.**

#### **Resumen**

la Guayana Francesa y lo Amapá son territorios peculiares pocos visitados por la historiografía brasileña. Ambos ubicados físicamente en América del Sur, pero culturalmente considerado algo diferentes, caribeños y amazónicos de acuerdo con algunos puntos de vista. Así, el objetivo es un estudio comparativo de la evolución en el período colonial, en especial la invasión portuguesa y la anexión de la Guayana Francesa entre 1809 y 1817, tratando de definir con mayor claridad que el Caribe y el Amazonas que se encuentra.

**Palabras clave:** Historia, Caribe, Amazonia.

<sup>129</sup>Doutor em História pela Unesp de Assis. Pós-doutorado pela *New York University*. Professor do Colegiado de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e coordenador local do Mestrado Profissional em Ensino de História. Professor permanente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP. Contato: [iuricavlak@yahoo.com.br](mailto:iuricavlak@yahoo.com.br)

## Os Primórdios

A Guiana Francesa e o Amapá são territórios que, além de possuírem imensa faixa de fronteira em comum, cerca de 730 km, desenvolveram ao longo do tempo interações econômicas e políticas marcantes e complexas. O último território europeu encravado na América do Sul junto com um dos Estados mais novos da federação brasileira.

Desde o século XVI pode-se detectar os registros de conflitos, trocas comerciais e disputas de soberania nessa região extrema. Em 1713, pelo Tratado de Utrecht, normatizou-se uma longa faixa de terra entre o Oiapoque e o rio Araguari, naquele momento em disputa pelos franceses e portugueses. A localização inexata dos limites deu vazão a incertezas posteriores. Em 1809, depois da chegada da família real portuguesa ao Brasil, fugida da invasão francesa, uma tropa formada de luso-paraenses, com auxílio da marinha inglesa, subiu a região contestada e invadiu a Guiana Francesa, tomando posse do lugar até a devolução em 1817.

Em 1841, com o recrudescimento da disputa, o “Contestado” foi declarado neutro, uma vez que nem o jovem império brasileiro, entrando na fase da regência, e nem a monarquia francesa, sob o novo domínio dos Orleans, possuíam força internacional para naquele momento decretar com assertividade a posse dessas terras. Espaço que atraiu então desertores, quilombolas e proscritos de todas as formas que se queriam livres da jurisdição franco-brasileira. Uma disposição que se agravou com a descoberta de ouro na região de Calçoene e a proclamação da República do Cunani, nessa linde neutralizada, em 1884. A situação chegou ao paroxismo de uma refrega armada com mortos e feridos em 1895, até a expedição do laudo suíço e a confirmação da soberania brasileira a partir de 1900.

Meu objetivo, neste texto, é delimitar algumas configurações do início da colonização na Guiana Francesa e no Amapá, entre os séculos XVI e XVIII, de sorte a buscar uma compreensão mais aprofundada dos acontecimentos que se seguiriam no tempo. A anexação da Guiana Francesa à América portuguesa no início do século XIX pode ser considerada como o encontro desses dois mundos, culminância de um processo e abertura de um novo tempo.

Nos anos 1980, o historiador *Ciro Cardoso* realizou brilhante estudo com escopo parecido, que me serviu de inspiração para delimitar este trabalho. (CARDOSO, 1984). Ambos os

territórios tiveram problemas de povoamento, foram considerados regiões periféricas em relação a suas respectivas metrópoles e vivenciaram grande parte do passado em estagnação e abandono por parte dos poderes centrais, não obstante desenvolvendo interações entre si de significativa densidade. A caracterização da mesma como “Amazônia caribenha” é algo que intriga e atrai atenção de pesquisadores ao encararem a mesma na longa duração.

## **A Colonização da Guiana Francesa**

O início da colonização francesa na Guiana seguiu a lógica conhecida da expansão comercial ultramarina europeia, com uma variável mais sublinhada que foi o caráter belicoso e militar em relação a demais potências colonizadoras da época. Em outras palavras, pesou nos motivos da chegada dos franceses ao continente sul-americano o fortalecimento da monarquia, a ideia de cristianização dos ameríndios e igualmente a competição política com as Províncias Unidas, além de Espanha, Portugal e Inglaterra.

Duas personagens centrais na história da França do período participaram ativamente da empresa. O cardeal Richelieu, conselheiro do rei Luís XIV entre 1624 e 1642, que incentivou o fortalecimento da marinha tendo em vista a expansão e conquista de novos domínios, e Jean Baptiste Colbert, Ministro de Estado na mesma época que cristalizou na política econômica a necessidade de hegemonia francesa nas trocas comerciais internacionais, o que passava pelo controle de terras no novo mundo.

A região das Guianas, logo batizada de Costa Selvagem, apresentou dificuldades de monta, como o litoral entrecortado e de águas barrentas, fruto da influência, entre outras coisas, dos rios de água doce, dificultando ancoragem de navios de grande calado. Outrossim a ausência de uma população autóctone sedentária com estrutura de Estado reforçou a necessidade de guerras sucessivas para a manutenção do domínio. O clima equatorial inclemente, bastante díspar da metrópole e a presença permanente de outras soberanias num curto espaço galvanizou as tensões (MAM LAM FOUCK, 2002, p. 20).

Em 1604, registrou-se a primeira expedição, fracassada, comandada por um membro da nobreza de nome senhor de la Ravardière, que adentrou o rio Oiapoque, atual Amapá, e passou por Caiena, atual capital da Guiana Francesa. Personagem de suma importância para a época, Daniel de La Touche de La Ravardière foi o mesmo que fundaria oito anos depois no

Maranhão a capital São Luís, homenagem a Luís XIII no contexto da França Equinocial, única capital na América portuguesa a não ser inaugurada pelos lusos.

Posteriormente, mais três tentativas infrutíferas de fixação foram levadas a cabo, nos anos de 1626, 1628 e 1630, cada uma contando com cerca de 50 pessoas e perecendo, frente às adversidades naturais, o ataque de ameríndios e o assédio de outros concorrentes europeus.

Em 1643, uma expedição diferente chegou ao local, patrocinada por uma companhia comercial privada, a chamada Companhia do Cabo Norte, e por comerciantes da região de Rouen. Comandada pelo senhor de Brétigny, essa empresa logrou a fixação de 400 pessoas, entre colonos e soldados. Cinco anos depois, em 1648, uma nova expedição foi enviada mas se desviou para o Caribe, percebendo que as Antilhas poderiam oferecer melhores condições de fixação e exploração econômica.

Em 1652, mais 800 colonos, entre eles 136 membros da nobreza, desembarcaram na Guiana, enfrentando um ataque severo de tribos ameríndias que ceifou a vida de metade dos recém-chegados. Os que sobreviveram optaram por abandonar o lugar e se estabelecer em Barbados. Nesse sentido, novo revertério ocorreu entre 1657 e 1665, quando os holandeses por sua vez ocuparam Caiena e expulsaram os franceses que ali residiam. O então ministro Colbert ordenou uma frota especialmente para a reconquista, que desembarcou em maio de 1665 e derrotou de fato os holandeses, retomando o controle. O comandante da expedição bélica, Lefebvre de la Barre, fechou um tratado com os Galibis, tribo de grande importância localmente à época, reforçando sua posição e possibilitando a fundação de povoados ao redor de Caiena.

As guerras europeias atingiram então em cheio o processo de ocupação. Em 1667, os franceses se tornaram aliados dos holandeses contra os ingleses, franqueando a esses últimos a expansão do conflito para a região. Assim, ingleses tomaram Caiena e a maioria dos povoados e se tornaram senhores da região, até perdê-los novamente para a Holanda em 1676. Finalmente, uma derradeira força militar francesa reconquistou as principais praças em dezembro de 1676, estabelecendo um *status quo* que duraria, *grosso modo*, até a invasão portuguesa de 1809 (MAM LAM FOUCK e ANAKESA, 2013, pp. 31,32).

Uma ocupação algo tardia, 176 anos após o estabelecimento de espanhóis e portugueses, e na esteira da penetração das nações não-ibéricas na América do Sul. Importante destacar que, semelhante à famosa definição de Frei Vicente do Salvador em relação aos portugueses no



Brasil, “caranguejos arranhando o litoral”, os franceses na Guiana também se limitaram à ocupação de uma faixa de terra restrita, fato esse que impediu o acesso à bacia amazônica, já entendida como estratégica naquele momento. Em 1700, uma estatística populacional apontava para a presença de 1.752 indivíduos, sendo 352 brancos, 1399 escravos, 11 libertos e 121 escravos índios (MAM LAM FOUCK e ANAKESA, 2013, p.34). Em outras palavras:

Os franceses não estavam interessados na região das guianas senão por omissão: era a região menos controlada dos vastos impérios espanhol e português; eles só se interessaram por alguns momentos em função do perigo da colonização francesa na América do Norte e nas Antilhas no século XVII e XVIII, na África e na Ásia nos séculos XIX e XX (MAM LAM FOUCK, 2002, p. 21).

Destacou-se naqueles primeiros tempos a ação dos missionários voltados para a catequização dos ameríndios. Primeiro com os capuchinhos, a partir de 1651, e posteriormente com a maioria de jesuítas, especialistas nessa prática. Com efeito, reproduziram certas diretrizes espalhadas pelo restante da América ibérica, contribuindo para um novo tipo de relação entre as populações nativas e os franceses que não a guerra aberta. Como a população indígena não chegou a se comparar em número com outros lugares, a escravização dos mesmos foi efêmera, em pequena escala e logo abandonada.

Embora com esse caráter secundário, a metrópole em muitos momentos batalhou não só pela manutenção do espaço senão de sua expansão. Uma contradição entre a procura de terras e a falta de gente para seu efetivo uso. Por exemplo, em 1688, o tenente do rei, Pierre de Ferroles, partiu rumo aos domínios portugueses, chegando até o rio Araguari. Em 1697, alcançaram os fortes portugueses em Macapá, destruindo-os e desse modo sugerindo uma possível expansão das lindes guianesas (MAM LAM FOUCK, 2002, p. 26).

Igualmente a escravidão negra teve lugar nessas paragens, em quantidade bastante inferior em relação ao entorno regional. A responsabilidade pela importação de mão de obra africana escravizada na maioria do tempo esteve a cargo da Companhia Comercial da Guiana, que se transformaria, para gozar de uma abrangência maior, em Companhia do Senegal:

A Guiana recebeu somente uma ínfima parte do pujante fluxo de escravos africanos que atravessou o Atlântico entre o século XVII e XIX. Um século depois da introdução dos primeiros escravos, a colônia só contava com 5.728 (em 1765) (MAM LAM FOUCK e ANAKESA, 2013, p. 37).

Diante dessa falta de trabalhadores, uma ideia foi delimitada pelo Barão de Bessner, por volta de 1782, consistindo em estabelecer tratados com os negros quilombolas (*marrons*) do Suriname para que viessem habitar a Guiana. Como não seriam escravizados, e sim contratados, causou espécie nos senhores de escravos plenos que temiam a contaminação ideológica desses “guerreiros do alto Marroni”, podendo resultar na falência completa do sistema escravista. O projeto logo foi abandonado (MAM LAM FOUCK e ANAKESA, 2013, p. 38).

Dessas dificuldades resultou a implementação do mais ambicioso plano de colonização já concebido para a região. A importação de colonos brancos da Europa, sobretudo das regiões que hoje corresponderiam à França, Bélgica e Alemanha. Em 1763, quando esse plano passou a ser levado a sério, a colônia contava com 7.635 habitantes, sendo que o propósito seria importar 15 mil europeus. A ambição correspondia às necessidades múltiplas de defesa militar, produção de víveres e ocupação do espaço.

Assim, entre dezembro de 1764 e fevereiro de 1765, um impressionante número de 9 mil pessoas desembarcaram na colônia, sendo outras 3 mil arregimentadas no decorrer dos meses subsequentes. A má-nutrição dentro dos navios e as intempéries de uma longa travessia fragilizou os corpos desses já pobres colonos do velho mundo. Chegando em Caiena e Kourou, a alimentação seguiu precária. Assim, “em alguns meses, a Guiana se transformou num necrotério. O paludismo, a febre amarela, febre tifoide, tifo, disenteria foram devastadores”. De um total aproximado de 12 mil pessoas enviadas, 7 mil estavam mortas em outubro de 1765, 3 mil voltaram rapidamente e somente 1.800 escolheram permanecer. Uma verdadeira catástrofe (MAM LAM FOUCK e ANAKESA, 2013, p. 39).

O intendente Chanvalon, responsável pelo transporte e acomodação, foi preso. E o que chocou mais as autoridades da época aparentemente não foi tanto o número de mortes senão o fato de tudo ter sido feito com logística, fundos e planejamento estatal. Esse episódio ficou conhecido como “expedição de Kourou”, pois era para formar um grande povoamento nesse local, distante 60 km de Caiena. Foi a primeira e a última grande tentativa de povoamento do lugar, doravante marcado pela “síndrome de Kourou”, isto é, um arrepio da espinha daqueles que tinham o destino marcado para habitar a Guiana.

De modo que, no final do XVIII, já sob a Revolução Francesa, a alternativa encontrada foi desafogar as prisões de Paris carregadas de encarcerados políticos e enviá-los para a Guiana. Entre 1795 e 1798, 331 pessoas foram desterradas da metrópole, o primeiro contingente de “banidos” que posteriormente cumulariam o lugar. Dessa primeira leva, 172 morreram, 25

escaparam e 132 conseguiram retornar para a França (MAM LAM FOUCK e ANAKESA, 2013, p. 40).

No momento da eclosão da Revolução de 1789 já se havia fixado no imaginário popular a Guiana como um lugar de morte certa, a “guilhotina seca”, daí ao mesmo tempo se mostrar um castigo severo para os revolucionários e um constrangimento do Estado de enviar pessoas para a reputada região infernal.

No que tange a economia propriamente dita, a Guiana tentou o cultivo em grande escala da cultura mais lucrativa da época, o açúcar, mas por falta de mão de obra não pode desenvolvê-la em grande escala. Os escravos africanos vendidos na região por franceses e piratas eram dirigidos para lugares mais lucrativos como as guianas vizinhas, as Antilhas e o Caribe em geral. À falta de colonos, juntava-se a falta de escravos, de índios escravizados e de interesse dos traficantes em frequentarem os portos. Um círculo vicioso negativo para as pretensões da exploração.

Comercializou-se o que estava ao alcance para tornar viável a empresa, e o grande produto adequado foi o “roucou” (anato), uma planta já conhecida dos ameríndios e que servia para a produção de corante, assemelhado ao pau-brasil das primeiras atividades econômicas europeias na América portuguesa.

Posteriormente se iniciou a produção de cacau, café e algodão. Segundo Mam Lam Fouck: “Aproximadamente 200 fazendas produziam anualmente, de 1776 a 1774, uma média de 376.700 libras de anato, 142.077 de algodão, 97.750 de cacau, 15.383 de açúcar e 38.697 de café”. Números bem abaixo do que se produzia nas colônias francesas do Caribe, como Martinica, Guadalupe, e a porção francesa de São Domingo (MAM LAM FOUCK e ANAKESA, 2013, p. 42).

Naquele contexto, além dos jesuítas, ameríndios e africanos escravizados, os habitantes da Guiana eram, com exceção das autoridades francesas, uma mistura de corsários, flibusteiros, piratas, marginais, protestantes que fugiam de perseguição e alguns judeus luso-brasileiros e holandeses. Uma mistura heteróclita que preocupava a administração.

No decorrer do tempo, a colônia foi sendo chefiada pelo governador, representante direto do rei, secundado por outras figuras como o tenente do rei, procurador geral, diretor do Interior e alguns outros: “Nos séculos XVII e XVIII o centro da vida política estava no Conselho

Superior. Designado pelo governador entre os colonos mais ricos, ele possuía poderes em matéria de justiça e finança, além de zelar pela aplicação das ordens do rei” (MAM LAM FOUCK, 2003, p. 164).

A Revolução Francesa modificou esse cenário. Em agosto de 1790, foi eleita a primeira Assembleia Colonial, escolhida no seio da população branca independente da renda ou riqueza.

Assim, sob a Revolução, os colonos autônomos se igualaram através da Assembleia Colonial ao governo da colônia durante dois anos (1790-1792). A Assembleia limitou os poderes do governador Bourgon, estabeleceu um diretório e um conselho administrativo que substituiu o poder de Estado; uma municipalidade criada em Caiena, e as tropas sendo alocadas sob o controle da Assembleia. O governador só retomou seus poderes com a chegada de comissários enviados de Paris (MAM LAM FOUCK, 2003, p. 164).

Avanço democrático, a Assembleia foi boicotada pela classe dominante local, até ser abolida pelo próprio Napoleão Bonaparte alguns anos depois.

O contexto também foi de abolição da escravidão, o que causou um profundo desequilíbrio tanto nas relações de trabalho no local quanto entre os vizinhos, sociedades firmemente escravistas. Na fase da Convenção, em 1794, foi levada a cabo a proibição do trabalho cativo em todas as colônias francesas. No território “Contestado”, os escravos aproveitavam para construir seus quilombos e comerciar com as duas soberanias europeias. Na Guiana, ocorreu igualmente boicote da elite branca em cumprir as determinações revolucionárias. A abolição só perdurou até o início do período napoleônico, em 1802.

## **A Colonização do Amapá**

As primeiras notícias de europeus passando pela região do Amapá são de navegadores espanhóis. Talvez o primeiro tenha sido Francisco de Orellana, no contexto na conquista do Império Inca e seus desdobramentos. Orellana deixou os Andes e atravessou a bacia amazônica, chegando no litoral do Maranhão, portanto no Oceano Atlântico, em 1542. Em 1560, outra expedição espanhola adentrou a Amazônia vinda do oeste, sendo conhecida na posteridade por conta da rebelião comandada por Lopez de Aguirre contra o comandante, General Pedro de Ursua. Os membros desse motim se autodenominaram “marañones”, declarando a separação das terras descobertas do império espanhol (REIS, 1985, p. 17).

Nos anos de 1595/1596 holandeses e ingleses também passaram a assediá-la com mais afinco a região. Primeiramente no litoral das Guianas, como demonstra o relato do navegador inglês Walter Raleigh, o primeiro explorador do chamado “El Dorado”, um mito que afirmava a existência de uma cidade formada de ouro, refúgio do último imperador inca escapado da conquista espanhola, o “El Hombre Dorado” (RALEIGH, 1968). Interessante assinalar que esse relato logo ganhou fama no público leitor europeu do século XVII, despertando as mais criativas imaginações sobre o maravilhoso na região amazônica e adjacentes.

Posteriormente, a partir de 1600, ocorre a descida dos holandeses e ingleses para dentro da bacia amazônica, chegando à região do Cabo Norte e as ilhas paraense. A época, os franceses estavam basicamente mais envolvidos com o acesso à América portuguesa por outros caminhos. Pelo Rio de Janeiro, através do projeto da França Antártica (1555-1560), e depois São Luís do Maranhão (única capital brasileira fundada por não portugueses) com a França Equinocial (1611-1615).

Somente diante desse cenário, com destaque para a ocupação francesa em São Luís, é que a administração portuguesa resolveu de fato organizar uma força militar para expulsar os invasores e tomar posse da região. Entre 1580 e 1640 as coroas espanhola e portuguesa estavam ligadas dinasticamente, o que gerou, entre outras coisas, maior agressividade dos Países Baixos para ocupar e pilhar as terras e navios ibéricos no extremo norte da América do Sul, forma de incrementar o combate pela sua independência frente aos soberanos espanhóis.

A partir de dezembro de 1615, de acordo com Reis, as tropas luso-brasileiras iniciaram a ofensiva para expulsão dos estrangeiros. Partindo de São Luís, já libertada, atingiram o interior do Pará onde iniciaram uma sequência de batalhas e escaramuças. Em união com a atividade guerreira, vários religiosos, a maioria pertencente à Companhia de Jesus, seguiu com os regimentos militares, objetivando tanto pacificar os ameríndios quanto organizar núcleos de agricultura que pudessem sustentar os soldados (REIS (b), 1985, p. 260).

E assim uma sequência irresistível de vitórias confirmou a posse amazônica para os portugueses. As principais batalhas contra os ingleses e holandeses ocorreram em 1616, 1623, 1625, 1629, 1631, 1639 e 1648. Os holandeses recuaram para o platô das Guianas, os ingleses se retiraram momentaneamente da região e os franceses, que haviam perdido o Maranhão, se fixaram em Caiena (REIS (b). 1985. pp. 261-262).

Não foram só essas guerras que chacoalharam o vale amazônico naquele período, uma vez que os jesuítas, os caboclos que seguiam as expedições e os próprios soldados desenvolveram uma relação de guerra e paz com os ameríndios, sobretudo os Tupinambás.

Seja como for, o reino português se viu na necessidade de organizar juridicamente as conquistas recém auferidas, evitando perdê-las novamente para as outras nações colonizadoras europeias. Em 1626, foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís, desmembrado do Estado do Brasil, com capital em São Salvador da Bahia. Imaginava-se que um Estado autônomo do restante da colônia, respondendo diretamente a Lisboa, facilitaria o controle administrativo e agilizaria as trocas de mercadorias.

Repetindo a dificuldade de colonizar com recursos estatais, Portugal optou por retomar a fracassada experiência das capitânicas hereditárias, implementadas no início do século XVI no litoral. A partir de 1627, o governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Coelho, desde São Luís, nomeou uma nova leva de capitães hereditários: Feliciano Coelho de Souza, Capitania de Caeté, Antônio de Souza Macedo, Capitania do Marajó, Gaspar de Souza Freitas, a Capitania do Xingu, enquanto a Capitania de Gurupá ficou sendo da coroa. Para nosso interesse, assinala-se que a Capitania do Cabo Norte coube ao sertanista e desbravador Bento Maciel Parente (REIS (b). 1985, p. 267).

Interessante destacar, já naquele momento da história, o relativo atraso da região amapaense e entorno em relação ao restante da colônia. A chegada dos portugueses havia se dado em 1500. A organização da primeira Capitania havia ocorrido em 1504 (Fernando de Noronha), seguindo a tradição das ilhas da Madeira e Cabo Verde. O primeiro governo geral havia se instalado na Bahia em 1549. Portanto, a ocupação da Amazônia ocorria 127 anos após o desembarque de Pedro Álvares Cabral.

A colonização efetiva do Amapá, então mais conhecido como Cabo Norte, se daria na importante fase da história portuguesa sob o ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, o famoso Marquês de Pombal. Até então, esse pedaço da capitania do Maranhão e Grão-Pará caracterizava-se por uma população esparsa, formada basicamente por ameríndios livres e aqueles reduzidos nas missões jesuíticas. Há relatos de que um soldado e sua esposa, por volta de 1738, viviam numa humilde instalação militar onde seria erguida Macapá.

O ano de 1750, além da ascensão de Pombal ao ministério do Rei D. José I, foi o do Tratado de Madri, que estabeleceu entre Portugal e Espanha o conceito de *uti possidetis*, franqueando

a legalização da posse de territórios contestados para aquela nação que possuísse seus súditos efetivamente habitando as terras em disputa. O Amapá, quase todo o Pará e a região amazônica seriam espanhóis caso fosse levado em conta o Tratado de Tordesilhas de 1493. Com esse novo arranjo diplomático, as terras do norte amazônico tiveram reconhecidas seu pertencimento ao império português.

Com efeito, no intuito de reforma do Estado e de modernização de Portugal, Pombal cuidou com afincos da região amazônica. Em 1751, criou a “Capitania do Grão-Pará e Maranhão”, não somente invertendo a ordem dos nomes senão transferindo a capital de São Luís para Belém, indicando o influxo da política lusa. Nomeou para essa nova capitania com sua nova sede uma pessoa de inteira confiança, seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Desfez a doação da capitania do Cabo Norte para Bento Maciel Parente, passado para seu filho homônimo e depois para seu neto Vital Parente, que não haviam ocupado nem desenvolvido a região, e reabsorveu essa capitania para o Estado, iniciando de imediato o processo efetivo de colonização.

Deveras complexas as relações que se estabeleceram a partir de então. Mendonça Furtado, em carta de 1751 para Pombal, relatou que o Cabo Norte era formado de “boas terras cercadas de maus vizinhos”. Afirmou a necessidade premente de importar colonos, destacar mão de obra, impulsionar plantações e extração de riquezas ao mesmo tempo que se queixou da falta absoluta de recursos estatais (RAVENA, 1999, p. 63).

O primeiro passo foi a importação de centenas de colonos da Ilha dos Açores para iniciar a colônia. Chegados em Belém, cerca de 400 deles se encontraram numa situação de penúria, na medida em que o Estado não tinha condições financeiras nem de alimentá-los e alojá-los no Pará e tampouco enviá-los para Macapá, seu destino final (uma minoria de colonos das Ilhas Canárias também estavam juntos). Em janeiro de 1752, finalmente foi embarcada a primeira leva dos imigrantes que iriam fundar o primeiro povoado amapaense:

um primeiro grupo de 86 moradores transportados se estabeleceu sem nenhuma infraestrutura. Não havia remédios nem “cirurgião” (médico) para acompanhá-los e o Governador preocupava-se por tratar-se de um grupo composto em sua maioria de mulheres, crianças e velhos (RAVENA, 1999, p. 64).

Embora no contrato assinado entre os colonos açorianos e o governo português houvesse a assertiva da Coroa cuidar da chegada dos mesmos em seu destino de maneira satisfatória, garantias não havia que isso fosse cumprido. Não haviam sido construído sequer alojamentos

para receber os colonos fundadores, uma vez que tiveram que habitar as encostas das pequenas fortificações existentes (LUNA, 2011, p. 50).

A empresa instaurada tinha outras características marcantes, na medida em que a necessidade vislumbrada por Pombal era de criar “soldados-colonos”. Em outras palavras, gente capaz de produzir alimentos e construir infraestrutura *pari passu* com a defesa do território e o preparo para eventuais entreveros armados com os franceses. Nas palavras de Rosa Acevedo Marin, se referindo a Macapá (1751) e Mazagão (1765):

Ambos os núcleos foram encarados no plano político de defesa do território, sem estar alheio à cobrança de resultados econômicos e, para isso, incentivou-se a formação de estruturas agrárias com acesso estável à terra, vínculos mais ou menos permanentes com o mercado, certo direcionamento na gestão de atividades agrícolas e utilização de mão de obra escrava, sem esta todavia ser generalizada entre as unidades (MARIN, 1999, p. 34).

Os colonos foram proibidos de manter qualquer contato com os franceses, naquele momento em torno de 10 mil na vizinha Guiana. Igualmente de evitarem os “vícios da preguiça” e o “desprezo pelo trabalho manual”, fatores que se imaginava endêmicos no Brasil colônia (MARIN, 1999, p. 38).

Se o subsídio às famílias da Ilha dos Açores em Belém havia ficado a cargo do governo, a transferência já indicou a participação de uma junta de empresários especializados no manejo de imigrantes, alguns deles protagonistas da fundação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, datada de 1755. Portanto um misto entre capitais estatais e capitais privados que financiaram os primeiros anos em solo macapaense, entre viagens, acesso ao mercado, ferramentas, sementes, algumas máquinas e construção de moradias. Significa afirmar assim que os colonos estavam em débito tanto com a administração pombalina quanto com particulares. Ancorada em documentação da época, afirma a autora:

Os *moradores* receberam instruções para dedicar-se ao trabalho agrícola. Por ordem expressa, definia-se que os soldados "lavradeiros" – designação para o empregado na lavoura – seriam “louvados e licenciados”, obteriam “possessões de terreno, com faculdade ainda para empregar os indianos” das aldeias próximas, pagando-lhes “salários”, como “jornaleiros” de Portugal. Encontravam-se em regime de disponibilidade compulsória para servir como militares, o que implicava ser objeto de um sistema de requisição especial (MARIN, 1999, p. 39).



Outro imbróglio de saída se deu na questão da mão de obra. Com os demais açorianos chegados em 1752, cerca de 800, numa sociedade escravista, saltou aos olhos a contradição em relação ao regime de trabalho. De acordo com Ravena, Macapá se tornou um laboratório de experiências, na medida em que Mendonça Furtado e a administração pombalina demandavam para a região a formação de uma economia de subsistência articulada à exportação de excedentes, essa última a grande prova da viabilidade do projeto. Implicava o incentivo do trabalho familiar articulado à escravidão negra e indígena.

Os colonos portugueses reivindicaram a utilização da mão de obra indígena, então aglutinada nas reduções jesuítas. Por seu turno, os religiosos, que mantinham uma rotina de trabalho e catequese em relação aos gentios, passaram a boicotar os pedidos dos colonos, escondendo, deslocando ou mesmo frontalmente se opondo às requisições de força de trabalho. Para a administração em Belém isso se tornou um problema, na medida em que os jesuítas eram vistos como aliados, mas que cada vez mais agiam como inimigos. E os próprios nativos, ao fim e ao cabo, optavam por permanecer nas reduções:

De certa forma, havia entre os índios aldeados uma certa confiança na tutela missionária em comparação à gestão dos colonos, principalmente porque do ponto de vista do parentesco, as práticas missionárias eram tolerantes com os diversos elementos de definição de parentesco da cultura indígena. No sistema de rodízio de trabalho, geralmente o índio permanecia por certo tempo no aldeamento missionário junto a sua família (RAVENA, 1999, p. 65).

Assim, embora Mendonça Furtado respeitasse o trabalho catequético, pendia para a retirada da tutela religiosa e a liberação da mão de obra indígena para a economia mercantil. Frente ao boicote jesuíta, foi proclamada a lei de “liberdade” dos índios, editada em 1757, e a instalação do chamado “Diretório”, conjunto de 95 artigos que versavam sobre a inserção do indígena na sociedade portuguesa, o despojamento de seus costumes e a participação na circulação de mercadorias e na vida política (LUNA, 2011, p. 37). Nesse contexto ocorreu a expulsão dos jesuítas do Amapá e da Guiana Francesa, por conta de um endurecimento da administração dos Estados europeus frente as práticas que tendiam a prejudicar a atividade econômica dos colonos e impor óbices a própria administração colonial. O zelo com que a Companhia de Jesus organizava a catequese em muitos momentos se chocava com a exploração da mão de obra nativa que os colonos brancos implementavam.

Naquele período de experimentos, desinteligências e improvisos, os habitantes de Macapá viviam da pesca, da caça e da tentativa de cultivar o arroz. Anos depois, a experiência se

mostrou auspiciosa, pois em 1758 o povoado de Macapá recebeu uma progressão jurídica, transformado em Vila. Para 1759 há notícias da exportação de vários produtos para Belém, como milho, arroz, melancia, banana e frangos. Em 1761, foram enviados para a capital do Grão-Pará 722 alqueires de arroz, 113 arrobas de algodão, 10 arrobas de tabaco e 17 potes de azeite. O Cabo Norte sinalizou para a superação do problema da mão de obra e para a consolidação do modelo de colonização idealizada por Pombal e Mendonça Furtado (RAVENA, 1999, pp. 94, 95).

Todavia, a condição obrigatória de soldado-camponês fez pesar a balança para outro lado a partir de então. Em 1764, iniciou-se a construção da Fortaleza de São José de Macapá, obra que consumiria a energia de milhares de colonos e escravos índios e negros, desviando os esforços de produção de alimentos para a instalação de guerra.

Nos registros da época, tem-se notícias de fome, desabastecimento e dificuldades acentuadas na manutenção da população macapaense. Porém, há que se levar em conta que o lugar havia se tornado um canteiro de obras em torno da fortaleza. Um censo de 1765 apontou para a existência de 802 colonos e 5 mil trabalhadores compulsórios e escravos, divididos respectivamente entre 2.598 índios e 2.394 negros (MARIN, 1999, pp. 43,44).

A decadência da vila de Macapá foi notória a partir de então, resultando no abandono da presença estatal portuguesa. A necessidade de controlar o imenso Grão Pará, num contexto de recursos escassos, conjugado ao fracasso da experiência na vila de Macapá levaram os portugueses a esvaziarem momentaneamente sua presença no Cabo Norte. Nesse vácuo, os franceses expandiram sua Guiana, ocupando no início do século XIX a região entre Oiapoque e Calçoene, projetando-se cerca de 300 km mais perto de Macapá e cercando a bacia amazônica. A maior composição territorial de sua história.

### **A Campanha Militar para a Conquista da Guiana Francesa**

Pode-se afirmar que a campanha para a ocupação da Guiana Francesa se iniciou efetivamente em julho de 1808, quando o príncipe regente Dom João, já no Rio de Janeiro, ordenou a publicação da declaração de guerra de Portugal contra a França. O movimento de avanço franco-guianense seria revertido a partir de então.

Foi o desdobramento da invasão francesa ao território português, ocorrida em novembro do ano anterior, que obrigou o rompimento da neutralidade lusitana frente à situação bélica europeia, a muito custo evitada até aquele momento. “Simultaneamente, o representante de Portugal em Londres, Dom Domingos de Souza Coutinho, estabelecia contatos para o apoio a uma eventual ação militar portuguesa que incorporasse a Guiana” (Wehling, 2010, p. 10).

Interessante que três irmãos se destacaram nessa conjuntura, curiosamente como havia ocorrido, em outro contexto, com os dois irmãos que protagonizaram as relações entre Lisboa/Belém/Macapá, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará a época da fundação de Macapá, e Sebastião José de Carvalho e Melo, o famigerado Marquês de Pombal, Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino. Naquele novo contexto, Dom Francisco de Souza Coutinho havia governado o Grão-Pará entre 1790 e 1803. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, em 1808, era o Secretário de Negócios Estrangeiros e Conde de Linhares, enquanto Dom Domingos de Souza Coutinho, Conde de Funchal, o articulador com os ingleses. Enfim, uma irmandade no alto escalão do Estado português que detinha em primeira mão tanto informações sobre a situação no norte amazônico quanto na Corte e na Europa, com a possibilidade direta de dirigir políticas efetivas em relação ao Pará e ao Macapá.

De acordo com o historiador Arno Wehling, Dom Rodrigo, o secretário, influenciado por seu irmão, o ex-governador, já havia antes mesmo da declaração de guerra instruído os governantes paraenses a invadirem a Guiana (WEHLING, 2010, p. 11). Daí a hipótese de que, não tivesse sido um deles o mandatário local, portanto a par da situação do “Contestado” e todos os seus incômodos, a invasão não saísse do papel, aja vista que o Estado do Grão-Pará e Maranhão desde o século XVII constituía uma entidade administrativa separada do Estado do Brasil.

Dom Rodrigo de Souza Coutinho era favorável a uma política portuguesa que, na América, recuperasse o que havia sido perdido na Europa.

Nessa lógica, as primeiras ações do governo joanino, em função de sua política externa, voltaram-se contra os dois principais inimigos de Portugal ao longo das guerras napoleônicas: França e Espanha. Eram atitudes, contudo, que deveriam ter como palco a América: preparavam-se a invasão da Guiana Francesa (no extremo Norte do território) e a intervenção no Prata (no extremo Sul) (NEVES, 2010, p. 74).

Em 1801, com o final da chamada “Guerra das Laranjas”, Portugal assinou o Tratado de Badajós com a Espanha, que resultou não só em pesadas indenizações por parte lusa mas a perda do território de Olivença para os espanhóis. Para muitos, com a guerra de 1808 seria o caso de Portugal alargar suas possessões ao máximo no subcontinente para depois reaver as indenizações e as regiões perdidas no velho mundo.

Com efeito, o governador do Grão-Pará, José Narciso Magalhães de Menezes

Convocou a colônia. Lançou proclamação a 1 de outubro de 1808, sobre a necessidade imediata de assegurar a fronteira, mediante a remessa de um corpo de tropa que estacionasse no Oiapoque (sic). Magalhães e Menezes já vinha cuidando do preparo da guarnição do Pará: fardara-a com novos uniformes, dera-lhe nova classificação, fizera a infantaria exercitar-se continuamente no manejo das armas, e na arte da guerra, preparara o campo próprio para que o corpo de artilharia se instrísse nas táticas novas, aumentara o efetivo dos “corpos de ligeiros” para 2.540 homens, mandara proceder a reparos nas fortificações de Belém e construir muralhas entre as baterias de defesa da capital (REIS, 1985, p. 284).

Em outras palavras, criou um verdadeiro clima de guerra. Sem recursos, não obstante, pediu para que as senhoras ricas e suas escravas costurassem o uniforme dos soldados, pois nem a província e nem a corte tinham dinheiro para tanto.

O governador Magalhães de Menezes nomeou o Tenente Coronel Manuel Marques para comandar a tropa, composta de 450 homens. Essa força deixou Belém em 8 de outubro, passando pela ilha do Marajó onde se reforçou de alguns colonos e indígenas. De lá partiu para o território “Contestado”, atingindo o Oiapoque em 4 de dezembro de 1808. Sem sofrer nenhum tipo de resistência, Manuel Marques levantou acampamento, hasteou a bandeira portuguesa e retomou a posse das terras conquistadas pelos franceses seis anos antes.

Seguindo Rosty, temos que o comandante inglês James Lucas Yeo e o comandante brasileiro Cunha Moreira, liderando 30 fuzileiros ingleses e 20 luso-paraenses, desembarcaram na região do Aprouage, na Guiana, em 14 de dezembro. Essa ação foi mais tarde considerada a primeira da história dos fuzileiros navais do Brasil, sendo que Cunha Moreira tornar-se-ia o primeiro Ministro da Marinha após 1822 (ROSTY, 2010, p. 45). No dia 6 de janeiro, na região do Mahury, ocorreria uma batalha, na qual os franceses foram derrotados e recuaram até Caiena.

Com a entrada em território guianense, James Lucas Yeo, para horror das lideranças luso-paraenses, libertou, treinou e armou escravos guianenses que se demonstraram dispostos a

apoiar os invasores. Com esse apoio, tiveram melhor conhecimento do terreno e das deficiências da resistência. Incendiaram mais de 30 fazendas, o que rapidamente fez com que o governador Victor Hugues abandonasse qualquer estratégia defensiva e encaminhasse a rendição. Assustada com escravos armados, embora apenas com armas brancas, e com a superioridade numérica e a presença inglesa, a administração guianense pediu para que seus próprios colonos fizessem um abaixo assinado demandando a capitulação, uma forma de se justificarem posteriormente junto a Paris. Assim, em 12 de janeiro, foi assinado em Caiena o documento de rendição, redigido em português, francês e inglês, atribuindo o triunfo ao “Exército do Pará” (CARDOSO, 2010, pp. 16 e 17; ROSTY, 2010, p. 45).

O número de defensores franceses à disposição para a luta girava em torno de 511 homens, sendo 368 brancos. Do lado luso-paraense, um contingente de 800 homens, sendo 80 ingleses (CARDOSO, 2010, p. 18). Uma diferença que poderia ser anulada pelas defesas instaladas ou pela chegada de reforços de Martinica e Guadalupe ou mesmo de Paris. Isto é, era possível e plausível uma resistência mais duradoura por parte dos franceses. Fato era que os guianenses estavam com uma relação bastante tensionada com seus escravos, cerca de 12 mil na época, pois os mesmos haviam sido libertados pela lei, instaurada em 1794 no período da Convenção, mas reescravizados com o Código Napoleônico de 1802. Uma situação explosiva somada à invasão estrangeira de quem prometia a liberdade aos negros em troca de aliança.

O ato de rendição que se seguiu à assinatura do documento ocorreu em 14 de janeiro, com a entrega das bandeiras francesas e de 500 fuzis aos luso-paraenses. Rosty afirma que 593 soldados foram desarmados, presos nos navios e enviados de volta à metrópole (ROSTY, 2010, p. 46). A entrega da colônia nessas circunstâncias rendeu ao governador Victor Hugues uma corte marcial em Paris, em 1810, na qual foi inocentado.

### **Conquista e Colonização**

Após a capitulação e a confirmação da soberania portuguesa, mais uma controvérsia se abriu no horizonte. Embora a nova administração estivesse subordinada a Belém, a Guiana Francesa parece não ter sido tratada como parte integrante do território brasileiro. O documento de capitulação, nesse sentido, é esclarecedor.

No preâmbulo, Napoleão Bonaparte foi chamado de “Imperador e Rei”, um fato extraordinário na medida em que, ao declarar guerra à França, mencionava-se que Bonaparte era um usurpador ilegítimo. A destruição das fazendas e a alforria dos escravos guianenses foi atribuído às ordens de Dom João, uma estranha admissão de culpa e ainda por cima falsa, pois essas ordens vieram na verdade do governador do Grão-Pará.

O artigo onze, um dos mais sintomáticos, estabeleceu que “as leis civis conhecidas na França sob o nome de Código Napoleônico serão seguidas e executadas”, até que a paz na Europa fosse concluída. Rezou ainda que “os Magistrados não poderão se pronunciar a respeito dos interesses dos particulares, no tocante às discussões a eles relativas, a não ser em virtude das mencionadas leis”. Uma bizarra imposição de um pequeno governo colonial vencido frente a um Estado português de proporções gigantescas na América, com todos os motivos, em tese, para ir à forra e vingar o ultraje ocorrido ano antes. Em outras palavras, se os monarcas portugueses se viram na contingência de atravessarem o Oceano por conta da invasão francesa na península ibérica, se apresentava o momento de contrabalançar com a imposição da força portuguesa na América.

O artigo 14 e 15 cuidou da manutenção dos bens sob dominação portuguesa. O primeiro versou sobre a fazenda nacional “La Gabrielle”, o centro de produção de especiarias e a mais desenvolvida e importante, que tinha sua “preservação” garantida em lei. Preservação subentende-se, até sua devolução a Bonaparte. O segundo ordenou que toda a documentação atinente à administração colonial seria selada e lacrada, ficando à disposição apenas de Bonaparte. (REIS, 1985, pp. 287-288; CARDOSO, 2010, pp. 19-20).

O que se pode conjecturar, à luz das fontes e da bibliografia disponível, é que uma ordem para dominar efetivamente, anexar e aporuguesar a Guiana Francesa jamais foi expedida, nem do Pará e tampouco do Rio de Janeiro. O Tenente Coronel Manuel Marques não tinha experiência nesses assuntos da grande política, enquanto o comandante James Lucas Yeo estava inclinado a retornar o mais rápido possível ao Brasil para receber seus honorários. Também a tropa, insatisfeita com a falta de pagamento e a insalubridade do local, fazia gestões para abandonar de imediato aquele distante território. A administração no Pará não quis ou não teve forças para, naquele momento, exigir a anexação. Na verdade, o curso da guerra europeia definiria o futuro da aquisição.

## **A Administração Portuguesa**

O Tenente Coronel Manuel Marques foi promovido a general e designado governador interino da Guiana Francesa, posição que exerceu até outubro de 1809, quando pediu exoneração e viajou ao Pará para tratamento de saúde. Voltou para o posto de governador interino em 1812, daí em diante ininterruptamente no cargo até a devolução da colônia aos franceses em novembro de 1817. No interregno entre 1809 e 1812, foi substituído pelo cartógrafo sexagenário Pedro Alexandrino de Souza, homem de confiança do governador do Grão-Pará (José Narciso de Magalhães de Menezes, bastante crítico em relação à não anexação, morreu em 1810).

Marques delegou o máximo de poder à elite guianense local, mudando o mínimo possível na classe dirigente e nas maiores fortunas estabelecidas. Assim, surgiram as primeiras simpatias dos habitantes pelo novo governo, muito mais permissivo e menos invasivo que a metrópole francesa.

O grande problema recaiu sobre as tropas de ocupação. Com reforços chegados de Belém ainda no primeiro semestre de 1809, e a substituição de alguns antigos que participaram da campanha, o número se estabilizou em 900 homens. Com o soldo sempre atrasado e alimentação ruim, caíram vítimas de doenças. Entre 1812 e 1816, o número de mortos chegou a 130, somado a 118 doentes que, de tão graves, retornaram a Belém. Em torno de 70 soldados desertaram. Altíssima taxa de mortalidade que ensejou ao menos dois motins, em 1809 e 1811, controlados pelas autoridades portuguesas (CARDOSO, 2010, p. 21).

A ordem de Dom João era que a conquista nada custasse aos cofres públicos portugueses, imprimindo um problema sobremaneira dificultoso em gerir a colônia. Como havia o compromisso de não descontar na elite guianense os gastos públicos, optou-se pelo sequestro dos bens apenas dos proprietários ausentes, uma forma de desafogar as dificuldades de manutenção das tropas. O ex-governador Victor Huges, inocentado em Paris pela derrota, voltou a Caiena e pôde dispor de todos os seus bens. Havia argumentado que, se armasse uma resistência mais duradoura, poderia ensejar a dominação não somente portuguesa, mas também inglesa, essa hipoteticamente mais robusta e permanente.

De acordo com Reis, ocorreram novamente ordens contraditórias. Ao saber da conquista, Dom João teria enviado através do Conde de Linhares ditames para “despovoar a Guiana, arrasá-la, desse modo levando os franceses a desistir de restaurá-la”. Isso em instruções recebidas por Magalhães de Menezes em 18 de maio de 1809. Mas em 7 de junho o governador expediu para Caiena uma ordem inversa, para que a Guiana fosse cuidada, conservada e desenvolvida, revelando uma cunha nas mensagens do Rio de Janeiro e de Belém. Essa última “revelava mudança de posição, não mais a ideia inicial de devolvê-la, mas a de sua posse permanente, de acordo com o pensamento dominante no Pará” (REIS, 1985, p. 289-290). O próprio Conde de Linhares, o já citado Secretário de Negócios Estrangeiros, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, era pessoalmente favorável à manutenção da posse, tendo falecido em 1812.

O governador provisório, Manoel Marques, elaborou um documento em 1810 intitulado *Descrição abreviada das vantagens, e recursos que oferecem a projeção da Guyana antigamente Francesa, e suas produções relativamente aos Estados do Pará, e do Brasil*, um arrazoado para a manutenção permanente do território conquistado. (IDEM, p. 293). Outro administrador português, Maciel da Costa, apresentou um plano a Dom João VI, em 1812, com elucubrações sobre as vantagens da anexação não só da Guiana Francesa, senão igualmente da Guiana Holandesa e da Guiana Inglesa, que formariam um reino anexo ao do Brasil (IDEM, p. 296).

Em Belém a empolgação pela nova conquista se alastrou entre várias camadas da população. A historiadora Lucia Bastos Neves cita o exemplo de um poema escrito por um professor de filosofia do Pará, José Eugênio de Aragão e Lima, louvando a derrocada francesa e a nova posse portuguesa. De sua parte, o príncipe regente mandou cunhar uma moeda comemorativa, medalhas e condecorações militares alusivas à “tomada de Caiena” (NEVES, 2010, p. 80).

A situação econômica da Guiana Francesa de fato melhorou com as novas rotas comerciais. O gado passou a chegar da ilha do Marajó e da vila de Macapá, tornando abundante a carne, antes tão escassa. A abertura do porto de Caiena franqueou o aporte de mercadorias inglesas e norte-americanas, possibilitando a dinamização das trocas da elite guianense e a melhora na produção agrícola, pois insumos necessários às fazendas foram adquiridos. Salienta-se que a Guiana, na época anterior à presença portuguesa, era uma colônia periférica no império colonial francês, muito atrás inclusive das ilhas caribenhas de Martinica e Guadalupe no quesito investimento. Daí seu atraso antigo e seu relativo progresso rápido na nova situação.



A nova administração se ocupou com os direitos de ancoragem, importação e exportação; a capitação, principal imposto, foi conservada com a mesma taxa anterior, foi estipulado um câmbio favorável aos guianenses e assegurada a liberdade de comércio aos negociantes de Caiena, que há anos foram estrangulados pelo bloqueio inglês ... A gestão portuguesa seria liberal, amigável e favorável aos colonos de Caiena (ROSTY, 2010, p. 46).

Os plantadores guianenses tiveram acesso ainda ao mercado do Caribe inglês e, mais importante, aos portos brasileiros, dinamizando suas relações comerciais com o sul, sobretudo o Pará. Os impostos cobrados pelos portugueses eram menores que os dos franceses, outro motivo de júbilo econômico (CARDOSO, 2010, p. 22). Daí que Arthur Reis tenha endossado as descrições ufanistas que os portugueses de Caiena enviavam para o Rio de Janeiro, notas de que todos os guianenses, ricos, brancos livres e escravos, saudavam diariamente a nova soberania e “choravam” copiosamente quando do abandono em favor da volta dos antigos dominadores (REIS, 1985, pp. 297-298).

A Guiana havia sido deficitária entre o final do século XVIII e início do XIX. Importava alimentos, bebidas finas e manufaturas, e exportava algodão, urucum, cravo da Índia e açúcar, embora esse último em pequena quantidade. A média era de 1 milhão e 500 francos de importação e 1 milhão e 300 de exportação. No período de 1812 a 1815, onde há dados confiáveis, a importação continuou no mesmo valor, com as exportações atingindo a cifra de 2 milhões e 300 francos (ROSTY, 2010, p. 49). Havia propriedades com mais de mil escravos, o que sugeria a viabilidade econômica de investimento português. A não efetivação disso sugere que a incerteza quanto à posse definitiva grassava nos altos escalões, inviabilizando assim um comprometimento financeiro mais decisivo.

Talvez pelo fato do curto espaço de tempo, não foi possível mudanças mais substantivas na economia da colônia. Se em 1808 a população da Guiana era de 14.445 sendo 12.355 escravos, em 1817 os números subiram para 16.056 livres e 13.369 escravos. Apesar da mortalidade da soldadesca, a economia mercantil e o povoamento cresceram. De acordo com Ciro Cardoso, o maior déficit comercial da Guiana no período foi com a Inglaterra, enquanto o maior superávit com o Pará (CARDOSO, 2010, p. 22). Os britânicos auxiliaram na conquista e cobraram seu preço por isso.

Assim que Napoleão Bonaparte foi apeado do poder, em abril de 1814, iniciaram as negociações para o retorno da soberania de Paris sobre a colônia sul-americana, um assunto envolto em polêmica até hoje. Como foi dito, muitos políticos e nobres em torno de Dom João

vaticinavam pela manutenção da conquista e efetiva anexação à América portuguesa, que a partir de 1815 receberia o status de Reino Unido a Portugal e Algarves. Outros elucubravam uma maneira de utilizar a Guiana como moeda de troca para a anexação de territórios alhures, como a Cisplatina no Sul. Demanda-se uma melhor investigação sobre o comportamento das elites políticas do Grão-Pará sobre a matéria.

Essa experiência de domínio sobre a Guiana rendeu ao Brasil vários elementos ligados à produção de alimentos, dois deles de valor inestimável: a cana caiana, variedade oriunda por sua vez do Haiti, e as primeiras mudas de café, noz-moscada, palmeira imperial e carambola (POMBO, 2010).

### **Considerações Finais**

A Guiana Francesa e o Amapá se mostraram regiões estratégicas e ao mesmo tempo periféricas no decorrer dos primeiros séculos de colonização. Em primeiro lugar, enquanto lugares de defesa e projeção militar, posteriormente protagonizando tentativas frustradas de povoamento em grande porte.

A Guiana Francesa com a expedição de Kourou, e o Amapá com o projeto de “soldados colonos”, tentativas audaciosas que marcaram as respectivas regiões. No primeiro caso, o extermínio rápido da população em um morticínio cruel inviabilizou de saída a estratégia adotada. No último, colonos foram importados e um plano se desenvolveu na prática, contemplando a formação de um pequeno campesinato produtor de alimentos, fazendas escravistas produtoras de culturas para exportação e defesa do território através de atividades militares.

O contato entre ambos territórios realizou-se mais por conta de disputas e invasões de fronteiras, donde um intercâmbio econômico diminuto, até pela proibição que pesou por muito tempo nesse sentido. A Revolução Francesa de 1789 e os problemas dela advindos, como as guerras napoleônicas, levaram não só à projeção francesa até a região do Araguari como o contra-ataque português, invasão e anexação da Guiana Francesa em 1809. Com isso, uma nova etapa de contato e conflito se iniciou: os dois territórios ficaram sob uma mesma soberania, implicando trocas comerciais e entendimentos políticos, dois mundos que passaram

a caminhar em compasso de entrosamento. Os portugueses haviam chegado à porta do mar do Caribe, e os franco-guianenses sentiram-se à vontade nessa nova realidade.

Essa conjuntura foi encerrada com a devolução de 1817 e o retorno à antiga fronteira no rio Oiapoque. A Guiana Francesa se manteve como ultra-periferia do mundo colonial francês, de modo a receber menos escravos, investimentos e população. Não obstante, lugar importante, pleiteou a expansão para as terras portuguesas, conjugando uma vocação de cabeça de ponte para atividades de conquista e posteriormente um depósito de criminosos e perseguidos.

Assim, ambos os lugares trilharam a primeira metade do século XIX ainda com déficits em relação às expectativas iniciais, prometendo configurações mais dinâmicas para o futuro.

## **Bibliografia**

CARDOSO, Ciro. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “A Tomada de Caiena vista do lado francês”. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro: Vol 6: n. 11, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos. “Fronteiras e Mocambos: O Protesto Negro na Guiana Brasileira”. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Amazônia Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. da UFPA, 1999. pp. 225-319.

- GRANGER, Stéphane. “Conquista da Guiana Francesa e Expansionismo Brasileiro, um olhar cruzado”. Mimeo. 2012.
- LUNA, Verônica. *Escravos em Macapá: Africanos Redesenhando a Vila de São José (1840-1856)*. Joao Pessoa: Sal da Terra, 2011.
- MAM LAM FOUCK, Serge. *Histoire Générale de La Guyane Française*. Matoury: Ibis Rouge, 2002.
- MAM LAM FOUCK, Serge e ANAKESA, Apollinaire. *Nouvelle histoire de la Guyane: Des souverainetés amérindiennes aux mutations de la société contemporaine*. Matoury: Ibis Rouge Editions, 2013.
- MARIN, Rosa Elizabeth de Acevedo. “Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial: As experiências dos colonos”. In: GOMES, Flavio dos Santos (org). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Amazônia Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. da UFPA, 1999. pp. 33-63.
- MELO, Ronaldo Lopes. “Tomada de Caiena: seu significado para a História do Corpo de Fuzileiros Navais”. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro: Vol 6: n. 11, 2010.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos. “Guerra as Franceses: a política externa de Dom João VI e a ocupação de Caiena.” *Revista Navigator*. Rio de Janeiro: Vol 6: n. 11, 2010.
- POMBO, Nívea. “As “riquezas do mundo” – Cobiça e ciência nos jardins botânicos de Caiena e Belém do Pará (1790-1803)”. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro: Vol 6: n. 11, 2010..
- RALEIGH, Walter. *The Discoverie of The Large, Rich, and Beautiful Empire of Guiana*. 1595. Reprint. Amsterdam, Theatrum Orbis Terrarum, 1968.
- RAVENA, Nirvia. “Maus Vizinhos e Boas Terras: Ideias e Experiências no Povoamento do Cabo Norte – século XVIII”. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Amazônia Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. da UFPA, 1999. pp. 63-97.
- REIS, Arthur Cesar Ferreira. “A Ocupação Portuguesa do Vale Amazônico”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, vol. 1, tomo 1, 1985.

REIS, Arthur César Ferreira (b). “A Ocupação de Caiena”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, tomo II, vol. I, 1985.

ROSTY, Claudio Skôra. “Campanha da Guiana Francesa: Caiena tomada aos franceses”. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro: Vol 6: n. 11, 2010.

WEHLING, Arno. “A Conquista de Caiena – 1809. Retaliação, expansão territorial ou fixação de fronteiras?” *Revista Navigator*. Rio de Janeiro: Vol 6: n. 11, 2010.